ESTUDOS DESCRITIVOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Renata Barbosa Vicente
Mônica Maria Soares Santos
Cristina Lopomo Defendi

VIII SIMELP
III SINTEL
Volume VIII

Estige Editorial
2023

VIII SIMPÓSIO MUNDIAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

2022

III SIMPÓSIO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA LINGUAGEM

2022

VOLUME VIII

2023

ESTUDOS DESCRITIVOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

VOLUME VIII
2023

ORGANIZADORES:

Renata Barbosa VICENTE
Mônica Maria Soares SANTOS
Cristina Lopomo DEFENDI

ESTUDOS DESCRITIVOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

VOLUME VIII
2023

Estudos Descritivos da Língua Portuguesa
Copyright© 2023 by VIII SIMELP e III SINTEL
[2023]

Todos os direitos desta edição são reservados à:
VIII SIMELP e III SINTEL 2022
http://www.simelp.com

Estige Editorial Ltda
Rua Marujal, 09
05879-460 – São Paulo – SP – Brasil

DIRETORIA EDITORIAL:
Gabriel Banqueri Casemiro
Ieda Ferreira Banqueri Casemiro

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:
Ana Luiza Gerfi Bertozzi
Charles Borges Casemiro

REVISÃO:
Ana Luiza Gerfi Bertozzi
Ieda Ferreira Banqueri Casemiro
Charles Borges Casemiro

Estige Editorial

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

VICENTE, Renata Barbosa
Estudos Descritivos da Língua Portuguesa / Renata Barbosa Vicente, Mônica Maria Soares Santos, Cristina Lopomo Defendi – São Paulo: Estige Editorial, 2023.
441 p. ISBN: 978-65-85731-04-1
1. Linguagem. 2. Língua Portuguesa.
I. SANTOS, Mônica Maria Soares. II. DEFENDI, Cristina Lopomo. III. Título.

Estige Editorial
2023

VIII SIMELP – SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA 2022

III SIMPÓSIO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA LINGUAGEM 2022

Brasil / Angola, 2022

EDIÇÃO ESPECIAL HÍBRIDA

APOIO:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq)

Realização:

REALIZAÇÃO:

Universidade de São Paulo – FFLCH/USP
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Instituto Federal de São Paulo – IFSP
Universidade de Évora (Portugal) – EU

PRESIDÊNCIA DE HONRA DO SIMELP

Maria Célia Lima-Hernandes (Universidade de São Paulo)
Maria João Marçalo (Universidade de Évora)

DIRETORIA EXECUTIVA DO SIMELP

Cristina Lopomo Defendi (Instituto Federal de São Paulo)
Renata Barbosa Vicente (Universidade Federal Rural de Pernambuco)
Mônica Maria Soares Santos (Universidade de São Paulo)

PRESIDÊNCIA DO VIII SIMELP (Edição 2022)

Mônica Maria Soares Santos (Universidade de São Paulo e
Universidade de Santiago – Cabo Verde)

INSTITUIÇÃO PARCEIRA ANGOLANA (Edição 2022)

Paulino Soma Adriano (Instituto Superior de Ciências da Educação –
Huíla – Angola)

COMISSÃO TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO

Alícia Auxiliadora Nunes Arruda
Paula Korey da Silva
Sálvia de Medeiros Souza

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adilson Ribeiro de Oliveira (IFMG)
Alexandre António Timbane (UNILAB)

Amanda Heiderich Marchon (UFES)
Ana Alexandra Silva (UE)
Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho (UEMA)
Ana Luísa Vilela (UE)
Ana Paula Mendes Alves De Carvalho (IFMG)
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS)
Andreia da Silva Santos (FIS)
Antonio Donizeti da Cruz (UNIOESTE)
Aparecida Negri Isquerdo (UFSM)
Atilio Butturi Junior (UFSC)
Beatriz Daruj Gil (USP)
Brenda Carlos de Andrade (UFRPE)
Charles Borges Casemiro (IFSP)
Cilene Margarete Pereira (UNIFAL)
Cindy Mery Gavioli-Prestes (UNICENTRO)
Claudia Maris Tullio (UNICENTRO)
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP)
Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)
Clotildes Farias (UFS)
Cristiano Lessa de Oliveira (IFAL)
Cristina Becker Lopes Perna (PUC-RS)
Daniel Marra (IFTO)
Daniela Palma (UNICAMP)
Darcilia Simões (UERJ)
Denise Giarola Maia (IFMG)
Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)
Eliana Merlin Deganutti de Barros (UENP)
Evangelina Maria Brito de Faria (UFPB)
Fábio Marques de Souza (UEPB)
Fabíola Silva de Oliveira Vilas Boas (UEFS)
Fabrício da Silva Amorim (IFBA)
Fernando da Silva Cordeiro (UFERSA)
Flaviane Faria Carvalho (UNIFAL)
Flaviane Romani Fernandes Svartman (USP)
Gabriela da Silva Bulla (UFRG)
Gesieny Laurett Neves Damasceno (UFES)
Gian Luigi de Rosa (UniRoma 3)
Glaucia Maria dos Santos Jorge (UFOP)

Gorete Marques (IP Leiria)
Hélvio Frank (UEG)
Hugo Lenes Menezes (UFPI)
Ieda Maria Alves (USP)
Iran Ferreira de Melo (UFRPE)
Isabel Roboredo Seara (UAb)
Ivo da Costa do Rosário (UFF)
Janaína Zaidan Bicalho Fonseca (UFTM)
Janderson Lemos de Souza (UNIFESP)
João Paulo Rodrigues Balula (IPV)
Jorge Rodrigues de Souza Junior (IFSP)
Josane Moreira de Oliveira (UEFS/UFBA)
Juscelino Francisco do Nascimento (UFPI)
Karla Renata Mendes (UFAL)
Karylleila dos Santos Andrade Klinger (UFT)
Lauro José Siqueira Baldini (UNICAMP)
Leandro Tafuri (UniGuairacá)
Lídia Spaziani (FaSouza)
Lilásia Chaves de Area Leão Reinaldo (IFMA)
Liliane Santos (UNIV-LILLE)
Luciana Fracassi Stefaniu (UNICENTRO)
Luciani Ester Tenani (UNESP)
Luciano Marcos Dias Cavalcanti (UNINCOR)
Lucília Maria Abrahão e Sousa (USP)
Luísa Marinho Antunes Paolinelli (FAH/Uma)
Marcela Ferreira (IFG)
Marcela Moura Torres Paim (UFRPE)
Marcello Ribeiro (UniDrummond)
Marcelo Módolo (USP)
Márcia Santos Duarte de Oliveira (USP)
Maria Aliete Cavalcante Bormann (IFESP)
Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)
Maria Carolina de Godoy (UEL)
Maria Célia Dias de Castro (UEMA)
Maria Cláudia Teixeira (UNICENTRO)
Maria Cleci Venturini (UNICENTRO)
Maria da Penha Casado Alves (UFRN)
Maria de Fátima Gonçalves Lima (PUC-GO)

Maria de Fatima do Nascimento (UFPA)
Maria Francisca Oliveira Santos (UNEAL)
Maria Helena de Araújo e Sá (UA)
Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM)
Maria João Marçalo (UE)
Maria Jussara Abraçado de Almeida (UFF)
Maria Lucia Leitão de Almeida (UFRJ)
Maria Madalena Teles de Vasconcelos Teixeira (UA)
Maria Mercedes Saraiva (USP)
Mariangela Rios de Oliveira (UFF)
Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante (UFPB)
Marileia Reis (UNILA)
Marilúcia Domingos dos Santos Striquer (UENP)
Marinalva Vieira Barbosa (UFTM)
Mariza Vieira da Silva (UNICAMP)
Marize Mattos Dall'Aglio Hattnhe (UNESP)
Marli Quadros Leite (USP)
Marta Lúcia Cabrera Kfouri (UNESP)
Mayra Pinto (IFSP)
Nelci Alves Coelho Silvestre (UEM)
Neusa Bastos (PUC-SP/UPM)
Neusa Inês Philippsen (UNEMAT)
Nilza Barrozo Dias (UFF)
Obdália Santana Ferraz Silva (UNEB)
Paulo Henrique Duque (UFRN)
Paulo Osório (UBI)
Phellipe Marcel Da Silva Esteves (UFF)
Regina Pires de Brito (UPM)
Renata Ferreira Costa (UFS)
Ricardo Yamashita Santos (UNP)
Roberval Teixeira e Silva (UM)
Roselene de Fátima Coito (UEM)
Rosineide Magalhães de Sousa (UNB)
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (UNILAB)
Silvia Melo-Pfeifer (UNI-HAMBURG)
Suzana dos Santos Gomes (UFMG)
Tânia Ferreira Rezende (UFG)
Thaís de Araujo da Costa (UERJ)

Thaís Ludmila da Silva Ranieri (UFRPE)
Thomas Johnen (FH-ZWICKAU)
Úrsula Cunha Anecleto (UNEB)
Valéria Gil Condé (USP)
Valter de Carvalho Dias (IFBA)
Vanise Medeiros (UFF)
Verena Kewitz (USP)
Verli Petri (UFSM)
Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)

Estige Editorial
2023

SUMÁRIO

Apresentação ► 16 ◄
Comissão organizadora

Capítulo 1 ► 20 ◄
O DISCURSO “GRATILUZ”: Os novos produtos lexicais do mercado “Goodvibes”
▲ Alice Pereira SANTOS / Eliana Roda FERREIRA

Capítulo 2 ► 40 ◄
O LÉXICO DA LÍNGUA APINAYÉ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA BILÍNGUE E INTERCULTURAL
▲ Ângela Maria SILVA / Francisco Edviges ALBUQUERQUE / Severina Alves de Sissi ALMEIDA

Capítulo 3 ► 60 ◄
FINADO, FALECIDO E DEFUNTO: A variação diageracional na perspectiva dos dados do projeto alib e do texto literário
▲ Natália Rocha CARDOSO / Marcela Moura Torres PAIM

Capítulo 4 ► 82 ◄
A INFLUÊNCIA DAS LÍNGUAS BANTU NA MARCAÇÃO DE CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS L2 DE MOÇAMBIQUE: Uma recente ex-colônia de Portugal
▲ Renata do Carmo OLIVEIRA / Elaine Alves Santos MELO

Capítulo 5 ► 101 ◄
O PAPEL DA LINGUAGEM NA PERCEPÇÃO OLFATIVA
▲ Ingrid de Lima HERNANDES / Mirella GUALTIERI

Capítulo 6 ► 121 ◄
AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS E A DESCRIÇÃO DOS TERMOS NA ELABORAÇÃO DO GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: Causa e efeito
▲ Cleide Lemes da Silva CRUZ / Flávia de Oliveira MAIA-PIRES / Michelle de Oliveira Machado VILARINHO

Capítulo 7 ► 141 ◄
CONHECENDO AS PRODUÇÕES LEXICAIS CONTEMPORÂNEAS: Estudo de neologismos de campos semânticos referentes a grupos sociais
▲ Vinícius Sáez de Oliveira COELHO / Aderlande Pereira FERRAZ

Capítulo 8 ► 163 ◄
LAMBDACISMO NA FALA DE IMIGRANTES HAITIANOS EM APARECIDA DE GOIÂNIA-GO: Uma análise sociolinguística
▲ Rodrigo Gomes Firmino RIBEIRO

Capítulo 9 ► 181 ◄
O COMPORTAMENTO DA LATERAL PALATAL NA CAPITAL SERGIPANA: Condicionamentos extralinguísticos
▲ Renata Lemos CARVALHO

Capítulo 10 ► 196 ◄
A MICROCONSTRUÇÃO [VAI SABER] MARCADOR DISCURSIVO NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO
▲ Sabrina REGINATTO / Solange de Carvalho FORTILLI

Capítulo 11 ► 212 ◄
A ESTRUTURA [OCORRE QUE] E SEUS VALORES SEMÂNTICOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: Uma análise baseada no uso
▲ Priscilla Hoelz PACHECO / Nilza Barrozo DIAS

Capítulo 12 ► 228 ◄
O TÓPICO SUJEITO NA BAHIA E EM PERNAMBUCO: A construção da ecologia linguística
▲ Elaine Alves Santos MELO / Jonã dos Santos ROSA

Capítulo 13 ► 245 ◄
DOS ATOS DE FALA DE ESTABELECIMENTO DE CONTATO NUMA GRAMÁTICA COMUNICATIVA DO PORTUGUÊS
▲ Thomas JOHNEN

Capítulo 14 ► 261 ◄
ELABORAÇÃO DA DESCRIÇÃO GRAMATICAL: Construto de um gramático
▲ Lúcia Helena FERREIRA

Capítulo 15 ► 279 ◄
A CONSTRUÇÃO [CHEGA DE] NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: Uma análise baseada no uso
▲ Letícia de Almeida BARBOSA

Capítulo 16 ► 299 ◄
USO E "ESTRANGULAMENTO" DO VERBO NA VARIEDADE DO PORTUGUÊS ANGOLANO
▲ José Gabriel GANGA

Capítulo 17 ► 321 ◄
RELAÇÕES COESIVAS E SEMÂNTICAS DA CONSTRUÇÃO CONECTORA [FORA ISSO] À LUZ DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO
▲ Barbara Andréa Fontoura BITTENCOURT

Capítulo 18 ► 339 ◄
ORAÇÕES ENTRELAÇADAS: uma ilusão hipotática
▲ Clóvis Luiz ALONSO JÚNIOR / Marli Quadros LEITE

Capítulo 19 ► 357 ◄
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DE DIVERGÊNCIAS CONCEPTUAIS E SEMASIOLÓGICAS EM TRADUÇÕES DO CAPÍTULO 1 DO LIVRO *TRADURRE LA TRADIZIONE*, DE FRANCISCU SEDDA
▲ Carmem Lucia Pereira PRAXEDES / Lethicia GONÇALVES

Capítulo 20 ► 373 ◄
ADAPTAÇÕES BILÍNGUES DAS BIBLIOTECAS DA UFG PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE AOS DISCENTES SURDOS
▲ Andréa dos Guimarães de CARVALHO

Capítulo 21 ► 395 ◄
A ALTERNÂNCIA DE PERSPECTIVA NO EAC COMO HABILIDADE PRÉVIA PARA A INTERLOCUÇÃO VERBAL
▲ Anna Karolina Miranda OLIVEIRA

Capítulo 22 ► 414◄
AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM TÉCNICO-CIENTÍFICA USUAL NA ODONTOLOGIA (EM LÍNGUA PORTUGUESA) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA APINAYÉ E KHAHÔ:
Um estudo na perspectiva da etnossociolinguística
▲ Ângela Maria SILVA / Francisco Edviges ALBUQUERQUE / Severina Alves de Sissi ALMEIDA

O *Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa* (SIMELP) nasceu, em 2007, a partir da constatação de uma demanda de linguistas que sentiam que havia poucos espaços democráticos para a discussão de trabalhos de abordagens distintas. Naquele momento, havia um número considerável de produção formalista, cujos organizadores, invariavelmente, fechavam-se cada vez mais ao diálogo com outras teorias e métodos.

O I SIMELP (2008) chegou com a proposta de criar esse espaço interdisciplinar e acolhedor de distintas abordagens de modo a que os estudos pudessem se beneficiar de outros olhares. Uma das ideias surgidas, então, foi a instituição de espaços em que pesquisadores de vários níveis de formação, de vários países e de diversas abordagens teórico-metodológicas buscassem juntos a construção de projetos e parcerias. Vimos, então, nascerem projetos maravilhosos, cujos frutos foram, edição após edição, sendo burilados, aprofundados e divulgados. Surgiram com essa ação as redes de pesquisadores em torno de temas de interesse afim, com representação em cada um dos continentes. O ambiente era de cordialidade, de generosidade e humildade, principalmente. A humildade de aprender com o outro sobre realidades, antes fragmentadas em pequenos congressos regionais.

O SIMELP chegou integrando essas regiões diversas. Muitos foram os pesquisadores que se tornaram *habituées* das edições e um público fiel ao modo de conduzir as dinâmicas foi crescendo cada vez mais. Reencontramo-nos em Évora (II SIMELP – 2009), em Macau (III

SIMELP – 2011), em Goiânia (IV SIMELP – 2013), em Lecce (V SIMELP – 2015), em Santarém (VI SIMELP – 2017) e em Porto de Galinhas (VII SIMELP – 2019).

Uma dessas ilustres pesquisadoras que acolheu o SIMELP como espaço de cocriação foi a Profª. Drª. Maria Helena de Moura Neves, a quem prestamos, em cada um dos dez volumes publicados com trabalhos do VIII SIMELP, mais uma homenagem, agora póstuma. Unimo-nos a todos que puderam conosco acompanhar a Conferência de abertura da professora Maria Helena, pesquisadora tão aplaudida em todas as edições. Na verdade, em todas as edições do SIMELP sempre guardamos um espaço carinhoso para a Professora, que respondia com uma humildade enorme, talvez do tamanho de sua vontade de arregaçar as mangas e trabalhar, ensinar, escrever, fazer a diferença no mundo e na vida de cada um de nós. Ela era incansável. Brindou-nos com lições em vários aspectos de nossa profissão, desde a conduta, o cuidado no trato com o outro, o carinho com que retribuía entre sorrisos e a candura nas respostas sempre generosas às nossas questões. Diante dela nossa sede por conhecimento e explanações logo se evidenciava. E ela conseguia cativar a todos com sua simplicidade, empatia e carisma, sem considerar o tempo do relógio; priorizava o tempo da troca, da oxigenação das mentes.

Todos os autores, cujos textos encontram-se, neste volume, publicados, materializam a homenagem que fazemos a uma das maiores linguistas que o Brasil já teve. Sua magnífica obra continuará ecoando sua sapiência e dignidade científica, dando-nos orgulho imenso de ter podido conviver, dialogar e acolhê-la em

São Paulo, em Évora, em Macau, em Goiânia, em Lecce, em Santarém, em Porto de Galinhas e, fechando o ciclo simelpiano dos dez anos de fundação, novamente em São Paulo.

Nesta VIII edição do SIMELP, ainda tivemos algumas barreiras para realizar o evento fora do Brasil, em especial em Angola, lugar idealizado para esta edição. Estávamos já há algum tempo coorganizando o evento e as Olimpíadas em parceria com o Prof. Paulino Soma Adriano envolvendo os alunos de ensino básico da parceria Brasil-Angola. Infelizmente, as barreiras de controle do covid19 nos impediram de levar o SIMELP fisicamente para aquele país. Resolvemos realizá-lo na USP, em que poderíamos acolher os congressistas tanto local quanto virtualmente, e este último espaço daria a possibilidade de aproximar pesquisadores de várias partes do mundo, mediados pelas tecnologias brasileiras. Foi também graças a esse novo arranjo que pudemos realizar a contento as II Olimpíadas de Culturas de Língua portuguesa do SIMELP, com o tema "Diversidade e Identidade: o que aprendi de sua cultura". Se não fosse assim, não teríamos tido acesso ao primoroso trabalho de alunos de Angola e do Brasil, apresentados durante a abertura do SIMELP a todo o público participante e, depois, premiados no último dia do evento. Ainda uma última decisão tomada pela equipe organizadora foi reunir os esforços com a equipe do III Simpósio de Estudos Interdisciplinares da Linguagem – SINTEL, decisão que propiciou esta produção tão importante no campo interdisciplinar dos estudos da linguagem distribuída em dez volumes.

Neste volume VIII, juntamos os textos de autores que se vinculam mais precisamente ao fazer descritivo. Assim, encontram-se lado a lado os estudos descritivos da Língua Portuguesa, independentemente do subsistema selecionado (sintático, fonológico ou lexical). Que os textos aqui incluídos sejam a mais justa homenagem a uma mulher forte, inteligente, gentil e dedicada à Linguística brasileira, como foi nossa querida Maria Helena.

Comissão Organizadora

Capítulo 1

O DISCURSO "GRATILUZ": Os novos produtos lexicais do mercado "Goodvibes"

Alice Pereira SANTOS
IFSP-SPO – *alicesnt@ifsp.edu.br*

Eliana Roda FERREIRA
IFSP-SP – *eliana.r@ifsp.edu.br*

RESUMO: Não é surpreendente que em um contexto de tantas atrocidades, de retorno a inúmeras ideias preconceituosas, o discurso da resiliência seja utilizado por aqueles que não querem se comprometer em mudar esse cenário. No lugar de movimentar-se para a humanização das relações, que enxerga a insatisfação como característica inerente ao ser humano, alguns discursos são plantados e implantados baseados em uma pseudociência "positiva" que censura o descontentamento, mesmo que pertinente, e faz com que se acredite que a vítima é a culpada do insucesso, porque pensa e usa palavras de cunho negativo. Assim, as palavras que remetem à luz e à gratidão ganham um grande espaço na cena, dando vazão ao neologismo "*Gratiluz*" que tem a pretensão quase religiosa e mágica de transformar tudo com palavras e não necessariamente com ações, ou ainda, de afirmar que as palavras são ações. Neste sentido, buscaremos descrever e analisar as criações vocabulares, cunhadas neste universo místico, assim como as escolhas e usos de formações já existentes, revestidas num novo *mindset* e em um – não tão novo – discurso imerso na áurea dos "magos de luz". Esses aspectos linguísticos serão observados e coletados em postagens feitas nas redes sociais,

em reportagens de grandes portais e em vídeos que tratem da versão do "jovem místico". Para trazer a racionalidade e a objetividade ao cenário das forças ditas cósmicas, as esferas discursivas serão analisadas não à luz, mas sedimentados nas propostas de Van Dijk (2003); já os dados envolvendo a formação de novos itens vocabulares serão estudados de acordo com Alves (1990), Basílio (2005), Rio-Torto (2014), Gonçalves (2016) e Andrade e Rondinini (2016).

PALAVRAS-CHAVE: léxico; formação de palavra; análise do discurso; discurso da positividade.

INTRODUÇÃO

A busca da felicidade poderia ser vista como um caminho para reduzir ou até mesmo eliminar *-fobias* e *-ismos* indicativos de preconceitos em relação à diversidade. No entanto, ela tem servido de instrumento para aumentar o individualismo e levar à permanência da intolerância, uma vez que oferece a felicidade como um produto resultante da escolha do indivíduo, afastando-se da ideia de coletividade e desconsiderando aspectos sociais e econômicos.

Como sermos plenamente felizes, então, num mundo onde as injustiças e as desigualdades estão constantemente presentes? Para muitos, essa é uma tarefa que requer ação, luta por mudanças nas estruturas de poder, para outros há um segundo caminho: a criação de um universo paralelo em que tudo funciona de maneira harmônica, graças a uma postura fundamentada em uma lógica aparentemente científica, que condena a "insatisfação" porque esse estado "atrai"

mais negatividade e não nos liberta para a felicidade. Abre-se, assim, a possibilidade de sermos felizes convivendo com as injustiças, coloca-se a vítima como culpada, proíbem-se formas de expressão que revelam descontentamento, criam-se palavras "luminosas" e "iluminadas". Insistem que temos de pensar positivo, mas não há um discurso da ação que proponha mudança para além do indivíduo, o que se tem é o discurso da resiliência, claramente alienante e alienador.

Neste cenário emerge um discurso que "polianiza"[i] o mundo, afastando um determinado grupo do contexto real em que se vive. Dessa forma, as tragédias remetem mais à falsa vitimização do que à desigualdade:

> Tragédias são inevitáveis, não há dúvida, mas a ciência da felicidade insiste que sofrimento e felicidade são uma questão de escolha pessoal. Quem não faz da adversidade um meio de crescimento pessoal é suspeito de querer e merecer suas próprias desgraças, não importam as circunstâncias. No fim, então, não temos muita opção: a ciência da felicidade não só nos obriga a ser feliz, mas também nos culpa por não levar uma vida mais bem sucedida e gratificante. (CABANAS; LLOUZ,2022, p. 15)

Ousamos dizer aqui que a obra *Pollyanna* de Eleanor H. Porter, a partir do "jogo do contente", é precursora da mentalidade "*gratiluz*" ao procurar ver apenas o lado positivo da vida, encobrindo a infelicidade e o responsável por ela, seja o contexto sociohistórico ou uma pessoa que atue como antagonista.

Sabemos que não existe vítima sem algoz, mas o que se vê é a neutralização do algoz por meio do mantra "as palavras têm poder". Esse princípio motiva a alteração da escrita de algumas palavras para conferir a elas a "atitude" necessária para o sucesso, como fez Christopher Gardner[ii], ao grafar com "y" a palavra "*happiness*" no título do filme "*The Pursuit of happyness"*, que conta o seu segredo para a felicidade. O objetivo era deixar claro de que é "você" (*you*) o único responsável pela trajetória de sua vida.

Evitam-se palavras negativas, das sombras, vazias de "graça" e usam-se palavras que remetem à graça como bênção recebida por quem a merece. Enfatiza-se o uso do discurso positivo imposto para disseminar a ideia de que a felicidade é uma opção individual. Na verdade, vende-se o conformismo, disfarçado de felicidade, transformando-a em produto mais rentável do neoliberalismo, tudo isso pautado na psicologia positiva que investe no individualismo e não valoriza causas coletivas:

> No campo conceitual, os psicólogos positivos associam com ênfase felicidade e individualismo, fazendo deste último uma precondição cultural e ética para a obtenção da primeira, e da primeira a justificativa científica do individualismo que eles apresentam como um valor moralmente legítimo. A forte relação entre os dois conceitos resulta com frequência na adoção de racionalidades tautológicas. Nesse aspecto, os psicólogos positivos supõem, e muitas vezes são contundentes ao afirmar que, as-

> sim como a felicidade é uma meta natural a ser perseguida por todos, também o individualismo e a busca autônoma e independente de objetivos são as formas mais naturais de viver uma vida feliz. De modo relacionado, várias publicações sobre psicologia positiva afirmam oferecer evidências empíricas de que o individualismo é a variável que se relaciona de modo mais consistente e robusto com a felicidade – e vice-versa –, a despeito de quaisquer outros fatores sociológicos, econômicos e políticos. (CABANAS; LLOUZ, 2022, p. 87)

Ao lado dessa escalada do individualismo, ainda há o reforço do discurso do Nós X Eles: "Eles" representando o mal, as trevas, a infelicidade e o "Nós" representando o bem, a iluminação, a felicidade, o das tais pessoas de bem que acreditam que, não falando sobre as mazelas sociais, o mundo se transformará em um lugar melhor para viver. Por meio da estratégia do quadrado ideológico de Van Dijk (2003), notamos a ênfase nas qualidades das pessoas que se consideram "de bem", o Nós, e o apagamento dos seus aspectos negativos. São ressaltados os defeitos e o apagamento dos aspectos positivos do outro. O que se observa no discurso "*gratiluz*" é que a polarização o alimenta, acirrando a oposição Nós x Eles.

É desse modo que algumas expressões passaram a ser usadas pelo grupo do "Nós" e algumas outras passaram a ser repudiadas, como se fossem tabus linguísticos. A disseminação da psicologia positiva, via discurso, desenvolveu-se de maneira veloz e foi ocu-

pando espaços do mundo da ciência, da educação, da saúde e do trabalho, de forma que as profissões de *coach*, mentor, constelador passaram a ser necessárias na vida das pessoas porque tudo é, aparentemente, fundamentado na ciência.

É nesse quadro que vimos surgir, nas redes sociais, criações diversas sobre o universo "*Gratiluz*" cuja recolha manual foi feita com o objetivo de mostrar como esse discurso positivo é impositivo, quer através de criações neológicas, quer a partir do uso de imperativos; da utilização da pseudociência, com as etimologias fantasiosas, e da apropriação do discurso do proibido que rechaça toda forma de contestação, normalmente apresentadas como reclamações infundadas. Para o presente trabalho, daremos destaque às formações vocabulares que ornamentam esse discurso.

ANÁLISE: GRATIDÃO AOS "*SELF-MADE MAN*"

Nesta seção, serão analisadas algumas formações muito frequentes no discurso da psicologia positiva, seja aquele empregado pelos adeptos da doutrina, seja por aqueles que investigam esse fenômeno sociopsicológico. Também foram selecionadas para esta análise as criações construídas pelos críticos da doutrina positiva.

Certamente, as mais frequentes são aquelas do universo da gratidão, ou "gratitude", como preferem muitos mentores. A palavra foi "tomada" com o significante em inglês e "inseminada" com significado em português, como fica claro na postagem[iii] abaixo:

> Você sabe o que é 'gratitude'? É uma palavra em inglês e francês que significa 'ato, ação e atitude.' Em uma tradução livre, Gratitude quer dizer que precisamos ter uma atitude grata e tornar isso um hábito em nossas vidas. Quando estamos no estado de gratidão, só atraímos mais coisas boas.[iv]

A palavra foi convocada para compor o discurso, sem sequer ser decalcada para o português, nota-se que há a preocupação em dar à palavra contornos motivacionais, por meio da etimologia popular. Tudo isso para garantir que as boas vibrações permeiem as nossas vidas. O autor da página diz ser "tradução livre", mas "carimba" em suas escolhas o dever imperativo "precisamos ter uma atitude grata" para "só atrai(rmos) coisas boas".

Entretanto, como fica claro nas definições a seguir, a explicação dada não corresponde à realidade, devendo retornar ao reino das fantasias etimológicas.

> *Gratitude, noun– "the feeling of being grateful and wanting to express your thanks" (Oxford English Dictionary)*[v]*; Gratitude, noun – "the feeling or quality of being grateful"* (CAMBRIDGE DICTIONARY, s. d. s. p.)[vi]

Do mesmo modo, há outras publicações que disseminam o mesmo conteúdo, sem qualquer preocupação com o apuro das informações frente às áreas dos

estudos linguísticos, responsáveis pelo significado e pela origem das palavras. Seguindo uma lógica semelhante, a palavra "obrigado / obrigada" que teria, segundo o pensamento positivo, o apelo da obrigação passou a ser esconjurada por diversas pessoas e vimos a sua substituição pela palavra "gratidão".

Essa, possivelmente uma das primeiras trocas, é bastante curiosa. Não houve a substituição do obrigado/a por grato/a, ou seja, de particípio passado com valor adjetivo por outro de mesma classe gramatical. "Gratidão", substantivo, acabou sendo uma opção que neutraliza o gênero de quem está agradecendo, ganhando força pela sonoridade durativa do "-ão" final, ressoando a gratidão por mais tempo[vii]. A troca também poderia ser explicada pela tradução da palavra "Gratitude", conforme visto anteriormente.

Outros dois exemplos do mesmo campo semântico são as criações "obrigatidão" e "obrigatiluz", como se pode ler no texto de abaixo[viii]:

> Obrigratidão.
>
> – Como é que é? Você disse...
>
> – Obrigratidão. Obrigado pra quem é de obrigado, gratidão pra quem é de gratidão.
>
> – E isso funciona?
>
> – Não. Os que são de gratidão acham que estou sendo sarcástico e os de obrigado acham ainda mais ridículo que gratidão.
>
> – E por que você usa?

> – Para irritar quem acha que o outro tem que ser grato do jeito dele. Eu sou grato do jeito que eu quiser. Dependendo do caso, posso até usar obrigratiluz. (CLUBECETICISMO, s. d., s. p.)

O texto faz uma crítica descontraída sobre a forma como os grupos antagônicos, isto é, os chamados "geração *gratiluz*" e seus críticos se comportam igualmente como fiscais do discurso alheio. Na primeira palavra tem-se a junção de "obrigado" e "gratidão' e, na segunda, uma mescla entre "obrigado" e a palavra "*gratiluz*", fruto de um outro cruzamento (gratidão ∩ luz). A esse tipo de formação, tem-se dado o nome mais abrangente de *Cruzamento Vocabular* (CV). Esse processo também recebe o nome *Blends Lexicais* (Rio-Torto, 2014) e *Palavra-valise* (Alves, 1990). Apesar dos variados nomes sua definição é semelhante:

> Denomina-se de CV uma palavra morfológica, resultante da fusão de duas outras pré-existentes, que, ao mesmo tempo, reproduz e cria significados a partir das palavras que lhe serviram de fonte, como, por exemplo, baianeiro (baiano + mineiro), breganejo (brega + sertanejo), chafé (chá + café), marginata (marginal + magnata). (ANDRADE; RONDININI, 2016, p. 871)

É também muito comum, entre os estudiosos, comparar esse processo com a composição (Rio-Torto, 2014) ou descrevê-lo como um subtipo da composição (Basilio, 2005).

> [...] é possível afirmar que uma mescla ocorre "quando duas palavras, pertencentes ou não a mesma classe gramatical, se fundem num todo fonético, com um único acento, à semelhança de um composto formado por aglutinação, mas sem perder, contudo, os traços semânticos das formas de base que lhes deram origem". (ANDRADE, 2008, p. 17 *apud*: SILVA, 2018)

Outros autores propõem uma subdivisão, como fazem Gonçalves e Almeida (2007), classificando os cruzamentos em: i. entranhamento lexical; ii. combinação trucada; iii. reanálise[ix].

Considerando a subdivisão proposta por esses autores, deve-se pontuar que a semelhança entre alguns segmentos sonoros no caso de "*obrigratidão*" e "obrigadão", poderia indicar um tipo de cruzamento específico – entranhamento lexical, contudo, considerando as partes dos vocábulos envolvidos na construção do neologismo, nota-se um truncamento da palavra "obrigado" (obri-), somada à palavra "gratidão", que se manteve inteira. Considerando o truncamento em "obrigado", percebe-se que a segmentação não respeitou os elementos morfológicos – radical e afixos. Por isso, muitas vezes, os cruzamentos são apontados como processos que não poderiam ser circunscritos na esfera da morfologia:

> Não há consenso geral sobre o lugar que o CV deve ocupar na morfologia lexical: se no âmbito da produtividade ou da criatividade morfológica. Alguns estudiosos (BAUER, 1983; CANNON, 1986) consideram o CV um processo produtivo, uma vez que, de acordo com Bauer (2001), um processo produtivo não é necessariamente aquele responsável pela formação de um grande número de palavras, mas também é produtivo pela capacidade de atualizar/renovar constantemente o vocabulário dos falantes de uma determinada comunidade linguística; uns entendem-no como relacionado à criatividade morfológica (ARONOFF, 1976), enquanto outros o excluem de ambas as esferas (p. ex. VAN MARLE, 1985). (ANDRADE; RONDININI, 2016, p. 821)

O caráter humorístico visto nas formações acima é também um elemento constitutivo desse tipo de formação vocabular:

> Formados com intenções expressivas e/ou humorísticas, os produtos de fusão têm muitas vezes vida episódica; mas quando são difundidos e partilhados por uma comunidade, o seu tempo de vida recobre o da realidade que denotam. Pelo exposto, compreende-se que o seu uso ocorra dominantemente em registos não formais, orais ou escritos, dos meios jornalístico, literário, propagandístico, publicitário, humorístico. (RIO-TORTO, 2014, p. 8)

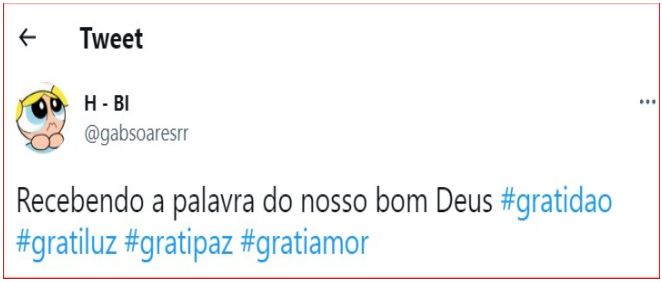
Aproveitando-se de uma inspiração semelhante, o perfil *Shivão*, criado no *Instagram* com o *Insta do Shivão*[x] que se apresenta como diálogos entre Nic e seu alter ego Shivão. O deus Shiva é um dos principais da religião hindu, tido como o deus da destruição e da criação do novo, assim o perfil ironiza o universo *gratiluz*, demonstrando a sua insatisfação do uso abusivo do "grati-" nos cruzamentos vocabulares, como se lê na imagem 1:

Imagem 1 – Perfil Shivão.

Fonte: https://m.facebook.com/reikando/posts/1301854556643536/ acesso em 30/10/22.

Nesse *post* há o registro de formações como "*gratidom*" (gratidão ∩ dom) e "*gratiluz*" (gratidão ∩ luz), já usadas e a possibilidade do surgimento de outras como: "*gratimor*[xi] (gratidão ∩ amor)", "*gratipaz*" (gratidão ∩ paz) e "*gratistê*" (gratidão ∩ *namastê*[xii]) que já aparecem em outros lugares como[xiii]:

Imagem 2– Postagem twitter



Fonte: https://mobile.twitter.com/gabsoaresrr/status/1052966338652721152 acesso em 31/10/2022.

As criações citadas tomam, como ponto em comum, a parte da palavra "grati-" e parecem também ser fruto do mesmo processo de formação – o cruzamento vocabular. Ressalta-se que a maior parte dessas formações são forjadas com parte de uma palavra preexistente e por outra que permaneceu inteira. Isso pode ensejar a discussão acerca das semelhanças entre o cruzamento vocabular e a composição, já que os processos apresentam similaridade, sobretudo quando se considera a aglutinação. Em ambos os casos haveria uma perda da limitação vocabular, em função de uma elisão (planalto) ou crase (aguardente) (RIO-TORTO, 2016, p. 866).

Outra análise possível é o tratamento do segmento "grati-" como *Splinter* nativo (GONÇALVES, 2016), devido a sua recorrência, significação e posicionamento sintático estáveis. Os *Splinters* são definidos como novos afixos, por meio da percepção dos falantes

ao interpretar algumas palavras estrangeiras (*ciber-*, *wiki*, *e-*) ou por meio da reanálise, motivada por uma etimologia popular (*choco-*,*-nejo*[xiv], *-tone*[xv]) Ao primeiro conjunto, Gonçalves e Almeida (2012, *apud* GONÇALVES, 2016), dão o nome de "*xenoconstituíntes* ou *splinter* não nativo", ao segundo, de *Splinter* nativo. Os autores pontuam ainda que esses seriam "[...] elementos que, como afixos, ocorrem em uma borda específica da palavra, mas em função de seus significados, correspondem a palavras." Assim, Booij (2005, 2007, *apud* GONÇALVES, 2016), vê nos *splinters* similaridades entre os processos que ocorrem na derivação e na composição. Cumpre acrescentar que alguns autores, observando a frequência e certa independência da palavra base, ressaltam o caráter de afixo dos *splinters*, o que faz distanciar do cruzamento, portanto.

É evidente que, tomando como base apenas o exemplário exposto neste trabalho, seria precipitado conferir ao segmento "grati-" o status de *splinter*, muito menos o de novo afixo, contudo, considerando a sua recorrência, esta é uma hipótese a ser investigada em trabalhos futuros. Também ao futuro cabe o estudo deste elemento com afixo independente, afinal, apenas uma visão diacrônica permitiria isso.

Saindo do campo semântico "*gratiluz*" e da esfera humorística, selecionaram-se algumas formações recorrentes no discurso daqueles que analisam a psicologia positiva. No livro *Happycracia* (2022), os autores, Cabanas e Illouz, fazem uso de uma terminologia empregada nos discursos de *coaches* que vendem a doutrina da felicidade ao alcance das mãos dos seus

mentorados[xvi], desde que esses tomem as rédeas da sua vida e aprendam a "autogerir" suas emoções. Nesse contexto, acabam empregando vários termos criados com base no elemento formativo[xvii] "auto-" que reforçam a ideia de que tudo está, apenas e unicamente, sob controle do indivíduo, eliminado as pressões sociais, apagando os problemas econômicos, deslocando o eixo do sistema para o sujeito. Exatamente por isso o discurso será muito bem aproveitado pelo neoliberalismo, que é eximido de qualquer culpa e, portanto, desobrigado de tomar alguma atitude, com vistas a auxiliar aquele que ainda está bem longe da meta para a felicidade.

Alguns desses termos são empregados não só para explicar o discurso, mas também são requeridos pelos milhares de tutores que atuam, não como vendedores de cursos, mas como propagadores de um estilo de vida ideal para se alcançar a felicidade.

Participam do exemplário "*self-made man*", as palavras "autoconstrução", "autoconstruídos", "autoterapeutas", "autovigilância", "autocomercantização", nas quais se veem o significado de "si mesmo", sentido continuado do antepositivo grego gr. *αὐτο*:

> [...] "autós,ê,ó) '(eu) mesmo, (tu) mesmo, (ele) mesmo, (si) mesmo' (representado em lat. por um reduzido número de helenismos em que auto- ocorre como pref.); nessa qualidade, depreendido prov. de autômato, começa a aparecer em umas poucas form. mais ou menos internacionais datadas do Renascimento, ex-

> pandindo-se a partir do século XIX na terminologia científica de tal modo que hoje tende quase a autonomizar-se como voc. [...]" (Dicionário Houaiss, 2011, s.p.)

Neste sentido, a associação do sufixo com a terminologia científica também é mais um elemento requerido pelos divulgadores deste discurso que, para se legitimar, buscam se vincular, mesmo que na aparência, ao discurso científico, como pontuam os autores:

> Mais especificamente, afirmamos que, se a felicidade passou a ser tão importante nas sociedades neoliberais, foi porque ela se provou um conceito muito útil para reacender, legitimar e reinstitucionalizar a chama do individualismo em termos aparentemente não ideológicos por meio do discurso científico neutro e de autoridade. [...]
>
> Sob as asas da ciência positiva, muitos cientistas da felicidade fizeram com que a noção de felicidade se metamorfoseasse em um instrumento potente e ideologicamente alinhado que reforça a responsabilidade do indivíduo por seu destino e transmite valores altamente individualistas disfarçados de ciência psicológica e econômica. (CABANAS; ILLOUZ, 2022, p. 83-84)

Entre as formações citadas, chamam ainda mais atenção as palavras "autoterapeutas" e "autocomercialização", já que na primeira o significado da base remete para o atendimento ou cura de outrem (terapeuta - "*aquele que fornece tratamento ou cuidado médico a al-*

guém"), o que faz do formante "auto-" uma espécie de negação de parte de seu significado. Além disso, como esclarecem Cabanas e Illouz, as técnicas propaladas pela psicologia positiva fazem crer que a psique seria "[...] *em sua totalidade cognoscível, propensa ao escrutínio matemático e aberta à manipulação do próprio indivíduo.*" (CABANAS; ILLOUZ, 2022, p. 185).

Já na palavra "autocomercialização" faz reviver a noção de mercadoria em que a felicidade foi transformada, processo evidenciado também na formação "*emodities*" – cruzamento por combinação truncada entre as palavras "*emotion*" e "*commodity*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver no modo *gratiluz* nada mais é do que acreditar na valorização da harmonia incondicional, do apelo à passividade como condição de aquisição do produto felicidade. Como quase tudo do que é "incondicional", esse modo de viver anula, despreza as reações humanas e, através de um discurso resiliente, combate a vida que é marcada por confrontos necessários para a sobrevivência. Mostra-se como uma forma de pensar cara ao neoliberalismo já que se alimenta dessa passividade para crescer mais, ignorando, oportunisticamente, as condições socioeconômicas desiguais. O mais contraditório é que os "*gratilovers*" acreditam que estão melhorando o universo, quando na verdade estão se harmonizando com aqueles que o destroem.

Os termos criados pelos "*gratiluzes*" ou "*gratiloosers*" foram tão profícuos que, além do surgimen-

to de um possível novo afixo, grati- cuja recolha inicial, apresentou as formações "*gratiluz*", "*gratimor*", "*gratipaz*", encontrou também formações bem-humoradas como "*gratilovers*" e "*gratinada*", o que parece ser um indicativo da repercussão do "*gratiluz*", uma vez que o humor geralmente se aproveita de certas situações, de certos tipos para abastecer seu repertório com esses que tornaram estereótipos desse universo.

As redes sociais apresentam desde os *coaches*, que acreditam no sucesso de práticas positivas até vídeos e *posts* que demonstram a incoerência e a inconsequência de certas afirmações. A Doutora Rô, uma personagem cômica da série de vídeos no *Instagram*,[xviii] satiriza a postura passiva e o uso dessas novas formações. Há também um outro *Instagram* do *Coach* de fracassos[xix] que critica claramente a visão alienada da existência, ao colocar no seu perfil o seu objetivo: "Humanizar o Fracasso com doses de #humor."

Finalmente, pode-se dizer que, em nome de uma falsa espiritualização, o produto *felicidade* é vendido por esses gurus do sucesso, da felicidade, e o preço que se paga é a alienação, a frustração, e um mundo mais desumano. É preciso recuperar a ideia de que fracasso e sucesso, tristeza e alegria são inerentes à humanidade. Sejamos mais humanos e fiquemos com Nelson Cavaquinho:

> "*Tire seu sorriso do caminho que eu quero passar com a minha dor.*"

REFERÊNCIAS

CAMINHA, A.; BRITO, G; CAVAQUINHO, N. *A Flor e o Espinho* [1957]. Rio de Janeiro: Odeon, 1973. LP, 3'31.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo*: criação lexical. São Paulo: Editora Ática, 1990.

ANDRADE, K. E; RONDININI, R. B. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição? *In*: *D.E.L.T.A*., 32.4, 2016, p. 861-887.

BASILIO, M. Fusão Vocabular como Processo de Formação de Palavras. In: Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN, 2005.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CABANAS, E; LLOUZ, E. *Happycracia*: fabricando cidadãos felizes, 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formações de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A; ALMEIDA, M. L. L. Bases semântico-cognitivas para a diferenciação de cruzamentos vocabulares em português. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, Faculdade de Filosofia da U. C. P, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário eletrônico da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

POTER, E. H. *Poliana*. Trad. Paulo Silveira. ed. espec. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

RIO-TORTO, G. M. Blending, cruzamento ou fusão lexical em português: padrões estruturais e (dis)semelhanças com a composição. *In*: *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 16, n. 1, jan./jun. 2014, p. 7-29.

SANDMANN, A. J. *Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor, Ícone Editora, 1988.

SILVA, V. B. Uma comparação não linear: o cruzamento vocabular frente à hipocorização. *In*: *Cadernos do CNLF*, v. XXII, n. 3, Textos Completos, Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2018.

VAN DIJK, T. A. *Ideología y discurso*. Barcelona: Ariel, 2003.

SITES

<https://pt-br.facebook.com/oberom.aum/photos/voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9-gratitude-%C3%A9-uma-palavra-em-ingl%C3%Aas-e-franc%C3%Aas-que-significa-ato-/1007637986020018/>. Acesso 25 nov. 2022.

<https://clubeceticismo.com.br/viewtopic.php?t=88>. Acesso 02 out. 2022.

<https://www.etymonline.com/>. Acesso 02 dez. 2022.

Capítulo 2

O LÉXICO DA LÍNGUA APINAYÉ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA BILÍNGUE E INTERCULTURAL

Ângela Maria SILVA
UFNT – *angela_ortoface@hotmail.com*

Francisco Edviges ALBUQUERQUE
UFNT – *fedviges@uol.com.br*

Severina Alves de Sissi ALMEIDA
FACIT – *sissi@faculdadefacit.edu.br*

RESUMO: O texto apresenta um estudo sobre "O Léxico da Língua Indígena Apinayé", a partir das teorias de Lexicologia e Lexicografia, categorias epistemológicas integrantes das ciências do léxico, cujo o objeto de estudo é o "Léxico" distinguindo-se, dialeticamente, por fundamentos teórico metodológicos. O objetivo é identificar no Léxico da Língua Apinayé contribuições para uma efetiva Educação Bilíngue e Intercultural, considerando que Lexicografia e Lexicologia, muito mais do que teorias, são atitudes e posturas que configuram o Léxico de uma determinada Língua. Enquanto a Lexicografia se ocupa de copilar, classificar, analisar e processar o Léxico, com a finalidade de elaborar dicionários, a Lexicologia tem como objetivo formular teorias, visando à descrição e análise do Léxico, estando também entre suas funções, analisar os processos de renovação lexical. Buscamos, também, avaliar como o Léxico Apinayé se processa, ou seja, de qual modo está registrado, se mediante glossários ou dicionários. Os procedimentos para realização da pesquisa forma levantamento bibliográfico a

partir de descritores próprios dessa área da Linguística, quando teóricos e teorias se imbricam mutuamente, construindo e constituindo subjetividades. Os resultados apontam para uma realidade onde o Léxico da Língua Apinayé está registrado, o que contribui para a efetivação de uma Educação Bilíngue e Intercultural nas escolas de suas aldeias. Porém, essa efetivação não se dá livre de conflitos linguísticos, considerando a sociedade atual marcada por avançadas tecnologias que interferem nos falares indígenas, destacando neologismos e empréstimos linguísticos, o que requer estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: língua apinayé; léxico; lexicologia; lexicografia; educação indígena bilíngue e intercultural.

INTRODUÇÃO

Estudos abordando línguas indígenas estão, ultimamente, em evidência, considerando que muitas línguas nativas brasileiras estão desaparecendo. Isso ocorre porque a língua não indígena, o Português, está assumindo o lugar das línguas indígenas, devido, dentre outros fatores, à ausência de uma política linguística que assuma seu lugar de direito, ou seja, onde o "Léxico da Língua Indígena Apinayé", seja visto a partir das teorias de Lexicologia e Lexicografia, categorias epistemológicas integrantes das ciências lexicográficas, cujo o objeto de estudo é o "Léxico" distinguindo-se, dialeticamente, por fundamentos teórico e metodológicos.

O objetivo foi identificar no Léxico da Língua Apinayé contribuições para uma efetiva Educação Bilíngue e Intercultural, considerando que Lexicografia e Lexicologia, muito mais do que teorias, são atitudes e posturas que configuram o Léxico de uma determinada Língua.

Enquanto a Lexicografia se ocupa de copilar, classificar, analisar e processar o Léxico, com a finalidade de elaborar dicionários, a Lexicologia tem como objetivo formular teorias, visando à descrição e análise lexicográfica estando também entre suas funções, analisar os processos de renovação lexical.

Buscamos, também, avaliar como o Léxico Apinayé se processa, ou seja, de qual modo está registrado, se mediante glossários ou dicionários. Os procedimentos para realização da pesquisa deram-se de forma interdisciplinar, com levantamento bibliográfico, ou seja, pesquisa teórica, a partir de descritores próprios dessa área da Linguística, quando teóricos e teorias se imbricam mutuamente, construindo e constituindo subjetividades.

Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural se manifesta na dinâmica da vida nas aldeias indígenas, considerando que são mais de 300 os povos que habitam o território nacional (IBGE, 2010), falantes de aproximadamente 199 línguas (RODRIGUES, 2013), vivendo principalmente no Amazonas, Pará, Mato Grosso, Amapá, Roraima, Goiás e Tocantins (ALMEIDA, 2015). Cada povo é individualmente diferente e detém suas subjetividades, as quais se revelam, também, pela cultura e língua, considerando teores antropológicos e filosóficos catalizadores de suas identidades.

OS APINAYÉ

Os Apinayé, segundo Da Matta (1976), são um povo indígena remanescente dos Timbira Orientais, falante da Língua Apinayé, pertencente ao Tronco Lin-

guístico Macro-Jê e Família Linguística. A população Apinayé é de 2.782 indígenas distribuídos em 51 aldeias, conforme o (DSEI-TO, 2021), habitando na região do Bico do Papagaio, nas fronteiras do estado do Tocantins com o Maranhão e o Pará. Falam sua Língua Materna, o Apinayé e também o Português, sendo, pois, comunidades bilíngues.

Os indígenas Apinayé mantém um contato permanente com a sociedade não indígena desde o século XVII. Sendo assim,

> [...] os primeiros civilizados a alcançar essas alturas foram os Jesuítas PP Antônio Vieira, Francisco Veloso, Antônio Riveiro e Manoel Nunes, que, entre 1633 e 1658 empreenderam quatro entradas, Tocantins acima, a fim de descerem índios para as aldeias do Pará. A entrada do Padre Manoel Nunes nas terras Apinayé foi realizada com a colaboração de 450 indígenas das missões e 45 soldados, e no ano de 1658, chegaram ao território onde habitavam os Apinayé. (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 1)

Segundo Almeida (2015) os indígenas Apinayé mantém contato com a sociedade não indígena de forma amistosa e cordial, mas o grupo começou a ser integrado à história do Brasil com a ocupação do sertão nordestino e a intensificação da navegação do rio Tocantins. Para Albuquerque (2007), a ocupação do sertão do Maranhão, da Bahia e do Piauí é consequência da criação extensiva de gado que, ainda no período Colonial, servia para alimentar as populações dos enge-

nhos litorâneos, de modo que esse gado avançou pelos sertões até chegar ao sertão goiano, atual estado do Tocantins.

Nesse sentido, a integração logo se transformou numa dependência ostensiva dos Apinayé pelo modo de vida da sociedade não indígena. Dentre os fatores, destacam-se a investida dos fazendeiros e madeireiros e também a construção de hidrelétricas, como foi o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), construída em 2009 no rio Tocantins, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão, interferindo nas formas na vida dos indígenas (ALMEIDA, 2015).

LÍNGUA APINAYÉ

Segundo Almeida (2015), a Língua é um bem comum e determinante da identidade de povos e nações, movimenta-se e adquire forma num ambiente sociocultural marcado pela diversidade. Para essa autora, Língua e identidade se complementam e são consideradas eixo essencial do desenvolvimento humano, tanto cultural quanto social. Essa autora recorre a Bortoni-Ricardo (2011), argumentando que uma comunidade se materializa por sujeitos que se relacionam por meio de redes comunicativas e sociais diversas, orientando o comportamento verbal do falante, constituindo sua identidade. Nesse sentido,

> [...] a Língua se relaciona com a sociedade por que é a expressão das necessidades dos homens de se congregar, socialmente, de cons-

> truir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da "alma" ou do "íntimo", ou do que quer que seja do indivíduo. É, acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa, como se seus membros fossem sua boca. (ALMEIDA, 2015, p. 170)

Fica, assim, ratificada a relação entre Língua e identidade, quando se percebe que as pessoas se inter-relacionam a partir de uma Língua que a unem, expressão da cultura que as individualizam.

ETNOLINGUÍSTICA: LÍNGUA E CULTURA APINAYÉ

A Etnolinguística pode ser definida como a relação entre língua, cultura e as pessoas envolvidas. Segundo Aragão (1999) citada por Almeida (2015, p. 167) "[...] as relações entre língua, sociedade e cultura são tão íntimas que por vezes torna-se difícil separar uma da outra, ou mesmo estabelecer uma fronteira entre elas." Além dessas relações, as autoras identificam outro aspecto relevante quando se têm dúvidas acerca da linguagem utilizada por um determinado grupo sociocultural, que é o fator geográfico.

Segundo Almeida (2015), determinadas variações de ordem regional podem ser também sociais, estendendo-se aos falantes que têm uma específica marca diageracional, diagenérica ou diafásica. Afinal, seriam todas essas variações próprias da língua e condicionadas pela sociedade ou teriam marcas de determinada cultura? De acordo com Aragão (1999) em citação de Almeida (2015), dúvidas e questionamentos dessa natureza são

frequentes quando se trabalha com a inter-relação entre língua, cultura e sociedade, pois, esses ambientes ecologicamente se cruzam, reproduzindo uma linguística situada num campo de tensão, envolvendo língua e etnicidade, dando origem à Etnolinguística.

A etnolinguística é um ramo da Linguística que estuda as relações entre uma língua e a visão de mundo daqueles que a falam. "É, nesse sentido, o estudo do próprio código linguístico, de sua função e de suas mensagens, mantendo relação com a cultura a partir o código identitário de uma comunidade de fala." (ALMEIDA, 2015, p. 167).

LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA

Lexicologia e Lexicografia são ciências afins voltadas para estudar a origem, da forma e do significado das palavras. Segundo Casares (1992) citado por Xavier (2011), o trabalho lexicográfico assume um caráter eminentemente utilitário, uma vez que tem a função de listar o acervo lexical de uma determinada língua para a sua definição enquanto tal. Ademais, essas disciplinas destacam-se pelos sufixos (*logia*) e (*grafia*), correspondendo "[...] a primeira à ciência e à teoria lexicais, e a segunda à técnica e à arte, em geral vinculada à produção de obras de referência." (XAVIER, 2011, p. 3). Segundo Welker (2005), a Lexicografia divide-se em Lexicografia Prática e Lexicografia Teórica, de modo que a primeira abrange a técnica de elaboração de dicionários e a segunda volta-se para a reflexão e a discussão sobre o seu uso, tipologia e proble-

mas. Para Xavier (2011), a Lexicografia Teórica também é conhecida como Metalexicografia.

> No entanto, há que se levar em conta que a produção de instrumentos lexicográficos não se desvincula do estabelecimento de uma epistemologia ou, em outros termos, de uma reflexão teórica sobre os seus procedimentos e métodos. Nessa perspectiva, adotamos neste trabalho a premissa de que a teoria e a prática ou técnica lexicográfica são realidades indissociáveis dentro da Lexicografia. (XAVIER, 2011, p. 3)

Com efeito, a Lexicografia serve como um referencial sólido para aos estudos lexicais, pois fixa as acepções dos signos linguísticos em configurações de língua diversas, registrando-as de modo sistematizado, servindo como referência para as normas lexicais vigentes em tempos e épocas distintas. Ademais, é por meio da produção de obras lexicográficas, tais como dicionários, glossários e vocabulários, das mais variadas ordens (históricos, etimológicos, ortográficos, terminológicos etc.), que a Lexicografia favorece uma extensa e variada gama de pesquisas no âmbito da Lexicologia, por exemplo, neologismos, arcaísmos, empréstimos linguísticos, regionalismos, dentre outros (XAVIER, 2011).

ESTUDOS LEXICOLÓGICOS

Apesar de a lexicologia ser vista como uma ciência recente, estudos sobre palavras remontam à Antiguidade Clássica.

> Sem o lugar merecido, os estudos lexicais permaneceram em segundo plano durante um bom tempo da história linguística. Relegados a segundo plano, os estudos lexicais foram deixados de lado para dar lugar às preocupações acerca dos estudos fonéticos, morfológicos e sintáticos. Quase nada se fazia com as palavras de uma língua além de organizá-las alfabeticamente e buscar suas definições a partir de sua literatura. Apenas a lexicografia tinha uma função definida até o início do século XIX, pelo menos. Nos finais do século XIX, com a marca triunfal da geografia linguística e consequentemente o florescimento da onomasiologia, o interesse linguístico passa pouco a pouco da investigação fonética para a dos problemas lexicais. (ABBADE, 2011, p. 1333)

É ainda de Abbade (2011) a informação de que no VII Congresso Internacional de Linguística, que ocorreu no ano de 1952 em Londres, os conceitos linguísticos gerais já eram elaborados sobre uma base fenomenológica, significando um sistema de referências extralinguísticas. Nesse sentido,

> [...] Algumas distinções são fundamentais para os estudos lexicológicos. É o caso da distinção básica entre palavra, lexia e vocábulo. Entendido por muitos como uma espécie de sinônimos, poderíamos dizer que não haveria distinção propriamente entre eles. Na verdade, todos sabem o que é uma palavra: é um termo genérico, tradicionalmente utilizado na língua, fazendo parte

> do vocabulário de todos os falantes. Mas, se a palavra é um termo que faz parte do vocabulário do falante, subtende-se que palavra e vocabulário são conceitos distintos. Qual é essa distinção? (ABBADE, 2011, p. 1333)

O vocabulário, de acordo com Abbade (2011), pode ser definido como um subconjunto que se encontra em uso efetivo, por um determinado grupo de falantes, numa dada situação, ou seja, é um conjunto de palavras utilizadas por um determinado grupo social e linguístico. E o que vem a ser lexia? Afirmar que lexias são as palavras de uma língua, estamos tornando-a sinônimo da palavra. Então, qual a diferença entre esses dois termos?

> [...] a lexia, diferente da palavra, é a unidade significativa do léxico de uma língua, ou seja, é uma palavra que tenha significado social. A palavra é uma unidade significativa, mas a sua significação não é só lexemática, pode também ser morfemática, isto é, gramatical. A lexia, ao contrário, tem significação externa ou referencial, ou seja, apenas lexemática. A sua referência pode ser as coisas concretas ou abstratas. (ABBADE, 2011, p. 1334)

Na perspectiva dessa autora, a frase “a escada é velha”, tem quatro palavras, porém apenas duas lexias: escada e velha. “São as lexias com função apenas referencial ou lexical. Elas também são palavras, assim como o artigo a e o verbo de ligação e, que têm função

também gramatical além da função referencial." (ABBADE, 2011, p. 1334).

LÉXICO

Ao longo dos tempos o léxico tem se apresentado como uma vertente da língua dissociada da gramática. Esta perspectiva, que retirou importância ao estudo do léxico, decorre da própria definição de léxico, uma vez que, ao ser definido como um "inventário aberto" nega-lhe a possibilidade de sistematização e, dessa forma, de estudo científico (REY-DEBOVE, 1970 *apud* ASSUMÇÃO; ARAUJO, 2017).

> Josette Rey-Debove (1970) não concede ao léxico o estatuto de objeto de estudo científico dentro da gramática e rejeita a possibilidade de existir uma competência lexical semelhante à competência gramatical. Segundo esta autora, todos os falantes de uma língua dominam o sistema gramatical da mesma, enquanto nenhum deles, individualmente, domina o léxico da sua própria língua, uma vez que o mesmo diz respeito à realidade da comunidade linguística em geral, ou seja, o léxico remete para todos os falantes, em geral, e para nenhum em particular. (ASSUMÇÃO; ARAUJO, 2017. p. 59)

Esses autores argumentam que no âmbito do modelo estruturalista, esta forma de ver o léxico como um inventário, ou mesmo um paradigma aberto e ilimitado, em oposição ao paradigma gramatical, caracterizado como fechado ou limitado, não é unanimida-

de entre os teóricos dessa área, e recorrem a Coseriu (1977) afirmando que:

> [...] é verdade que os lexemas que podem ser "selecionados" (escolhidos) no eixo paradigmático para funções como "sujeito" ou "objeto direto" constituem séries não limitadas. Mas, neste caso, é uma seleção feita no léxico para funções gramaticais, não para funções lexicais. Por pelo contrário, a seleção lexical propriamente dita é realizada [...] dentro de paradigmas limitados e delimitáveis, como os da gramática. Então, se você tem que se qualificar uma determinada temperatura por meio de um adjetivo, você escolhe, por exemplo, em francês entre froid, "cold" - frais, "fresh" - tiède, "morno" - chaud, "hot", [...], da mesma forma que, por exemplo, para o número gramatical, escolha entre o singular e o plural. (ASSUMÇÃO; ARAUJO, 2017. p. 59, *aspas do texto original*)

O léxico, segundo esses autores, configura-se como um inventário aberto, quando observado do ponto de vista das suas funções gramaticais, contudo, os paradigmas lexicais não se apresentam menos delimitados que os paradigmas gramaticais, se considerarmos o léxico na perspectiva das funções lexicais.

RESULTADO E DISCISSÃO: O LÉXICO DA LÍNGUA APINAYÉ

A língua Apinayé está documentada em trabalhos que foram publicados ainda na década de 1960, pela linguista Patrícia Ham que publicou as primeiras

cartilhas pedagógicas para as escolas das aldeias Bacaba e Mariazinha. Em 1979, Patrícia Ham, Helen Waller e Linda Koopman publicaram, pela então "Sociedade Internacional de Linguística SIL", o livro "Aspectos da Língua Apinayé". Além desse, existe o Dicionário Escolar Apinayé (ALBUQUERQUE, 2012).

O livro é uma gramática introdutória. No final da década de 1970 quando o livro foi publicado, os falantes nativos da Língua Apinayé eram em número de mais ou menos 350, vivendo no extremo norte do Estado de Goiás, atualmente Tocantins. Quando em contato com pessoas da cultura nacional, a maioria dos homens fala português. No entanto, na aldeia, tanto os homens como as mulheres e crianças se comunicam na língua materna. Os Apinayé estão gradativamente se integrando na cultura circundante. "Por esta razão achamos por bem incluir, além dos estudos de verbos e orações, frases e vocábulos úteis ao processo de contatos interculturais." (HAM; WALLER; KOOPMAN, 1979, p. 3).

Tanto a autora, Patricia Ham, como a revisora e tradutora, Helen Waller, são membros-linguistas do SIL, que estiveram pesquisando junto aos indígenas Apinayé. O pequeno vocabulário referente à saúde, que consta no Livro é uma importante colaboração de Linda Grace Koopman, também membro-linguista do SIL.

O alfabeto da Língua Apinajé é composto de doze consoantes, dez vogais orais, seis vogais nasais e três pré nasais. Consoantes: g, h, j, k, m, n, nh, p, r, t, w, x; Vogais Orais: a e ê i y à u ô o ỳ; Vogais Nasais: ã ẽ

ĩ ỹ õ ũ; Pré nasais: m n g. A pronúncia dos grafemas consonantais p, t, das vogais orais a, e, ê, i, o, ô, u, e das nasais ã, ẽ, ĩ, õ, ũ é semelhante aos sons da Língua Portuguesa (ALBUQUERQUE, 2012, p. 7-9). Ham, Waller e Koopman (1979) assinalam que os sons da Língua Apinayé são semelhantes aos sons da Língua Portuguesa, e estão representados pelos mesmos grafemas nas duas línguas.

O *Dicionário Escolar Apinayé* (2012) tem aproximadamente 6.000 nomes simples ou compostos transcritos num trabalho cuidadoso e com todo rigor científico a partir das contribuições de professores indígenas Apinayé, traduzidos para a Língua Portuguesa. Na seara da educação, o dicionário é uma referência na labuta de professores do Ensino Fundamental e Médio, além da Educação de Adultos.

Tanto o Livro *Aspectos da Língua Apinayé*: *Patrícia Ham, Helen Waller e Linda Koopman* (1979), quanto o *Dicionário Escolar Panhĩ Kapẽr – Kupẽ Kapẽr Apinayé – Português*, além de um acervo de palavras indígenas, trazem também expressões gramaticais que auxiliam no estudo do Léxico da Língua Apinayé.

ESTUDOS DO LÉXICO DE LÍNGUAS INDÍGENAS

O Léxico das Línguas Indígenas tem muito a contribuir para uma Educação Escolar que seja Bilíngue e Intercultural. Isso porque os estudos lexicográficos são estudos linguísticos, e sendo assim estão indissociáveis da cultura de uma comunidade linguística.

Segundo Fargetti e Mondini (2020), trabalhos lexicográficos monolíngues em língua indígena são raros, porém, já começam a aparecer com mais frequência, como é o caso:

> [...] dos projetos de Dulce do Carmo Franceschini, entre os anos 2004 e 2008, que tiveram, como resultado, materiais didáticos, uma gramática pedagógica e um dicionário: todos monolíngues em sateré mawé, língua tupí, falada no Amazonas (obras de acesso restrito ao povo falante da língua). Mais frequentes são as obras lexicográficas bilíngues unidirecionais, com a língua indígena como acesso para o verbete na língua portuguesa (como o Dicionário Parkatêjê-Português – ARAÚJO, 2016). Poucas têm a língua portuguesa como acesso para a língua indígena (como o Dicionário de verbos Português-Yanomama – FERREIRA, 2011); outras poucas são bidirecionais (como o recém relançado Vocabulário Português-Nheengatu, Nheengatu-Português – STRADELLI, 2014). (FARGETTI; MONDINI, 2020, p. 28)

Ainda de acordo com sesses autores, muito embora algumas publicações sejam realizadas com a participação de professores indígenas, atuantes nas escolas de suas aldeias, em oficinas e em trabalho direto de pesquisa na sala de aula ou fora dela, pois,

> [...] na verdade, a área de Estudos do Léxico tem pouco desenvolvimento nos cursos de formação, tanto de indígenas quanto de não-indígenas, e isso se reflete no trabalho dos pesquisadores. Atualmente, os trabalhos de documentação e organização de dados sobre as línguas indígenas ocorrem por pesquisas em grupos ou por indivíduos isolados e tais pesquisas são sediadas em núcleos

> descentralizados em universidades públicas ou particulares, instituições isoladas, empresas, institutos públicos, órgãos governamentais e não-governamentais, sejam nacionais ou internacionais. (FARGETTI; MONDINI, 2020, p. 29)

Ademais, Fargetti e Mondini (2020), argumentam que nem sempre temos acesso aos produtos dessas pesquisas, as quais, por vezes, não têm seus resultados divulgados, e nem mesmo são disponibilizados na internet e ficam, quando muito, com acesso restrito em repositórios e acervos, dependendo do tipo de pesquisa e qual sua finalidade. Ademais,

> [...] Em catálogo de publicações entre os anos 2005 – 2008 (BRASIL, 2009), há a relação de textos de autoria de escritores indígenas, em suas línguas e no português, que foram publicados pela parceria SECAD/MEC/UFMG, para uso na escola: livros de alfabetização (na língua materna, na língua portuguesa e em matemática), oralidade, narrativas culturais, e sobre a escola; e um único glossário: Livro/glossário ilustrado bilíngüe nheẽgatú e werekena. (FARGETTI; MONDINI, 2020, p. 29)

Nessa perspectiva, essas autoras identificam mais alguns textos de autoria indígena para uso na educação escolar, como materiais didáticos publicados pela parceria SECAD/MEC entre os anos de 2003 a 2008, escritos por professores indígenas, em parceria com outros professores da escola indígena, durante

cursos para sua formação no magistério ou nas licenciaturas interculturais.

> Esses textos contam sobre o Projeto Político Pedagógico na escola indígena, a tecelagem, as cantigas, a língua indígena, entre outros assuntos; o livro "Yasu yalery nheegatú" apresenta um vocabulário bilíngue (Neegatú-português) dos dias da semana e dos numerais. E, além dos textos, foram publicados CDs de música e DVDs de filmes. Apesar dos esforços, ainda temos um expressivo déficit de materiais didáticos para todas as etapas da educação básica intercultural indígena, principalmente para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, mesmo depois de doze anos da publicação referida anteriormente. (FARGETTI; MONDINI, 2020, p. 29)

Assim sendo, as autoras argumentam que os programas de formação superior de professores indígenas realizados pelas licenciaturas interculturais, apoiados pelo Ministério da Educação, são e serão capazes de acelerar e diversificar essa produção, ampliando-a para outras línguas indígenas e também para a língua portuguesa, considerando suas expressivas contribuições para uma Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de defender nenhuma tese, ou mesmo esgotar a discussão do Léxico na Língua In-

dígena Apinayé, identificando suas contribuições para uma efetiva Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural, apresentamos, aqui, um texto muito mais introdutório do que expansivo, devido à limitação de uma pesquisa de teor bibliográfico.

Nesse sentido, o corpus da pesquisa foram dois inestimáveis trabalhos publicados num intervalo de mais de 30 (trinta) anos de distância, porém comprovadamente fontes das mais confiáveis. Enquanto a Patrícia Ham foi pioneira na elaboração de trabalhos sobre a Língua Apinayé, Francisco Edviges continua seu legado com estudos atuais, de muita expressividade para a Língua, a Cultura e a Educação Apinayé.

Numa concepção mais ampla, o estudo expande-se para o Léxico Indígena em geral, apresentado a formação do professor indígena como aspecto catalisador para a contribuição da produção lexicográfica em línguas indígenas para a Educação Escolar nas aldeias e comunidades. Porém, isso será discutido com mais propriedade em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A Lexicologia e a Teoria dos Campos Lexicais. *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Cadernos do CNLF*, v. XV, n. 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf. Acesso em: 08-jan-2022.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Contribuição da Fonologia ao Processo de Educação Indígena Apinayé. Tese (Doutorado). UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. *Dicionário Escolar Apinayé*. Belo Horizonte MG, Editora da Faculdade de Letras-UFMG, 80 p, 2012. Projeto do Dicionário Escolar Apinayé. Disponível: http/www.laliuft.edu.br.

ALMEIDA, *Severina Alves. Etnossociolinguística e Letramentos*: Contribuições Para Um Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena Apinayé / Severina Alves De Almeida; Orientador Rosineide Magalhães De Sousa. Brasília, 2015. 358 p. Disponível: www.unb.br. Acesso: 12-jan-2021.

ASSUNÇÃO, Carlos. ARAÚJO, Carla. Variações conceptuais sobre o léxico na segunda metade do séc. XX. *Dialnet, n.* 53, 2. sem. 2017, Rio de Janeiro. Disponível: https://dialnet.unirioja. Acesso em: 08-jan-2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Versão on-line. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil.../ Acesso: 03 out. 2021.

DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido*: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

DSEI. Distrito Sanitário Especial Indígena. *Relatório 2021*. Disponível: https://saudeindigena1.websiteseguro.com/ coronavirus/dsei. Acesso em: 08-nov-2011.

FARGETTI, Cristina Martins; MONDINI, Juliana Nazatto. Dicionários de Línguas Indígenas e Lexicografia Pedagógica. *Entrepalavras* (ISSN: 2237-6321). Disponível: http://www.entrepalavras.ufc.br/revista. Acesso em: 09-jan-2022.

HAM, Patricia; WALLER, Helen; KOOPMAN, Linda. Aspectos da Língua Apinayé. Redação: Loraine Irene Bridgeman (redator-chefe), Peter Olaf Carlson. *Sociedade Internacional de Linguística*, Cuiabá, MT, 1979. Disponível: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/AGL00001.pdf. Acesso em: 09-jan-2022.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Apinayé*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém: 1983.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Indígenas Brasileiras*. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB. 2013. 29p. Disponível em: www.laliunb.br. Acesso: 10-fev-2021.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Lexicologia, Lexicografia e Filologia: intersecções e especificidades epistemológicas. *Anais do SILEL,* v. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível: http://www.ileel.ufu.br. Acesso em: 08-jan-2022.

WELKER, H. A. *Dicionários*: uma pequena introdução à Lexicografia. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2005.

Capítulo 3

FINADO, FALECIDO E DEFUNTO: A variação diageracional na perspectiva dos dados do projeto alib e do texto literário

Natália Rocha CARDOSO
UFRPE/PIBIC-CNPq – *nataliarochacardoso@gmail.com*

Marcela Moura Torres PAIM
UFRPE/PIBIC-CNPq – *marcelamtpaim@yahoo.com.br*

RESUMO: O seguinte trabalho tem o objetivo de fazer um estudo diageracional, baseado nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, em torno da questão 135 do questionário semântico-lexical: "Numa conversa, para falar de uma pessoa que já morreu, geralmente as pessoas não a tratam pelo nome que ela tinha em vida. Como é que se referem a ela?" (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 32). Ademais, serão estudados, também, os referentes encontrados no livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Seguindo as orientações dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, embasado na pesquisa Geolinguística Pluridimensional, foram feitas as análises quantitativas e qualitativas das respostas dadas por informantes das faixas etárias I e II (18 e 30 anos e 50 a 65 anos), dos sexos masculino e feminino, com nível de escolaridade fundamental e universitário (na capital) e apenas fundamental (nos demais municípios). Ademais, para dar embasamento teórico aos estudos, foram aplicados os conceitos na área de Dialetologia apresentados nas obras de Aragão, 2020; Cardoso, 2016; Paim, 2011, 2020, 2021, além de dicionários de lín-

gua portuguesa. Dessa maneira, foi possível identificar as diferenças entre as formas antigas para se referir a uma pessoa que já morreu, assim como compreender como se faz essa designação hoje em dia.

PALAVRAS-CHAVE: projeto alib; finado; falecido; defunto (a); léxico.

INTRODUÇÃO

De acordo com Velasco (2003),

> [...] o léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. (VELASCO, 2003 *apud* PAIM, 2011, p. 10)

Portanto, cada grupo possui a sua forma de expressar-se, jovens e idosos possuem diferenças em seu falar.

O português brasileiro é rico e diverso, essa variação representa a identidade do país. Esse tesouro lexical pode ser estudado de forma mais profunda através dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil em consonância com a literatura de nosso país.

> O estudo do léxico permite a observação da leitura que uma comunidade realiza de seu contexto e da preservação de parte da sua memória sócio-histórica e linguístico-cultural, além de possibilitar a documentação da variação lexical. Realizar este estudo também vem

> a contribuir para o objetivo mais amplo do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), no que diz respeito à realização da descrição da realidade linguística do Brasil, no que se refere à língua portuguesa, enfocando a identificação das variações diatópicas e léxico-semânticas no âmbito geolinguístico pluridimensional. (PAIM, 2020, p. 161).

Dessa forma, em primeiro lugar, será detalhado o processo metodológico percorrido para a construção do mesmo. Em seguida, com o intuito de comparar o falar dos mais jovens e dos mais velhos, assim como identificar possíveis diferenças e semelhanças entre o vocabulário das diferentes faixas etárias, além da relevância que essa informação tem para esses indivíduos, iremos, portanto, com base nos dados do Projeto ALiB, identificar as respostas dadas para a questão 135 do questionário semântico-lexical: "Numa conversa, para falar de uma pessoa que já morreu, geralmente as pessoas não a tratam pelo nome que ela tinha em vida. Como é que se referem a ela?" (COMITÊ NACIONAL,2001, p. 32).

Ademais, verificaremos a aplicação semântica desses termos dentro do texto literário do século XIX, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas,* de Machado de Assis, para saber se os termos encontrados na obra, a propósito de nomear uma pessoa que já morreu, são os mesmos identificados nos dados do Projeto ALiB, bem como o significado que o autor atribui a essas variantes. Por último, serão feitas as considerações finais a respeito do explanado.

DIALETOLOGIA E OS ESTUDOS DE VARIAÇÃO LEXICAL

A Dialetologia é a disciplina que estuda as variações dialetais associadas a uma determinada região ou a um determinado grupo social. Nos primórdios, estes estudos eram feitos a partir de uma perspectiva unidimensional, ancorados na metodologia da Geolinguística, em outros termos, as variações linguísticas eram identificadas apenas do ponto de vista diatópico sem levar em consideração fatores externos que influenciam no falar de um determinado grupo. Atualmente, embora a diatopia ainda seja uma prioridade dos estudos geolinguísticos, reconhece-se também os fatores socioculturais que compõem a língua.

> A Dialetologia apresenta-se, no curso da história, como uma disciplina que assume por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. Dois aspectos fundamentais estão, pois, na sua gênese: o reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete e o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas ou entre elas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e realidades pré-fixados.
>
> Estudando a língua, instrumento responsável pelas relações sociais que se documentam entre membros de uma coletividade ou entre povos, a Dialetologia não pôde deixar passar ao largo a consideração de fatores extralinguísticos, inerentes aos falantes, nem relegar o reconhecimento de suas implicações nos atos de

> fala. Dessa forma, idade, gênero, escolaridade e características gerais de cunho sociocultural dos usuários das línguas consideradas tornam-se elementos de investigação, convivendo com a busca de identificação de áreas geograficamente definidas do ponto de vista dialetal. (CARDOSO, 2016, p. 1)

Ademais, é importante ressaltar o caráter multidisciplinar que envolve esse tipo de pesquisa. De acordo com Paim (2021),

> No que se refere ao primeiro dos aspectos, a concepção do Projeto conduziu a que se recorresse a diferentes campos do conhecimento. A definição da rede de pontos para levantamento de dados requereu aprofundado conhecimento no âmbito da história, da antropologia, da demografia, da geografia física, humana e política e, sobretudo, dos estudos culturais, da economia de cada região, do desenvolvimento social e político, do aspecto religioso. (PAIM, 2021, p. 178)

Por conseguinte, os dados do Projeto ALiB englobam não apenas uma visão diatópica da variação do português brasileiro, apesar de ser a priori seu principal interesse, mas também o diastrático, tendo em conta a idade dos informantes, a escolaridade, o sexo, entre outros fatores, numa tentativa de representar da melhor maneira possível a realidade linguística do PB. Ainda em tempo, é importante destacar que os questionários do ALiB abordam diversos tópicos presentes no cotidiano do falante, dentre os quais se encontram

questões a respeito do ciclo de vida. O referido questionário, utilizado nas entrevistas, investiga os nomes dados a conceitos pertinentes a 14 áreas semânticas, a saber: acidentes geográficos; fenômenos atmosféricos; astros e tempo; atividades agropastoris; fauna; corpo humano; ciclos da vida; convívio e comportamento social; religião e crenças; jogos e diversões infantis; habitação; alimentação e cozinha; vestuário e acessórios e vida urbana.

Conforme Paim (2020, p.176),

> Os estudos que têm sido realizados a partir de dados do ALiB têm demonstrado que o corpus reúne uma amostra significativa da diversidade lexical do português falado no Brasil. (PAIM, 2020, 176)

Sendo assim, é uma maneira de ampliar a visão com relação ao PB, desmistificando o sentido de uma língua homogênea, além do que, permite aos falantes do português ampliar o conhecimento que já possuem de seu idioma nativo. Paim (2021, p. 179) aponta, além desses, alguns outros pontos positivos da metodologia utilizada pelo Projeto, ressaltando como o mesmo tem contribuído para o avanço da ciência no âmbito da Linguística. São eles:

a) o questionário linguístico – o questionário linguístico do ALiB, pela sua amplitude com relação aos diversos níveis de estudo da língua, tem servido de base para a elaboração de questionários específicos,

em pesquisas diversas, para trabalhos de pós-graduação e para a realização de atlas linguísticos regionais;

b) a implementação de atlas regionais, com o consequente crescimento de grupos de pesquisa na área da Dialetologia, e o aumento do número de trabalhos de pós-graduação sobre aspectos da dialetologia brasileira.

No presente artigo, entretanto, o enfoque está nas diferenças e semelhanças no falar dos mais jovens e dos mais velhos. Os grupos de cada faixa etária possuem maneiras específicas de expressar-se, tendo em vista que são gerações que cresceram em épocas com contextos sociais distintos. De acordo com Paim (2011),

> Seria mais produtivo dizer que há sempre formas alternativas de significar – de atribuir sentido a – domínios particulares de experiência, o que implica "interpretar" de uma forma particular, de uma perspectiva teórica, cultural ou ideológica particular. (PAIM, 2011, p. 15)

Cada indivíduo confere a um vocábulo um sentido, um juízo de valor, que lhe é imposto pelo meio em que vive, com quem se relaciona. Dessa maneira, algumas expressões do vocabulário dos avós podem parecer antiquadas ou inadequadas pelos seus netos, assim como algumas gírias do vocabulário dos jovens podem causar certo estranhamento para alguém de idade mais avançada, fator que geralmente

ocasiona ruídos comunicacionais. Sendo assim, um estudo sobre variação lexical pode aproximar as gerações, proporcionando uma experiência de aprendizado, ampliar conhecimento a respeito do léxico, bem como eliminar preconceitos e barreiras existentes.

METODOLOGIA

A metodologia seguida para a realização deste trabalho foi o da Geolinguística Pluridimensional. Sendo assim, foram realizadas as transcrições grafemáticas, além de análises tanto quantitativas como qualitativas das entrevistas produzidas previamente in loco por pesquisadores capacitados e selecionados pelo comitê do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Dessa maneira, foram analisadas as respostas dadas por 51 residentes das localidades: Guaratinguetá, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Caraguatatuba, Itararé, Capão Bonito, Itanhaém, Santos, Ribeira, Registro e Cananéia. Esses indivíduos são obrigatoriamente das faixas etárias I e II (18 e 30 anos e 50 a 65 anos), sexos masculino e feminino, com nível de escolaridade fundamental e universitário (na capital) apenas fundamental (nos demais municípios).

Este estudo de caso foi realizado em torno da questão 135 do Questionário Semântico lexical do projeto Atlas linguístico do Brasil dentro do tema ciclos da vida: "Numa conversa, para falar de uma pessoa que já morreu, geralmente as pessoas não a tratam pelo nome que ela tinha em vida. Como é que se referem a ela?" (COMITÊ NACIONAL, 2001, p.32). Essa questão foi escolhida por

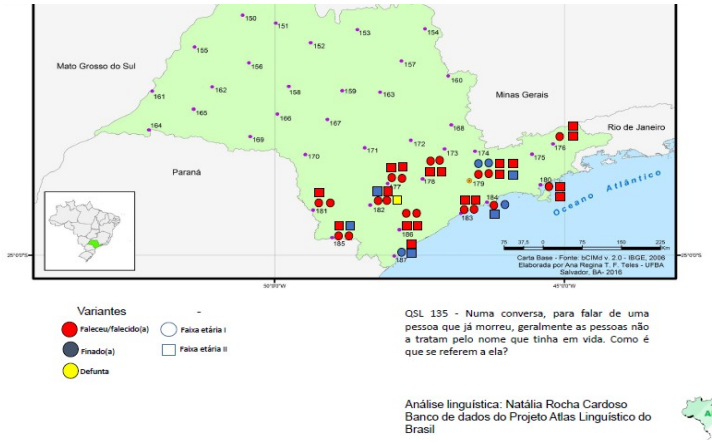
apresentar elementos importantes sobre a variação diageracional, em outras palavras, ressalta diferenças entre o falar dos jovens e dos mais velhos. Ademais, é possível destacar a carga semântica de cultura e crenças, tanto individuais como coletivas, presente nos usos do termo *finado, defunto* ou *falecido*.

Esse estudo tem como fundamentação teórica as obras de Aragão (2020), Cardoso (2016); Paim (2011, 2020, 2021), que apresentam grandes contribuições para a dialetologia e para os estudos lexicais, assim como definições encontradas nos dicionários digitais *Aulete* e *Michaelis*, além do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de autoria de Machado de Assis, para uma análise da aplicação do léxico dentro da literatura.

COMO SE REFEREM OS MAIS JOVENS E OS MAIS VELHOS A UMA PESSOA QUE JÁ MORREU?

Por meio de uma análise quantitativa, é possível fazer comparação de resultados obtidos entre grupos sociais distintos nas localidades de Guaratinguetá, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Caraguatatuba, Itararé, Capão Bonito, Itanhaém, Santos, Ribeira, Registro e Cananéia. Assim sendo, pensando na variação diageracional, é possível, através dos números, perceber, por exemplo, a variante que aparece mais no falar dos mais velhos, assim como dos mais jovens, aquela que ganha mais destaque na fala de um ou outro, ou que não se concretiza em determinado vocabulário.

Imagem 1: Designações por faixa etária para falar de alguém que já morreu



Fonte: Elaboração própria.

Conforme a carta linguística apresentada, dentre os informantes entrevistados, foram detectadas as seguintes respostas para a questão 135 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil: f*alecido (a)*, *finado (a)* e *defunto (a)*. O mais comum é o uso do termo falecido, com predominância em todas as localidades; o menos usual, o item lexical *defunta*, por seu turno, aparece apenas na localidade de número 182 (Capão Bonito). Ademais, às respostas que não foram obtidas, ou cujos informantes não souberam responder, tiveram maior ocorrência entre os informantes da faixa etária I, o que implica o não uso ou desconhecimento por parte dos jovens sobre os itens lexicais, podendo-se tratar de uma forma de tratamento que não é comum no falar dos jovens.

Ao realizar uma pesquisa em dicionários de língua portuguesa, encontram-se algumas definições para os termos, sua aplicação em orações, bem como expressões cotidianas nas quais são aplicados com alteração de sentido.

Quadro 1: Definições para finado

	Fontes	Definições	Exemplos
finado fi·na·do	Michaelis On-line (2022)	Adj 1 Que se finou. 2 Que morreu sm Aquele que morreu; defunto, falecido.	2 “A causa das suas perseguições foi um desastre acontecido na família de um seu *finado* amigo, a quem ele prestou o serviço de amparar” (JP). “– A senhora mostrou isto a alguém? – Não, senhor, nunca mostrei a ninguém, este caderno estava guardado desde que o *finado* se foi, todo empoeirado num baú” (JU).
		a.	

	Aulete Digital (2022)	1. Que se finou 2. Diz-se de quem morreu ou acabou de morrer sm. 3. Morto, defunto [F.: Part. de *inar*. Ideia de:*fin-*.]	

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2: Definições para defunto

	Fonte	Definições	Expressões
defunto de·fun·to	Michaelis (2022)	adj 1 Que faleceu; morto. 2 Relativo a quem morreu; extinto. 3 Que caiu no esquecimento; esquecido, olvidado. sm Cadáver de uma pessoa.	Defunto sem choro: pessoa que não tem protetor; desprezado. Matar defunto, COLOQ: falar de assuntos que todos já conhecem. Não poder ver defunto sem chorar: querer tomar parte em todos os acontecimentos. O defunto era maior, COLOQ: diz-se de roupas que estão muito grandes para

			a pessoa que as usa. ETIMOLOGIA *lat defunctus*.
	Aulete Digital (2022)	a. 1. Que morreu 2. Próprio de defunto (palidez defunta) 3. Que foi esquecido sm. 4.Aquele que morreu 5.O cadáver daquele que morreu [F.: Do lat. *defunctus, a, um*. Hom./ Par.: *defunto* (sm.),*defunto*(fl.*defuntar*[v.]).]	Defunto sem choro: 1 Bras. Pessoa desprotegida, abandonada, desprezada. Matar defunto: 1Bras.Contar uma história já conhecida. Não poder ver defunto sem chorar: 1 Não ficar indiferente a nada, e querendo participar de tudo

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3: Definições para falecido

	Fonte	Definições	Frases
falecido	Michaelis	adj	“– Oh! Você fala

fa·le·ci·do	(2022)	1 Que expirou, morto. 2 Que carece de alguma coisa; falho, minguado. sm. O que morreu; morto. ETIMOLOGIA *part de falecer*, como *sp fallecido*.	francês? – Um pouco. A *falecida* senhora me ensinou. Era uma santa! Não é justo que a maldição tenha caído sobre ela”(EL1). “Esta cidade, *falecida* do essencial, precisa de um bom administrador.” “O *falecido* deixou a viúva na indigência.”
	Aulete Digital (2022)	a. 1. Que faleceu, morreu 2. Que precisa de algo*:* sm. 3. Quem já morreu 4. Quem precisa de algo [F.: Part. de *falecer*.]	“Tinha saudades do *falecido* mestre.” “Um campo ralo, *falecido* de ervas de bom pasto.” O *falecido* não deixou herdeiros.

Fonte: elaboração própria.

O que chama a atenção nessas definições é como, por exemplo, é realizado o emprego da palavra *defunto*, conforme o quadro 2, de forma metafórica em algumas expressões do cotidiano como “o defunto era maior”, defunto sem choro não poder ver “defunto sem chorar” e “matar defunto”, que mostram a realidade do uso da língua. Ademais, vemos que *finado, falecido, defunto* podem cumprir a função de substantivo quando o nome não é expresso na oração, bem como adjetivo tal como quando precede um nome próprio, qualificando-o.

IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS NO USO DOS TERMOS FALECIDO, FINADO E DEFUNTO

Uma palavra não pode ser estudada apenas de modo isolado. De acordo com Aragão (2020, p.69), “Para se apreender, compreender, descrever e explicar a “visão de mundo.” de um grupo sócio-linguístico-cultural, o objeto de estudo principal são as unidades lexicais e suas relações em contextos”. Em outros termos, um vocábulo só vai adquirir sentido quando analisado dentro de um contexto, ou seja, por meio da observação da prática da oralidade.

Sendo assim, é possível extrair vários elementos da forma de falar específicos de um determinado grupo de uma determinada faixa etária, sexo, idade ou localidade, bem como identificar o sentido que o informante atribui a um lexema, além de captar sua intenção. Dessa forma, serão apresentados, a seguir, alguns trechos de inquéritos dos dados do ALiB, para um estudo mais minucioso e realista sobre as respostas dadas para o QSL 135.

(1) INQ. – Numa conversa, pra falar de uma pessoa que já morreu, geralmente as pessoas num trata pelo nome. Como é que a gente se refere a ela?

INF. – Não entendi.

INQ. – Tá, então, por exemplo, morreu seu A., né? Nós tamo conversando, aí nós vamos nos referir a ele. Como é que a gente se refere a quem já morreu?

INF. – Que já morreu?

INQ. – É

INF. – Seu A., no caso?

INQ. – É

INF. – Faleceu?

INQ. – Isso, vocês chamam

INF. – O falecido seu A.

INQ. – E é assim que você fala?

INF. – É, o falecido seu A.

Informante 176-2 (São Paulo, mulher, faixa etária I, ensino fundamental)

Na fala da informante do primeiro exemplo, é possível perceber o uso do termo falecido, antes do nome da pessoa da qual se trata.

(2) INQ. – Às vezes, numa conversa, pra falar, por exemplo, de uma pessoa que já morreu, é, em geral as pessoas num tratam a pessoa pelo nome, evitam

dizer o nome dela. Como é que se refere a essa pessoa?

INF. – Falecido, mas também é uma coisa antiga, né? acho que não fala mais assim.

INQ. – Falecido? Outras expressões? Você não usaria essa.

INF. – Não, nem falecido eu não usaria, eu sei que usa bastante, eu já ouvi muito, mas eu não usaria, falaria o nome.

INQ. – Associaria talvez a pessoas mais antigas?.

INF. – É, eu acho que sim, eu associaria sim.

Informante 179-8 (São Paulo, mulher, faixa etária II, universitária)

No trecho de número dois, pode-se verificar a identidade diageracional no item lexical falecido, quando a informante afirma que o termo não se usa mais e que associaria a pessoas mais antigas.

(3) INQ. – Numa conversa, V., pra falar de uma pessoa que já morreu, geralmente as pessoas não a tratam pelo nome que ela tinha em vida, como é que se referem a ela?

INF. – P'a num falar eu acho, p'a num lembrar muito o nome, ah, tal pessoa que, né, fala, eu já ouvi eles falar isso já, é, fala

INQ. – Quando cê vai falar de um amigo teu, L., que morreu, né, nós tamos conversando daí cê fala "ah, mais eu me lembro do..." aí cê não ia falar "o L" cê fala o quê "o L"?

INF. – Eu me lembro de um rapaz que era meu colega há muito tempo que morreu, só que, né, era assim, e fala, pessoa legal, só que num quer, a pessoa, tem gente que não quer, que não gosta de falar o nome, né, não gosta muito de lembrar aquele nome, naquele momento, tem pessoas que sente muito, chega até a chorar, se emocionar, alguma coisa assim. Eu mesmo, não tenho esse, não tenho esse hábito. Se for pra mim falar eu falo normal.

INQ. – O nome, né?

INF. – Eu falo normal o nome.

INQ. – Então, às vezes, o marido da sua mãe, o primeiro marido, ele já morreu?

INF. – Já.

INQ. – Como é que se refere a ele? Como é que ele chamava? Cê sabe?

INF. – Olhe, minha mãe, minha mãe teve, acho que, cinco maridos.

INQ. – Um morreu.

INF. – Um morreu. Um morreu em São Paulo, outro morreu em Iguape

INQ. – Ah!

INF. – Outro morreu por causa do raio, não, ela se refere mais num fala, ela fala, chega a falar o nome, só que ela, ela fala o que aconteceu, né, com ela.

INQ. – Mas ela, assim, chama ele de falecido ou chama de finado?

INF. – Nada não, porque, porque é como eles tivessem vivos, quase.

INQ. – Ah, fala o nome normal

> INF. – O nome normal.
>
> Informante 187-1 (Cananéia, homem, faixa etária I, ensino fundamental)

No terceiro exemplo, percebe-se que o informante considera que falar de uma pessoa que já morreu pode ser um tabu linguístico para algumas pessoas. Ademais, não é comum para ele utilizar termos para nomear uma pessoa que já morreu, utiliza apenas o nome.

REGISTROS DA LITERATURA DO SÉCULO XIX

A obra de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, foi publicada pela primeira vez em 1881. O romance é narrado em primeira pessoa, nesse caso, o escritor optou por ter em sua história um narrador personagem, em outras palavras, é o próprio Cubas que conta a sua história, contribuindo para o humor presente nas obras de Machado. Como esse romance tem o foco na história de alguém que já morreu, é possível, por meio de uma leitura apenas superficial e parcial, identificar formas pelas quais naquele contexto, referiam-se a essas pessoas, assim como a captar o sentido com que o escritor emprega aquele termo, qual sua intenção ao aplicar determinada construção sintática. Vejamos alguns exemplos:

> (1) "Anda visitando *os defuntos?*" (ASSIS, 2017, p.8, *grifo nosso*);

Na primeira oração, defuntos tem um tom irônico característico da escrita do autor, mas possui o

mesmo significado atribuído não só pelos informantes dos dados do projeto ALiB e nos dicionários: um adjetivo masculino indicando alguém que já morreu, escrita por alguém que já se foi. Veja-se a seguinte frase:

> (2) "Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos *finados*". (ASSIS, 2017, p. 13, *grifo nosso*)

Assim como na primeira frase, no exemplo 2, o termo finados é empregado com o mesmo sentido encontrado nos dicionários, assim como na fala dos entrevistados, ou seja, faz referência a uma pessoa que já morreu. Em contrapartida, a escolha proposital de palavras chama a atenção do leitor para a temática do romance, adquirindo também um tom irônico. Em adição, é possível afirmar que as expressões referidas não surgiram ou ganharam popularidade na atualidade, mas já se encontravam presentes na literatura brasileira produzida em séculos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa possibilitou compreender que estudar a variação lexical permite ao pesquisador, bem como o leitor, aprender mais sobre um determinado grupo social, compreender seu modo de pensar, seus costumes, suas crenças. Identificou-se durante as análises os itens lexicais: *finado, falecido, defunto*.

Os dados quantitativos mostram que os jovens conhecem os termos, entretanto, as análises dos trechos de inquérito possibilitam ir mais além, revelando

que atualmente não é habitual, inclusive para algumas pessoas da faixa etária II, colocar esses termos antes do substantivo, falando apenas o nome. Ademais, pode ser um tabu linguístico.

Por fim, dentro do texto escrito por Machado de Assis, encontram-se os termos *finado* e *defunto*, também identificados nos dados do Projeto ALiB. Em algumas ocasiões, esses termos possuem o significado literal, como, por exemplo, nas respostas dos entrevistados. Seus usos, ao longo da trama, têm por objetivo captar a atenção do leitor, assim como apresentar um tom humorístico, enriquecendo-a.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Falares nordestinos: aspectos socioculturais. *Acta Semiotica et Lingvistica (ASEL)*, João Pessoa (PB), ano 44, v. 25, n. 1, 2020, p. 67-81. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/53670. Acesso em: 22 dez. 2021

ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Clássicos da literatura. Jandira, SP: Ciranda Cultural, 2017.

AULETE, Caldas. *Defunto*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2022. Disponível em: https://aulete.com.br/defunto. Acesso em: 15 mar. 2022

AULETE, Caldas. *Falecido*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2022. Disponível em: https://aulete.com.br/Falecido. Acesso em: 15 mar. 2022.

AULETE, Caldas. *Finado*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2022. Disponível em: https://aulete.com.br/Finado. Acesso em: 15 mar.2022.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? R*evista do GELNE*, v. 4, n. 2, 2 mar. 2016, p. 1-16. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9088. Acesso em: 22 dez. 2021.

COMITÊ NACIONAL. *Atlas linguístico do Brasil*. Questionários. Londrina: Eduel, 2001.

MICHAELIS. *Defunto*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=defunto. Acesso em: 15 mar. 2022.

MICHAELIS. *Falecido*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=falecido. Acesso em: 15 mar. 2022.

MICHAELIS. *Finado*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=finado. Acesso em: 15 mar. 2022.

PAIM, Marcela Moura Torres. A variação lexical no Atlas Linguístico do Brasil. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri, *et al.* (Org.). *As ciências do Léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: UFMS, 2020. Cap. 8. p. 161-178. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3554. Acesso em: 22 dez. 2021.

PAIM, Marcela Moura Torres. Jovens e idosos escolhem as mesmas palavras? *Entrepalavras*, [S.l.], v. 1, n. 1, out. 2011, p. 7-24. ISSN 2237-6321. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1/44>. Acesso em: 09 mar. 2022. doi:http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.1.1.1.7-24.

PAIM, Marcela Moura Torres. Nas trilhas da fraseologia a partir de dados orais de natureza linguística. *A Cor das Letras*, [S. l.], v. 22, n. Esp., 2021, p. 171–185. DOI: 10.13102/cl.v22iEsp.7477. Disponível em: http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/7477. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAPÍTULO 4

A INFLUÊNCIA DAS LÍNGUAS BANTU NA MARCAÇÃO DE CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS L2 DE MOÇAMBIQUE: Uma recente ex-colônia de Portugal

Renata do Carmo OLIVERA
UFF – *oliveira_renata@id.uff.br*

Elaine Alves Santos MELO
UFF – *easmelo@id.uff.br*

RESUMO: Neste trabalho, objetiva-se: (i) refletir sobre a influência das línguas do grupo Bantu no Português Moçambicano (PM); (ii) investigar a concordância nominal de número nesta variedade do português, em dados produzidos por falantes que a tem como L2. Para tanto, utilizam-se as amostras do *Corpus* Moçambique – PORT. As hipóteses que norteiam este trabalho são as de que o contato linguístico entre o português do colonizador e as línguas autóctones de Moçambique resulta em um processo de emergência de uma nova variedade do português em que: (a) a frequência de concordância nominal de número será variável; (b) os padrões de SN [D + N] apresentarão as maiores frequências de não concordância; (c) a origem e as distintas línguas maternas dos informantes poderão determinar variação na frequência de uso da concordância nominal no português; (d) os mais jovens do gênero masculino apresentarão maior frequência de não concordância. A fim de desenvolver este trabalho, utilizam-se os pressupostos da

Teoria de Variação e Mudança Linguística (WEIREINCH; LABOV; HERZOG, 2006 [1975]) e os da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 2001). Faz-se uso também das noções de contato Linguístico. Os dados foram coletados, codificados a partir de fatores intra e extralinguísticos e submetidos ao programa *Goldvarb-x* (SANKOF; TAGLIAMONTE e SMITH, 2001), permitindo, assim, uma análise quantitativa da frequência de uso. Os resultados mostram não só a influência das línguas autóctones no PM, mas a importância de fatores intralinguísticos, como a estrutura do SN, e extralinguísticos, como naturalidade e gênero dos informantes, na ausência de concordância nominal de número.

PALAVRAS-CHAVE: português moçambicano; línguas bantu; contato linguístico; concordância nominal; marcação de número.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca descrever a sintaxe da concordância nominal de número no Português de Moçambique L2, mas considerando a comparação entre distintas faixas de escolarização. Diversos trabalhos têm estudado os diferentes aspectos dessa variedade do português a partir de um olhar comparativo com a normatividade, ou seja, com o modelo de norma linguística imposto a essa sociedade, o qual é baseado nas gramáticas do colonizador: os portugueses (GONÇALVES, *et. al*, 1998; GONÇALVES, 2010, 2015; NHATUVE; FONSECA, 2013). Todavia é sabido que ainda é preciso uma descrição mais ampla da sintaxe do Português Moçambicano (PM).

Acreditamos que a descrição de qualquer variedade ex-colonial precisa considerar os informantes

mais letrados, mas também os de menor letramento haja vista que os processos de mudança linguística podem se realizar tanto por meio de processos conscientes como daqueles que ocorrem abaixo do nível da consciência conforme já prescreve Labov (2001). A fim de desenvolver este trabalho, trazemos uma análise quantitativa, evidenciando as frequências de uso, ou seja, não foram feitas rodadas de peso relativo. A fim de desenvolvê-la, usamos o *Goldvarb-X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) e controlamos os seguintes fatores: intralinguísticos – posição do núcleo em relação ao sintagma; estrutura sintática do sintagma; marcas precedentes; e saliência fônica. Extralinguísticos – faixa etária; escolaridade; naturalidade; e língua materna.

A pertinência deste trabalho reside, portanto, não apenas na apresentação de um conhecimento descritivo sobre a concordância nominal de número no português L2 de Moçambique, mas também na observação e comparação das formas variantes com a norma apresentada nas escolas que sabidamente é baseada no modelo lusitano. Assim conseguimos perceber as singularidades do PM que está em formação. As perspectivas teóricas que subjazem a este trabalho são a Teoria de Variação e Mudança (WEIREINCH, LABOV; HERZOG, 1968 [2006]). Tratamos ainda dos conceitos de língua não materna e seus impactos na disseminação das estruturas linguísticas.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: na próxima seção, descrevemos a amostra; a seguir,

trazemos os resultados quantitativos do trabalho; as considerações finais; e as referências bibliográficas.

A AMOSTRA

Neste trabalho utilizamos a amostra Maputo do *Corpus* Moçambique-Port, que consiste em uma base de dados composta por entrevistas organizadas por faixa etária, escolaridade e gênero. Ela é formada por entrevistas com 35 informantes dos gêneros feminino e masculino, que foram distribuídos em: 3 faixas etárias (A=18 a 35 anos, B=36 a 55 anos e C=56 a 75 anos). Além das faixas etárias, os informantes foram também separados de acordo com o seu grau de escolaridade, cuja distribuição é feita em três níveis: Fundamental 2º segmento (6º ao 9º ano), Médio (10º ao 12º ano) e Superior.

Para este trabalho selecionamos as entrevistas de informantes que possuem pelo menos uma língua Bantu como L1 (língua materna) e que têm a língua portuguesa como L2. Nosso objetivo com este recorte da amostra foi testar a hipótese de que a língua materna influencia na concordância do PM. Sendo assim, foram encontradas e analisadas 9 entrevistas com tais requisitos, conforme o quadro 1 em que também apresentamos as línguas maternas dos informantes.

Sem dúvidas, pode-se dizer que Moçambique é um país multilíngue, tendo em vista a quantidade de línguas nativas coexistentes ao português na região. No entanto, na amostra selecionada, encontramos informan-

tes que têm apenas 5 línguas Bantu como L1, a saber, Emoniga, Emakuwa, Changana, Cinyunghe e Rhonga.

Quadro 1 – Entrevistas analisadas

Informante	Faixa etária	Escolaridade	L1
PMOC1Ma	18 – 35 anos	cursando 11ª classe	EMONIGA
PMOA1Fb	18 – 35 anos	cursando 10º ano do Ensino Médio	EMAKHUWA
PMOA2Fa	18 – 35 anos	12ª classe (ensino médio)	CHANGANA
PMOA2Fd	18 – 35 anos	cursando 12º ano do Ensino Médio	CINYUNGWE/ Português
PMOB1Ma	36 – 55 anos	7ª classe (ensino fundamental)	RHONGA e CHANGANA
PMOB1M-comp	36 – 55 anos	Ensino Fundamental	EMACKWUA
PMOC2Ma	56 – 75 anos	11ª classe (ensino médio)	RHONGA
PMOC2Fa	36 – 55 anos	12ª classe (ensino médio)	CHANGANA
PMOB2Fb	36 – 55 anos	Ensino médio	RHONGA e CHANGANA

Fonte: As Autoras.

Faz-se relevante apontar que a distribuição dessas línguas maternas pelo território Moçambicano é diversa. Neste trabalho, é possível apenas relacionar o local do nascimento do informante à sua língua materna. Dessa maneira, chegamos a distribuição do mapa abaixo.

Figura 1 – Línguas Bantu encontradas na amostra selecionada

Fonte: As Autoras.

Notemos que apenas não foram encontradas entrevistas com informantes que tenham o português como L2 nascidos nas regiões de Inhambane, Sofala, Manica e Nampula. Todas marcadas em cinza no mapa. No que concerne às regiões originárias dos infor-

mantes e suas línguas maternas, pode-se fazer o seguinte retrato: Emoniga (Zambézia), Emakuwa (Cabo Delgado, Niassa), Changana (Gaza, Maputo), Cinyunghe (Tete) e Rhonga (Maputo e Gaza).

Apresentamos na próxima seção, a análise dos dados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na amostra do Maputo, foram encontradas 348 sintagmas nominais em contexto de variação nas entrevistas com informantes que têm o português como L2. Em 89,1%, os morfemas de número foram expressos em todos os itens do sintagma nominal. Apenas, em 10,9% dos dados, houve ausência de concordância nominal de número.

Tabela 1 – Resultado geral dos dados

Português de Moçambique		
	N	%
Presente	310	89,1%
Ausente	38	10,9%
Total	348	

Fonte: As Autoras.

A prevalência das relações de concordância na variedade L2 do Português Moçambicano demonstra como o processo de escolarização realizado a partir da norma padrão lusitana é relevante para entender a formação desta variedade africana do português.

Em Moçambique, Segundo Gonçalves (2005), há uma intensa situação de contato linguístico entre o português e as línguas maternas do grupo Bantu que se altera a partir do fim da década de 1970. Nesse período, a comunidade de falantes do português aumenta, especialmente, quando é considerada a utilização de variedades não padrão da língua. Conforme Gonçalves (2005), esta mudança no comportamento social nos permite tratar as construções que fogem ao padrão lusitano não mais como desvios da gramática normativa, mas sim como inovações de uma variedade emergente.

Nesse sentido é interessante mencionar que alguns trabalhos já destacam construções variáveis na sintaxe do Português Moçambicano. Podemos fazer referência a Santos (2010) que estuda o preenchimento da posição do sujeito e Chimbutane (1998) com um trabalho sobre as estratégias de relativização. Este trabalho, que ora apresentamos, é mais uma contribuição nessa linha. A partir deste momento, passaremos a focar nas construções em que não houve concordância nominal, portanto colocamos uma lupa nos 10,9% dos dados encontrados na amostra Maputo.

No que concerne aos fatores intralinguísticos, destacamos a posição do núcleo do sintagma em que verificamos, na tabela 2, que estando o núcleo do SN em segunda – *as coisa* (Informante PMOC1Ma) – ou em terceira posição – *uma das coisa* (Informante PMOB2Fb) –, há maior frequência de não concordância, respectivamente, 12% e 7%. Em oposição a esse cenário, se o núcleo do SN estiver em primeira posição é categórico o uso das marcas de concordância.

Tabela 2 – Posição do núcleo no sintagma X Estrutura sintática

		Primeira posição	%	Segunda posição	%	A partir da terceira posição	%
Determinante (s) + núcleo	ausente:	0	0%	34	12%	3	7%
	presente:	0	0%	239	88%	40	93%
	Σ:	0		273		43	
Núcleo + determinante	ausente:	0	0%	0	0%	0	0%
	presente:	13	100%	1	100%	0	0%
	Σ:	13		1		0	
Determinante + núcleo + modificador	ausente:	0	0%	1	7%	0	0%
	presente:	1	100%	14	93%	2	100%
	Σ:	1		15		2	

Fonte: As Autoras.

Os resultados da tabela 2 indicam que a existência de um ou mais elementos a frente do núcleo é determinante para a ausência das marcas de concordância, um comportamento semelhante ao que diversos estudos já evidenciaram sobre o português brasileiro. Além disso, quando observados os resultados sobre as classes que acompanham o substantivo, verificamos que a maior frequência de não concordância ocorre quando o item anteposto ao substantivo também não carrega marcas de número plural, como em "*o animais*" (Informante PMOC1Ma). Neste caso, o informante insere a marca de número plural no nome que é um substantivo com alta saliência fônica, haja

vista sua terminação em /l/ no singular, mas não o insere no determinante. Ele, portanto, produz uma construção rara de não concordância.

Se a classe anteposta ao substantivo for o numeral, o que se observa é 24% de não concordância nas ocorrências em que os numerais não terminavam em /S/, como em "*nove filho*" (Informante PMOC1Ma). Por outro lado, com numerais terminados em /S/ é categórico o uso da marcação de número no substantivo, como em duas línguas importantes (Informante PMOC2Ma).

Cabe aqui mencionar, ainda que brevemente, que, nas Famílias das línguas Bantu, a organização morfossintática é diferente da que observamos no português brasileiro. No português, como em todas as línguas românicas, expressa-se o plural com uma marca sufixal, nas línguas africanas do grupo banto, por outro lado, a expressão dessa mesma categoria gramatical se dá por meio das classes nominais, ou seja, uma série de prefixos que trazem subjacentes a si traços semânticos e morfológicos. Dessa maneira, o fato de o Português Moçambicano L2 favorecer a não concordância em construções em que há já um /S/ no numeral pode ser um indício de que há interferência das línguas Bantu na morfossintaxe dessa nova variedade do português.

Por fim, o último aspecto intralinguístico que trazemos é a saliência fônica. Os resultados indicam haver um contínuo no sentido que vai dos nomes regulares oxítonos, os quais favorecem mais as realizações sem concordância, aos nomes proparoxítonos, passan-

do por resultados intermediários de não concordância nos substantivos paroxítonos.

8,3% 10,6% 14,6%

[+presença] [-presença]

A partir do contínuo de posição de incidência da sílaba tônica, apresentado acima, testamos a relação desse fator com a posição do núcleo do SN que já havia se mostrado relevante para a não concordância. Com essa rodada, obtivemos os resultados apresentados abaixo. Eles mostram um favorecimento de não concordância dos nomes oxítonos em segunda posição no sintagma (15%), logo depois estão os nomes paroxítonos em segunda posição, empatados com os oxítonos que ocupam a terceira posição (12%). Na verdade, o padrão continua sendo a não marcação do número no substantivo quando as marcas já estiverem presentes nas classes que o determinam.

Tabela 5 – Posição do núcleo no sintagma X Saliência fônica

		Primeira posição	%	Segunda posição	%	A partir da terceira posição	%
Nomes regulares paroxítonos	ausente:	0	0%	28	12%	2	6%
	presente:	12	100 %	208	88%	34	94%
	∑:	12		236		36	

Nomes regulares oxítonos e/ou monossílabos tônicos	ausente:	0	0%	6	15%	1	12%
	presente:	1	100 %	33	85%	7	88%
	∑:	1		39		8	
Nomes regulares proparoxítonos	ausente:	0	0%	1	9%	0	0%
	presente:	1	100 %	10	91%	0	0%
	∑:	1		11		0	
Marcação dupla de plural (submorfema)	ausente:	0	0%	0	0%	0	0%
	presente:	0	0%	3	100%	1	100%
	∑:	0		3		1	

Fonte: As Autoras.

Apresentados os resultados intralinguísticos, vejamos o que a análise dos fatores extralinguísticos revela sobre a não concordância de número nessa amostra.

Nos dados produzidos por informantes do sexo masculino, encontramos 15,6% de cancelamento de marcas de concordância realizados, enquanto nos informantes do sexo feminino houve 6,6% de não concordância, conforme pode se ver na tabela abaixo.

Tabela 6 – Variável Gênero

		ausente	presente
Masculino	N	26	141
	%	15.6	84.4

Feminino	N	12	169
	%	6.6	93.4
Total	N	38	310
	%	10.9	89.1

Fonte: As Autoras.

Esse resultado revela um comportamento diferenciado entre homens e mulheres, pois indica que eles são mais inovadores. Este cenário remete-nos a proposição de Labov (1990 e 2001) acerca das mudanças linguísticas sem consciência social (*change from bellow*) e das mudanças linguísticas com consciência social (*change from above*). Segundo Labov (2001), o comportamento sociolinguístico de homens e mulheres, quando variável, é condicionado pelo papel social de cada um desses gêneros.

É impossível pensar o resultado acima sem refletir sobre os papéis sociais de homens e mulheres na sociedade moçambicana pós-independência. Segundo Casimiro (2001), a mulher moçambicana foi, durante o período colonial, ou seja, até 1975, extremamente presa as amarras oriundas de uma sociedade em guerra que dava aos homens o papel de guerrilheiros e a elas o papel de pacificadoras, cuidadoras dos lares, onde as crianças de Moçambique cresciam. Muitas mulheres, segundo a autora, atuaram também nas frentes de refugiados moçambicanos que se espalharam pelo território africano. Em muitos casos, as que conseguiam fugir de Moçambique foram trabalhar com as cri-

anças órfãs. Esse padrão de atuação feminina era, obviamente, muito mais presente nas regiões centrais do que nas áreas interioranas de Moçambique. Por estas, o papel feminino continuava sendo o de cuidar do lar, ainda que em tempos mais recentes a mulher já tenha alcançado maior emancipação em Moçambique (cf. OMAR, 2021).

> A mulher moçambicana consegue [...] libertar-se das amarras de um sistema secular de opressão patriarcal, quebrando com as tradições, hábitos e superstições presentes. (OMAR, 2021, p. 16)

Em termos linguísticos, o cenário descrito que segrega muito fortemente homens e mulheres impacta diretamente em alguns fenômenos morfossintáticos, aqui em especial, a concordância nominal. Isto porque, como a sociedade ex-colonial ainda é muito próxima à metrópole, há uma tendência a espelhar o modelo de língua lusitano na sociedade recém-independente. O resultado disso é um padrão linguístico que conscientemente recrimina construções sem concordância seja verbal ou nominal. Estamos, portanto, trabalhando com um fenômeno linguístico de organização estrutural consciente em virtude sobretudo da intensa massificação nos bancos escolares das regras de concordância.

É esse cenário que pode explicar a tendência ao conservadorismo nas mulheres que falam o português como L2, visto ser neste grupo menos produtiva a

variante inovadora. Os homens que ainda saem em Moçambique em busca do sustento têm o papel de maior contato com a língua oficial da nação e portanto estão mais frequentemente produzindo-na e reconstruindo-na.

Nesse mesmo viés de início ou primeiros sinais de uma variedade moçambicana do português, chamam a atenção os resultados das três faixas etárias consideradas na amostra. Eles indicam que em qualquer faixa etária a frequência de concordância nominal de número está sempre acima de 50%. Ainda assim é possível verificar um comportamento distinto haja vista que os mais jovens tendem a produzir com maior frequência as construções sem concordância, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 7 – Faixa Etária

Grupo 7: Faixa etária		ausente	presente
1 (18-35 anos)	N	26	74
	%	26.0	74.0
2 (36-55 anos)	N	11	183
	%	5.7	94.3
3 (56-75 anos)	N	1	53
	%	1.9	98.1

Fonte: As Autoras.

Entre os informantes mais jovens a frequência de não concordância é muito mais alta do que as observadas nas duas faixas etárias mais velhas. É eviden-

te que não é possível falar em mudança linguística em tempo aparente, pois a frequência ainda está longe dos 50%. Contudo, é inegável que há um quadro de variação linguística em processo que pode sim convergir em algum tempo em mudança.

Como argumentamos, anteriormente, a escolarização, baseada no modelo lusitano de língua, pode ser um freio no esperado processo de mudança linguística que pode levar o português moçambicano a ser uma variedade com menor frequência de concordância nominal. Para verificarmos o impacto da escolarização na amostra Maputo, foi feito o cruzamento dos fatores "escolaridade" e "faixa etária". Os resultados são apresentados na tabela abaixo.

A maior frequência de cancelamento de marcas de concordância ocorre entre os indivíduos da primeira faixa etária (18 – 35 anos), que possuem o Ensino Médio incompleto, 42% de ausência de concordância nominal de número.

Tabela 9 – Faixa etária X escolaridade

		1 (18-35 anos)	%	2 (36-55 anos)	%	3 (56-75 anos)	%
Ensino Médio incompleto	ausente:	25	42%	0	0%	1	2%
	presente:	34	58%	0	0%	53	98%
	∑:	59		0		54	
Ensino Médio comple-	ausente:	1	2%	8	7%	0	0%
	presen-	40	98%	101	93%	0	0%

	te:						
to	∑:	41		109		0	
Ensino Fundamental incompleto	ausente:	0	0%	3	5%	0	0%
	presente:	0	0%	53	95%	0	0%
	∑:	0		56		0	
Ensino Fundamental completo	ausente:	0	0%	0	0%	0	0%
	presente:	0	0%	29	100%	0	0%
	∑:	0		29		0	

Fonte: As Autoras.

Assim, parece que a variável extralinguística mais relevante é a faixa etária. E com o resultado exposto nessa tabela está muito próximo de se poder dizer que há um processo de mudança em curso no PM em direção ao cancelamento das marcas de concordância nominal quando o informante tem o português como L2, já que para afirmar isso seria necessária não concordância superior a 50%, conforme postulam Weireinch, Labov e Herzog (2006) com o princípio da Implamentação da Mudança Linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o cruzamento dos dados, concluí que é possível que os informantes estejam interpretando o artigo como prefixo indicador de número, presente na estrutura das línguas Bantu, pois quando há [det + n] a frequência de ausência de concordância é maior.

Por fim com os resultados obtidos do cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária, concluí

que essas variáveis extralinguísticas são essenciais e que estamos muito próximos do início de uma mudança linguística no PM L2, em direção ao cancelamento das marcas de concordância nominal de número.

Essas ideias mostram que esta pesquisa não está encerrada, no entanto espero ter contribuído com mais um trabalho que evidencia a influência das línguas africanas na variedade do português falado em ex-colônias de Portugal.

REFERÊNCIAS

CASIMIRO, Isabel Maria. "Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora." *In*: Sopa, António. *Samora*: Homem do povo. Maputo: Maguezo editores, 2001, p. 127-135.

CHIMBUTANE, Feliciano. As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do português de Moçambique. In: GONÇALVES, Perpétua (Org.). *Mudanças no português em Moçambique*: aquisição e formato de estruturas de subordinação. Maputo, Moçambique: Livraria universitária, 1998, p. 111-168.

GONÇALVES, Perpétua. Aspetos Morfossintáticos da Gramática do Português de Moçambique: A Concordância Nominal e Verbal. *Cuadernos de la Alfal,* n. 7, 2015, p. 9-16.

GONÇALVES, Perpétua; MORENO, Albertina; TUZINE, António; DINIZ; Maria João; MENDONÇA, Marisa. Estruturas gramaticais do português: Problemas e exercícios. *In*: GONÇALVES, Perpétua; STROUD, Christopher. *Panorama do Português Oral de Maputo*. Estruturas gramaticais do português: Problemas e exercícios. *v*. III. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, 1988, p. 35-163.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, v. 2, 1990, p. 205-254.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change* – Social Factors. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística*: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

NHATUVE, Diocliciano J. R.; FONSECA, Maria do Céu. Aspectos da sintaxe do português falado no sul de Moçambique. *Revista de Letras*, Vila Real, série II, n. 11, 2013, p. 145-156.

OMAR, Denisse Karia Soares. Mulher moçambicana e movimentos feministas: contribuição para uma análise histórica nas zonas libertadas, 1964-1992. *In*: *Dados da Aáfrica (s)*. v. 2, n. 3, 2021, p. 13-34.

SANTOS, Ângela MARINA Bravin dos. O português Moçambicano entre o português brasileiro e o português europeu. *In*: *Revista Filologia Linguística portuguesa*, n. 12 (1), 2010, p. 27-39.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1997.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; PISSURNO, Karen Cristina da Silva (Orgs.). *Corpus Moçambique-PORT*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. Disponível em: <www.corporaport.letras.ufrj.br.> Acesso em: 20 jan. 2022.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1975].

Capítulo 5

O PAPEL DA LINGUAGEM NA PERCEPÇÃO OLFATIVA

Ingrid de Lima HERNANDES
USP – *ingridhernandes@usp.br*

Mirella GUALTIERI
USP – *mirellag@usp.br*

RESUMO: São raras as pesquisas que associam a percepção olfativa ao campo dos estudos linguísticos. Algumas relacionam a percepção olfativa a partir da visão (SAKAI *et alii*, 2005; ROYET *et alii*, 2001) e outras através da leitura de palavras (GONZÁLEZ *et alii*, 2006). Algumas iniciativas de investigação sobre a relação entre a linguagem e as funções motoras (PULVERMULLER *et alii*, 2005), assim como entre linguagem e a ação (PUVERMULLER, 2005), também puderam ser realizadas no início do século. Mais recentemente, no entanto, focalizaram-se as imagens mentais olfativas de odores (RINCK; ROUBY; BENSAFI, 2009 e DJORDJEVIC *et alii*, 2015) e os resultados foram surpreendentes porque as imagens de alimentos são reconstituídas em contextos socioculturais mesmo na ausência do objeto e a linguagem é o campo em que essas percepções se encontram mais claramente, daí o interesse, nesta proposta, de articular a Psicologia à Linguagem. Aqui, contribuímos com reflexões sobre associações entre alimentos e seus odores a partir de estímulos linguísticos. O objetivo deste estudo é investigar a percepção e evocação olfativa através da linguagem, com isso verificando se os indivíduos conseguem

formar imagens mentais olfativas a partir da linguagem. Para combinar a metodologia dessas duas áreas de conhecimento, mobilizaremos o Princípio de Marcação, tal como exposto por Givón e demonstrado em sua atuação no português do Brasil por Cunha *et alii* (2021) com os encaminhamentos metodológicos do campo da Psicologia, da seguinte forma: dividiremos o experimento em dois momentos distanciados entre si por 24h. O experimento acontecerá de maneira online, através de um formulário do *Google Forms* e consistirá na exposição ao participante de dois tipos de estímulo: a palavra escrita do nome do alimento (dia 1) e o som do nome do alimento (dia 2). Serão ao total oito alimentos (brigadeiro, ovo frito, batata frita, churrasco, mexerica, milho cozido, orégano e morango). Após a apresentação de cada alimento o participante responderá a três perguntas sobre a percepção e evocação de odores a partir das palavras lidas e escutadas. Hipotetizamos que quanto mais próxima da experiência familiar (evocação não marcada), mais será recorrente a evocação de atributos positivos essenciais aliados a memórias contextuais associadas a momentos familiares de alegria e de felicidade.

PALAVRAS-CHAVE: percepção olfativa; linguagem; odores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os nossos sentidos interagem entre si constantemente. Quando assistimos a um show, por exemplo, há a interação entre a visão e a audição, nos levando a ter uma percepção mais holística daquela situação. O mesmo ocorre quando nos alimentamos: todas as nossas vias sensoriais relacionam fazendo com que o comportamento alimentar seja uma experiência multissensorial.

Alguns autores já demonstraram essa interação. Sakai *et alii* (2005) realizaram uma revisão sobre os efeitos da visão na percepção de odores, bem como sobre os efeitos das imagens visuais nessa mesma percepção. Eles próprios, aliás, já haviam feito um levantamento sobre essas interações de que tratamos. Analisemos o resultado desse levantamento no quadro a seguir:

Quadro 1: pesquisas consultadas por Sakai *et alii* (2005)

Pesquisadores	Resultados
Blackwell (1995)	Os participantes identificaram erroneamente a solução com sabor de laranja como lima quando estava com a cor verde.
Morrot *et alii* (2001)	O vinho branco tingido de cor vermelha foi identificado como vinho tinto por 54 provadores.
Sakai (2004)	Quase todos os participantes identificaram corretamente uma solução com sabor de cola quando estava colorida em marrom escuro, mas identificaram erroneamente uma solução com sabor de cola como laranja ou chá quando era colorida de laranja. Já, uma solução com sabor de laranja foi identificada corretamente quando foi colorida de laranja, mas foi erroneamente identificada como sabor de chá ou uva quando foi colorida de marrom escuro.
Zellner *et alii* (1991)	Os participantes identificaram sabores de forma mais correta quando eles estavam coloridos apropriadamente do que quando estavam coloridos inadequadamente.
Zellner e Kautz (1990)	As soluções com cor foram classificadas como com cheiro mais intenso do que as soluções sem cor igualmente concentradas.

	Não houve identificação de diferença no aprimoramento entre soluções com cores apropriadas e inapropriadas.
Zellner e Whitten (1999)	As soluções com cor foram percebidas como com odor mais intenso. A adequação da cor teve um pequeno efeito na avaliação da intensidade do odor.
Stevenson *et alii* (1998) Sakai e Imada (2003)	Imagens olfativas para sabores são desenvolvidas por associação entre visão e olfato.

Fonte: As autoras.

Com base nessa constatação, Sakai *et alii* (2005) prepararam um experimento com um grupo de 24 estudantes universitários saudáveis. Como foco do experimento, selecionaram nove odores e várias imagens de objetos como estímulos perceptivos. Os participantes tiveram que cheirar odores e avaliar quais figuras eram mais adequadas a eles. Em seguida, eles avaliaram qual a intensidade e a preferência por um odor específico apresentado com imagens (sendo que uma das imagens era mais apropriada para um odor e outra mais inadequada). Os autores concluíram que o estímulo visual foi capaz de evocar uma expectativa do odor do objeto, produzindo a inferência de que palavras, imagens e cores evocam imagens mentais comuns para objetos, e estas são capazes de formar expectativas de odores.

Em 2009, Rinck, Rouby e Bensafi verificaram se a ideia de que as imagens mentais de odor preservam as-

pectos da percepção olfativa. Partiram do pressuposto de que imagens mentais olfativas e percepção olfativa não são mecanismos independentes se cotejados com as respostas de outros sistemas sensoriais, tais como o visual (FARAH, 1989; KOSSLYN *et alii*, 1995), o auditivo (HALPERN; ZATORRE, 1999) e o motor (JEANNEROD; FRAK, 1999). Notaram que alguns autores questionavam as características do domínio olfatório (ELMES, 1998; GILBERT *et alii*, 1998; HERZ, 2000; STEVENSON; CASE, 2005), justamente porque a imagem mental olfativa compartilha variados processos neurais com a percepção olfativa real. Seus resultados os levaram a concluir que as imagens de odor incluíam, assim como as imagens visuais, representações do tipo sensorial e envolvem a reativação de um traço sensório-motor a ser recuperado. Eles não estavam, contudo, sozinhos nessa hipotetização. Seus predecessores haviam chegado a essa mesma hipótese com os seguintes resultados:

Quadro 2: Estudos consultados por Rinck, Rouby e Bensafi (2009)

Pesquisadores	Resultados
Algom e Cain (1991)	Similaridade nas contribuições relativas de odores e imaginários para a percepção de uma mistura de odores.
Carrasco e Ridout (1993)	Similaridade no agrupamento perceptivo de odores percebidos e imaginários.
Lyman e McDaniel (1990)	Melhor memória de reconhecimento quando testados simultaneamente com imagens de odores.
Djordjevic *et alii* (2004)	Melhor detecção de odores quando testados simultaneamente com imagens de odores.
Farah (1988)	Métodos neuropsicológicos demonstra-

	ram semelhanças entre a percepção visual e a imagem visual.
Kosslyn *et alii* (2001)	Estudos com neuroimagem demonstraram que há semelhanças entre a percepção visual e a imagem visual.
Djordjevic *et alii* (2005)	Estudos com tomografia por emissão de pósitrons permitiram verificar uma associação entre a imagem mental dos odores ao aumento da ativação em várias regiões envolvidas no processamento de odores (córtex orbitofrontal, ínsula anterior e córtex piriforme).
Bensafi *et alii* (2007)	Por meio de ressonância magnética funcional, mediram a atividade cerebral em indivíduos que alternavam entre cheirar e imaginar odores agradáveis e desagradáveis. A atividade induzida pela imaginação de odores imitou a induzida pela percepção de odores reais, não apenas nas regiões específicas do cérebro ativadas, mas também em seu padrão hedônico específico. Tanto para odores reais quanto imaginários, estímulos desagradáveis induziram maior atividade do que estímulos agradáveis na porção frontal esquerda do córtex piriforme e ínsula esquerda.
Gonzales *et alii* (2006)	Rótulos de odores linguísticos podem modular padrões de atividade no córtex olfatório primário humano.
Bensafi *et alii* (2003, 2005)	Imagens olfativas foram acompanhadas por aumento da atividade de volume de cheirar.
Kleemann *et alii* (2008)	Tanto a percepção de odor quanto a imagem de odor levaram a um aumento na atividade respiratória. A atividade olfatomotora durante a percepção do odor e a apresentação das ima-

	gens de odor são semelhantes não só em termos de volume respiratório, mas também em características temporais.
Kosslyn (2003)	Imagens mentais foram geradas a partir de informações armazenadas na memória de longo prazo.

Fonte: As autoras.

Cinco anos depois, Tempere *et alii* (2014) realizaram uma investigação envolvendo estudantes de graduação em enologia e especialistas em vinho a fim de investigar o impacto do treinamento da imagem mental visual e olfativa na percepção de odores. Para tanto, organizaram dois experimentos, sendo o primeiro para avaliar o impacto do treinamento mental olfatório nos limiares de detecção e o segundo para avaliar o impacto do treinamento nas capacidades de identificação olfativa.

A partir desses experimentos, os autores puderam perceber que: I) há um aumento no desempenho olfativo após o treinamento de imagem mental olfativa, contudo, como o experimento 1 evidenciou o aumento na sensibilidade é dependente do composto; II) os escores de identificação e precisão foram aprimorados pelo treinamento de imagem mental olfativa apenas em especialistas. Os autores argumentam, ainda, que as imagens olfativas envolvem sensação física, associações semânticas e conhecimento como comprovado por Tomiczek e Stevenson (2009), além de representação motora (MAINLAND; SOBEL, 2006). Eles destacam também que estruturas específicas de per-

cepção objetiva neurológica são, de fato, recrutadas durante o treinamento de imagem mental olfativa, de acordo com estudos de neuroimagem (DJORDJEVIC *et alii,* 2005; BENSAFI *et alii,* 2007; PLAILLY *et alii*, 2012). A fim de explicar a diferença entre novatos e especialistas, os autores argumentam que ela segue de acordo com a hipótese de que os indivíduos não são igualmente capazes de formar imagens mentais olfativas (GILBERT *et alii*, 1998; DJORDJEVIC *et alii,* 2004; BENSAFI *et alii*, 2005).

Em 2015, Djordjevic *et alii* investigaram sobre como as imagens mentais estariam relacionadas aos odores. As imagens mentais já tinham sido bem documentadas no campo visual (ALIVISATOS; PETRIDES, 1997; KOSSLYN; GANIS; THOMPSON, 2001; THOMPSON; KOSSLYN, 2000), no auditivo (HALPERN; ZATORRE, 1999; MCGUIRE *et alii,* 1996) e no motor (JEANNEROD, 1994; PARSONS *et alii,* 1995). Apesar disso, as imagens mentais olfativas eram motivo de inconsistência científica, pois alguns descreviam seu funcionamento (GILBERT; CROUCH; KEMP, 1998; AHSEN, 1995; ALGOM; CAIM, 1991; ALGOM; MARKS; CAIN, 1993; CARRASCO; RIDOUT, 1993; GILBERT *et alii,* 1998; LEVY; HENKIN; LIN; HUTTER; SCHELLINGE, 1999; LYMAN; MCDANIEL, 1990), enquanto outros afirmavam que a projeção de imagens mentais semelhantes a odores era improvável (CROWDER; SCHAB, 1995; ENGEN, 1982, 1987; ELMES; JONES, 1995; HERZ, 2000 e SCHAB, 1990). Diante dessa incerteza, Djordjevic *et alii* (2015) realizaram um experimento com 72 participantes, com capa-

cidade normal para cheirar, separados em três grupos: a) imagens de odor; b) imagens visuais; c) nenhuma imagem. Depois de introduzido o odor, o participante foi solicitado a imaginá-lo e a preencher um formulário, o mesmo aconteceu para o grupo de imagens visuais. Os autores descobriram que: I) Os indivíduos eram mais propensos a detectar odores fracos quando o odor imaginado e o apresentado eram iguais; II) O efeito compatível versus incompatível é específico para imagens de odor; III) Imagens de odores exercem efeito mais forte do que imagens visuais em outro processo olfativo; IV) Mulheres saem-se melhores do que homens na avaliação de sua própria capacidade de imaginar odores, apesar de que ambos não diferem no exercício com as imagens em si; V) Imaginar um odor diferente daquele que está sendo detectado interfere na detecção, apesar de que, se o mesmo odor for imaginado e detectado, não funcionaria como facilitador para a detecção; VI) Esse mesmo resultado não ocorre com imagens visuais; e VII) Há grande variação individual entre pessoas saudáveis na capacidade de imaginar odores, o que sugere que algumas pessoas são capazes e outras não de criar imagens mentais de odores.

González *et alii* (2006) testaram a hipótese de que o processamento de palavras com fortes associações olfativas ativa regiões olfativas do cérebro. Partiram do pressuposto de que o processamento de palavras acontecia por um conjunto de neurônios distribuídos com topografias corticais que refletem seu significado, ou seja, quando as palavras eram processadas ativavam diferentes partes do córtex, formando, com

isso, teias de palavras ou redes corticais. Também defendiam o Princípio Hebbiano de aprendizagem, que postula que, quando duas células ou sistemas de células são repetidamente ativados ao mesmo tempo, elas tenderão a fazer com que a atividade de um facilite a atividade do outro. Foi realizado um experimento com imagem de ressonância magnética funcional utilizando 23 (4 mulheres) falantes nativos do espanhol, saudáveis e destros, com média de idade 23,7 anos, sem histórico de alterações fonoaudiológicas, problemas psiquiátricos, neurológicos ou de visão. E os resultados sugeriram que a leitura de palavras com fortes associações olfativas em seu significado, de fato, ativava regiões olfativas no cérebro.

Ainda uma dúvida restava a respeito do tema, e ela dizia respeito à relação entre percepção e evocação olfativa através da linguagem. É aí que este estudo se concentrou.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O contexto de produção desta pesquisa se deu num momento pandêmico, em que a COVID-19 alastrava-se pelo mundo afora. Já não se podia trabalhar em projetos que envolvessem a atuação face a face. Começamos a pensar nas lacunas dos estudos relatados na seção anterior e chegamos à ideia de que, num mundo em que muitas realidades se construíam online, qual seria o efeito do léxico relacionado ao odor nas respostas das pessoas. Foi, então, que traçamos o objetivo de investigar a percepção e evocação olfativa

através da linguagem (especificamente o léxico), com isso verificando se os indivíduos conseguiam formar imagens mentais olfativas a partir da linguagem.

Criamos a hipótese de que, quanto mais familiar fosse um cheiro de comida, mais facilmente a pessoa conseguiria criar uma imagem mental olfativa e mais completa seria a descrição desse cheiro. A resposta de alguém nessas condições de facilidade seria menos marcada, portanto mais produtiva em traços e características, do que as respostas marcadas. Também poderíamos dizer que, atendendo ao princípio de iconicidade (CUNHA *et alii*, 2021), o que é mais conhecido seria representado por uma resposta mais ampla, com mais pormenores, do que seria a resposta associada ao desconhecido e pouco delineado mentalmente.

Para checar essas hipóteses, procedemos a um estudo piloto envolvendo como participantes: um homem de 23 anos de idade e uma mulher de 27 anos de idade. Ambos são brasileiros, nascidos em São Paulo, falantes nativos do português, sem nenhum transtorno auditivo, visual e/ou olfativo e sem nenhuma restrição alimentar.

Para combinar a metodologia de duas áreas de conhecimento (Psicologia e Linguagem), mobilizamos o Princípio de Marcação, tal como exposto por Givón e demonstrado em sua atuação no português do Brasil por Cunha *et alii* (2021) com os encaminhamentos metodológicos do campo da Psicologia, da seguinte forma: dividimos o experimento em dois momentos distanciados entre si por 24 horas. O experimento aconteceu de maneira online, através de um formulário do *Google Forms* e consistiu na exposição ao participante a dois tipos de

estímulos: a palavra escrita do nome do alimento (dia 1) e o som do nome do alimento (dia 2).

Quadro 3: Alimentos selecionados para o estudo[xx]

Alimentos selecionados
Brigadeiro
Ovo frito
Batata frita
Churrasco
Mexerica
Milho cozido
Orégano
Morango

Fonte: As autoras.

Após a apresentação de cada alimento ao participante, este respondia a quatro perguntas sobre a percepção e evocação de odores a partir das palavras lidas e escutadas:

1) Você consegue imaginar o cheiro relacionado a essa palavra?

2) Você pode me descrever esse cheiro? Como ele é?

3) Atribua de 0 a 10 a intensidade do cheiro que sentiu. Sendo 0 = muito fraco e 10 = muito intenso.

4) Quanto essa palavra representa um alimento com cheiro familiar? Sendo 0 = não familiar e 10 = extremamente familiar.

Houve três tipos de respostas formuladas para essas questões: a primeira era fechada e respondida entre sim e não. Foi uma forma de identificarmos alimentos propícios ao estudo de maior fôlego que será feito na fase posterior ao estudo-piloto. A segunda resposta é de livre formulação pelo participante e nos dá acesso aos caminhos de associação mobilizados pelos respondentes. A terceira e quarta respostas são constituídas de um gradiente que visa a apreender a interferência subjetiva de cada participante.

RESULTADOS

Em todas as fases do experimento, os participantes conseguiram ler e escutar os nomes dos alimentos sem dificuldades. Nenhum participante relatou qualquer desconforto em realizar os experimentos. Vejamos as respostas reunidas.

EXPERIMENTO 1: PALAVRA ESCRITA DO NOME DO ALIMENTO

Quadro 4: Resultados do

	Pergunta	Homem	Mulher
Batata frita	1	Sim	Sim
	2	Cheiro bom e intenso	Cheiro oleoso e salgado
	3	8	4

	4	10	10
Brigadeiro	1	Sim	Sim
	2	Cheiro suave de leite e açúcar	Cheiro doce e queimado
	3	6	6
	4	10	10
Churrasco	1	Sim	Sim
	2	Cheiro queimado e salgado	Cheiro queimado
	3	8	8
	4	10	10
Mexerica	1	Sim	Sim
	2	Cheiro doce, fresco e intenso	Cheiro fresco, natureza e azedo
	3	10	6
	4	8	9
Milho cozido	1	Sim	Sim
	2	Cheiro de manteiga	Cheiro úmido e de manteiga
	3	7	5
	4	9	10
Morango	1	Sim	Não

	2	Cheiro fresco, úmido e doce	Não
	3	6	0
	4	7	6
Orégano	1	Sim	Sim
	2	Cheiro forte, intenso, madeira	Cheiro de natureza, folhas, seco
	3	9	6
	4	10	10
Ovo frito	1	Sim	Sim
	2	Cheiro sensacional, molhado e queimado	Cheiro desagradável e oleoso
	3	8	7
	4	10	10

Fonte: As autoras.

Os alimentos foram caracterizados em padrões variados de combinação, tal como segue: brigadeiro (homem: olfato e metáfora; mulher: olfato, paladar e visão), churrasco (homem: olfato, visão e paladar; mulher: olfato e visão), mexerica (homem: olfato, paladar e metáfora; mulher: olfato, paladar, visão e tato), milho cozido (homem: olfato, metáfora; mulher: olfato, tato e metáfora), morango (homem: olfato, tato/visão, pala-

dar), orégano (homem: olfato, metáfora; mulher: olfato, metáfora, tato); e ovo frito (homem: qualidade, olfato, tato, visão; mulher: qualidade, olfato e paladar).

Alguns adjetivos que caracterizam o cheiro do alimento constroem-se por meio da combinação de sentidos originariamente diferentes. Todos os alimentos contaram com combinações de sentidos, contudo alguns provocaram a transferência metafórica para outros objetos, como é o caso do brigadeiro (homem), mexerica (homem), milho cozido (homem e mulher) e orégano (homem e mulher). Com a aproximação metafórica, os participantes buscam elementos tipicamente não associados ao alimento para descrevê-lo, isso pode significar que a descrição dos odores relacionados aos alimentos pode ter influência do contexto em que o odor foi apresentado inicialmente.

Alguns alimentos foram descritos por um avaliativo denotador de emoção vivenciada durante o consumo e não por características intrínsecas ao alimento: ovo frito (homem: lembrança positiva de sabor; mulher: lembrança negativa de sabor). Estes trazem um sentido/valor marcado para ambos os participantes.

EXPERIMENTO 2: SOM DO NOME DO ALIMENTO

A primeira coisa que salta aos olhos é justamente o quanto a sequência sonora do nome do alimento traz maior complexidade ao revestimento de traços descritivos do alimento. Uma hipótese para isso talvez esteja associada ao processamento igualmente complexo envolvido nesse segundo experimento: aqui,

envolve-se a área de Wernicke na recepção e decodificação da informação, além da articulação fônica representada no processo articulatório processado na área de Broca. A despeito disso, ao ouvir o som e, em sendo alfabetizados, como é o caso desses participantes, eles reconstroem a combinação sonora e associam a esse exercício a imagem. Ou seja, o signo é reconstruído: a representação das cadeias sonoros (físicas) e a percepção experiencial advinda do contato memorial com o alimento. Se essa interpretação estiver correta, teremos uma combinação de sentidos maior e de mecanismos de transferências metafóricas em maior número também para atender à demanda mais complexa nesta etapa da pesquisa. Examinemos o quadro com os resultados.

Quadro 5: Resultados do Experimento 2

Pergunta		Homem	Mulher
Batata frita	1	Sim	Sim
	2	Cheiro intenso, salgado e oleoso	Cheiro oleoso
	3	6	6
	4	10	10
Brigadeiro	1	Sim	Sim
	2	Cheiro não muito forte, doce de leite	Cheiro doce
	3	5	8

	4	10	10
Churrasco	1	Sim	Sim
	2	Cheiro intenso, queimado, salgado e de madeira.	Cheiro queimado
	3	8	8
	4	10	10
Mexerica	1	Sim	Sim
	2	Cheiro fresco e doce	Cheiro fresco e de natureza
	3	10	6
	4	7	8
Milho cozido	1	Sim	Sim
	2	Cheiro de água fervida, úmido e doce	Cheiro úmido e de manteiga
	3	7	8
	4	8	10
Morango	1	Sim	Não
	2	Cheiro úmido, doce e fresco	Não
	3	6	0
	4	7	6
Orégano	1	Sim	Sim
	2	Cheiro intenso, uma mistura de cheiros, seco e sal-	Cheiro bom, de natureza e folhas

		gado	
	3	8	6
	4	10	10
Ovo frito	1	Sim	Sim
	2	Cheiro de óleo, queimado e molhado	Cheiro ruim, desagradável, muito óleo
	3	9	8
	4	10	10

Fonte: As autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo piloto realizado com um representante de cada sexo (feminino e masculino) pudemos perceber que indivíduos conseguem formar imagens mentais olfativas a partir da linguagem (especificamente o léxico). Inicialmente criamos a hipótese de que quanto mais familiar fosse um odor, mais facilmente a pessoa conseguiria formar uma imagem mental olfativa e mais completa seria a descrição desse odor. Essa hipótese foi comprovada parcialmente porque apesar da familiaridade do odor, no caso do alimento "morango" a participante do sexo feminino não conseguiu formar uma imagem mental olfativa. Também não encontramos nenhuma relação direta entre familiaridade do cheiro do alimento e número de palavras para descrevê-lo, evidenciando que ainda preci-

sam ser realizados estudos mais aprofundados para investigar essa possível relação

REFERÊNCIAS

CUNHA, A. P. *et alii*. *Cognition, complexity and context as other minds*: a tribute to T. Givón. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

DJORDJEVIC, J.; ZATORRE, R. J.; PETRIDES, M.; JONES-GOTMAN, M. The Mind's Nose: Effects of Odor and Visual Imagery on Odor Detection. *Psychological Science*, v. 15, n. 3, 2015, p. 143-148

GONZÁLEZ, J., BARROS-LOSCERTALES, A., PUVERMULLER, F., MESEGUER, V., SANJUÁN, A., BELLOCH, V., ÁVILA, C. *Reading cinnamon activates olfactory brain regions*. NeuroImage 32, 2006, pp. 906-912

RINCK, F., ROUBY, C., BENSAFI, M. Which format for odor images? *Chem. Senses*, v. 34, 2009, p. 11-13

SAKAI, N., IMADA, S., SAITO, S., KOBAYAKAWA, T., DEGUCHI, Y. The Effect of Visual Images on Perception of Odors. *Chem. Senses*, v. 30, n. 1, 2005, p. 244-245

TEMPERE, S., HAMTAT, M. L., BOUGEANT, J. C., REVEL, G., SICARD, G. Learning Odors: The Impact of Visual and Olfactory Mental Imagery Training on Odor Perception. *Journal of Sensory Studies*, 2014, p. 1-15.

Capítulo 6

AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS E A DESCRIÇÃO DOS TERMOS NA ELABORAÇÃO DO GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: Causa e efeito

Cleide Lemes da Silva CRUZ
IFB/UNB – *cleide.cruz@ifb.edu.br*

Flávia de Oliveira MAIA-PIRES
UNB – *maiapires@unb.br*

Michelle de Oliveira Machado VILARINHO
UNB – *michelle@unb.br*

RESUMO: Esta pesquisa apresenta a metodologia adotada no projeto de elaboração do Glossário de Terminologias da Polícia Rodoviária Federal (PRF) com o objetivo de demonstrar como as escolhas metodológicas afetam a descrição dos termos em obras terminográficas e de apresentar parte dos resultados dessas escolhas. O Glossário tem a finalidade de ser um documento de referência para os especialistas da área que forneça linguagem técnica, normalizadora, precisa que harmonize o discurso entre os usuários. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa fundamentou-se nas teorias da Terminologia, da Terminografia e da Linguística de Corpus. O corpus criado para análise baseou-se nos documentos sobre legislação, códigos de trânsito, normativas internas entre outros documentos oficiais fornecidos pela

PRF, os quais foram armazenados e processados com os recursos do software Sketch Engine. Atualmente, os documentos de análise geraram cerca de 3.183,048 tokens e 2.509,960 palavras, os quais já forneceram mais de 2000 candidatos a termos, estes foram sistematizados em fichas terminológicas que possibilitaram a criação de árvores de domínios para investigação das relações conceituais entre os candidatos a termos e o refinamento da terminologia permitindo inclusive a identificação de novos candidatos. Registra-se que as propostas de termos e as respectivas propostas de definição são apresentadas, discutidas, validadas, reformuladas ou descartadas em reuniões sistemáticas com uma equipe de especialistas da PRF.

PALAVRAS-CHAVE: metodologia; terminologia; glossário.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um estudo linguístico no âmbito da Terminologia e da Terminografia em que são sistematizados termos e conceitos envolvidos. Apresenta-se a metodologia adotada no Glossário de Terminologia da Polícia Rodoviária Federal (PRF), constituído por um conjunto de termos descritos com a finalidade de divulgar e esclarecer os termos especializados, de modo sistemático, utilizados na PRF. Essa obra é o produto do Termo de Execução Descentralizada (TED), firmado entre o órgão descentralizador Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a recebedora Universidade de Brasília para execução do projeto de pesquisa pelas pesquisadoras do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) da UnB. As atividades foram desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa *LEXIC*: *ciência, projetos e pes-*

quisa sobre léxico. Essas atividades estão vinculadas ao projeto Estudos do léxico de língua comum e dos termos das linguagens de especialidade do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

O Glossário tem a finalidade de ser um documento de referência para os especialistas da área e de fornecer linguagem técnica, normalizadora, precisa que harmonize o discurso entre os usuários. O público-alvo da obra são servidores da PRF e da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran); autoridades do poder Judiciário, como os juízes em causas relacionadas à área de trânsito; empresas de seguro de veículo e a sociedade civil que se interessar pela terminologia especializada descrita.

O glossário é composto por 2.089 verbetes das áreas trânsito e acidente, apresenta os termos em ordem alfabética e as respectivas definições. A elaboração da obra terminográfica ocorreu por meio da atuação de três equipes: equipe 1 – pesquisadoras linguistas, especialistas em Léxico e Terminologia; equipe 2 – servidores da PRF e comitê especializado da PRF; e equipe 3 – colaboradoras pesquisadoras da UnB, orientadas pela equipe 1. A última equipe foi composta mediante processo seletivo.

O objetivo da pesquisa é demonstrar o modo como as escolhas metodológicas afetam a descrição dos termos em obras terminográficas e de apresentar parte dos resultados dessas escolhas. A falta de documentação terminológica gera discrepâncias no registro dos trabalhos internos realizados pela PRF. Em virtu-

de da dimensão territorial de atuação desse órgão, verificou-se a necessidade de sistematizar os termos referentes a esta linguagem especializada, a fim de oferecer um parâmetro para que os policiais possam consultá-los e registrar os fatos das ocorrências com precisão terminológica. A identificação dos termos para compor a nomenclatura do glossário foi uma problemática pesquisada.

Em razão da necessidade de a PRF organizar os termos utilizados nos documentos e nos serviços prestados, a parceria com o Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas/Instituto de Letras/Centro Lexterm da UnB possibilitou a criação de árvores de domínio, bem como as definições dos termos das áreas investigadas.

TERMINOLOGIA A SERVIÇO DE ÁREAS DE ESPECIALIDADES

A Terminologia é uma disciplina da Linguística e é uma área de pesquisa emergente no Brasil que demanda a atenção e o interesse de estudiosos do léxico especializado, seja para exercer a tarefa de regular a inclusão de termos, seja para normalizar as novas criações terminológicas, seja para a descrição e o registro de termos em obras terminográficas na língua portuguesa. Os estudos terminológicos apontam como as principais funções da Terminologia: a) estudo e descrição sistemática de termos, quer dizer, palavras, frases, expressões e símbolos utilizados em áreas específicas, podendo coexistir em uma ou mais línguas; b) divulga-

ção de conhecimento técnico por meio de recursos terminológicos elaborados de modo sistemático e c) definição de normas sobre o uso de termos e desenvolvimento de normas terminológicas de ordem técnica, relativas a domínios específicos e aprovadas por especialistas da área de conhecimento especializado. A Terminografia é a disciplina que, aplicando os princípios e métodos da Terminologia, ocupa-se de registro, tratamento e apresentação de dados terminológicos, adquiridos por meio de investigação terminológica; (ISO,1087, 8.2.2) e, segundo Barros (2004, p. 68):

> É uma disciplina científica que analisa seu objeto de estudo (os dicionários terminológicos), propõe novos modelos de tratamento dos dados, reflete cientificamente sobre seu trabalho, além de construir uma metalinguagem própria e de consolidar uma metodologia de elaboração de dicionários terminológicos. (BARROS, 2004, p. 68)

A Terminografia integra operações de recolha, sistematização e apresentação dos termos de uma determinada área do saber ou de uma atividade humana. Faulstich (1990, s. p.) escreve que "[...] um trabalho terminográfico objetiva descrever a terminologia de um domínio específico, conforme metodologias lexicográficas e terminográficas e fundamentos de lexicologia.". E para isso, o terminólogo não toma todas as decisões isoladamente, e sim, conta com a colaboração de hipóteses exigidas pela teoria e deve respeitar uma

série de recomendações técnicas, formais e de processo de trabalhos determinados internacionalmente, de acordo com Cabré (1993, p. 263).

Seguindo as diretrizes do trabalho terminográfico, o processo de elaboração de uma obra deve constar de distintas fases, como: i) delimitação da área de conhecimento ou especialidade; ii) delimitação do público-alvo; iii) delimitação do tipo de obra: descritiva ou normativa; iv) delimitação do meio de divulgação do trabalho: impresso ou informatizado; v) delimitação da fonte de recolha de documentos especializados; vi) escolha da ferramenta de criação do corpus de análise; vii) processamento e análise de dados; viii) identificação de termos simples e termos complexos; ix) descrição dos termos com base nos conceitos especializados da área do saber em estudo; x) delimitação da forma de apresentação desses grupos de palavras, frases, expressões e símbolos utilizados nessa área específica como termo técnico-científico em um produto; xi) delimitação do sistema de manutenção e ampliação da terminologia da obra.

Em cada uma dessas fases, o terminógrafo segue critérios que o conduz a diferentes tipos de obras, como o Glossário de terminologias da Polícia Rodoviária Federal. Outro ponto a ser observado no processo terminográfico é a macroestrutura e a microestrutura. A macroestrutura é o conjunto das partes que compõem a obra como um todo e contém elementos norteadores que conduzem o usuário à compreensão linguística e à organização do glossário ou do dicionário especializado. A microestrutura é uma unidade mínima autônoma; é também

chamada de verbete ou de artigo lexicográfico, é também um dos elementos mais consultados na obra e está relacionado à definição do termo. Por definição encontram-se os seguintes significados: conceito que revela a natureza essencial, básica, de alguma coisa, destacando-a das demais, segundo as ideias de Aristóteles; ou explicação do significado de uma palavra, expressão, frase ou conceito, descrição de algo ou alguém, destacando suas características, como registra alguns dicionários. Em Lexicografia, "[...] as definições correspondem à verbalização do significado ou dos significados que a entrada ou lema pode apresentar no discurso." (MAIA-PIRES, 2018, p. 112). Em Terminografia, por sua vez, a definição está diretamente relacionada à descrição ou esclarecimento de termos utilizados por especialistas em contextos específicos, delimitado por uma área do saber.

Nesse sentido, a definição apresentada no registro do conceito dos termos relacionados à terminologia do trânsito foi elaborada, principalmente, para responder questões relacionadas à sinalização, legislações, funções de agentes etc. Por isso, para atender as inquietações conceituais sobre os termos, a estrutura da definição baseou-se em indagações como: o que é X?; como ocorre X?; quais os envolvidos em X?; como é formado X?; de qual material é feito X?; o que X contém?; qual é a função de X?; quem emite X?; quem elabora X?; em que meio ocorre X?.

Em que X é o termo em descrição e as respostas foram selecionadas a partir de documentos especializados sobre o tema. Quando o termo apresenta mais de um conceito, quer dizer, mais de uma acepção, há uma

indicação por meio de numeração dentro do mesmo verbete. Além disso, como parte da microestrutura, a inclusão de exemplos de uso se faz necessária para a complementação conceitual e exemplificação de uso do termo.

Destaca-se que os termos são criados seguindo a gramática da Terminologia que possui regras para formação dos termos. Um exemplo disso pode ser visualizado nos processos de formação de Unidades Terminológicas Complexas (UTCs), proposta no constructo de Faulstich (2003) que contribuiu para os estudos terminológicos por apresentar a visão sociovariacionista da Terminologia. Por exemplo, a UTC colisão lateral em sentido oposto é constituída por "[...] formativos que se organizam numa sequência de base+predicado [...]", de modo que "[...] a construção de terminologias complexas é um fenômeno que se dá num contínuo conceitual que vai do + geral ao + específico [...]" (FAULSTICH, 2003, p. 14). Ao analisar a formação da UTC colisão lateral em sentido oposto, constitui-se a regra [AaBC]:

[[[colisão] lateral [em sentido oposto]

A aB C

(em que A é a base predicada por BC. "Na regra de formativos, a repetição do símbolo em minúsculas diz que se trata de um significado apositivo." (Id., Ibid., p. 16). Os verbetes registrados no Glossário de Terminologia da PRF contemplam as UTCs que são recorrentes.

A Linguística de *Corpus* (LC) corrobora para a construção de glossários, uma vez que, segundo Sardinha (2000, p. 325),

> [...] ocupa-se da coleta e exploração de corpora, ou conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador. (SARDINHA, 2000, p. 325)

Nesse sentido, a LC se apresenta como grande aliada de lexicógrafos e terminógrafos, além de outros profissionais e um "novo caminho" para a realização de pesquisas que tenham por objetivo a elaboração desse tipo de obra.

Assim sendo, apresentaram-se de modo breve alguns pressupostos que conduziram esta pesquisa terminológica e terminográfica, as quais serviram de base para identificarmos a terminologia relacionada à área de trânsito e as diretrizes do fazer terminográfico.

METODOLOGIA

A pesquisa sustenta-se na base epistemológica da Terminologia e da Terminografia com base nos estudos de Maia-Pires (2018), Cruz, Maia-Pires e Lupetti (2020); de Cabrè (1993), Faulstich (2001, 2003). Para alcançar tais objetivos, a pesquisa fundamentou-se nas teorias da Terminologia, da Terminografia e da Linguística de *Corpus*. Esses estudos compreendem pesquisas e projetos para a construção de glossários e di-

cionários especializados em áreas distintas. O *corpus* criado para análise baseou-se nos documentos sobre legislação e códigos de trânsito, normativas internas e demais documentos oficiais fornecidos pela PR, os quais foram armazenados e processados com os recursos do software *Sketch Engine*.

Nessa perspectiva, as ferramentas tecnológicas disponíveis para analisar dados linguísticos de modo sistemático, como S*ketch Engine*, alinhado aos conhecimentos das disciplinas linguísticas, foram utilizadas. Os dados foram analisados por meio de evidências empíricas, reunidas no *software*. O *Sketch Engine*, desenvolvido pela *Lexical Computing Limited*, em 2003, é um programa disponível online por meio de pagamento, que disponibiliza ferramentas para explorar o funcionamento de línguas, com análises de textos autênticos e algoritmos que identificam instantaneamente o que é típico na língua em estudo e o que é raro, incomum ou emergente, informações úteis a linguistas, lexicógrafos, terminógrafos, tradutores, estudantes e professores. Em linha geral, expõem-se as ferramentas que foram utilizadas nesta pesquisa. Destaca-se que não se pretende escrever tutorial da ferramenta, por isso, para mais esclarecimentos, recomenda-se o acesso à página do programa, disponível em https://www.sketchengine.eu.

Word Sketch – collocations and word combinations é uma ferramenta que permite verificar a ocorrência de itens lexicais, as colocações e as combinações entre palavras da língua no corpus. Apresenta ainda um quadro resumo do que pode ser o comportamento gramatical e as colocações da palavra. Fornece informações

relacionadas ao contexto dos enunciados e identifica os posicionamentos de cada elemento de composição.

Keywords – é uma ferramenta que permite extrair as palavras-chave que aparecem com mais frequência no corpus base da pesquisa em foco, do que no corpus de referência, quer dizer, identifica prováveis candidatos a termos.

*Concordance – examples of use in contex*t é a ferramenta que fornece informações para análise e interpretações, de acordo com as opções de pesquisa, por meio da qual é possível identificar palavras, frases, tags, documentos, tipos de texto ou estruturas de corpus, com a exibição de resultados no contexto de acordo com a forma de uma concordância.

O *corpus* de estudo reúne textos oficiais utilizados pelos PRF como código de trânsito, legislação de trânsito, entre outros. Os documentos de análise geraram cerca de 3.183,048 *tokens* e 2.509,960 palavras, os quais já forneceram 2000 candidatos a termos. Esses termos foram sistematizados em fichas terminológicas que possibilitaram a criação de árvores de domínios para investigação das relações conceituais entre os candidatos a termos e o refinamento da terminologia para identificação de novos candidatos.

Quando a terminologia de uma área é apresentada, é necessário selecionar os termos que compõem o domínio de saber de forma exaustiva, para recolha dos termos representativos do sistema de conceitos da área especializada.

A metodologia seguiu os procedimentos, a saber: 1) redação da macroestrutura; 2) criação do corpus para seleção e análise de candidatos a termos das áreas trânsito e acidentes para compor o glossário; 3) preenchimento das fichas de terminológica e análise de dados; 4) elaboração de definições claras, coerentes e precisas em função do público-alvo; 5) revisão dos verbetes; 6) inclusão de notas técnicas e linguísticas, sempre que necessárias, extraídas das obras de consulta; 7) inclusão de remissões que configuram a obra como sistêmica; 8) acréscimo de novos termos, por remissão, que sejam necessários para melhorar a compreensão de um conceito relacionado; 9) definição dos termos remissivos que comporão entrada do glossário; 10) elaboração das árvores de domínio; 11) validação dos verbetes com os especialistas da PRF; 12) revisão contínua de todas as etapas anteriores.

As reuniões para validação dos verbetes ocorreram por meio das plataformas *Hangouts* e *Google Meet*, com a participação das pesquisadoras da UnB e dos profissionais da PRF, os quais eram os especialistas consultados para a validação dos conceitos e termos do glossário.

A proposta metodológica para elaboração de léxicos de Faulstich (2001) serviu de base para a elaboração das fichas lexicográficas. Além disso, a inserção dos documentos coletados da *Wiki-PRF* possibilitou a criação de do corpus no Sketch Engine. O Corpus foi criado com o título "*PRF_WEB_2020*" é constituído por cerca de 2 milhões, 509 mil, 960 palavras.

Após a seleção dos candidatos a termos, recorreu-se a ferramenta *Concordance* para identificar informações para análise e interpretações mais acuradas, de acordo com o termo em consulta. Os resultados desta etapa permitiram encontrar relação do candidato a termo com parte do discurso e com a categoria gramatical nos documentos em que ocorrem. Desse modo, foi possível sistematizar conceito, gramática e discurso em árvores de domínio, utilizando o software *Xmind*, disponível em https://xmind.app, como por exemplo, da *área acidente, subárea acidente de trânsito*, conforme pode ser observado a seguir:

Figura 1: Árvore de domínio Acidente de trânsito

Fonte: As Autoras.

Essas escolhas metodológicas auxiliaram no registro de informações de qualidade nas fichas terminográficas, elaboradas especificamente para este pro-

jeto de pesquisa. Em sequência, o percurso forneceu os dados que deram suporte à elaboração dos verbetes do Glossário de Terminologias da Polícia Rodoviária Federal, que foram validados pelos agentes especializados da PRF, em reuniões de trabalho, em que as propostas de termos e as respectivas propostas de definição foram apresentadas, discutidas, validadas, reformuladas ou descartadas.

PROPOSTA DE DEFINIÇÃO

Os procedimentos adotados contribuem ainda para o desenvolvimento de um padrão de definições para distinguir *genus proximum e differentiae specificae* que se orientaram em questionamentos acerca dos termos e dos contextos de uso como: o que é X?; para que serve X? o que causa X?; como ocorre X?; quais os envolvidos em X?; qual é a função de X?; qual o procedimento para X?; de qual material é feito X?; quem emite X?. Em que X é o termo em descrição. Destaca-se que em alguns termos fez-se necessária inclusão de exemplos que ilustrassem o termo descrito para oferecer condições que completem a descrição do conceito.

Para o estabelecimento de modelos para a definição de grupos de termos, características que compunham os conceitos foram abordados, como por exemplo, veículos, os quais deveriam seguir a estrutura: +veículo, +tipo de propulsão (propulsão humana; tração animal; combustão interna, elétrica e híbrida) ±quantidade de rodas, +meio de deslocamento (sobre trilho, via) +especificidade de uso (para transporte de

carga, de passageiro; para uso agrícola, de terraplenagem, tração, recreação, moradia).

Após estudo dos conceitos do Manual de atendimento de acidentes (M-015), na definição proposta para acidente, as indagações norteadoras para a redação dos tipos de acidentes foram: o que é? o que causa?. Tais proposições foram testadas no âmbito da pesquisa Glossário do Plano Piloto de Brasília de Maia-Pires (2018) e no Glossário terminológico da COVID-19 de Cruz, Maia-Pires & Lupetti (2020) e se tem demonstrado eficiente para o projeto do Glossário de Terminologias da Polícia Rodoviária Federal.

+entrada +informação gramatical +definição ±abreviatura da fonte da definição ± contexto +abreviatura da fonte do contexto ±remissiva(s) ±nota ±abreviatura da fonte da nota.

Assim, a microestrutura dos verbetes apresentam a seguinte estrutura – Amostragem de verbetes do Glossário:

– *acidente de trânsito* nm. Evento que ocorre de modo imprevisto, que causa danos físicos a pessoas, danos materiais, danos ao meio ambiente, em decorrência da movimentação de veículos, de usuários da via e de objetos. “O perigo mais comum em um ambiente de acidente de trânsito está associado à interdição da via, que pode ocasionar outros acidentes.” (PRF) *Nota*: Acidente de trânsito ocorre geralmente decorrente de ação ou omissão de pessoa ou instituição responsável por evitá-lo. Ver sinistro de trânsito

– *atropelamento* nm. Acidente em que há impacto entre veículo em movimento e uma ou mais pessoas ou um ou mais animais.

– *atropelamento de animal* nm. Acidente em que há impacto entre veículo em movimento e um ou mais animais.

– *atropelamento de pessoa* nm. Acidente em que há impacto entre veículo em movimento e uma ou mais pessoas.

– *capotamento* nm. Acidente em que o veículo gira em torno do próprio eixo longitudinal ou transversal, em um ângulo igual ou superior a 180°, imobilizando-se em qualquer posição. “Manter a velocidade e segurar o volante levemente reduz o risco de capotamento.” (detran.sp.gov) Ver capotagem.

– *colisão* nf. Acidente em que há impacto entre veículos em movimento, pessoa, animal ou objeto. "Caso o ciclista esteja na contramão e sofra colisão com um carro, os efeitos sobre o corpo serão danosos.” (bykestation.com.br) Ver batida; pechada.

– *colisão com objeto* nf. Acidente em que há impacto com veículo em movimento contra objeto fixo, estático ou em movimento, ou contra veículo imobilizado. “Em colisão com objeto, a responsabilidade pelo acidente é do condutor que estava dirigindo o veículo que bateu no outro imobilizado.” (douglasribas.com.br) Ver veículo imobilizado.

– *colisão frontal* nf. Acidente em que há impacto entre veículos que transitam em sentidos opos-

tos e se chocam de frente. “A causa da maioria das colisões frontais é a falta de percepção do outro veículo por parte do motorista a tempo de reagir para evitar o acidente.” (estado.rs.gov.br)

– *colisão grave* nf. Acidente em que há colisão que causa lesão corporal grave ou morte. “Em viagens em rodovias, onde a velocidade é maior do que nas vias urbanas, os riscos de colisão grave são maiores.” (detran.sp.gov.br) Ver acidente grave; acidente de trânsito grave; lesão corporal; lesão corporal grave; lesão corporal leve.

– *colisão lateral* nf. Ver colisão lateral no mesmo sentido e em sentido oposto.

– *colisão lateral em sentido oposto* nf. Acidente em que há impacto entre veículos que transitam na mesma direção, em sentidos opostos e que se chocam com a lateral de outro veículo, sem alteração substancial e imediata da velocidade de nenhum dos veículos. Ver colisão lateral no mesmo sentido; sentido de circulação.

– *colisão lateral no mesmo sentido* nf. Acidente em que há impacto entre veículos que transitam na mesma direção, no mesmo sentido e que se chocam com a lateral de outro veículo, sem alteração substancial e imediata da velocidade de nenhum dos veículos. “A colisão lateral no mesmo sentido é uma das principais causas de mortes de ciclistas.” (rondonia.ro.gov.br) Ver colisão lateral em sentido oposto; sentido de circulação.

– *colisão leve* nf. Acidente em que há colisão sem lesão corporal grave ou morte. "Em colisões leves,

sem fatalidades, a primeira ação é afastar os veículos da via, para não obstruí-la ou ainda causar outros acidentes." (detran.ba.gov.br) Ver acidente de trânsito leve; acidente leve.

– *colisão transversal* nf. Acidente em que há impacto entre veículos que transitam em direções que se cruzam, ortogonal ou obliquamente. "As conversões à esquerda são a causa da maioria das colisões transversais." (aprovadetran.br).

– *colisão traseira* nf. Acidente em que há impacto entre veículos que transitam na mesma direção e no mesmo sentido e o veículo à retaguarda atinge veículo à frente. Ver engavetamento.

– *derramamento de carga* nm. Acidente em que há queda ou derramamento de carga para fora do veículo. Vazamento de carga em local. "O veículo de carga deverá estar equipado quando transitar para evitar derramamento da carga sobre a via." (adapt. CTB).

– *veículo comunitário* nm. Veículo que se desloca sobre via ou trilho, para transporte coletivo de passageiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se apresentar a influência das escolhas metodológicas para a elaboração de um glossário terminológico, tendo como suporte ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelo software *Sketch Engine* para criação de corpus e processamento e análise de dados; para organização de árvores

de domínio; para a construção da macroestrutura e da microestrutura da obra; além da sistematização da estrutura de definições terminográficas; e para a relevância da validação dos termos pelos especialistas da área do saber em estudo.

A aplicação dos percursos metodológicos de Terminologia possibilitaram a criação do *Glossário de Terminologias da Polícia Rodoviária Federal* e o estudo demonstrou que a inclusão da Linguística de Corpus forneceu ferramentas necessárias para auxiliar o pesquisador em projetos desta natureza. A delimitação das proposições, de acordo com rígidos critérios metodológicos e científicos, funcionou como modelo a ser seguido, uma vez que causa o efeito da padronização das definições, com vistas ao texto definitório apresentar as informações para atender as demandas do público-alvo. A parceria firmada no âmbito do projeto contribuiu para que as pesquisas científicas apresentassem melhorias às necessidades da sociedade e que novas ferramentas tecnológicas possam ser desenvolvidas e utilizadas em projetos futuros.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

CABRÉ, M. T. *La terminología* – teoria, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

CRUZ, C. L. S. 2013. G*lossário de terminologias do vestuário*. Brasília: Editora IFB. 88 p.

CRUZ, C. L. S.; MAIA-PIRES, F. de O. Mapeamento terminológico da COVID-19 e a obra terminográfica como contribuição ao

combate da pandemia. *In*: *XVII Simposio Iberoamericano de Terminología (RITerm 2020-2021) – Inclusión y terminología en la sociedad actual / XVII Simposio de la Red Iberoamericano de Terminología*. Inclusión y terminología en la sociedad actual, Ciudad de México, 2021. v. 1. p. 56-56.

FAULSTICH, E. L. de J. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. *In*: FAULSTICH, E; ABREU, S. P. de. (Orgs.). *Linguística Aplicada à Terminologia e à Lexicografia*. v. 1. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 11-31.

FAULSTICH, E. L. de J. *Proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários*. Brasília: [s.n.], 2001.

ISO 704. *Terminology work* – principles and methods. 2. ed. Genève: International Standard Organization, 2000. (Brasília: [s.n.], 2001).

KILGARRIFF, A. *et al.*. *The Sketch Engine*: ten years on. Lexicography, v. 1, 2014, p. 7-36. Disponível em: http://www.sketchengine.eu.

MAIA-PIRES, F. de O. *Glossário do Plano Piloto de Brasília*: entre siglas e conceitos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

MAIA-PIRES, F. de O.; CRUZ, C. L. S.; LUPETTI, M. *Glossário Terminológico da COVID-19,* 2020. Disponível em https://covid19.lexic.com.br.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. *Manual de Atendimento de Acidentes de trânsito (M-015)*. PRF: Brasília, 2021.

SARDINHA, A. P. B. Linguística de corpus: histórico e problemática. *Revista DELTA,* São Paulo, v. 16, n. 2, 2000, p. 323-367.

Capítulo 7

CONHECENDO AS PRODUÇÕES LEXICAIS CONTEMPORÂNEAS: Estudo de neologismos de campos semânticos referentes a grupos sociais

Vinícius Sáez de Oliveira COELHO
UFMG – *saezecoelho@gmail.com*

Aderlande Pereira FERRAZ
UFMG – *aderferraz@gmail.com*

RESUMO: Uma das características principais de uma língua natural é a possibilidade de renovação e de mudança, sendo possível atestar tal fato por meio do léxico. Nesse sentido, a língua tem uma relação intrínseca com a cultura, acompanhando a evolução de uma sociedade e as transformações que nela ocorrem em diversos âmbitos, nos quais é possível observar o léxico modificando-se para designar objetos e conceitos novos à medida que eles surgem. Esta proposta de comunicação analisa um setor expressivo no qual se nota essa produção de palavras inéditas com significativa frequência: os grupos sociais, em específico a comunidade LGBTQIA+. Tais neologismos, que aparecem inicialmente como unidades do discurso desse grupo analisado, tornam-se unidades do sistema linguístico a partir do momento que revelam natureza estável e permanente, aparecendo, por exemplo, na materialização de textos de diversos gêneros, como os publicitários. Assim, o objetivo da proposta é mostrar o crescente número de palavras novas no português brasileiro provenientes do discurso LGBTQIA+, encontra-

das na linguagem publicitária digital, além de discutir suas características no português do Brasil, mostrando as contribuições para a formação do acervo lexical neológico contemporâneo. Para a realização da pesquisa, adotou-se uma metodologia em que o critério para identificação do neologismo é o de exclusão lexicográfica, isto é, uma unidade lexical será nova se não estiver dicionarizada (ALVES, 1990), (FERRAZ, 2010). Neste caso, como corpus de exclusão, foram utilizados os quatro dicionários escolares destinados, pelo PNLD-Dicionários (2012), aos estudantes do ensino médio e a versão on-line do dicionário Caldas Aulete. Para a descrição e a análise das unidades lexicais, considerou-se Alves (1990) e Ferraz (2010); sobre a associação em campo-semânticos lexicais, tem-se Lewis (1993). Tais neologismos e pesquisa atestam o caráter de inovação lexical presente no discurso LGBTQIA+, que, a priori, precisa ser conhecido e discutido para posteriores pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: neologismos; campo semântico; discurso lgbtqia+.

INTRODUÇÃO

De acordo com o linguista francês Alain Polguère, em sua obra Lexicologia e semântica lexical, pode-se definir linguagem como "[...] a faculdade humana de comunicar ideias por meio da língua." (POLGUÈRE, 2018, p. 26) e, por sua vez, pode-se compreender língua como:

> [...] a nossa 'ferramenta' de comunicação privilegiada. Cada língua constitui um sistema de signos convencionais e de regras de combinação desses signos, que formam um todo complexo e estruturado. (POLGUÈRE, 2018, p. 24)

Tendo isso em vista, é possível perceber a existência de uma relação entre a cultura, a linguagem e a língua.

Uma das características principais de uma língua é a capacidade de renovação e de mudança. Essa dinamicidade pode ser atestada em diferentes níveis linguísticos, como semântico, sintático, morfológico, fonológico, pragmático e lexical, sendo mais evidente neste último. Vale ressaltar que a língua tem uma relação intrínseca com a cultura, acompanhando, por exemplo, a evolução de uma sociedade e as transformações que nela ocorrem em diversos âmbitos – costumes, moda, produtos, tradições, entre outros. Assim, é possível observar o léxico modificando-se para designar objetos e conceitos novos à medida que eles surgem. Tais palavras novas são o que se denomina de neologismos (ALVES, 2007; FERRAZ, 2006).

Considerando a relação linguística entre o vocabulário de uma língua e as mudanças que ocorrem em uma sociedade, cabe analisar um setor expressivo no qual se nota a produção de palavras novas com significativa frequência: os grupos sociais, em específico a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transsexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, entre outros)[xxi]. Dotada de um comportamento linguístico peculiar, é notória a relevante produção de neologismos nos discursos dos indivíduos que compõem esse corpo social, sendo possível observar como os falantes mobilizam a criatividade linguística a partir das regras e do conhe-

cimento lexical que possuem da língua, contribuindo, ativamente, para a constante renovação desta.

Tais neologismos, que aparecem inicialmente como unidades do discurso desse grupo analisado, tornam-se unidades do sistema linguístico a partir do momento que revelam natureza estável e permanente, aparecendo, por exemplo, na materialização de textos de diversos gêneros. Desse modo, pode-se perceber uma relativa frequência dessas palavras novas citadas nos textos publicitários, um dos gêneros textuais mais produtivos, atualmente.

ENTENDENDO OS GÊNEROS DO DISCURSO

As atividades humanas, sejam elas cotidianas ou formais, organizam-se em torno dos gêneros discursivos. Ler uma mensagem de texto no celular ao acordar, consultar o rótulo de shampoo durante o banho, deixar um bilhete afixado na porta da geladeira, repassar um recado ao porteiro, compreender as placas de sinais no trânsito, analisar um anúncio publicitário em um outdoor, digitar um e-mail no trabalho são exemplos exímios de atividades mediadas pelos gêneros discursivos, que dão suporte aos enunciados. De acordo com Bakhtin (2011), todos os campos de exercícios dos seres humanos estão ligados ao uso da linguagem, e o emprego da língua efetua-se por meio dos enunciados tanto orais quanto escritos, sendo eles concretos e únicos em suas manifestações. Entende-se, então, por enunciado a materialização da comunicação discursiva pretendida.

Segundo o autor russo, tais enunciados são compostos por três elementos, sendo eles: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, que estão indissoluvelmente ligados e são determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Nos exemplos citados, pode-se listar o campo comunicacional das mensagens instantâneas de aplicativos de comunicação, como o *WhatsApp*, o campo informativo de um rótulo de um produto, o campo publicitário da propaganda em outdoor, entre outros. Nesse sentido, o autor postula que cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados e que eles se denominam gêneros do discurso (BAKHTIN, 2011). Vale considerar que por "relativamente estáveis", entende-se que tais gêneros do discurso podem variar em relação aos três elementos (conteúdo temático, o estilo e a construção composicional), porém tais características manifestam em maior ou menor grau indissociavelmente do enunciado.

Tomemos como exemplo a atividade mencionada de "analisar um anúncio publicitário em um outdoor". O conteúdo temático em questão, certamente, é um produto ou serviço que está sendo vendido e, portanto, está sendo comunicado em uma mensagem publicitária em forma de um grande cartaz em via pública. Por sua vez, o estilo em que tal anúncio está veiculado pode variar em relação aos itens lexicais, às formas e às construções gramaticais, por exemplo, sendo infinitas as possibilidades estilísticas. No que diz respeito à construção composicional, pode-se entender que trata da formatação. Nesse sentido, há de se considerar que são também incalculáveis as maneiras em

que a forma do outdoor pode aparecer, desde um simples letreiro até placas que simulam o formato do produto vendido, como um outdoor em formato de veículo para anunciar a venda de um carro.

Ainda em relação à configuração do gênero do discurso, Bakhtin (2011), no que diz respeito a variedades existentes, postula que:

> [...] a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2011, p. 262)

Tal pensamento direciona para a ideia de que os gêneros do discurso, sejam eles orais ou escritos, são heterogêneos, ou seja, variados e diversificados em seus elementos constitutivos.

Por último, o autor distingue os gêneros do discurso em duas categorias existentes: os primários (denominados também de "simples") e os secundários (ou "complexos"), e os exemplifica:

> Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, *os grandes gêneros publicísticos*, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvi-

> do e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. (BAKHTIN, 2011, p. 263, grifo nosso)

PUBLICIDADE vs. PROPAGANDA

Após a descrição e a caracterização dos conceitos bakhtinianos, centraremos o olhar no gênero discursivo (ou textual, como é também conhecido) publicidade. Porém, a priori, cabe diferenciar as lexias "propaganda" e "publicidade", uma vez que são termos intercambiáveis no uso corriqueiro e eles guardam nuances diferenciais entre si. O primeiro – propaganda – é uma expressão abrangente, vem de propagar e engloba, por exemplo, a propaganda política, a religiosa, a ideológica e a comercial, sendo que esta última é considerada e nomeada como publicidade (de produtos, de serviços ou até mesmo institucional). Ainda há de considerar que, no que diz respeito aos propósitos de tais gêneros do discurso, de acordo com Carvalho (2014):

> [...] a publicidade tem, sim, um objetivo comercial, mas pode ter também outros objetivos, como político e ideológico, por exemplo. Sua razão de ser, seja uma publicidade política, seja uma comercial, é a persuasão, isto é, o seu objetivo principal é convencer ou seduzir o seu receptor. (CARVALHO, 2014, p. 43)

Assim, nota-se um vínculo mercantilista e fins capitalistas no bojo do surgimento de tal gênero textual, já que há uma relação intrínseca com propósitos comerciais (em maior ou menor grau). Portanto, toda publicidade é propaganda já que tem finalidade de cunho ideológicos para o consumo, porém nem toda propaganda é publicidade, uma vez que não tem finalidade, necessariamente, comercial.

Essa mesma distinção taxonômica é defendida por Ferraz (2010), na qual o autor afirma que:

> [...] durante muito tempo o termo *propaganda* foi utilizado tanto com o significado de propagação de ideias (políticas, religiosas etc.) quanto com o de apresentação pública de anúncios de produtos ou serviços, com o propósito comercial. [...] Como o termo ficou associado ao objetivo de persuadir o receptor a aderir a certas ideias, temos encontrado expressões como propaganda política, propaganda estatal [...]. Para expressar, contudo, o segundo significado, o de anúncio com fins comerciais, tem-se preferido ultimamente o termo *publicidade*. (FERRAZ, 2010, p. 252-253, *grifo nosso*)

O gênero discursivo publicístico "ganha novos contornos" com o advento da internet, sobretudo após o século XXI, em que houve uma ascensão das tecnologias digitais. As propagandas que antes se concentravam nas televisões, nos rádios e nos meios impressos, como jornais e revistas, figuram, atualmente, nas redes sociais, como *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*.

Vale considerar que, nos ambientes virtuais, a propaganda é facilmente difundida e divulgada, diferentemente da TV em que, por exemplo, há um horário específico para veicular tais textos publicísticos – denominados comerciais.

O gênero publicidade pode ser compreendido como um conjunto de técnicas que objetivam persuadir o comportamento dos indivíduos, induzindo-os a comprar determinados produtos, serviços e bens. Além disso, segundo Carvalho (2014), a publicidade:

> [...] não se limita simplesmente a informar o consumidor sobre o produto. À função informativa agregam-se traços persuasivos visando compelir à compra, à aquisição do que não se necessita, relegando a segundo plano o produto antigo, trocando-o sob a mística do novo. A propaganda exerce sobre os indivíduos a ela expostos efeitos que vão desde a simples aquisição do produto anunciado à adesão e assimilação da ideologia social que o produz. À ação comercial se acrescenta uma ação ideológica e cultural. (CARVALHO, 2014, p. 21)

Ainda nessa esteira de pensamento, Ferraz (2010) pontua que a ascensão deste gênero discursivo está atrelada aos fins capitalistas e comerciais, sendo notório o crescimento nas últimas décadas da circulação de textos publicitários na sociedade. Para o autor,

> [...] uma das razões, talvez a principal, que justificam a publicidade está na condição de o regime de produção de uma dada sociedade apresentar-se suficientemente desenvolvido para satisfazer mais que as meras necessidades de materiais da sua população. E essa população, ou parte dela, para corresponder a tal expectativa, deve viver acima do nível da subsistência, isto é, deve estar em condições de consumir bens e serviços nem sempre necessários. (FERRAZ, 2010, p. 253)

Uma vez que a propaganda comercial tem uma função ideológica e manifesta um viés cultural, pode-se entender o funcionamento da língua e da linguagem a partir dela, sendo portanto, passível de objeto de estudo da linguística. Nesse sentido, Bakhtin (2011) pontua que:

> [...] os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (BAKHTIN, 2011, p. 268)

Desse modo, pode-se notar, conforme já exposto, a relação intrínseca entre a cultura, a linguagem e a língua.

Em decorrência dessa particularidade dos gêneros discursivos, concentraremos, então, no fenômeno linguístico facilmente observável nas publicidades: a renovação do

léxico. O linguista Mário Vilela (1994) destaca o seguinte aspecto em relação à renovação lexical:

> [...] a língua portuguesa é o resultado de uma longa história, e *o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais directamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo,* e por isso é nele que se reflectem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, econômicas, sociais, culturais ou científicas. (VILELA, 1994, p. 14, *grifo nosso*)

No que concerne aos estudos da neologia, isto é, ao processo de criação lexical, segundo Alves (2007), a palavra nova, o neologismo:

> [...] pode ser formado por mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas linguísticos. Na língua portuguesa, os dois recursos têm sido amplamente empregados, diacrônica ou sincronicamente. (ALVES, 2007, p. 5)

Tendo em vista que o gênero do discurso publicístico é o campo o qual tem por intuito persuadir o interlocutor a aderir comportamentos, produtos ou serviços, o discurso publicitário é, por excelência, o campo para a inovação lexical, uma vez que a propaganda utiliza deste recurso linguístico para criar um apelo comercial, a partir da demanda de nomear e de

adjetivar os objetos anunciados (CARVALHO, 2014). De acordo com a autora, o vocabulário é o símbolo verbal de uma cultura e ele perpetua tal herança por meio dos signos verbais existentes no arcabouço lexical de uma língua, estabelecendo o elo entre o mundo linguístico e o mundo objetivo, real. Contudo, o vocabulário sofre mudanças constantemente,

> [...] ele evolui e se adapta, constituindo sempre um portador apropriado de significações, valores e cargas novas que a realidade gera e a palavra transmite. Essas cargas novas são responsáveis pelo surgimento constante e inevitável de *neologismos*, pela adoção de empréstimos, pela arcaização de termos, pela mudança de significados, como forma de adaptação da língua à evolução do mundo. Ao permitir a comunicação interpessoal, a língua favorece as representações e atitudes coletivas, produzindo a cultura. (CARVALHO, 2014, p. 40, *grifo nosso*)

Essa relação entre falante de uma língua, os gêneros do discurso e a inovação existente no sistema linguístico, ainda que não assinalada explicitamente pelo teórico russo, pode ser vista no bojo de sua discussão. Consoante aos pensamentos de Bakhtin (2011), a essência de uma língua:

> [...] se resume à expressão do mundo individual de um falante. A língua é deduzida da necessidade do homem de autoexpressar-se, de objetivar-se. A essência da linguagem nessa

> ou naquela forma, por esse ou aquele caminho se reduz à criação espiritual do indivíduo. (BAKHTIN, 2011, p. 270)

Nesse sentido, o falante, ao não encontrar no vocabulário determinada lexia para se expressar, recorre à possibilidade de criar uma palavra. Para Ferraz (2006), essa criação é natural das línguas vivas, faz parte da dinamicidade, do funcionamento e da organização social, uma vez que "[...] o léxico é constituído de unidades criadas a partir da necessidade, expressa pelos grupos sociais, de interação com o universo sociocultural." (FERRAZ, 2006, p. 221). Dentre os grupos sociais, encontram-se os indivíduos LGBTQIA+ que analisaremos em seguida.

O CRITÉRIO LEXICOGRÁFICO

Inicialmente, para atestar se uma lexia nova é ou não um neologismo no sistema linguístico, é necessário recorrer a um critério para identificação e adota-se, normalmente, a proposta do autor canadense Jean-Claude Boulanger (1979). Para o professor e pesquisador quebequense é necessário um corpus de exclusão para atestar se determinada palavra é nova na língua e, para isso, utiliza-se o critério lexicográfico para tal identificação, no qual a unidade lexical será neológica se ainda não estiver registrada em um dicionário.

Para este ensaio e ocasião, utilizou-se como base o dicionário Caldas Aulete Digital[xxii]. Tendo em vista que os dicionários físicos e impressos são atualizados em uma frequência aproximada de dez em dez anos (FERRAZ, 2006), é necessário recorrer a recur-

sos que acompanham as transformações na sociedade com maior rapidez, como os dicionários on-line. Porém, não renega a utilização concomitantemente dos dicionários impressos. Compôs também como corpus os dicionários do último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-Dicionários)[xxiii], de 2012: o *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara* (2011), da editora Nova Fronteira; o *Dicionário Unesp do português contemporâneo* (2011), da editora Piá; o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (2011), da editora Lexikon; e o *Dicionário Houaiss conciso* (2011), da editora Moderna.

É necessário pontuar ainda que, para Ferraz (2006),

> [...] o neologismo [...] encontra no dicionário de língua um instrumento de apoio teórico a revelar a relação intrínseca neologismo / dicionário. [...] a noção de neologismo começa no dicionário (com o critério de identificação lexicográfico) e termina no dicionário (uma unidade lexical entra em processo de desneologização quando passa a ser registrada em uma obra lexicográfica. O critério da comprovação sistemática da aparição de unidades lexicais numa seleção de dicionários de língua faz com que as unidades que não estejam dicionarizadas sejam consideradas neologismos lexicográficos. (FERRAZ, 2006, p. 224)

Assim sendo, o dicionário é uma das possíveis ferramentas para atestar o grau de neologicidade de

uma palavra em uma língua. Consoante Biderman (2003), "[...] o dicionário é um instrumento indispensável e imprescindível na fixação do léxico de uma língua e ferramenta básica na consolidação de uma língua escrita e literária." (BIDERMAN, 2003, p. 58), isso porque a partir do momento que a palavra encontra-se dicionarizada, ela deixa de ser considerada como um neologismo, ou seja, uma palavra nova.

OS TRÊS TIPOS DE NEOLOGISMOS

Há, reconhecidamente, de acordo com Alves (1990), três mecanismos para a incorporação das palavras novas no léxico de uma língua. O primeiro – a neologia formal – refere-se ao processo de construção de palavras pelas próprias regras do sistema linguístico, seja em nível fonológico, morfológico ou sintático, isto é, o mecanismo manifesta-se no interior da própria língua. O segundo – a neologia semântica – concerne ao prolongamento de sentido de uma unidade lexical já existente no idioma. Por fim, o terceiro – o empréstimo – diz respeito às unidades lexicais que vem de outro sistema linguístico, por exemplo, os estrangeirismos anglófonos e francófonos (BASÍLIO, 2007; FERRAZ, 2010, 2006).

Analisaremos, portanto, exemplos de palavras neológicas coletadas no período de março de 2020 a setembro de 2021 e que fazem parte do léxico de indivíduos LGBTQIA+. Tais neologismos integram o banco de dados do Observatório de Neologia da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob coordenação do professor Aderlande Pereira Ferraz e

foram coletados na mídia publicitária eletrônica, sobretudo na rede social *Instagram* e *Facebook*.

OS EMPRÉSTIMOS

A importação de palavras de outros sistemas linguísticos é um dos processos de renovação lexical mais conhecidos e perceptíveis dentro de uma língua. Em decorrência do intercâmbio cultural promovido pela internet e do fenômeno da globalização, é notório cada vez mais a presença de lexias externas em determinado sistema linguístico, como o português do Brasil. Ressalta-se que a presença mais significativa de neologismos provenientes do empréstimo é da língua inglesa (ALVES, 2007; FERRAZ, 2010), porém é notório também estrangeirismos lexicais do francês, do alemão, do espanhol, entre outros. Os dois exemplos abaixo ilustram esse processo de inovação lexical a partir de termos ingleses.

O primeiro empréstimo é "bold" (imagem 1). Nesta propaganda da marca Doritos, o termo em inglês é explicado na própria imagem publicitária que, no caso, é um gif – *Graphics Interchange Format* ou formato de intercâmbio de gráficos[xxiv]. Na peça, aparece o termo com o sentido de "corajoso, incrível, libertador, autêntico, forte", com a intenção adjetival de empoderar o indivíduo pertencente à sociedade LGBTQIA+. Como mencionado, os neologismos por empréstimo na língua portuguesa brasileira são comumente provenientes do inglês: o termo "*pride*" (imagem 2), que em uma tradução literal significa "orgulho", é recorrentemente usado pela comunidade com o intuito de se autoafirmar em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero.

Imagem 1

Fonte: www.instagram.com/p/Bzx6a_jgdYG/ | Acesso em 01/07/2021

Imagem 2

Fonte: www.instagram.com/p/CLeojj1nWiK/ | Acesso em: 06/09/2021

A NEOLOGIA FORMAL: A DERIVAÇÃO

A neologia formal diz respeito à construção de palavras novas a partir de regras do próprio sistema linguístico, ou seja, utilizam combinatórias de elementos já existentes no sistema do português. Tais regras atuam

nos níveis morfológico, sintático e fonológico, sendo mais perceptíveis a formação de palavras novas nos dois primeiros níveis. Os processos mais recorrentes na língua são dois: derivação prefixal e derivação sufixal (ALVES, 2006; FERRAZ, 2010; MARONEZE, 2012).

A distinção entre os tipos de afixos é de fácil compreensão: os prefixos se acrescentam ao início da unidade lexical de base, enquanto os sufixos se acrescentam ao final. No corpus coletado tem-se a unidade *webnamoro* (imagem 3), na qual à palavra *namoro* juntou-se o prefixo *web-* e cuja significação é "namoro iniciado pela internet", prática comum entre o público LGBTQIA+ e que se popularizou durante a pandemia de Covid-19, em 2020. Como exemplo de derivação sufixal, tem-se a palavra biscoiteiro (imagem 4), em que se juntou à palavra *biscoito* o sufixo *-eiro*, significando "pessoa que quer chamar atenção para si", atitude muito comum entre os homens gays da comunidade LGBTQIA+ ao postar nas redes sociais, por exemplo, uma foto com um corpo exposto sem camisa. A primeira propaganda é de uma marca de cerveja, já a segunda é de uma indústria de produtos alimentícios.

Há de se mencionar que, entre os neologismos por derivação formados no meio LGBTQIA+, encontra-se maior produtividade a sufixal. Outros exemplos presentes no *corpus* formados a partir desse mesmo processo e originando palavras novas no português brasileiro: falsi*ane*, babad*eiro*, babadeir*íssimo*, biscoit*agem*.

Imagem 3

Fonte: www.instagram.com/p/CBomEAxA67O / Acesso em: 20/07/2020

Imagem 4

Fonte: www.facebook.com/Bauduccobrasil/photos/a.1743638959182191/2146934395519310. Acesso: 01/07/2021.

OS NEOLOGISMOS SEMÂNTICOS

Esse processo corresponde ao prolongamento de sentido de uma palavra já existente no sistema linguístico de determinada língua, ou seja, atribui-se um novo significado a uma unidade léxica sem que haja nenhuma mudança formal. (ALVES, 2006, FERRAZ, 2010). De acordo com Ferraz (2019), "[...] em verdade, trata-se de uma expansão de sentido, quando da reutilização, com novos significados, de formas léxicas já existentes no sistema." (FERRAZ, 2019, p. 153)

Os exemplos coletados são inúmeros, ressaltamos as unidades léxicas: lacrar (imagem 5) e hino (imagem 6). A primeira – lacrar – significa "arrasar, ter ou fazer sucesso, êxito", sentido ainda não dicionarizado nos dicionários do corpus de exclusão, portanto, um neologismo semântico. As acepções que constam nos dicionários consultados estão no campo semântico de fechar, selar, como, por exemplo, lacrar uma embalagem ou uma caixa. Já a segunda – hino –, de acordo com o Caldas Aulete Digital, significa canto em honra ou louvor à pátria e a clube esportivo, além de canções ou poemas de teor sacro ou religioso. Por sua vez, no meio LGBTQIA+, refere-se a uma música que se destaca pelo sentido político ou grande sucesso, fortemente relacionada ao grau de representatividade da canção, como as canções da Madonna ou da Lady Gaga, que estampa o *post*. A propaganda em si é de um karaokê voltado ao grupo social em questão.

Imagem 5

Fonte: instagram.com/p/CB56IbLC5x-/ | Acesso: 28/07/2021

Imagem 6

Fonte: instagram.com/p/B8xEbFgp2p_/ | Acesso em: 10/08/2021.

Ainda é necessário ressaltar que os exemplos não têm por finalidade esgotar todos os processos de formação de palavras novas possíveis, sendo apresentados os mais frequentes e recorrentes na mídia publicitária eletrônica dentro da cultura LGBTQIA+. Além disso, os neologismos foram selecionados com o fito de compor um corpus ilustrativo para o artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber a relação existente entre a cultura, o gênero do discurso publicitário – que está ligado a objetivos da ordem do persuadir, de incitar a aquisições e de comprar itens – e a criação de palavras novas dentro de um sistema linguístico, que cumpre a função de nomear e de designar os conceitos que surgem. Além disso, nota-se presente as palavras novas oriundas da sociedade LGBTQIA+ também nos processos neológicos a partir do corpus exemplificado.

Os textos publicitários, sobretudo os do campo midiático digital, têm um amplo alcance populacional, sendo difícil mensurar sua abrangência na sociedade (FERRAZ, 2006). Constata-se a relação intrínseca entre os textos publicitários e a inovação lexical, sendo aquele um campo propício para atestar a dinamicidade da língua, bem como sua intensa produção neológica existente no sistema linguístico e um meio eficaz pelo qual muitas lexias novas surgem, como demonstrado por meio dos exemplos provenientes das propagandas que usam os neologismos da cultura LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo*: criação lexical. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BAKTHIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In*: BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 8ª ed. São Paulo, Ática, 2007.

BIDERMAN, Maria Tereza. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 47, n. 1, 2003, p. 53-69.

BOULANGER, Jean-Claude. Problématique d'une méthodologie dynamique d'identification des néologismes en terminologie. *In*: ADDA, Rosine *et. al. Néologie et lexicologie*: Hommage à Louis Guilbert. Paris: Larousse Université, 1979, p. 36-46.

CARVALHO, Nelly. *O texto publicitário na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Nelly. *Publicidade*: a linguagem da sedução. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

FERRAZ, Aderlande Pereira. Publicidade: a linguagem da inovação lexical. *In*: ALVES, Ieda Maria. (Org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Paulistana, 2011, p. 251-275.

FERRAZ, Aderlande Pereira. Inovação lexical e a dimensão social da língua. *In*. SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *O léxico em estudo*. 1. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 219 – 234.

FERRAZ, Aderlande Pereira; LISKA, Geraldo. Processos semânticos de formação de palavras: uma abordagem pedagógica. *In*: GIL, Beatriz Daruj *et. al.* (Orgs.). *Saberes lexicais*. 1. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2019, p. 151-164.

MARONEZE, Bruno. Ordem de adição de afixos no português brasileiro: dados de unidades lexicais neológicas. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 56, n. 1, 2012, p. 201-215.

POLGUÈRE, Alain. *Lexicologia e semântica lexical*: noções fundamentais. Trad. Sabrina Pereira de Abreu. São Paulo: Contexto, 2018.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

Capítulo 8

LAMBDACISMO NA FALA DE IMIGRANTES HAITIANOS EM APARECIDA DE GOIÂNIA-GO: Uma análise sociolinguística[xxv]

Rodrigo Gomes Firmino RIBEIRO
UEG – *rodrigo20.linux@gmail.com*

RESUMO: Esta pesquisa aborda a fala de imigrantes haitianos em Aparecida de Goiânia, com foco na substituição do /r/ pelo /l/ em palavras como 'brasileiro/blasileiro' e 'trabalho/tlabalho', fenômeno conhecido como lambdacismo. A fundamentação teórica baseia-se nos estudos de Gumperz (1982), Eckert (2012), Labov (2008) e Barreto (2020). O objetivo geral é verificar a correlação de tal fenômeno com a hibridização cultural dos imigrantes no processo de aquisição do Português Brasileiro (doravante PB). Foram realizadas entrevistas sociolinguísticas, de caráter etnográfico, com haitianos pertencentes a uma comunidade de práticas religiosas, em Aparecida de Goiânia, região metropolitana de Goiânia. Devido ao terremoto ocorrido no Haiti em 2010, houve um grande fluxo migratório para o Brasil e, em decorrência disso, muitos haitianos se instalaram na cidade, especialmente no Centro e no bairro Expansul, onde se concentra a comunidade de práticas religiosas que é alvo deste estudo. A gravação das entrevistas se deu de forma posterior a um período de observação-participante do pesquisador na comunidade de práticas mencionada a fim de familiarizar-se com os participantes da pesquisa e analisar, após as primeiras

entrevistas, a correlação entre o uso do lambdacismo na fala dos imigrantes. Como a aquisição do PB se tornou uma prioridade diante das relações com a comunidade local, a variação entre o fonema rótico e o lateral pode revelar um sentimento de maior ou menor pertencimento e/ou identificação com o Brasil e, em especial, com Aparecida de Goiânia. A fim de ratificar essa hipótese, serão investigados os contextos de uso da variante não padrão na fala dos haitianos que residem em Aparecida de Goiânia há 5 anos ou menos, com base na perspectiva do estilo (ECKERT, 2012). Pretende-se que os resultados da análise sejam contributos para o debate acerca do PB como língua de acolhimento e para a reflexão sobre o preconceito étnico-racial e sobre a xenofobia.

PALAVRAS-CHAVE: haitianos; lambdacismo; comunidades de prática.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o fluxo de migração para o Brasil aumentou significativamente, especialmente exemplificado pelos imigrantes que elegem como critério às boas relações entre o Brasil nessa questão. Esse destino foi priorizado não somente por haitianos, mas por outros povos latinos, tais como os venezuelanos, os bolivianos e os colombianos. A motivação para o deslocamento de haitianos na década passada teve um pico mais acentuado devido à catástrofe de 2010 que devastou o Haiti, deixando aproximadamente 200 mil mortos e mais de 1 milhão de pessoas desabrigadas, decorrendo daí crises humanitárias gravíssimas.

Como o Brasil tinha uma amistosa relação com o país de línguas crioula e francesa, a demanda de haitianos cresceu fortemente a partir do sismo mencionado e muitos se dirigiram para diversos estados, inclusive Goiás, sendo Aparecida de Goiânia uma das cidades que, nos últimos anos, tem sido destino de centenas desses migrantes. A razão para essa escolha se deve ao fato de que há muitas empresas e a receptividade por parte dos habitantes também é justificativa relevante, ao lado da justificativa baseada na rede de contatos que produz relatos positivos sobre a qualidade de vida nesse lugar. Essas motivações impulsionaram o aumento da chegada de migrantes vindos desse país caribenho.

Na cidade de Aparecida de Goiânia, os haitianos estão situados em diversos bairros, como Jardim Miramar, Santa Luzia, Setor Central e Expansul, sendo este o local escolhido para a presente pesquisa, que tem como foco o estudo da variante não padrão que é denominada como lambdacismo. Tal fenômeno consiste na substituição do fonema rótico /r/ pelo fonema lateral /l/ no processo de aquisição do PB, o qual será explorado a partir de resultados de algumas pesquisas anteriores que apresentam-no como parte ou principal objeto de pesquisa.

Vieira, Pedrassanin e Balzam (2020) dedicaram-se a estudar a proficiência no PB por parte dos imigrantes haitianos que se inscreveram num Curso de Extensão ministrado no IFRS Câmpus Bento Gonçalves. Os pesquisadores desenvolveram o projeto fazendo uso dos descritores que compõem o Quadro Euro-

peu Comum de Referência (QECR, 2001), sendo que o fenômeno do lambdacismo aparece em um pequeno recorte dos resultados, na substituição do /r/ pelo /l/ nas palavras como 'blasileiro' e 'aplende'.

No mesmo ano, Barreto (2020) analisou os fenômenos do lambdacismo e do rotacismo presentes em cartas de cantigas dos séculos XIII e XIV do galego-português. Esse estudo correlacionou a padronização do PB com o Português Arcaico (PA). Em trechos que compõem o *corpus* da pesquisa, aparecem os seguintes empregos: gloriosa/groriosa, palavra/paravla e regra/regla. De acordo com a autora, essa variante não padrão era antigamente usada pela classe mais elitizada, ou seja, pela aristocracia, que correspondia à alta sociedade da época.

A proposta da corrente pesquisa baseia-se na identificação de uma possível relação entre o lambdacismo na fala de imigrantes haitianos e a fase de aquisição do PB. Para tanto, procederemos à abordagem dos participantes de uma comunidade haitiana de práticas religiosas de modo a que possamos acessar o significado social da variação, tal como postulado por Eckert (2012), em dados de entrevistas colhidas por meio de um roteiro estruturado de perguntas abertas. Os fundamentos metodológicos inspiraram-se na perspectiva etnográfica, já que, a princípio, o pesquisador interagiu com a referida comunidade de práticas religiosas dos haitianos, para depois proceder à entrevista. Uma vez que o trabalho de campo está em andamento, para esta publicação selecionamos uma amostragem de entrevista realizada com um participante

que reside aproximadamente há três anos e meio na cidade. Em alguns trechos das respostas, pudemos verificar a ocorrência do fenômeno analisado, conforme seguem expressos nos exemplos (1) e (2):

> (1) Dois mesis... dois anos e cinco mesis. Ondi, plimeiro? Bom Vista, passar 2 mesis lá. Que me motivou vim pla cá no Blasil é? Eu tenho um poblema lá no Haiti, muito guerra. [...] (AG45MS-William)

> (2) Clianças, clianças aqui Blasil que tlabalha, ah, que eu acho? Porque crianças tlabalha, muito bom, é bom aprender ele tlabalha, quando criança tlabalha cedo. [...] (AG45MS-William)

Aparentemente, os haitianos que residem há poucos anos no Brasil, exclusivamente na Cidade de Aparecida de Goiânia, ao contato com o PB para a aquisição de nova língua, fazem a substituição do fonema /r/ pelo /l/. Verificar, contudo, a correlação de tal fenômeno com a hibridização cultural dos imigrantes no processo de aquisição do PB é o que nos interessa neste momento, justamente porque hipotetizamos que as variáveis linguísticas sociais correlacionam-se com o lambdacismo na comunidade de práticas religiosa de imigrantes haitianos.

Para checar a validade dessa hipótese, é necessário refletir, antes, sobre o contato linguístico do por-

tuguês brasileiro com o crioulo haitiano e que função teria o lambdacismo nessa dinâmica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Sociolinguística laboviana oferece um caminho seguro para lidar com esse tipo de fenômenos, já que, nesse campo teórico, "a[...] língua é uma forma de comportamento social." Labov (2008, p. 215). A adesão a esse campo do saber justifica-se pela concentração do estudo na exterioridade da língua, ou seja, no delineamento dos fatores sociais que elucidem a manifestação do lambdacismo nos falares haitianos, com uma pequena diferença de abordagem: não focalizaremos as Comunidades de Fala (CF) local, ou seja, priorizaremos os informantes que nem sempre fazem parte do mesmo convívio social, mas compartilham a mesma língua da região, daí o interesse pelas Comunidades de Práticas (CP).

Nas CP, o foco se volta para participantes que interagem com os mesmos objetivos e empreendimentos, que compartilham não apenas a mesma língua ou dialeto, mas os projetos particulares que os envolvem em um só propósito. Partindo desse ponto, consideramos que se torna eficaz a interação entre pesquisador e participante, pois, através disso, poderemos perceber as práticas "online", ou seja, em tempo síncrono às interações vivenciadas.

Eckert (2012) delineou, retrospectivamente, as três ondas da Sociolinguística, evidenciando as dife-

rentes abordagens do estilo1. A primeira onda é composta pelos estudos labovianos típicos, incluindo a descrição das regras variáveis e a identificação dos fatores externos e internos que explicariam a dinâmica. Também é chamada de Sociolinguística Variacionista e, nela, "[...] o estilo é condicionado pela classe social e monitoramento da fala." (SOUZA e LOPES, 2021, p. 8). São fatores externos em relação à língua aqueles que envolvem categorias macrossociais, quais sejam, classe social, escolaridade e sexo. De acordo com Souza e Lopes (2021), a variação estilística é representada pelo estudo clássico das lojas de departamento em Nova Iorque, Lower East Side (LABOV, 2008 apud SOUZA; LOPES, 2021) e, a partir daí, Labov elabora uma metodologia para explorar a variação estilística dentro de um continuum em cinco contextos que apresentam os seguintes estilos:

> São cinco os contextos, sendo que, do segundo ao quinto, há os seguintes estilos: situação de entrevista (contexto B), estilo de leitura (contexto C), lista de palavras (contexto D) e pares mínimos (contexto E). O contexto A é subdivido em: fala fora da entrevista formal (A1), fala com uma terceira pessoa (A2), fala que não responde diretamente a perguntas (A3), parlendas e rimas infantis (A4) e risco de vida (A5). Nesse continuum estilístico a variação estilística ocorre de acordo com o grau de monitoramento da fala, que é dependente do grau de formalidade-informalidade de cada contexto. (SOUZA; LOPES, 2021, p. 10)

Apesar de Labov ter se preocupado com a variação estilística, principalmente dentro desses contextos, elaborando minuciosamente essa metodologia, o informante não se torna ativo no processo de engajamento aos objetivos que o inserem nos grupos sociais no seio da CF.

Se o estilo está vinculado ao monitoramento da fala e no macrossocial para os pressupostos metodológicos dos estudos labovianos, o estilo na chamada segunda onda está vinculado ao método etnográfico, que é justificado por Milroy e Gordon (2003, *apud* SOUZA; LOPES, 2021), ou seja, para se ter o entendimento em relação à linguagem e às categorias sociais globais, são necessários procedimentos que viabilizem uma análise mais sensível em relação às práticas que vinculem categorias sociais locais. Logo, saber de que modo os falantes operam no cotidiano vivenciado por eles. Nesse engajamento, é necessário trabalhar com o conceito de redes sociais densas e fracas, definidas da seguinte maneira:

> [...] a rede social do falante é um agregado de relações negociadas com outros falantes, uma rede ilimitada de laços que se estende pelo espaço social e geográfico que liga muitos indivíduos, inclusive com a possibilidade dessa ligação ser remota. A rede social pode ser densa ou fraca. Redes sociais densas caracterizam-se pela relação de parentesco, vizinhança e trabalho, em que indivíduos dão suporte a normas linguísticas locais, resistindo a pressões externas e a mudança linguística. As redes so-

> ciais fracas têm poucas relações de parentesco na mesma região geográfica, poucos vizinhos trabalham na mesma empresa e, portanto, os indivíduos nessa rede são mais suscetíveis à pressão de normas linguísticas externas. (MILROY; GORDON, 2003 *apud* SOUZA; LOPES, 2021, p. 12)

De acordo com a definição de redes sociais apresentada pelos referidos autores, podemos observar que o falante estreitou mais o processo de interação nas categorias sociais em relação aos estudos de primeira onda, diferentemente também se caracteriza o estilo, na perspectiva laboviana, que é visto no monitoramento da fala e da classe social, nas abordagens da chamada Sociolinguística Etnográfica ou de segunda onda (ECKERT, 2012) em que as redes sociais são vistas como associadas ao estilo espontâneo não apenas em categoriais macrossociais, mas ainda em panoramas locais (SOUZA e LOPES, 2021). Essa perspectiva metodológica sobre a etnografia bem presente nessa abordagem de segunda onda da Sociolinguística serve primordialmente para o presente artigo, pois, através desse método, é possível verificar de maneira mais densa a interação entre pesquisador e participantes.

Os resultados das pesquisas formuladas com a mobilização das categorias macrossociais e locais, da proposição de Eckert (2012), produziram reflexões sobre os limites dessas mesmas categorias. Essas reflexões motivaram o surgimento da Sociolinguística Estilística (Sociolinguística de terceira onda), em cujas bases está o argumento sobre ser "[...] necessário obser-

var as práticas sociais dos falantes em comunidades de prática, não em comunidades de fala." (ECKERT, 2012; ECKERT; WENGER, 2005 *apud* SOUZA; LOPES, 2021 p. 13). Nessa nova percepção, os falantes transitariam em CP, condicionando o seu comportamento estilístico relacionado ao significado social das variáveis e de suas variantes, construindo uma persona. Esse papel identitário que o falante assume, na interação entre ele e a CP, se torna flexível, uma vez que ele pode interagir em diferentes CP, pela conjectura de agentividade, que o personifica em inúmeras e distintas personas. Diferentemente das anteriores concepções metodológicas, o falante tem autonomia de criar sua persona de acordo com a especificidade da CP com que interage.

Essas três características do estilo nas ondas da sociolinguística, abordadas por Eckert (2012), nos permite lidar com a variação estilística do imigrante haitiano na comunidade de práticas religiosas e observar o significado social que permeia essa comunidade, tomando como foco o tipo específico de persona que assumem com os mesmos objetivos e forma de engajamento no seio da CP religiosa em que convivem.

Retomando Barreto (2020) em seu estudo sobre as cantigas galego-portuguesas dos séculos XIII e XIV, intuímos que, justamente porque o lambdacismo teria sido falado por um público mais elitizado da época, seu uso não se constituía objeto de preconceito linguístico, tal como verificamos hoje no caso dos imigrantes.

METODOLOGIA

MATERIAL

Para a coleta do *corpus*, utilizamos gravador digital da *Samsung Voice Recorder Version 21.3.50.34*, um roteiro para a entrevista estruturada, composta por perguntas abertas sobre hábitos cotidianos e rotinas, envolvendo a cidade, o bairro, a família, os amigos, a escola, o trabalho, os *hobbies*, os esportes, a religião e crenças, os acontecimentos e opiniões, bem como as questões metalinguísticas[xxvi]. No total, contamos com 71 questões que contemplam os temas referidos. Ao final do roteiro, foi acrescentada uma lista de 38 palavras para que o imigrante haitiano fosse submetido a um experimento de leitura, produzindo dados para que acessássemos contextos de lambdacismo na fala induzida.

Além do roteiro adaptado para essa amostragem, também fizemos uso, para documentação da entrevista, de instrumentos de controle de dados dos participantes: Ficha do Informante e Registros atinentes à gravação, contendo os dados pessoais do participante, bem como escolha do pseudônimo para que fosse preservado o nome do imigrante e este, ao mesmo tempo, se mantivesse no anonimato. Também como parte da documentação para amparo e preservação da pessoa imigrante haitiano, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que apresenta uma pequena síntese da proposta da pesquisa e de dados do pesquisador, além do consentimento para a participa-

ção nas entrevistas e utilização desses registros para a pesquisa científica.

Para esta apresentação de resultados, utilizamos apenas uma entrevista feita com um imigrante haitiano, que, sob o viés teórico-metodológico dos estudos sociolinguísticos de primeira onda (Labov, 2008), cujos critérios para delinear o perfil do participante são os seguintes: classes sociais, gênero, escolaridade e faixa etária. O participante é do sexo masculino, tem formação no ensino superior, idade de 45 anos e é morador de Aparecida de Goiânia há aproximadamente três anos e meio, permanecendo no bairro Expansul por todo esse mesmo período. Nesse mesmo bairro, frequenta uma CP religiosa.

MÉTODO

A partir dos dados levantados, procederemos a uma pesquisa de caráter etnográfico (GUMPERZ, 1982), em que o pesquisador é observador-participante, o que lhe permitiu uma socialização com a comunidade de prática estudada[xxvii] e a espontaneidade por parte do imigrante que se voluntariou à entrevista.

O pesquisador, integrado ao meio de pesquisa, qual seja, uma igreja denominada protestante, contava com um dos membros da comunidade como acompanhante. Este, entendendo melhor o PB, sentava-se ao lado do pesquisador na condição de intérprete, uma vez que os cultos eram celebrados em Crioulo Haitiano. Após esse período de socialização, foi proposto aos

líderes que pudessem convidar os membros a serem voluntários da pesquisa. Cada entrevista foi feita na casa do participante e teve duração por volta de uma hora.

A transcrição da entrevista foi feita de modo semiortográfico de acordo com as normas de transcrição propostas pelos estudos sociolinguísticos vinculados à UEG-Câmpus Cora Coralina. Este modelo de transcrição orienta-se por representar o mais próximo possível da fala coletada nas entrevistas, passando por pequenas correções fonéticas. Durante a transcrição, cuidamos para que a variação fonético-fonológica do lambdacismo fosse preservada para estudo.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Antes de começarmos a apresentar os resultados e a análise dos dados, é de relevante importância entender o significado etimológico da palavra lambdacismo. Cerqueira (2019) explica que esse termo remete à letra Lambda (y) do grego, representando o fonema /l/. Na Filologia, reflete um tipo de metaplasmo, que sinaliza a alteração de palavras que, normatizadas com /r/, passam a ser representadas por /l/, como em tlabalho.

Nos resultados obtidos para o estudo corrente, verificamos que esse fenômeno acontece em ataque nas sílabas, mantendo a restrição para a coda. Fazendo cotejo com as produções representadas na fala da personagem Cebolinha, da Turma da Mônica, notamos que a substituição no gibi é feito do /r/ pelo /l/ em

quase todas as palavras produzidas em contexto de consoante vibrante. Vejamos os contextos de produção de haitianos considerando o lambdacismo:

Tabela 1: Ocorrências de Lambdacismo – substantivos, adjetivos e verbos

Substantivos		Adjetivos		Verbos	
Variante	Oc./%	Variante	Oc./%	Variante	Oc./%
Blasil	43/63%	tlanquilo	14/25%	aplender	06/18%
ploblema	04/6%	tlanquile	05/9%	tlabalhar	04/12%
dinheilo	05/8%	blasileiro	25/44%	tlabalha	17/52%
clianças	03/5%	flancês	08/14%	tlabalho	02/6%
Plimo	01/2%	dulo	03/5%	tlabalhava	01/3%
flança	01/2%	blasileira	01/2%	bliga	01/3%
plioridade	01/2%	estlangeiro	01/2%	tliturar	01/3%
tlabalhador	01/2%			molam	01/3%
Plovérbio	01/2%				
Total	62		57		33

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2: Ocorrências de Lambdacismo – pronomes, advérbios e preposições

Pronomes		Advérbios		Preposições	
Variante	Oc./%	Variante	Oc./%	Variante	Oc./%

Otlo	03/43 %	agola	12/100 %	pla	43/100 %
Otla	02/29 %				
Outlo	02/29 %				
Total	04	12		43	

Fonte: Elaboração própria.

As tabelas exibem 214 ocorrências, sendo o substantivo Brasil (Blasil) e a preposição pra (pla), alcançando maior número de frequência, 43 respectivamente. Também pudemos notar a instabilidade na pronúncia de algumas palavras, tais como o substantivo França (Flance/Flança), o adjetivo tranquilo (tlanquilo/tlanquile) e o pronome outro (outlo/otla/otlo). Entendemos que o esforço do participante ao pronunciar a palavra de uma melhor maneira conduziu-o a falar de formas distintas. No entanto, as palavras que tiveram formas diferentes de pronúncia no que se refere ao gênero, como é o caso dos adjetivos blasileiro/blasileira ou do verbo trabalhar, flexionado como tlabalhar, tlabalha, tlabalho e tlabalhava, não são facilmente explicáveis segundo os mesmos critérios.

No final do roteiro de entrevista, foi exposta ao informante uma lista de palavras para a leitura, de maneira semidirigida ao fenômeno sob análise, porém notamos que, nesse experimento, o participante haitiano mobilizou maior grau de atenção e fez a leitura mais cuidada, monitorarando-se *pari passu*. O resultado foi que, das 24 palavras com consoante vibrante, apenas duas manifestaram o lambdacismo, rei/lei e

provérbio/plovérbio. Em relação ao fenômeno do rotacismo - substituição da consoante lateral /l/ pela consoante vibrante /r/ - manifestou-se: inglês/ingrês foi a palavra pronunciada pelo participante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto reflete resultados parciais de uma pesquisa que está em andamento. Neste relato, apresentamos a sustentação das linhas de estudos sociolinguísticos da primeira até a terceira onda da Sociolinguística (ECKERT, 2012), demonstrando a forma diferente com que se analisa o significado social do estilo.

Nesta pesquisa explanatória e inicial, evidenciamos que a correlação do contato com a comunidade local, nesta intermitente troca cultural e convívio social no seio das diferentes CP é relevante justamente porque o imigrante haitiano teve a oportunidade de participar do processo de adequação linguística e vivenciar um processo interacional mais confortável. Esse cuidado científico alcançou não apenas sua CP religiosa, pois nesse ambiente o imigrante não se sente mais brasileiro por falar apenas a sua língua, mas ainda para o sucesso desta pesquisa, uma vez que foi componente fundamental para a aceitação mais tranquila de um elemento externo entre os haitianos.

Diante do exposto, podemos considerar como uma hipótese eficiente para um estudo mais amplo que haitianos com poucos anos aqui no Brasil, especificamente em Aparecida de Goiânia, podem realizar

mais frequentemente o fenômeno do lambdacismo. Resta saber se os que têm mais tempo, ou seja, acima de 7 anos, podem alterar o perfilamento dessa realização sonora para ajustá-la à variante padrão da língua, tal como fizeram os haitianos ao ler a lista de palavras em contexto monitorado.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Débora Aparecida dos R. J. Rotacismo e lambdacismo no português: o processo de padronização ortográfica e as consoantes líquidas. *Revista Falange Miúda*, [S. I.]. v. 5, n. 2, 2020, p. 41-54.

CERQUEIRA, Paulo G. *Gramática & Cognição*, [S. I.]. 2019, 7 de Maio. Disponível em: https://gramaticaecognicao.com/lambdacismo/. Acesso em: 02 Out. 2022

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology,* Palo Alto, n. 41, 2012, p. 87-100.

GUMPERZ, John J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SOUZA, Carlos César Borges Nunes de; LOPES, Norma da Silva. Sobre o estilo na sociolinguística de terceira onda: perspectivas teórico-metodológicas. *Revista A Cor da Letras*, Feira de Santana, v. 22, n. Esp., set. 2021, p. 7-17.

VIEIRA, L.; PEDRASSANI, J.; BALZAM, C. Língua e cidadania: a apropriação da língua portuguesa por imigrantes haitianos no IFRS-Campus Bento Gonçalves. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, 2020, p. 852-879.

Capítulo 9

O COMPORTAMENTO DA LATERAL PALATAL NA CAPITAL SERGIPANA: Condicionamentos extralinguísticos

Renata Lemos CARVALHO
UFBA – *renata.lemosoo@gmail.com*

RESUMO: Por ser uma consoante líquida, a lateral palatal tem como característica a combinação de traços consonântico e vocálico, o que contribui para a ocorrência do fenômeno de variação. No português brasileiro, são observadas diversas formas de realização do fonema lateral palatal, como o iode ('o[j]o' para olho), a lateral dento-alveolar ('mu[l]er' para mulher), a lateral dento-alveolar seguida de iode ('pa[lj]a' para palha), o apagamento da consoante ('fia' para filha), entre outras. Levando em conta o vínculo entre a heterogeneidade linguística e a heterogeneidade social, este trabalho tem como objetivo investigar o comportamento da lateral palatal na capital sergipana, a partir de dados obtidos de amostras de fala pertencentes ao corpus do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), com o intuito de identificar as variantes utilizadas na localidade examinada e os condicionamentos extralinguísticos. Para isso, foram adotados procedimentos analíticos baseados nos pressupostos teórico-metodológicos da geolinguística pluridimensional (CARDOSO, 2010) e da sociolinguística quantitativa (LABOV, 2008 [1972]). Os fatores extralinguísticos considerados na análise foram os seguintes: faixa etária (faixa I, entre 18 e 30 anos, e faixa II, entre 50 e 65 anos), sexo (homem e mulher), grau de escolaridade (fundamental e universitário) e tipo de inquérito (questionário

fonético-fonológico, questionário semântico-lexical e temas para os discursos semidirigidos). Os dados coletados foram codificados e submetidos a um programa de análise estatística de dados variáveis. Os resultados da análise revelaram a ocorrência predominante da lateral palatal, a presença de iode (sobretudo na fala de informantes homens cujo grau de escolaridade era o fundamental) e, bem menos frequente, o apagamento da consoante (constatado na fala de informantes com nível de escolaridade fundamental). Os fatores faixa etária e tipo de inquérito não se mostraram significativos.

PALAVRAS-CHAVE: lateral palatal; português brasileiro; geolinguística pluridimensional.

INTRODUÇÃO

A variação se manifesta de forma bastante intensa no nível linguístico fonético-fonológico, sobre o qual incidem, com maior frequência, os julgamentos mais carregados de estigma sobre as variantes. Por ser mais perceptível, a variação que acontece nesse nível da língua, vinculada a fatores extralinguísticos, é um importante aspecto de identificação de grupos de falantes. Entre os diversos fenômenos variáveis que ocorrem no nível fonético-fonológico da língua portuguesa, está a variação da lateral palatal /ʎ/, que é um fenômeno sobre o qual recai forte estigmatização social.

As variantes não padrão da lateral palatal podem sofrer maior ou menor estigmatização social. A avaliação mais ou menos negativa, imputada a essas formas linguísticas, dependerá do valor social atribuído aos seus usuários devido a fatores como o nível de escolaridade, a

classe socioeconômica, a origem geográfica e a situação de interação. Assim, falantes de algumas variedades sociolinguísticas do PB, que se caracterizam, entre outros aspectos, pelo uso de uma variante não padrão da lateral palatal, são frequentemente tachados como "caipiras", "preguiçosos", "inferiores" ou "burros" por pertencerem a uma classe socioeconômica desprestigiada, por terem baixo ou nulo grau de escolaridade ou por serem de origem rural. Esse preconceito está fundamentado na ideia equivocada de que existe erro em língua, na noção tradicional de que correto é o que faz parte da norma padrão, aquela que está prescrita na gramática normativa, ou o que é falado pelas pessoas consideradas cultas, geralmente pertencentes às classes sociais mais prestigiadas. Essa visão ultrapassada, mas ainda arraigada na nossa sociedade, desconsidera, deslegitima e desrespeita as outras normas linguísticas e os seus usuários.

Levando em conta o vínculo existente entre a heterogeneidade linguística e a heterogeneidade social, pretende-se, neste artigo, descrever a realização variável da lateral palatal em Aracaju, apresentando as variantes da lateral palatal utilizadas nessa localidade, bem como os fatores extralinguísticos que condicionam o uso de cada variante.

A LATERAL PALATAL NO SISTEMA FONOLÓGICO DO PORTUGUÊS E O FENÔMENO DA VARIAÇÃO

O termo lateral refere-se ao modo de articulação em que os sons consonantais são produzidos por meio da obstrução central no trato vocal gerada pelo contato entre

os articuladores, fazendo com que o ar seja expelido por ambos os lados da boca. No caso da lateral palatal, a articulação se dá através do bloqueio do ar feito pela aproximação do dorso da língua com o palato duro, ocorrendo a saída lateral do ar.

No sistema consonantal da língua portuguesa, a lateral palatal tem uma distribuição bastante restrita, pois ocorre na margem inicial de sílaba interna à palavra, em posição intervocálica, como na palavra milho [ˈmiʎu]. Nessa posição, existe uma oposição distintiva entre a lateral dento-alveolar /l/ e a lateral palatal /ʎ/, como ocorre entre mala [ˈmalɐ] e malha [ˈmaʎɐ]. Para Câmara Jr. (2002 [1970], p.48), "em posição não intervocálica, pode acontecer a neutralização das oposições entre [...] líquida dental /l/ e líquida palatal, ou molhada, /l,/", ou seja, a oposição distintiva entre as laterais deixa de existir em posição inicial de palavra, como nas pronúncias [ˈlikidu] e [ˈʎikidu][xxviii] para a palavra líquido.

É possível observar, no português, a lateral palatal na margem inicial absoluta apenas no pronome lhe e nas suas contrações (lho, lha, lhos, lhas), e em alguns empréstimos linguísticos, como lhaneza e lhama. Mattoso Câmara Jr. (2002 [1970]) ressalta que, devido à pouca ocorrência de lateral palatal em posição inicial de palavra (geralmente de origem estrangeira), são raros os exemplos de oposição distintiva entre /l/ e /ʎ/ nessa posição, como acontece entre lama e lhama. Cristófaro-Silva (2000, p. 156) salienta que, no caso de vocábulos emprestados de outra língua, pode ocorrer "uma pronúncia alternativa em que a vogal [i] precede a consoante inicial", como em [i]lhama. Wetzels (2000, p.12) também destaca

que, no PB, "o /ʎ/ em início de palavra é, muitas vezes, pronunciado com um /i/ protético", característica que é usada pelo autor como uma das justificativas para classificar o /ʎ/ como uma geminada fonológica. Ao analisar o comportamento das soantes palatais, Wetzels (2000) defende que estas se distinguem das outras soantes em diversos aspectos, entre eles: a limitação à posição intervocálica; a não permissão de uma sílaba pesada precedente; a ocorrência de silabificação como hiato em sequência Vogal+Vogal alta precedente e a tendência a uma pronúncia abrasileirada em empréstimos linguísticos.

Em estudo sobre a aquisição das líquidas por crianças cujos pais possuíam nível de escolaridade universitário, Carvalho (2000) verificou que a lateral palatal é adquirida a partir dos três anos de idade, sendo a despalatalização, como em [paˈlasu] para palhaço, a estratégia de simplificação fonológica predominante. Em trabalho posterior, em que investigou o comportamento das líquidas no processo de aquisição por crianças cujos pais possuíam, no máximo, o nível de escolaridade fundamental, Carvalho (2009) observou, tendo como base de patamar aquisicional o percentual de 75% de ocorrência (TEIXEIRA, 1991), que a lateral palatal é adquirida tardiamente – somente a partir dos oito anos de idade –, sendo a semivocalização (nesse caso, iotização), como em [ˈoju] para olho, estratégia de simplificação fonológica mais utilizada pelas crianças, possivelmente por ser o iode a variante mais empregada na variedade sociolinguística que tinham como alvo. Carvalho (2009) constatou que o processo de escolarização pode interferir na aquisição da lateral palatal, visto que, nos dados analisados, foi registra-

do um aumento significativo do número de ocorrência dessa consoante a partir dos seis anos, idade em que as crianças passam pelo processo de alfabetização, tendo, portanto, contato com uma variedade sociolinguística que possui esse fonema. Esses resultados revelam a existência de relação entre o perfil aquisicional e a variedade sociolinguística usada na comunidade de fala a que a criança pertence.

Devido a fatores extralinguísticos e linguísticos, são observadas diversas possibilidades de realização do fonema lateral palatal no PB. Além da produção mais prestigiada socialmente por ser considerada a variante padrão, a lateral palatal, existe uma realização em que o [ʎ] é seguido de uma semivogal [j], como em [ˈkaʎjɐ] para calha.

Uma outra possibilidade de realização do fonema [ʎ] é a variante lateral dento-alveolar [l], como acontece em [muˈlɛ] para mulher, em que se observa o processo de despalatalização, fenômeno muito frequente numa fala menos monitorada. Há, ainda, a produção da lateral dento-alveolar seguida de iode [lj], como em [ˈgalju] para galho, podendo também ocorrer uma pronúncia palatalizada da lateral [lj], como em [ˈalju] para alho. Cristófaro-Silva (2000) afirma que são poucos os falantes do PB que realizam a lateral palatal, que, para autora, é produzida como lateral dento-alveolar palatalizada [lj].

O iode [j] também é uma variante da lateral palatal, como em [ˈmoju] para molho. Apresentando o percurso histórico da palavra mulher do latim ao português (mu[l]iere > mu[ʎ]er > mu[j]é), Simões (2006, p. 69)

afirma que, com a semivocalização da lateral palatal, ocorre "a plenitude da palatalização a partir da predominância da vogal e do apagamento do [l]". O processo de semivocalização da consoante lateral, como explica Silveira (1986), pode vir acompanhado da propagação, caso em que o iode aparece duplicado quando não há pausa, como em [mujˈjɛ] para mulher. Brandão (2007) apresenta um quadro com uma análise quantitativa realizada em um estudo anterior, no qual examinou os dados de 21 cartas de atlas linguísticos regionais – Bahia (APFB), Sergipe (ALSE, v.1), Paraíba (ALPB) e Minas Gerais (ELMG) – e constatou a predominância da semivogal, que representou 53% das ocorrências.

Bortoni-Ricardo (2004) salienta que a realização da lateral palatal como um iode é típica de falares situados no polo rural, classificando essa variante como um traço descontínuo, por sua alta carga de avaliação negativa nas áreas urbanas e, consequentemente, pela descontinuação do seu uso nessas comunidades. Porém, a autora salienta que, apesar de seu caráter descontínuo, essa realização também pode ser constatada em algumas expressões usadas nas áreas urbanas, como em [ˈvɛju], que é uma forma de tratamento empregada entre os jovens, em situações mais informais.

Uma outra variante da lateral palatal é o zero fonético, ou seja, o apagamento da consoante, como em [ˈvɛɐ] para velha. Em alguns casos, observa-se a elisão não só da consoante, mas de toda a sílaba, como em [fi:] para filho, geralmente com o alongamento da vogal. Brandão (2007, p. 91) ressalta que o apagamento da late-

ral palatal é mais produtivo "[...] em comunidades rurais ou em grupos com baixo ou nulo nível de escolaridade".

As formas aqui descritas são, de maneira geral, as possibilidades de realização do fonema lateral palatal no PB. Na seção seguinte, será delineado o comportamento dessa consoante nas amostras de fala de oito informantes de Aracaju, identificando as variantes empregadas e os condicionamentos extralinguísticos.

A LATERAL PALATAL NA CAPITAL SERGIPANA

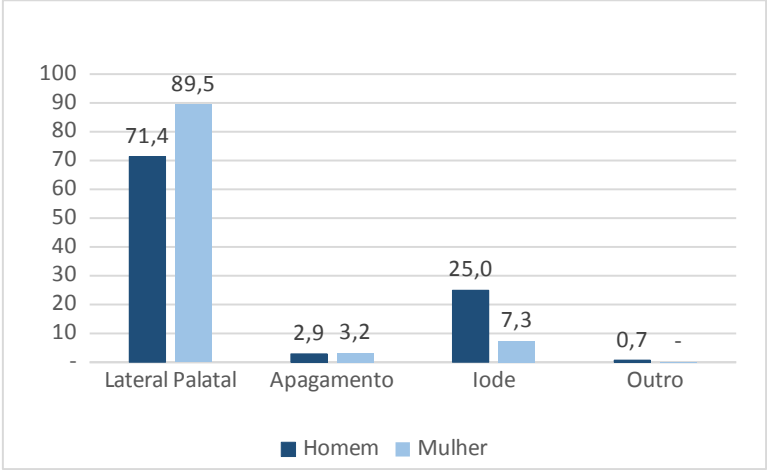
Os dados analisados foram extraídos de amostras de fala de oito informantes de Aracaju, coletadas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Os procedimentos analíticos adotados foram baseados nos pressupostos teórico-metodológicos da Geolinguística pluridimensional (CARDOSO, 2010) e da Sociolinguística quantitativa (LABOV, 2008 [1972]), sendo consideradas as variáveis extralinguísticas faixa etária (faixa I, entre 18 e 30 anos, e faixa II, entre 50 e 65 anos), sexo (homem e mulher), grau de escolaridade (fundamental e universitário) e tipo de inquérito (questionário fonético-fonológico, questionário semântico-lexical e temas para os discursos semidirigidos). Os dados foram codificados e submetidos a um programa de análise estatística de dados variáveis.

Na capital sergipana, observou-se a predominância da variante padrão (82%). Além da lateral palatal, foram registrados o iode (13,7%) e, em bem menor número, o apagamento da consoante (3,1%). Houve, ainda, o registro de troca de posição na palavra entre as consoantes la-

teral palatal e vibrante simples, na produção de orelha [o ˈʎeɾɐ], caso que foi classificado como "outro", por ter tido uma única ocorrência.

Considerando a variável sexo, a lateral palatal foi predominante nas amostras de fala das mulheres e dos homens, como mostra o gráfico a seguir. Entretanto, o índice de ocorrência da variante padrão foi mais alto na fala das mulheres. Já na produção dos homens, houve um percentual significativo de iode (25.3%) em comparação ao que foi constatado na das mulheres. Quanto ao apagamento da consoante, foram registradas pouquíssimas ocorrências em ambos os sexos, não sendo determinante esse fator nesse caso.

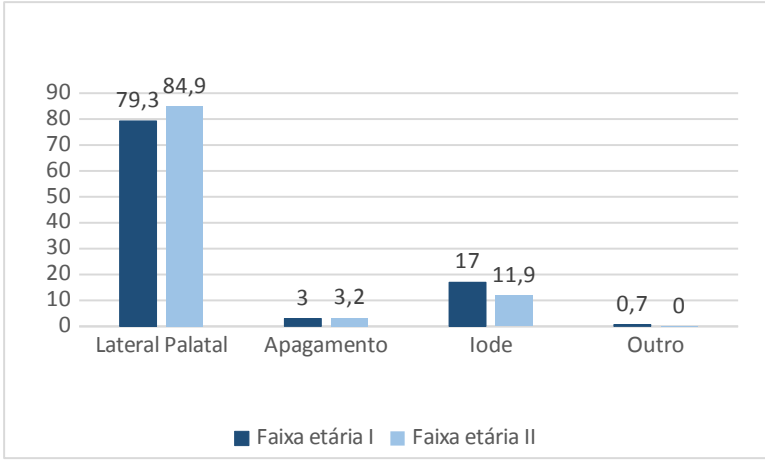
Gráfico 1. Percentual de ocorrência conforme a variável sexo



Fonte: Elaborado pela autora.

No que concerne à faixa etária, os percentuais expostos no Gráfico 2, a seguir, revelam que essa variável não se mostrou significativa, uma vez que os dois grupos etários apresentaram índices muito próximos de ocorrência de todas as variantes constatadas.

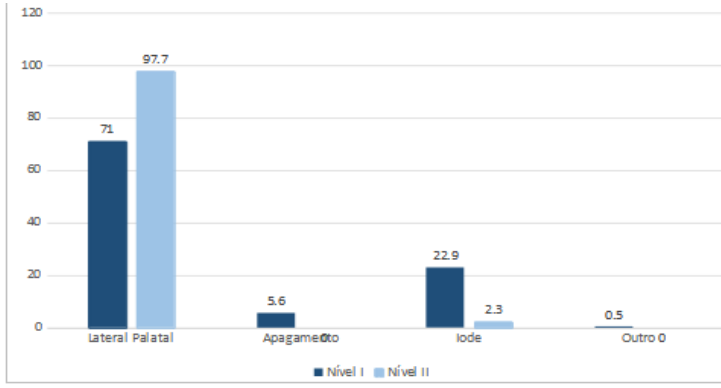
Gráfico 2. Percentual de ocorrência conforme a variável faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à escolarização, embora a variante padrão tenha sido a mais produzida nos dois graus de escolaridade, a sua ocorrência foi quase categórica na fala de informantes com nível de escolaridade universitário (97,7%), como pode ser observado no Gráfico 3. Já no nível fundamental, foi constatado um índice importante de realização do iode (22,9%), além de serem registrados casos de apagamento da consoante e uma única ocorrência de troca de posição entre a lateral palatal e a vibrante simples, em orelha [oˈʎeɾɐ].

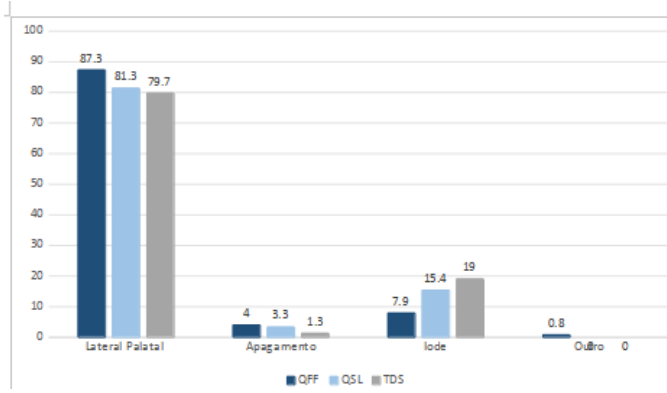
Gráfico 3. Percentual de ocorrência conforme a variável nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito ao tipo de inquérito, essa variável não se mostrou relevante. Porém, nos dados obtidos através do Questionário fonético-fonológico, foi observado um percentual um pouco maior de ocorrência da lateral palatal e, em sentido contrário, foi registrada uma menor presença de iode.

Gráfico 4. Percentual de ocorrência conforme a variável tipo de inquérito



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 4 mostra, ainda, que o apagamento da consoante foi pouco encontrado nos dados obtidos por meio dos três tipos de inquérito, tendo a sua menor ocorrência nos Temas para discursos semidirigidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que examina o fenômeno de variação da lateral palatal na capital sergipana, observou-se a predominância da variante padrão. Resultado semelhante foi apontado em outros estudos sobre o comportamento dessa consoante em localidades brasileiras. Razky e Fernandes (2010), por exemplo, constataram, no Amapá e no Pará, a presença da lateral palatal de forma quase categórica. Em um estudo variacionista sobre a lateral palatal, em treze localidades do Estado do Rio de Janeiro, Brandão (2007, p.98) também verificou a prevalência do [ʎ] "mesmo em pequenas comunidades rurais ou semiurbanizadas".

Em Aracaju, a presença do iode foi registrada sobretudo na fala de informantes homens cujo grau de escolaridade era o ensino fundamental. Soares (2009), em estudo sobre a variação da lateral palatal no estado do Pará, também identificou uma preferência do sexo masculino pela iotização. Já o apagamento da consoante foi bem menos frequente, sendo constatado apenas na fala de informantes com nível de escolaridade fundamental. Aguilera (1989), investigando o fonema /ʎ/ na fala popular paranaense, e Soares (2009), no trabalho já mencionado, registraram a mesma situação quanto ao apagamento da lateral pa-

latal. Sobre a pequena ou nula produção de iode e de zero fonético no Amapá e no Pará, Razky e Fernandes (2010) afirmam que esse cenário pode ser decorrente do avanço da urbanização, da influência de uma crescente escolarização, juntamente com uma consciência que desfavorece cada vez mais o emprego de variantes não padrão. Essas razões também podem ser indicadas para explicar os resultados aqui encontrados.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A. A importância de estudos fonéticos na Geolinguística para a descrição do Português do Brasil. *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, n.7/2, p. 9-19, jun. 2004.

AGUILERA, V. A. O fonema /ɾ/: realizações fonéticas, descrição e a sua comprovação na fala popular paranaense. *Semina*, n.10 (3), 1989, p.173-178.

ALBANO, E. *et alii*. Segment Frequency and Word Structure in Brazilian Portuguese. *Proceeding of XXII Congress of Phonetic Sciences*. Stokholm, v. 3, 1995.

ARAGÃO, M. do S. S. de. Estudos fonético-fonológicos nos estados da Paraíba e do Ceará. *Revista da ABRALIN*, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009, p. 163-184.

ARAGÃO, M. do S. S. As variantes de natureza palatal no português do Brasil: descrição e transcrições. *In*: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006.

ARAGÃO, M. do S. S. A variação fonético-fonológica em atlas linguísticos do Nordeste. *Revista do GELNE*, n.2, ano 1, p.14-20, 1999.

ARAGÃO, M. do S. S. A despalatalização e consequente iotização no falar de Fortaleza. *XIV JORNADA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO GELNE*. Natal: UFRN, 1996. (mimeo)

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna*: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRANDÃO, S. F. Um estudo variacionista sobre a lateral palatal. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.42, n.3, p.89-99, set. 2007.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. São Paulo: Vozes, 2002 [1970].

CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística*: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

CARVALHO, R. L. *As consoantes líquidas na aquisição do português*. 2000. Dissertação. (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARVALHO, R. L. *A aquisição das consoantes líquidas por crianças usuárias de uma variedade não padrão do português*. 2009. Tese. (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1970.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e Fonologia do Português*: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Ática, 2000.

FERNANDES, M. E. P. *Distribuição geossociolinguística da lateral palatal /lh/ nos estados do Amapá e Pará*. 2009.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LADEFOGED, P. MADDIESON, I. *The sound of world's languages*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

MADDIESON, I. A survey of liquids. *Ucla Working papers phonetics*, 50, 1980.

RAZKY, A.; FERNANDES, M. E. P. Atlas Linguístico do Brasil: A Palatal /ʎ/ nos Estados do Amapá e Pará. *Signum: Estud. Ling., Londrina*, n.13/2, dez. 2010, p. 375-393.

ROBERTO, M. *Fonologia, fonética e ensino*: guia introdutório. São Paulo: Parábola, 2016.

SILVEIRA. R. C. P da. *Estudos de fonologia portuguesa*. São Paulo: Cortez, 1986.

SIMÕES, D. *Considerações sobre a fala e a escrita*: fonologia em nova chave. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SOARES, E. P. M. Aspectos fonéticos, fonológicos e sociolinguísticos das palatais lateral e nasal. *Revista de Letras*, v. 30, 1/4, jan.2010/dez.2011, p. 111-121.

SOARES, E. P. M. A influência de condicionamentos sociais sobre as realizações da lateral palatal no falar paraense. *Anais do SILEL,* v. 1, Uberlândia: EDUFU, 2009.

WETZELS, L. Consoantes palatais como geminadas fonológicas no português brasileiro. *Revista Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, jul./dez. 2000, p. 5-15.

Capítulo 10

A MICROCONSTRUÇÃO [VAI SABER] MARCADOR DISCURSIVO NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Sabrina REGINATTO
UFMS – *reginattosabrina@gmail.com*

Solange de Carvalho FORTILLI
UFMS – *solange.fortilli@ufms.br*

RESUMO: O presente trabalho centra-se na análise do processo de construcionalização de marcadores discursivos de base verbal, a partir da microconstrução [vai saber]. Considerando os pressupostos gerais da corrente funcionalista de estudos da linguagem, a vertente denominada Modelos Baseados no Uso (BYBEE, 2016) e a Gramática de Construções, assume-se, nesse trabalho, que a forma básica de análise da língua é a construção, considerada um pareamento simbólico de uma estrutura com seu significado. A hipótese é de que a construção [vai saber] passaria por um processo de construcionalização (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), apresentando alterações de significado e atuando como marcador discursivo (RISSO; SILVA; URBANO, 2006) em determinados contextos, como em "Talvez nem isso dê certo, talvez haja vandalismo e violência mesmo assim... vai saber.". Dessa forma, objetiva-se realizar a caracterização da nova construção a partir de análises de suas propriedades formais e funcionais. Tais análises se darão a partir dos seguintes parâmetros: a) posição da construção

na frase hospedeira, b) relação sintática da construção com a estrutura oracional; c) transparência semântica; d) apresentação formal; e) Autonomia Comunicativa. O estudo adota uma perspectiva sincrônica a partir da análise de dados coletados do segmento *Web*/Dialetos do *Corpus* do Português-CP (FEREIRA; DAVIES, 2006). Análises preliminares sugerem uma possível cristalização da construção enquanto marcador discursivo. Dessa maneira, a presente pesquisa visa integrar e contribuir com o conjunto de estudos que vem se desenvolvendo acerca de marcadores discursivos de base verbal.

PALAVRAS-CHAVE: construcionalização; marcadores discursivos; construções.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa centra-se na análise do processo de construcionalização de marcadores discursivos de base verbal, a partir da microconstrução [vai saber]MD. Justifica este trabalho a recorrência do uso da referida construção no português brasileiro como estratégia de marcação do discurso para regulação da interação entre os interlocutores.

A perífrase [vai saber] aparece, no português, na função de uma locução verbal composta por um verbo auxiliar [ir] conjugado em terceira pessoa e um verbo principal [saber], no infinitivo. No exemplo a seguir, extraído do Corpus do Português, percebe-se que a locução atua como uma perífrase verbal com valor de futuridade e, sintaticamente, desempenha uma função essencial na oração.

> (a) Com o palhaço Kuxixo, nosso personal palhaceitor, aprendi gags físicas e a linguagem do picadeiro. Quem é de circo vai saber que ali houve uma pesquisa – e reconhecer as referências. E quem não conhece o ofício, vai se divertir e compreender um pouco desse universo. [xxix]

Por outro lado, em outra interpretação para a mesma perífrase, nota-se que a função do verbo auxiliar perde a marcação de futuro e a expressão como um todo, perde especificidade e sofre uma alteração no sentido, criando, possivelmente, um pareamento de uma nova forma e um novo significado. Desse modo, nossa hipótese de trabalho é de que a construção [vai saber] passaria por um processo de construcionalização, apresentando alterações em seu conteúdo semântico e atuando, assim, como marcador discursivo[xxx] conforme se verifica na ocorrência a seguir.

> (b) Ah, sim, e um detalhinho. Por que será que, ao fazer o texto, não botei o nome inteiro da Ná Ozzetti? Vai saber... Em 1981, será que alguém, além do pessoal do Rumo, já sabia que Ná iria ser uma das melhores cantoras do Brasil? [xxxi]

Percebe-se, na ocorrência (b), uma nova configuração de forma e significado para a construção [vai saber]. De acordo com Traugott e Trousdale (2013) a construcionalização (pareamento entre uma nova forma e um novo signifi-

cado formando um novo nó na rede) reúne mudanças tanto no nível da forma (sintaxe, morfologia, etc.) quanto do significado (semântica, discurso, pragmática) (TRAUGOTT, 2014). Nessa ocorrência nota-se que a expressão sofre uma alteração na forma – perde o status de unidade com função essencial à organização da sentença e passa a atuar como um parêntese (THOMPSON; MULAC, 1991; JUBRAN, 2006), ganhando maior liberdade sintática. Da mesma forma, no campo do significado observa-se uma abstratização no significado (BYBEE, 1994), perdendo a noção de marcador de futuro e atuando no nível de organização do discurso. Ao atuar como organizadora do discurso, a construção [vai saber] pode ser percebida como um marcador discursivo (doravante MD).

Para a realização dessa pesquisa, coletamos 200 dados do Corpus do Português Brasileiro (FEREIRA; DAVIES, 2006), no segmento Web/Dialetos, que reúne textos retirados da internet entre 2013 a 2014, abarcando desde comentários em publicações até páginas informativas e páginas pessoais (blogs). A análise não tem um viés relacionado à frequência, daí a opção por partir de um número pré-determinado de ocorrências.

MARCADORES DISCURSIVOS

Existe uma grande variedade de abordagens no tratamento dos MDs como objeto de estudo linguístico. O rótulo *marcador discursivo* é considerado como uma ampla classe, o que favorece inúmeras definições e características. Para fins de organização metodológica e por perceber que os traços de MD identificados no âmbito da

teoria/perspectiva Textual-Interativa podem ser aliados às propriedades da abordagem construcional da mudança linguística, assumimos, nessa pesquisa, a abordagem de Risso, Silva e Urbano (2006) que definem os MDs da seguinte maneira:

> Um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções, e sintagmas mais desenvolvidos, aos quis se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa. (RISSO; SILVA; URBANO, 2006, p. 371)

Os MDs constituem um grupo de natureza diversificada e uma categoria pragmática bem consolidada que atua no funcionamento da língua e podem ser identificados por alguns traços comuns que servem para afirmar o estatuto de MD de certas expressões. Alguns desses traços foram elencados para a realização deste trabalho e estão organizados no quadro 1.

Quadro 1. Variáveis definidoras dos Marcadores Discursivos

Variável	Explicitação
1. Relação com o conteúdo proposicional	A maior parte dos MD é exterior ao conteúdo proposicional, uma vez

	que não contribuem diretamente com o conteúdo referencial da proposição sobre a qual incidem;
2. Relação sintática com a estrutura oracional	A não-integração sintátca à estrutura oracional constitui um forte traço de MD; por essa razão, são, em sua maioria, sintaticamente independentes;
3. Transparência semântica	A maioria das unidades pesquisadas mostra que a atuação como MD está atrelada a uma significação canalizada para a sinalização de relações dentro do espaço discursivo; desse modo, os MD são menos transparentes.
4. Apresentação Formal	Os MD constituem-se, geralmente, de formas cristalizadas – de pouca ou nenhuma variância – , que ocorrem de maneira automatizada no discurso.
5. Autonomia comunicativa	Os MD não portam conteúdo proposicional em si próprios. São, portanto, comunicativamente não-autônomos.

Fonte: Elaboração própria com base em RISSO; SILVA; URBANO, 2006.

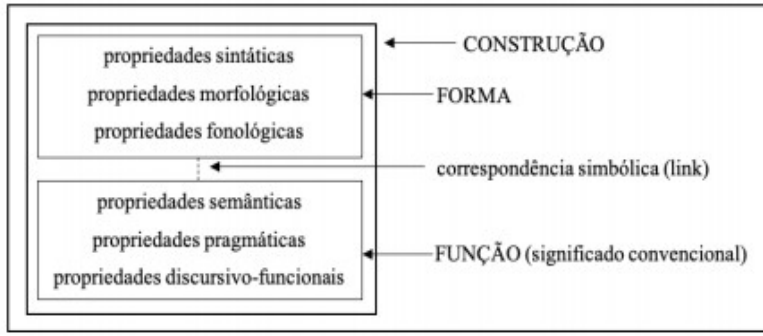
A GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES E A MUDANÇA LINGUÍSTICA

Essa pesquisa se alicerça na Linguística Funcional Centrada no Uso (MARTELOTTA, 2011; BISPO, FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2013;) com ênfase na Gramática de Construção (CROFT, 2001; GOLDBERG, 1995, 2006; BYBEE, 2010; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013). A Linguística Funcional Centra-

da no Uso (LFCU) defende que a língua é forjada na interação entre os falantes e propõe que a gramática seja "[...] pensada como uma organização cognitiva de experiências com a língua." (BYBEE, 2016, p. 28).

Nessa linha, seguindo os preceitos de Goldberg (2006) e Croft (2007), assumimos que a língua se constitui em um sistema simbólico de pares de forma e sentido – as construções – tomando-as como a unidade básica de análise, independentemente de sua extensão. O conceito de construção advém da Gramática de Construções (CG), cuja premissa é de que uma construção consiste no pareamento de forma e significado, conforme ilustrado na Figura 1, a seguir.

Figura 1. Estrutura Simbólica da Construção



Fonte: Croft, 2007, p. 472 (*tradução nossa*)

Diferentemente de abordagens que tratam a mudança linguística a partir de aspectos linguísticos isolados, a abordagem construcional baseada no uso considera que a mudança envolve sempre, e em alguma medida, aspectos de forma e de significado de uma construção simultaneamente

(TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Essa é a principal razão para o alinhamento de nossa pesquisa aos preceitos da LFCU: a ideia de que as construções, tanto lexicais como gramaticais, emergem pelo surgimento de novos pareamentos de forma e significado. As formas verbais, simples ou perifrásticas, são fontes constantes de MDs no português, o que permite considerar que [vai saber] é mais um desses casos, em que um novo sentido se une a uma forma inovadora, cujos detalhes serão dados adiante.

PARÂMETROS DE ANÁLISE

Para este recorte, selecionamos 200 dados do corpus total para análise e elencamos alguns parâmetros baseados no quadro 1 que têm como objetivo nos ajudar a caracterizar e descrever a construção [vai saber] MARCADOR. Desses dados, 100 dizem respeito à construção [vai saber] MARCADOR e 100 à perífrase com valor de futuridade. Dito isso, seguimos com a discussão dos resultados parciais.

SOBRE A POSIÇÃO DA CONSTRUÇÃO NA SENTENÇA

A primeira variável analisada leva em conta a posição da construção em estudo na sentença. O exame dessa variável foi feito com o objetivo de comprovar ou não a observação preliminar de que, em contextos de MD, a construção tem maior liberdade sintática e atua como um parêntese (JUBRAN, 2006) na oração da qual faz parte.

Quadro 2. Posição das Construções na sentença

[VAI SABER] MARCADOR	[VAI SABER] FUTURIDADE
Inicial – 2%	Inicial – 0%
Medial – 22%	*Medial – 92%*
Final – 76%	Final – 8%

Fonte: Elaboração própria

> (c) Pois é amiga.. tbm não acho legal ir fazendo xixi em tudo q é canto.. é tão bom em casa! Mas é bom evitar sentar no vaso mesmo! Milhares de outras pessoas sentaram lá.. Imagina as doenças mesmo! Né? *Vai saber*... É melhor prevenir![xxxii]

> (d) "Se você perguntar a qualquer um na rua, ninguém *vai saber* o que é um sambaqui, por exemplo [...]".[xxxiii]

O exame de ocorrências como (c) e (d) identificou que a perífrase [vai saber] MARCADOR apresenta maior grau de liberdade sintática quando contrastada com a perífrase verbal indicativa de futuridade (d), que em mais de 90% das ocorrências, se apresentou na posição medial. A partir de tais resultados podemos inferir que há uma diferença formal entre essas duas construções, o que nos serve como evidência de que realmente se tratam de duas construções distintas.

SOBRE A RELAÇÃO SINTÁTICA COM A ESTRUTURA ORACIONAL

Os estudiosos dos marcadores discursivos afirmam, frequentemente, que eles são unidades sintaticamente independentes. Para averiguar tal afirmação, analisamos a relação sintática da perífrase estudada com a estrutura oracional.

> (e) E mesmo sendo um zumbi, já dá para perceber no primeiro parágrafo que seus problemas são bem humanos (ou os humanos que parecem mortos-vivos, *vai saber*) e que, como toda história de zumbi, o autor quer mesmo é falar sobre quem ainda não morreu.[xxxiv]

A partir dos dados analisados, percebe-se que, ao atuar em contextos de MD, a construção [vai saber] apresenta-se alheia à estrutura gramatical, ou, nos termos da gramática tradicional, não desempenha função essencial. A ocorrência (e) ilustra a atuação da construção. Note-se que [vai saber] é utilizado para abrir um espaço mental (SWEETSER, 1990) de dúvida, não atuando como um encaixador de oração, como acontece em (d), por exemplo. Sendo assim, tal traço reforça o estatuto de MD da construção.

SOBRE A TRANSPARÊNCIA SEMÂNTICA

Uma palavra ou construção é transparente quando é usada no sentido lexical (conforme o dicionário) ou estrutural (conforme a gramática). Estudos anteriores

(RISSO; SILVA; URBANO, 2006) mostram que a atuação como MD está atrelada a uma significação canalizada para a sinalização de relações dentro do espaço discursivo; desse modo, os MD são menos transparentes.

> (f) Ela até poderia conseguir alguém que a tratasse melhor, que a amasse mais, que a abraçasse bem forte ao invés de virar para o lado na hora de dormir, que a respeitasse mais, que, quem sabe, *vai saber*, até a admirasse.[xxxv]

Os dados analisados mostraram que em contextos de MD como em (f) a construção estudada não é capaz de recuperar o sentido lexical e/ou estrutural da construção sinalizadora de futuridade. Dessa forma, a perda de transparência observadas em [vai saber] MARCADOR sinaliza uma mudança de significação da construção que, em contextos de MD, orienta-se para relações dentro do espaço discursivo.

Além disso, (f) retrata e ratifica o que tem sido defendido pela abordagem construcional: usos com valor discursivo e menos composicionais têm menos relação com o significado lexical das partes que a compõe a construção. Nesta ocorrência, apesar de haver a retenção de algum traço semântico do significado lexical de saber, que indica perda parcial da transparência semântica, saber não indica conhecimento e ir não indica movimento (tampouco atua como auxiliar de futuridade).

SOBRE A APRESENTAÇÃO FORMAL

Os MD apresentam-se sob formas comumente mais fixas e invariáveis. Nesse sentido, a apresentação formal é um traço importante para a caracterização da construção estudada neste trabalho. Observe-se a ocorrência a seguir:

> (g) Não percam tempo com essa postagem do filme. Não existem links que levem para o download do filme. Somente um jogo de empurra entre propagandas e clicks. Cuidado que um dos "« links "» baixa o "« SweetImSetup. exe, que supostamente é um programa voltado para chat, mas vai saber né... [xxxvi]

Em contextos de MD, a construção [vai saber] apresenta-se de maneira mais formulaica, uma vez que não se submete a paradigmas flexionais exaustivos como quando usada em contextos de perífrase de futuridade. Além disso, nota-se, em (g) que o autor do comentário escreve para mais de um interlocutor e, mesmo assim, a construção [vai saber] permanece invariável.

Apesar de encontrarmos ocorrências com a presença de material interveniente na construção, como em (h), esse fato não descaracteriza o caráter formulaico da construção. Além disso, a frequência desse tipo de registro não se mostrou significativo, o que reforça, mais uma vez, a afirmação de que se trata de unidades cristalizadas usadas no discurso.

(h) Mesmo se o tiro fosse a 200 m o "alvo" não teria escutado o disparo antes de ser atingido. Já é distância suficiente para um projétil a 950 m/s ultrapassar o ar emitido 0,2 s antes de ele sair da boca do cano. Sei disso Bosco e MA, minha dúvida recai sobre a seriedade das declarações de alguns feitos que ultrapassam o "fantástico"... Tudo pode? Vai se saber.... Mas estamos falando de 2 acertos de quase 2,5 km...[xxxvii]

SOBRE A AUTONOMIA COMUNICATIVA:

Outro importante traço característico de MD é a falta de autonomia comunicativa. A maioria dos estudos sobre MD indica que eles são formas naturalmente incapazes de constituírem enunciados proposicionais em si próprios. A partir disso, o exame dos dados mostrou que, em contextos de MD, a construção [vai saber] não apresenta conteúdo proposicional em si própria, atuando como um orientador da interação, ou seja, a razão de seu emprego é modalizar um outro conteúdo colocado em cena pelos interlocutores.

(i) Mesmo sabendo que ele não tem como cair, porque o berço dele ainda está do lado da minha cama, eu fico com receio sei lá dele acordar empurrar o berço, bom, vai saber, esses pequenos são capazes de coisas que até Deus dúvida, prefiro não arriscar e com isso quem acaba mal sou eu. [xxxviii]

Em (i), o locutor está relatando aos leitores um de seus receios em relação à hora de dormir de seu

bebê. Ao sinalizar sua opinião sobre as coisas que as crianças são capazes de fazer, o autor utiliza o MD [vai saber] que, além de modalizar a fala, abrindo um leque de possibilidades, atua como um mecanismo de orientação da interação. Segundo Risso, Silva e Urbano (2006), em processos de manifestação pessoal, em que o falante verbaliza avaliações subjetivas a propósito das significações proposicionais ou envolve seu interlocutor, os MD podem ser classificados como "[...] basicamente orientadores da interação." (RISSO; SILVA; URBANO, 2006, p. 408). Isso acontece quando o foco funcional não está no sequenciamento textual e sim na maior projeção da interação.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A presente pesquisa desenvolve-se com o intuito de estender os conhecimentos em torno de fenômenos linguísticos envolvendo a produção de MDs a partir de construções de base verbal. Além disso, esperamos cooperar com o conjunto de estudos que vem se desenvolvendo acera de marcadores discursivos de base verbal.

Por fim, tendo em vista a análise de todos os parâmetros selecionados para este estudo, com o objetivo de discutir, descrever e caracterizar a construção [VAI SABER] MARCADOR, é possível concluir que alguns usos dessa construção são resultados de um processo de construcionalização. Essa asserção se justifica pelo fato de que [vai saber] futuridade pode ser considerada uma microconstrução do esquema geral das perífrases em português. Seu significado é ligado ao

futuro, o que se pode averiguar pelos sentidos de cada uma das suas partes. Já em [vai saber] MD há traços de construção de dúvida e/ou hipótese, ou seja, um novo significado, ligado, por sua vez, a uma forma mais livre e sintática autônoma dentro do enunciado.

Assim, embora a pesquisa não esteja concluída, há fortes indícios que confirmam a emergência de um novo marcador discursivo de base verbal no português.

REFERÊNCIAS

BISPO, E. B.; FURTADO DA CUNHA, M. A.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2013, p. 13-39.

BYBEE, J. L. *Língua, uso e cognição*. Trad. de Maria Angélica Furtado da Cunha; Rev. Técn. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CROFT, W. Construction Grammar. *In*: GEERAGRTS, D.; CUYCKENS, H. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: OUP, 2007.

CROFT, W; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português*: 45 milhões de palavras, 1300s-1900s, 2006. Disponível online em http:// www.corpusdoportugues.org.

GOLDBERG. A. E. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG. A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: Universiy of Chicago Press, 1995.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. *In*: JUBRAN, C. C. A. S., KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v* 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 301-357.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística*: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. *In*: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil.* v. 1. Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 403-425.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics:* metaphorical and cultural aspects of semantic structure. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, S. MULAC. A. A quantitative perspective on the grammaticalization of epistemic parenteticals in English. *In*: TRAUGOTT, E., HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991, p. 313-329.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G.. C*onstructionalization and Constructional Change*. Oxford University Press: Oxford, 2013.

Capítulo 11

A ESTRUTURA [*OCORRE QUE]* E SEUS VALORES SEMÂNTICOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: Uma análise baseada no uso

Priscilla Hoelz PACHECO
UFF – *priscillapacheco@id.uff.br*

Nilza Barrozo DIAS
UFF – *nilzabarrozodias@id.uff.br*

RESUMO: No escopo de pesquisa mais ampla sobre o uso de verbos de acontecimento como operadores de contraste na língua, este trabalho tem como objetivo identificar as diferentes especificações semânticas da construção [*ocorre que]* no português contemporâneo, em abordagem sincrônica. Entendemos que, após mudanças construcionais (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; HILPERT, 2013), [*ocorre que]* passa a conectar enunciados com relações de desigualdade. À luz da Linguística Centrada no Uso, adotamos como pressupostos os estudos de Bybee (2010) sobre os processos cognitivos aplicados à mudança linguística e a abordagem construcional da gramática, que percebe a língua como um inventário de construções. Utilizamos como base para a nossa análise semântica o disposto em Neves (2011) sobre os valores semânticos do conector prototípico de contraste, o <*mas*>, uma vez que, conforme Bybee (2010), um novo membro de uma dada categoria tende a assumir características de seu membro exemplar. De abordagem qualitativa, nosso corpus é composto por pronunciamentos de

senadores federais, disponibilizados no site institucional do Senado. Nossos resultados parciais indicam que sentenças introduzidas por <*ocorre que*> marcam uma ruptura no discurso, apontando para um detalhe fundamental que muda o rumo da argumentação. Embora o valor pragmático de focalização seja aquele que todos os dados possuem em comum, identificamos cinco valores semânticos principais nos trechos relacionados pela construção: (i) contraste simples; (ii) contraste parcial, que pode restringir ou detalhar o segmento precedente; (iii) contraste por não realização; (iv) contraste inferencial por justificativa e (iv) contraste por realce.

PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo; conector; construção; contraste; focalização.

INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva do estudo da língua em situações comunicativas contextualmente situadas, este trabalho, à luz da Linguística Centrada no Uso (LCU), visa verificar de que modo o verbo de acontecimento ocorrer, na estrutura [*ocorre que*], funciona como instrumento de uma estratégia argumentativa de focalização, que estabelece valor semântico de desigualdade entre dois segmentos. Assim, analisaremos, com base em Neves (2011), as especificações semânticas que [*ocorre que*] pode assumir como conector contrastivo.

A LCU toma como objeto de estudo a língua em uso, considerando que são as interações na vida diária e a experiência de cada indivíduo em sua conceptualização do mundo que fazem com que haja uma reestruturação do conhecimento linguístico, possibilitando o surgimento de novas estratégias para que cada

indivíduo atinja seus propósitos comunicativos. O uso efetivo da língua, portanto, com o reforço de rotinas já existentes e o surgimento de novas, alimenta continuamente a gramática. Assim, podemos dizer que uso e gramática possuem uma relação de interdependência, influenciando-se mutuamente.

De modo geral, os estudos linguísticos convergem no sentido de entender que nos utilizamos das estruturas já existentes e inovamos constantemente buscando atingir nossos propósitos comunicativos. De acordo com Neves (2006), diversos elementos envolvidos na articulação de enunciados, por exemplo, são resultados de processos de mudança linguística, que ocorre justamente porque queremos expressar conteúdos cognitivos para os quais não há, ainda, designações linguísticas apropriadas.

Dessa maneira, entendemos que [*ocorre que*] passa a funcionar como um conector de segmentos contrastivos para expressar efeitos pragmáticos que outros conectores, sejam mais ou menos prototípicos, não dão conta. Nossos resultados parciais indicam que sentenças introduzidas por [*ocorre que*] focalizam detalhe fundamental que altera o rumo da argumentação. Com um forte papel pragmático de focalizador, a análise identificou que os trechos relacionados pela construção apresentam cinco valores semânticos principais: (i) contraste simples; (ii) contraste parcial, que pode restringir ou detalhar o segmento precedente; (iii) contraste por não realização; (iv) contraste inferencial por justificativa e (iv) contraste por realce.

A NOÇÃO DE CONTRASTE

Na língua, a categoria contrastiva pode ser instanciada nos mais diversos níveis de forma e significado. Prefixos que indicam negação podem formar palavras antônimas e, portanto, contrastivas. Num determinado contexto de uso, termos que, em acepções dicionarizadas não são contrários, podem funcionar como perfeitos opostos. Ademais, o contraste pode ser estabelecido sintaticamente por conectores ou, ainda, ser instanciado por recursos pragmáticos, como foco, na intenção de diferenciar dois ou mais conteúdos.

Desse modo, o contraste está intimamente relacionado ao estabelecimento de desigualdade entre segmentos, funcionando como uma ferramenta na organização da informação e na estruturação da argumentação (NEVES, 2011). Isso significa que a desigualdade pode ser verificada a partir da comparação entre dois segmentos, sejam sintagmas, orações ou enunciados.

> O trânsito entre os significados de comparação e contraste é legitimado pela noção de superioridade, em que, ao comparar seres, objetos ou eventos, o locutor assume atitudes de preferência e de negação, de seleção e de descarte, de modo que a superioridade na comparação é reinterpretada em termos de superioridade argumentativa. (LONGHIN; FERRARI, 2020, p. 7)

Além dos conectores mais prototípicos e já convencionalizados pelas gramáticas, novos estudos apontam

o surgimento de novas maneiras de conectar segmentos contrastivos na língua. A emergência dessas novas formas, em geral menos prototípicas e mais à margem da categoria, decorrem da necessidade do falante de atingir seus propósitos comunicativos. Assim, por meio de implicaturas conversacionais, formas já existentes na língua assumem novas funções e passam a ser utilizadas como elementos conectores de segmentos interpretados, de certa forma, como desiguais.

Num continuum do mais prototípico para o menos prototípico, podemos localizar a conjunção mas na extrema esquerda dessa linha. No meio, estão os advérbios com valor contrastivo, como *contudo*, *entretanto* e *todavia*. Mais à direita, podemos citar expressões praticamente restritas à escrita formal, como *conquanto* e *não obstante*. Por fim, na extrema direita, localizam-se os conectores de entrada mais recente na categoria, como [*ocorre que*].

METODOLOGIA

Nosso corpus é composto por pronunciamentos de senadores. Utilizados para defender (ou atacar) um projeto de lei, emitir pontos de vista, declarar seus feitos acerca de um dado tópico, entre outras funções, os pronunciamentos possuem um caráter heterogêneo. Apesar de, em certos casos, apresentarem roteiro definido, possivelmente com trechos previamente escritos e monitorados, o contexto dos pronunciamentos é marcado predominantemente pela oralidade.

Entre as opções de busca dentro do acervo de pronunciamentos, disponibilizado no site institucional do Senado Federal, optamos pela busca genérica, em que inserimos a palavra-chave [*ocorre que*], entre aspas, para que sejam retornados dados apenas nessa forma específica.

Como base para a investigação dos valores semânticos, utilizamos os estudos das especificações semânticas estabelecidas por Neves (2011) para a conjunção mas, dado que, conforme Bybee (2010), um novo membro de uma dada categoria tende a assumir características de seu membro exemplar. É necessário destacar que foi preciso adaptar e refinar as classificações propostas pela autora de acordo com as particularidades apresentadas pelos dados analisados.

Esta pesquisa tem caráter prioritariamente qualitativo e abordagem sincrônica. Após a apresentação da classificação, trazemos os dados quantificados por contagem simples em relação aos valores semânticos encontrados. Esses números nos ajudam a compreender de que modo os falantes estão se utilizando de [*ocorre que*] nas situações comunicativas, principalmente no que se refere àquelas de contexto argumentativo.

AS ESPECIFICAÇÕES DO VALOR SEMÂNTICO DE [*OCORRE QUE*]

Apresentamos, a seguir, os cinco tipos principais encontrados de valor semântico para os trechos relacionados por [*ocorre que*].

CONTRASTE SIMPLES

No primeiro tipo de contraste encontrado para o uso da estrutura [*ocorre que*], a oração introduzida apresenta uma contraposição em relação à informação da oração anterior a partir de oposição lexical e/ou polaridade. São 12 as ocorrências desse tipo em nosso *corpus* de pesquisa. Vejamos o exemplo abaixo:

> (1) Na realidade, esse movimento mundial começou em 1991, quando a Organização Mundial de Saúde e a Federação Internacional de Diabetes elegeram o dia 14 de novembro como o Dia Mundial do Diabetes. *Ocorre que*, em 2006, a Organização das Nações Unidas, por considerar esta doença uma doença epidêmica, Sr. Presidente, de caráter impactante em relação aos custos, em relação à alteração da qualidade de vida das pessoas, reuniu-se, no dia 20 de dezembro, e tomou uma resolução mundial para que o dia 14 de novembro fosse, de fato, englobado por todas as nações. (Hermelinda Pedrosa, médica e pesquisadora, em 07/11/2019).

No excerto, coloca-se em oposição o estatuto do Dia Mundial do Diabetes, em 1991, com seu novo grau de importância, a partir da resolução da Organização das Nações Unidas, em 2006.

CONTRASTE PARCIAL

Para estabelecer o que consideramos como contraste parcial, recorremos ao que Neves (2011) chama de contraposição em direção oposta que restringe,

por acréscimo de informação, o que acaba de ser enunciado. Essa restrição "[...] pode significar uma exclusão parcial, estando expressos, por vezes, indicadores de negação, privação, insuficiência." (NEVES, 2011, p. 761).

No entanto, ao analisar nossos dados, verificamos que, ao contrastar apenas um aspecto ou detalhe do que está sendo dito — isto é, não desconsiderar por completo a informação anterior numa perspectiva de contraposição em direção oposta —, não necessariamente há apenas uma noção de restrição. Verificamos que, com o uso de [*ocorre que*], o acréscimo de informação pode, sim, restringir o que é dito, limitando o escopo da argumentação, mas também pode servir como uma estratégia de detalhamento ao trazer novas informações sobre o tópico que está no palco.

O contraste parcial ainda é o responsável por estabelecer uma noção de ressalva no segmento (NEVES, 2018), tendo em vista que assume o que foi dito anteriormente, porém corrigindo-o ou contrapondo-o.

Vale ressaltar que em nosso corpus são 26 as ocorrências de contraste parcial. Classificamos essas ocorrências da seguinte maneira: (i) 12 ocorrências de contraste parcial que restringe; (ii) cinco ocorrências de contraste parcial que restringe a partir de inferência e (iii) nove ocorrências de contraste parcial que detalha.

CONTRASTE PARCIAL QUE RESTRINGE

Como apontado por Neves (2011), o contraste parcial pode trazer consigo indicadores de negação,

privação e insuficiência. Dessa forma, o caminho da argumentação parte do geral para o específico. Vejamos o exemplo abaixo:

> (2) A gente mobiliza toda uma equipe técnica, passa o projeto na Câmara Municipal, gera discussão, gera debate, gera expectativa na população e, uma vez aprovado, nós temos dois caminhos a serem percorridos aqui nesses programas, que são os avais através do Governo Federal e através do FPM. *Ocorre que* essa garantia do FPM, o saldo que se tem hoje é menos de R$200 mil, ou seja, inviabilizou essa garantia, restando apenas agora a garantia da União, que tem um saldo para esses programas de R$12 bilhões. (Nelsinho Trad, PSD, 02/10/2019)

No caso acima, [*ocorre que*] introduz um detalhe específico sobre a garantia do FPM, que se mostra insuficiente para o financiamento dos programas.

CONTRASTE PARCIAL QUE RESTRINGE A PARTIR DE INFERÊNCIA

Neste tipo, também há um acréscimo de informação que delimita o que foi dito no trecho anterior, conferindo destaque a um determinado aspecto. No entanto, considera-se que o segmento introduzido por [*ocorre que*] estabelece contraste parcial a partir de uma informação inferida pelo interlocutor quando da leitura do segmento anterior. Vejamos o exemplo abaixo:

> (3) O Governo brasileiro, de 2008 a 2014, transferiu aos cofres do BNDES cerca de R$716 bilhões, R$378 bilhões com origem no Tesouro nacional. *ocorre que* o Governo brasileiro não tinha essa disponibilidade no seu caixa. Esses recursos foram tomados junto ao mercado, com o pagamento de taxas de juros da ordem de 13%, 14%. (Senador Álvaro Dias, Podemos, 08/04/2019)

Infere-se que, se o governo brasileiro fez essa transferência, havia essa disponibilidade em caixa. Desse modo, o trecho introduzido por [*ocorre que*] restringe essa interpretação.

CONTRASTE PARCIAL QUE DETALHA

No que chamamos de contraste parcial que detalha, a sentença introduzida por [*ocorre que*] retoma parte do conteúdo do trecho anterior e traz um desdobramento para o que está sendo dito. Esse desdobramento pode ser uma justificativa ou uma avaliação do falante sobre a situação, às vezes visando especificar os papéis discursivos.

> (4) E, quando se trata do tema corrupção, eu paro para pensar que eu, que fui por 16 anos policial, vi muitos policiais responderem a inquéritos policiais, a sindicâncias, a procedimentos administrativos por estarem ali, naquele momento de blitz ou durante alguma operação, subtraindo valores que, muitas vezes, poderiam ser insignificantes. *Ocorre que* não era pelo valor, mas pela conduta deles que

> eles estavam sendo avaliados e estavam sendo punidos. (Senador Styvenson Valentim, Podemos, 13/05/2019)

No exemplo acima, o segmento introduzido por [*ocorre que*] traz uma explicação que busca fornecer detalhes sobre a necessidade de punição a policiais que subtraem valores insignificantes. Assim, assume o conteúdo do trecho anterior e traz mais detalhes sobre ele.

CONTRASTE POR NÃO REALIZAÇÃO

No que consideramos como contraste por não realização, a sentença introduzida por [*ocorre que*] invalida a subsequência temporal ou a consecução da ação descrita no trecho anterior. Desse modo, o enunciado indica a não-realização ou a desqualificação de uma dada ação esperada.

Nossa classificação é baseada na noção de eliminação da consecução do estabelecido em p, considerando a existência de proposições p e q, por Neves (1984). Optamos pelo uso do termo não realização em vez de eliminação, pois acreditamos que o que está no nível do *dictum* não pode mais ser eliminado. A partir de sua consideração, pode ser, portanto, marcado como não realizado.

> (5) Os prefeitos estavam com a expectativa de que, em janeiro, essa ajuda extraordinária seria dada. *Ocorre que*, até o momento, os recursos não chegaram às prefeituras e não serão credita-

> dos na conta dos Municípios no Fundo de Participação, como era a esperança dos Municípios. Além de não ter chegado... Nós já estamos no dia 28 de março, com o mês de abril praticamente batendo às portas – é o primeiro trimestre do ano sendo encerrado sem que esse repasse tenha sido feito. (Senador Cássio Cunha, PSDB, em 28/03/2018)

Como podemos verificar no trecho acima, o efeito de sentido de não realização é construído por meio de pistas linguísticas, como o uso do pretérito imperfeito, em alguns casos, além de recursos narrativos. Em nosso banco de dados, 12 ocorrências correspondem ao contraste por não realização.

CONTRASTE INFERENCIAL POR JUSTIFICATIVA

Esse tipo de contraste apresenta representação tímida em nosso corpus, com quatro dados. Não foram encontradas nas propostas de Neves (2011), Azeredo (2018) e Castilho (2016) classificações ou descrições que se assemelhassem a esses dados.

Embora o uso de [*ocorre que*] tenha se apresentado comum neste corpus para introduzir justificativas que mudam o curso da argumentação, este tipo apresenta especificidades quanto a seus aspectos pragmáticos e discursivos, envolvendo pressuposições e inferências que culminam na exposição de um motivo. Assim, é a própria justificativa a responsável pelo estabelecimento do contraste. Vejamos o exemplo:

(6) É uma falácia, portanto, quando se advoga a tese de que o rombo é enorme. *Ocorre que* os governos não adotam políticas competentes para um ajuste fiscal consequente, que exige, certamente, também uma reforma tributária inteligente, no modelo novo e progressivo, que possa tributar mais no consumo do que na renda. Essas reformas de grande profundidade não são realizadas pelos governos – coloco no plural, porque elas não se realizam nos últimos mandatos. (Senador Álvaro Dias, Podemos, 24/044/2019)

CONTRASTE POR REALCE

Nesta última especificação semântica, a sentença introduzida por [*ocorre que*] apresenta noção de desigualdade em relação à informação apresentada na oração anterior, mas sem realizar uma contraposição clássica. Embora seja percebido certo desnível entre os estatutos das informações, esse desnível não é caracterizado por um contraste semântico claro de polaridades ou elementos, mas é estabelecido a partir da focalização dada à informação nova, que é mais forte argumentativamente.

Em nosso *corpus*, há 10 ocorrências que correspondem a esse subtipo.

(7) Foi condenado por uma sentença absolutamente convergente entre três juízes, coisa difícil de acontecer num processo como esse, que é um processo muito complexo, e com uma pena que tirou a possibilidade de ele não cumpri-la pela idade. Pois bem. *Ocorre que* agora, Sr. Presidente, essa sentença, esse acórdão... E os embargos de declaração vão ser jul-

> gados pelo mesmo TRF, e lá não temos nenhuma esperança de que seja diferente. (Senadora Gleisi Hoffmann, PT, 13/03/2018)

Dessa maneira, a partir do apresentado, quanto aos valores semânticos encontrados, trazemos abaixo tabela com as quantidades referentes a cada um dos tipos.

Tabela 1 – Especificações semânticas de [*ocorre que*]

Especificação semântica		Quantidade
Contraste simples		14
Contraste parcial	Que restringe	12
	Que restringe a partir de inferência	5
	Que detalha	9
Contraste por não realização		12
Contraste inferencial por justificativa		4
Contraste por realce		10

Fonte: os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos identificar de que modo a construção [*ocorre que*] é utilizada no português contemporâneo para estabelecer relações de contraste entre enunciados.

Vale salientar que não se pode afirmar que os usos da construção se limitam aos padrões semânticos encontrados em nosso corpus, tendo em vista que a lín-

gua é dinâmica e permite que novos usos surjam a todo momento. É importante destacar que o limite entre cada um dos tipos é difuso, havendo um ou mais casos que poderiam se enquadrar em mais de uma classificação.

Verificamos que, embora tenham sido identificadas formas distintas em que o contraste é operado nos dados, todos eles compartilham um único valor pragmático em comum, o da focalização. Isso pode indicar que [*ocorre que*], muito mais que um operador contrastivo, passou a ser uma escolha viável para o falante principalmente pelo seu forte papel de elemento focalizador.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J.C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTILHO, A. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

HILPERT, M. *Constructional change in English* (Studies in English Language). Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

LONGHIN, S.R.; FERRARI, L. Mudança no sistema de contraste do português: entre codificação e inferenciação. *Revista da Abralin*, v.19, n.1, p.1-24, 2020.

NEVES, M. H. M. O coordenador interfrasal mas – invariância e variantes. *Alfa* (ILCSE/UNESP), São Paulo, v. 28, 1984, p. 21-42.

NEVES, M. H. M. Conectar significados. Ou: A formação de enunciados complexos. *In*: *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 223-269.

NEVES, M. H. M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Unesp, 2011.

NEVES, M. H .M. *Gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Unesp, 2018.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. C*onstructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Capítulo 12

O TÓPICO SUJEITO NA BAHIA E EM PERNAMBUCO: A construção da ecologia linguística

Elaine Alves Santos MELO
UFF – *easmelo@id.uff.br*

Jonã dos Santos ROSA
UFF – *jonarosa@id.uff.br*

RESUMO: O trabalho objetiva-se a contribuir com os estudos sobre a emergência das construções de Tópico Sujeito Existencial no Português Brasileiro. O Tópico Sujeito ocorre quando há o alçamento de um DP com papel temático [+continente/locativo], [+todo] ou [+possuidor] para a posição de sujeito de um verbo inacusativo. No presente trabalho, buscamos analisar o surgimento da estrutura de Tópico Sujeito com ter existencial no Português Brasileiro e demonstrar dados demográficos sobre o tráfico de escravizados para contribuir com a reconstrução da ecologia linguística existente na Bahia e em Pernambuco. Para tal, buscamos subsídios teóricos na noção de *Feature Pool* (MUFWENE, 2003) e na Teoria da Uniformidade Linguística (CONDE-SILVESTRE, 2007). A metodologia consistiu na análise de dados demográficos sobre o tráfico de escravizados para a Bahia e para Pernambuco e de dados linguísticos dos dois estados. Os resultados parciais indicam que, no surgimento do Tópico Sujeito Existencial, pode haver mais fatores envolvidos do que apenas a transferência da estrutura das línguas banto para o para o português do Brasil via contato linguístico ao longo do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: português brasileiro; ecologia da evolução linguística; tópico sujeito.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos vêm sendo realizados sobre os fenômenos que ocorrem no Português Brasileiro (doravante PB), principalmente em comparação ao Português Europeu (doravante PE). Um desses fenômenos é a construção de Tópico Sujeito. Descrito como próprio da gramática do PB desde Pontes (1987)[xxxix], o fenômeno ocorre quando um DP com papel temático de [+todo], [+possuidor] ou [+locativo/continente] preenche a posição de sujeito de um verbo inacusativo, conforme os exemplos em (1) abaixo:

(1)

a. Machimbombo [+todo] furou o pneu [+parte].[xl]

b. O João[+possuidor] quebrou o braço [+possuído].

c. A telha [+locativo/continente] está caindo água [+conteúdo].

Diante dessas características, algumas hipóteses para explicar a emergência dessa construção no PB têm surgido. Por um lado, há a defendida por Avelar e Galves (2013, 2014). Os autores afirmam que o Tópico Sujeito é oriundo do contato do Português com as línguas africanas do grupo banto, no século XIX, uma vez que, nas línguas dessa família, DPs com ou sem preposição, estão em [*Spec-TP*]. Assim, quando chegaram ao Brasil, os africanos, ao terem contato com construções com verbos

inacusativos em que há um PP na posição de sujeito, poderiam interpretar a estrutura sintática de duas maneiras. A primeira, de acordo com o padrão do PE, interpretaria o PP em uma posição não nuclear, isto é, em [*Spec-CP*]; a segunda, baseada no padrão banto, interpretaria o PP como sujeito da sentença, ou seja, em [*Spec-TP*].

Por outro lado, Melo (2014, 2015) entende que a origem do Tópico Sujeito não está somente na influência banto. Como argumentos contra a hipótese de origem banta, Melo (2014) afirma que, no Brasil colonial e imperial, há um contexto de extremo contato linguístico, ainda que as línguas trazidas sejam do mesmo grupo linguístico, estas se constituem como gramáticas distintas e, portanto, são divergentes no que tange à gramaticalidade das sentenças, o que dificultaria a "transferência" da construção de uma língua a outra. Além disso, no Brasil escravocrata, o português era aprendido como L2 ou mesmo L3 pelos africanos: além do português para se comunicar com os portugueses, o escravizado aprendia uma língua franca para se comunicar com os seus pares, em geral o quimbundo no centro-sul do Brasil e o iorubá na Bahia (cf. Rodrigues, 2010). Melo (2015) afirma que, diante dos fatos listados, seria mais provável que o africano construísse a sentença baseado na interação entre os traços de sua L1, L2, que poderia ser ou não banto, com o português.

Ademais, a autora também afirma que, se o Tópico Sujeito emergisse a partir do falar negro, existiria enorme resistência ao seu emprego, o que não é verificado. Isto porque haveria uma construção sintática agramatical no português europeu que estaria sendo veicula-

da em uma sociedade altamente hierarquizada em cuja base da pirâmide estariam justamente os propulsores da construção inovadora.

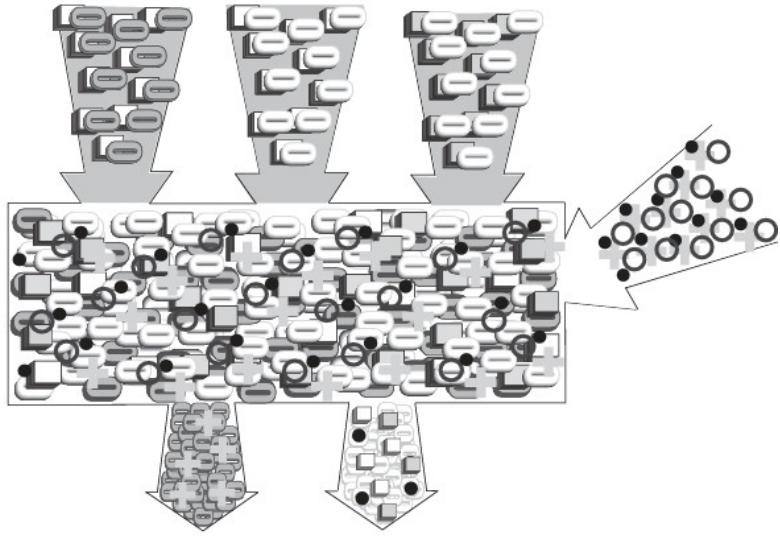
Nesse texto, buscaremos contribuir na discussão sobre a influência banto na emergência do Tópico Sujeito por meio da apresentação de dados demográficos e linguísticos de dois estados do país: Bahia e Pernambuco. A escolha desses estados é resultado da observação do fato histórico que é a Bahia ter recebido majoritariamente escravizados não banto, enquanto em Pernambuco os escravizados eram, majoritariamente, Bantos. Para tal, o presente trabalho organiza-se da seguinte forma: no próximo tópico, traremos os pressupostos teóricos que norteiam o trabalho; em seguida, faremos análise demográfica e linguística dos dados; por fim, faremos as considerações finais.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste trabalho, utilizaremos a ecologia da evolução da língua, sobretudo a noção de *feature pool* (MUFWENE, 2003, 2008) e o princípio da uniformidade linguística, presente na sociolinguística histórica (CONDE-SILVESTRE, 2007).

A noção de *feature pool* busca explicar como novas gramáticas emergem em uma situação de contato linguístico tanto entre si, tanto no nível do contato entre idioletos, quanto no contato entre propriedades dialetais mais gerais. Vejamos a sua representação abaixo:

Figura 1: Representação do Feature Pool (MUFWENE, 2003, p. 5)



Fonte: Os Autores.

Dentro das ecologias em análise, as setas superiores representam os traços presentes nos vários dialetos portugueses vindo da metrópole para o Brasil. A seta mais à direita representa os traços das várias línguas africanas, as línguas indígenas (quando em situação de contato) e as outras línguas europeias (como o holandês, no caso de Pernambuco). Todas essas línguas fornecem traços que entram em disputa no retângulo ao meio. Conforme Mufwene (2003):

> O nível intermediário representa a "arena" onde os traços associados com a mesma ou similar função gramatical vêm para competir entre si. Também é o local da "herança combinatória", em

> que os traços que são similares mas não necessariamente idênticos vêm para reforçarem-se, independentemente de suas fontes, e produzem variedades modificadas das originais nas variedades emergentes. (MUFWENE, 2003, p. 4-5, *tradução nossa*)[xli]

Por fim, as setas abaixo representam as novas gramáticas que emergem do contato entre os traços linguísticos disponíveis e que são selecionados de acordo com os modelos de seleção e de competição.

O segundo pressuposto teórico que utilizamos é o princípio da uniformidade linguística. De acordo com Conde-Silvestre (2007),

> (...) este princípio supõe tratar a variação, como característica inerente da linguagem, desde o presente até o passado e entender que, do mesmo modo que as distintas línfuas mostram essa qualidade hoje em dia, se pode assumir que estavam submetidas a variabilidade em sua deriva histórica. (MILROY, 1992, p. 1-2 *apud* Conde-Silvestre, 2007, p. 41, *tradução nossa*) [xlii]

Primeiramente, formulado para a geologia, linguisticamente, ele pressupõe que as explicações encontradas para os fenômenos linguísticos recentes podem ser utilizadas e aplicadas para explicar os fenômenos linguísticos semelhantes do passado. Passemos a análise dos dados demográficos e linguísticos.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados de cunho etnográfico provêm do banco de dados *Comércio Transatlântico de Escravos*[xliii]. Foram analisadas as quantidades de viagens[xliv] para os estados da Bahia e de Pernambuco por meio dos portos de origem, separando as quantidades de viagens provindas de portos de embarque majoritariamente bantos dos não bantos. Os dados estão separados em quinquênios. A amostra constitui-se de dados do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Analisaremos, nesse trabalho, apenas o grupo que representa a maioria dos escravizados por período. Em trabalhos futuros, traremos uma análise mais detalhada dos locais de embarque.

Buscamos os dados de Tópico Sujeito com ter existencial em de cartas de leitor, de redator e anúncios de jornais da Bahia e de Pernambuco extraídos do *Projeto PHPB* (Para a História do Português Brasileiro[xlv]). Os dados foram controlados e analisados por meio do programa estatístico *Goldvarb-X* (SANKOF; TAGLIAMONTE, 2001).

Fez-se o controle das viagens para ajudar na reconstrução da ecologia em busca de contribuir na análise da história do Tópico Sujeito. Buscamos, pois, entender a hipótese da influência banto. Diante disso, esperava-se que a construção de Tópico Sujeito surgisse primeiramente nos dados da região para onde foram levados mais escravizados do grupo banto (Pernambuco, na amostra), todavia foi primeiro verificado dado de Tópico Sujeito no estado da Bahia, região predominantemente não banto.

ANÁLISE DEMOGRÁFICA

Durante o século XVIII, a maioria predominante dos escravizados trazidos para a Bahia eram do grupo não banto, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1: Número e porcentagem de escravizados banto e não banto enviados para a Bahia

Século	Banto		Não banto	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem
1701-1750	294	23%	968	77%
1751-1800	459	37%	780	63%
1801-1850	500	48%	546	52%

Fonte: Os Autores.

Entre 1701-1750, de um total de 1262 viagens, 968 são oriundas de regiões não banto, sobretudo da Costa da Mina. É importante evidenciar que, em muitos dos dados analisados, a macrorregião Costa da Mina não especifica o nome da cidade ou do porto de origem. Logo, os escravizados da Costa da Mina partiram de algum ponto dentro da região.

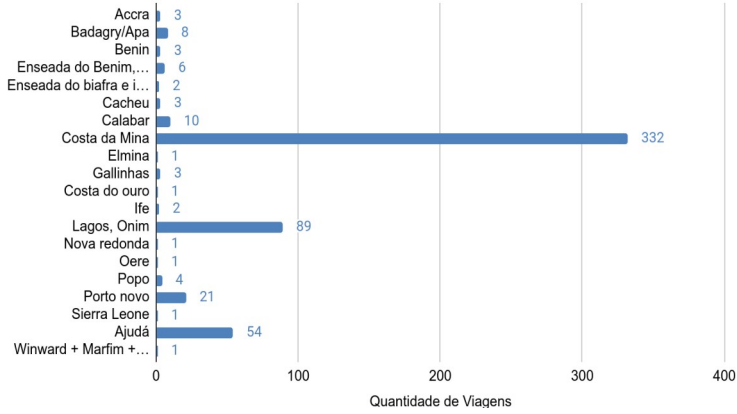
O tráfico para a Bahia entre 1751-1800 apresenta uma leve queda na porcentagem dos escravizados de origem não banto, apesar de que estes continuam como grupo majoritário. Nesse período, os dados totais de viagens são 1239 e os de origem não banto representam 780. Dos 780 dados, apenas 13 provêm de portos fora da região da Costa da Mina.

O último quinquênio analisado foi 1801-1850. No início do século XIX, há uma queda no percentual do tráfico de es-

cravizados da região não banto e nos dados gerais de viagens para a Bahia. O total de dados é de 1046. Destes, 546 são da origem não banto.

Vejamos, abaixo, um gráfico que contém os dados com os nomes de alguns portos de regiões não banto sobre as regiões de origem de escravizados para a Bahia entre 1801-1850:

Gráfico 1: Portos de embarque de escravizados não banto enviados para a Bahia entre 1801-1850



Fonte: Os Autores.

Conforme podemos perceber pelo gráfico acima, a região da Costa da Mina se destaca com 332 dados. Já que boa parte dos portos não são especificados, mas a maioria dos dados é da microrregião da Costa da Mina, destacaremos apenas os nomes dos portos ou regiões que forneceram escravizados de fora da Costa da Mina e a quantidade de dados encontrada: Accra (3), Cacheu (3), Calabar (10), Nova Redonda (1), Winward e Marfim (1).

Vejamos agora os dados do tráfico de escravizados para Pernambuco:

Tabela 2: Número e porcentagem de escravizados banto e não banto enviados para a Bahia

Século	Banto		Não banto	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem
1701-1750	91	33%	184	67%
1751-1800	259	79%	68	21%
1801-1850	485	92%	41	8%

Fonte: Os Autores.

Como podemos notar, apesar de um início majoritariamente não banto, no segundo período analisado a situação inverte-se e, a partir de então, existe predominância de escravizados banto no estado.

Entre 1701-1750, foram analisados 275 dados. Destes, destacam-se a microrregião da Costa da Mina, com 180 viagens registradas. Dos portos conhecidos, o que registra mais viagens é o de Elmina (68).

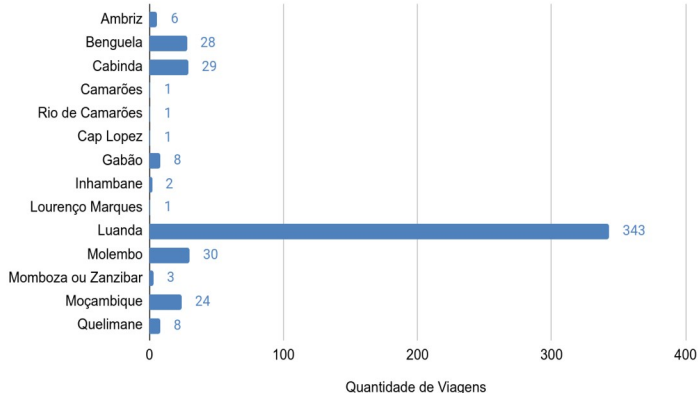
No próximo período ocorre a inversão do grupo predominante e aumenta-se, também, a quantidade de viagens registradas. É muito pertinente destacar que todos os dados do grupo banto vêm de apenas duas regiões da atual Angola: Luanda (254) e Benguela (5).

O número absoluto de viagens atinge o seu ponto mais elevado, dentro da amostra analisada, na primeira

metade do século XIX, seguindo a tendência nacional de intensificação do comércio de escravizados nesse período. Nesse quinquênio, ocorre o maior número de portos registrados como locais de embarque: 14. Embora haja maior diversificação, o maior número absoluto continua sendo de Luanda (343).

Vejamos, abaixo, um gráfico com todos os locais de embarque de escravizados do grupo banto no último quinquênio apresentado:

Gráfico 2: Portos de embarque de escravizados não banto enviados para a Pernambuco entre 1801-1850



Fonte: Os Autores.

Apresentados os grupos predominantes em cada estado, passemos à análise linguística. Assim, de acordo com a hipótese de influência banto no surgimento do Tópico Sujeito (AVELAR E GALVES, 2013, 2014), esperamos que a estrutura esteja disponível primeiramente

na região de Pernambuco, haja vista ser esta uma área em que predominaram os escravizados do grupo banto.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

Na amostra do PHPB, considerando cartas de leitores, anúncios e cartas de redatores, publicados do século XIX ao XX, trabalhamos com dados de [*ter*] como verbo principal. Ao todo, foram observados 399 dados distribuídos, conforme a tabela 3, em construções com [*Ter*] possessivo, em (2.a), [*Ter*] existencial, em (2.b), e [*Ter*] tópico-sujeito, em (2.c).

(2)

a. Dou entretanto a qualquer | que se ache prejudicado o di-|reito de me procurar para um| entendimento em Santa Bar-|[[ba]]bara onde tenho residencia. [Carta de Leitor 26, Folha do Norte, 28 de Janeiro de 1926]

b. Ainda bem, que é só qua- | se o tempo a categoria mais visível | e filosofavel pelo senso comum, ca- | so contrario, não teria publico pa- | ra a mais recente obra de "embe- | lezamento do mundo". [Carta de leitor 30, Jornal do Commercio, Recife, 01 de janeiro de 1972]

c. communicamos que o BAZAR tem grande stock de| mobilias para todo preço, a dinheiro ou a pagamentos| de toda conveniencia-assim como artigos para pre-|sentes e saldos de fazendas e ferragens, barato. [Anúncios, Folha do Norte, 28 de dezembro de 1935]

Conforme aponta a tabela a seguir, considerando os 399 dados analisados, 159 foram retirados da amostra da Bahia e 240 da amostra do estado de Pernambuco. De forma majoritária a frequência de dados com [*Ter*] foi na forma possessiva, nos dois estados, acima de 90%. No concerne à competição entre as for-

mas de [*Ter*] existencial e de [*Ter*] tópico-sujeito, observa-se maior frequência do primeiro, mas já sendo observados dados da forma inovadora do PB que corresponde a uma pequena porcentagem da amostra.

Tabela 3: Número de dados encontrados

	Bahia		Pernambuco	
	N	%	N	%
Ter possessivo	144	91%	225	94%
Ter existencial	11	7%	12	5%
Ter tópico-sujeito	4	3%	3	1%
	159		240	

Fonte: Os Autores.

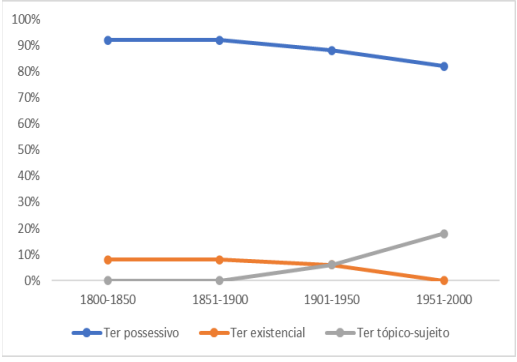
Embora a amostra desta pesquisa ainda seja pequena, a presença da construção inovadora, para a expressão da existência, nos dois estados lança uma luz sobre a hipótese de a origem do tópico-sujeito no PB estar relacionado ao contato com as línguas do grupo banto. Em princípio, os dados revelam a presença da construção nas duas áreas geográficas em que os escravizados pertenciam a famílias linguísticas distintas. Isto pode indiciar que no *feature pool* que dá origem às construções de tópico-sujeito não há prevalência de traços linguísticos nem de um grupo nem do outro.

Conforme Melo (2015) argumenta, há um multilinguismo no Brasil colonial e Imperial muito grande, sendo necessário considerar as distintas realidades sócio-históricas para tecer qualquer argumentação sobre a pos-

sibilidade de transferência de uma dada estrutura sintática de um grupo de línguas para o PB em formação. Em princípio os primeiros resultados desta pesquisa revelam que a competição entre as duas formas capazes de expressar existência no PB – uma com a posição de sujeito preenchida por um expletivo nulo e outra com a posição de sujeito preenchida por um DP – é semelhante em áreas povoadas por escravizados banto e não banto.

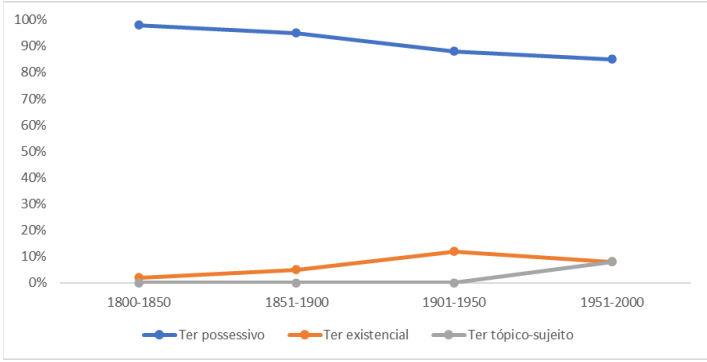
Em específico, os primeiros resultados evidenciam um quadro em que o tópico-sujeito emerge antes na Bahia do que no Pernambuco e tem uma curva mais acelerada de crescimento no estado povoado pelos escravizados no banto do que naquele em que o grupo de escravizados majoritariamente vem de áreas banto. Este cenário descrito acima pode ser observado nos gráficos abaixo em que, a partir de um controle de quinquênios, nas amostras dos dois estados, verificamos os distintos comportamentos da construção existencial.

Gráfico 3: Evolução dos dados com "ter" na Bahia



Fonte: Os Autores.

Gráfico 4: Evolução dos dados com “ter” em Pernambuco



Fonte: Os Autores.

É evidente que estamos trabalhando com uma amostra escrita de cunho formal, haja vista serem textos publicados em jornais. Entretanto, cabe salientar que a presença do tópico-sujeito na escrita culta baiana do início do século XX, demonstra ser esta uma estrutura sintática vernacular na região. Na amostra de Pernambuco, os primeiros dados são datados de 1951-2000, quando inclusive já há na literatura sobre a sintaxe do PB, trabalhos que demonstram o aumento da frequência de uso de sujeitos plenos referenciais transitivos e/ou intransitivos.

Todo esse cenário linguístico e sócio-histórico nos leva a considerar que pode ter ocorrido uma confluência de fatores responsáveis pela emergência do tópico-sujeito no PB. Não negamos a importância do contato, mas acreditamos – ainda que neste momento não seja possível afirmar categoricamente – que no *feature pool* das construções existenciais há as sintaxes das distintas línguas do grupo banto e do grupo não banto, assim

como há a sintaxe das diversas línguas portuguesas faladas no Brasil Colonial e Imperial: português clássico, português europeu, português no Brasil e o português do Brasil em formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar as construções de Tópico Sujeito e contribuir com o estudo sobre a sua origem. Assim, buscamos reconstruir uma parte da ecologia linguística da Bahia e de Pernambuco, sobretudo trazendo informações sócio-históricas sobre o tráfico de escravizados para cada região. Primeiramente, apresentamos a construção de Tópico Sujeito e delimitamos o tipo dessa construção analisada. Em sequência, apresentamos as teorias que guiam a análise e a metodologia empregada no trabalho. Posteriormente, trouxemos dados demográficos sobre o tráfico de escravizados para os dois estados e dados linguísticos sobre o Tópico Sujeito com ter existencial. Por fim, os resultados preliminares encontrados indicam que pode existir mais fatores por trás do surgimento do Tópico Sujeito além da transferência da estrutura das línguas banto.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Juanito. GALVES, Charlotte. (2013). Concordância locativa no português brasileiro: questões para a hipótese do contato. *In*: MOURA, M. D.; SIBaldo, M. A. (Orgs.). *Para a História do Português Brasileiro*. 1. ed. Maceió: Edufal. p. 103-132

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O Papel Das Línguas Africanas Na Emergência Da Gramática Do Português Brasileiro. *Lingüística*, Montevideo, v. 30, n. 2, 2014, p. 241-288.

CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade*: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.134.

CONDE-SILVESTRE, Juan C. *Sociolingüística Histórica*. Madrid: Gredos, p.41, 2007.

MELO, Elaine A. S. A influência bantu nas construções de tópico-sujeito: a marcação de posse [DP+DP]. *In*: *XXIX Encontro Nacional Da Associação Portuguesa De Linguística*, 2014, Coimbra, Portugal. Textos Selecionados do XXIX. Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, v. 1, 2014, p. 30-50.

MELO, Elaine Alves Santos. *Construções De Tópico Sujeito: um caso de mudança na expressão da posse externa no PB*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MUFWENE, Salikoko. *The Ecology of language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MUFWENE, Salikoko. *Language Evolution*: contact, competition and change. Continuum International Publishing Group, 2008.

RODRIGUES, Raymundo N. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANKOF, David; SMITH, Eric; TAGLIAMONTE, Sali. *GoldVarb*: A multivariate analysis application for Windows. New York: University of York, Department of Language and Linguistic Science and Computer Services, 2001.

PONTES, Eunice. *O tópico no português brasileiro*. Campinas: Pontes, 1987.

Capítulo 13

DOS ATOS DE FALA DE ESTABELECIMENTO DE CONTATO NUMA GRAMÁTICA COMUNICATIVA DO PORTUGUÊS

Thomas JOHNEN
Westsächsische Hochschule Zwickau – *thomas.johnen@fh-zwickau.de*

RESUMO: Apesar de ser fundamental para a comunicação em geral, a gramaticografia do português com exceções como Carreira e Boudoy (1993) ignora os atos de estabelecimento de contato. Particularmente, a partir de uma perspectiva de Português Língua Não-Materna a descrição destes atos numa gramática de orientação comunicativa é essencial devido às divergências potenciais com as línguas de partida dos aprendentes (cf. JOHNEN 2006a; JOHNEN, 2006b). Mas também na investigação linguística sobre o português o tema não foi privilegiado (mas cf. CAMPO, 1993).

PALAVRAS-CHAVE: gramática comunicativa; atos de fala; atos de fala de delimitadores de contato; atos de fala de estabelecimento de contato; ensino de ple.

INTRODUÇÃO

Indagando quais são as unidades mínimas de comunicação no nível textual, argumentamos em Johnen (2012) – apoiando a posição de Engel (1991: 35) – que seriam os atos de fala. Portanto, importa para a elaboração de elementos de uma gramática comuni-

cativa do Português sistematizar os atos de fala mais importantes para a comunicação. No entanto, há atos de fala que julgamos sem nenhuma dúvida os mais essenciais para a comunicação que não são considerados nas diversas tipologias de atos de fala: os atos de fala de estabelecimento de contato. Trata-se de um grupo de atas de fala até agora não considerado nas diversas tipologias como categoria própria. Assim, objetivamos neste artigo levar adiante reflexões teóricas sobre atos de fala de estabelecimento de contato, sobre a questão das inter-relações com outros atos de fala e, por fim, evidenciar a relevância para o ensino de línguas, especialmente de PLE.

DA PROBLEMÁTICA DAS TIPOLOGIAS TRADICIONAIS DE ATOS DE FALA

Searle ([1969] 1984 e 1979), cujo interesse é filosófico e não linguístico, parece estar consciente que a sua tipologia de atos de fala não é exaustiva. A categoria de atos de fala expressivos, cuja ilocução o autor descreve como expressão de estado psíquico (cf. SEARLE, 1979, p. 15) pode ser considerada como uma categoria "lixeira". O ato de cumprimentar, não raras vezes atribuído a essa categoria em estudos linguísticos (cf. p. ex. MÁRQUEZ REITER; PLACENCIA, 2005, p. 59) segundo o próprio Searle ([1969] 1984) tem como regra essencial que "Vale como reconhecimento cortês do ouvinte pelo falante." (SEARLE, ([1969] 1984, p. 90). Segundo este autor, não possui regra de sinceridade. Portanto não parece adequado a atribuição corrente do ato de cumprimentar a uma cate-

goria de atos de fala cuja ilocução é a expressão de um estado psíquico, como é o caso dos atos de fala expressivos.

Uma das tipologias de atos de fala elaboradas a partir de um interesse linguístico e tendo em vista a descrição gramatical de uma língua natural é a tipologia apresentada na gramática do alemão de Ulrich Engel (cf. ENGEL, 1991, p. 36) a qual apresentamos de maneira mais detalhada em Johnen (2012).

Tabela 1: Tipologia de atos de fala segundo Engel (1991: 36)

atos orientados a um alocutário						atos orientados ao locutor
atos informativos	atos de contrabalançamento	atos comprometedores				
		atos que comprometem o locutor	atos que comprometem o alocutário	atos que comprometem locutor e alocutário	atos que comprometem pessoas não determinadas	
comunicado concordância discordância intensificação-generalização comentário	agradecimento desculpa aceitação aprovação congratulação condolência	promessa	pedido autorização conselho repreensão xingamento advertência pergunta - pergun-	oferta ameaça *atos delimitadores de contato - saudação - alocução - apresentação*	desejo proposta anúncio	xingamento (sozinho)/ surpresa resignação

restrição paráfrase sinal de ouvinte			tas com resposta sim ou não -pergunta de informação - pergunta com alternativas -pergunta verificativa - pergunta esclarecedora - sinal de falante	- *endereço* - *remetente*		

Fonte: O Autor.

ATOS DE FALA DELIMITADORES DE CONTATO SEGUNDO ENGEL (1991)

Nesta tipologia Engel (1991) prevê uma categoria de atos de fala que pode abranger também os atos de fala de estabelecimento de contato: os atos delimitadores de contato que constituem um subgrupo dos atos que comprometem locutor e alocutário ao mesmo tempo.

Segundo Engel (1991, p. 60), a função primordial de atos delimitadores de contato é marcar o começo ou o fim de um evento comunicativo. Possuem um alto grau de convencionalização. Assim, no caso destes atos de fala, violações das normas podem perturbar a comunicação. Daí a importância primordial para a aquisição de uma competência comunicativa.

Como exemplos para atos de fala delimitadores de contato, Engel (1991, p. 60-66) descreve os seguintes atos de fala com as suas funções primordiais respectivas:

a) O ato de saudação:

O ato de saudação inclui nesta tipologia tanto o ato de cumprimentar como o ato de despedida, portanto possui a função de iniciação e/ou finalização de contato (cf. ENGEL, 1991, p. 60-61).

b) O ato de alocução:

O ato de alocução, segundo Engel (1991, p. 62-64) tem como função a intensificação do contato comunicativo pela enunciação do nome e/ou título do parceiro de comunicação[xlvi].

c) O ato apresentação:

Segundo Engel (1991, p. 64-65) a função do ato de apresentação é que o falante se identifica como parceiro de comunicação. Serve também como sinal delimitador do processo de comunicação.

Além disso, Engel (1991, p. 65-66) considera ainda dois atos de fala delimitadores de contato típicos da língua escrita:

d) Endereço:

Como função do endereço, Engel (1991, p. 65) define que o falante designa o parceiro de comunicação ao qual o texto a seguir é destinado.

e) Remetente:

Por fim, a função do ato de identificar-se como remetente, segundo Engel (1991, p. 65) é que o falante se identifica como parceiro de comunicação.

ATOS DE FALA ESPECÍFICOS DE ESTABELECIMENTO DE CONTATO

Essa pequena listagem dos atos de fala considerados por Engel (1991) evidencia que se trata de atos de fala realmente essenciais mesmo para o nível iniciante em uma língua estrangeira.

Embora Engel (1991) tenha considerado muitos atos de fala negligenciados em outras tipologias, faltam ainda atos de fala especializados para o estabelecimento de contato[xlvii], como, por exemplo, os seguintes:

(1) Situação: A está em frente de uma casa e deseja entrar em contato com uma pessoa dentro da casa. Porém, não há campainha.

A: Ó de casa!

(2) Situação: O telefone toca. A atende o telefone

PB: Pronto.

PE: Estou?[xlviii]

(3) Situação: A entra em uma loja no Brasil e tenta orientar-se. B trabalha na loja que dirige a palavra a A para sinalizar sua prontidão para atender A.

B: Pois não?

(4) A e B estão conversando. C chega e precisa fazer uma pergunta para A e B e por isso faz-se necessário interrompê-los.

C: Com licença!

Estes atos de fala que são essenciais para uma competência comunicativa em português já no nível A1 não são previstos em nenhuma das categorias de Engel (1991).

A SAUDAÇÃO: UM MERO ATO DE FALA DE DELIMITAÇÃO DE CONTATO?

Do outro lado coloca-se a pergunta se o ato de saudação em português é realmente limitado à delimitação de contato? Vejamos o exemplo seguinte que é a transcrição de um telefonema[xlix]:

(5) Situação: A e B são amigas. A telefona para B para conversar. O telefone toca e B atende o telefone.

Turno 1: B: pronto

Turno 2: A: I?

Turno 3: B: oi?

Turno 4: A: oi bom dia

Turno 5: B: bom dia

Turno 6: A: como que está

Turno 7: B: tudo bem?

Turno 8: A: ahn

Turno 9: B: e ai?

Turno 10: A: está melhor?

Turno 11: B: estou

Turno 12: A: está?

Turno 13 B: quem está falando? É a L.?

Turno 15: A: é a N.

Turno 16: B: oi N. Puxa vida é a voz da L... estou boa fiquei na cama hoje (A. de Silva 1998: 205, transcrição adaptada)

O contato nesta conversa telefônica é iniciado por uma ato de estabelecimento de contato típico para conversações telefônicas no Português do Brasil: por meio da fórmula [*pronto*] (em turno 1), portanto não por nenhum ato de saudação. Segue no turno 3 um ato pragmaticamente vago que pode ser interpretado tanto como um ato de sinalização de não-compreensão do turno anterior, mas também como um ato de saudação. Nos turnos 4 e 5 segue uma troca de atos de saudação. A saudação de B em turno 4 desambiguiza na retrospectiva o turno 3 em um ato de sinalização de não-compreensão do turno anterior. O que é interessante nesta conversa telefônica é que, depois do esclarecimento da identidade de A, no turno 16, a locutora B cumprimenta A de novo.

Este exemplo mostra que a iniciação de contato não é a função primordial do ato de cumprimentar, como

já Searle ([1969] 1984: 90) ressalta na sua regra essencial: "[...] reconhecimento cortês do ouvinte pelo falante.". Isso explicaria, porque B cumprimenta A uma segunda vez, depois de saber com quem está falando.

Podemos, portanto, concluir que há de um lado atos de fala cuja função primordial e genuína é o estabelecimento de contato e outros atos que podem ter essa função sem que seja a função mais importante.

ATOS GENUÍNOS DE ESTABELECIMENTO DE CONTATO E ATOS INDIRETOS

Os atos genuínos de estabelecimento de contato, são atos com formas muito específicas para as diferentes situações como vimos nos exemplos (1)-(5) acima mencionados: Estabelecer contato com alguém que está dentro de uma casa, estabelecer o contato num telefonema, estabelecer o contato com um cliente numa loja ou num guiché, interromper alguém em uma conversa ou em um trabalho.

Ao lado destes atos existe em português a possibilidade de estabelecer o contato por meio de realizações de outros atos de fala, portanto realizações indiretas do estabelecimento de contato, como:

a) Saudação[1]

(6) Situação: Emissão de rádio (Radio Mais, Lisboa, 30/03/1993, emissão "Capital). O radio-jornalista L estabelece o contato com um ouvinte LM que telefonou para a emissora:

((música))

L: olá boa noite quem é que está por aí por favor?

LM: boa noite

L: é o nosso amigo?

LM: Luís Manuel (transcrição nossa).

b) Alocução[li]

(7) Situação: pregação de feirante paulista direcionada aos potenciais clientes:

FREGUESA! Leva peixe. Cada filé de pescada vale por um bifinho (W.A. G. P. M e Silva 1980: 36)

c) Endereço (cf. Engel 1991: 65)

d) Remetente

Remetente deve ser visto num sentido mais largo do que foi definido por Engel (1991: 65). Convém incluir também a identificação do número de telefone, a indicação do remetente em e-mails etc.

e) Pedido com a fórmula por favor:

(8) Por favor, a senhora sabe onde fica a rua Samambaia? (Whitlam 2011: 232).

f) Pergunta pelo bem estar

(9) Situação: Cliente num banco inicia a comunicação com o funcionário

Tudo bom meu amigo? Quero pagar esse carnê aqui (Zornig 1987: 126)

g) Desculpa

(10) Perdão! Que horas são, por favor (Carreira e Boudoy 1993: 123)

(11) Desculpe interromper...

ATOS DE FALA DE ESTABELECIMENTO DE CONTATO E SEUS ATOS REATIVOS

Um ato de fala de estabelecimento de contato somente pode ser considerado como sucedido quando há um ato reativo. Para alguns atos há atos reativos específicos que numa gramática comunicativa do português também precisariam ser especificados, como o par adjacente de:

(12) ó de casa – ó de fora[lii]

INCLUSÃO DE ATOS NÃO VERBAIS NUMA GRAMÁTICA COMUNICATIVA?

No caso dos atos de fala de estabelecimento de contato coloca-se a pergunta da necessidade de integrar atos não verbais numa gramática comunicativa. Assim uma sequência como:

(13) Batendo palma - > Ó de casa! – Ó de fora!

Ou

(14) Olhar – Olhar – Sorriso – Sorriso – Saudação – Saudação

(13) e (14) são possíveis em português, no entanto em outras línguas, os atos não verbais acima

mencionados não possuem o mesmo valor ilocucional convencionalizado.

Ademais, urge tomar em consideração procedimentos tecnológicos que iniciam o evento comunicativo como, por exemplo, sinais sonoros da chegada de um telefonema ou da chegada de uma mensagem eletrônica como e-mail ou de *Whatsapp*. Estes sinais sonoros já criam um contexto, mesmo se, a nosso ver, estes sinais sonoros não podem ser considerados como atos comunicativos autônomos, mas são elementos do processo de estabelecimento de contato e neste sentido preparam e canalizam a escolha dos atos de fala de estabelecimento de contato verbais.

(15) Toque do telefone – Pronto!

Os meios tecnológicos disponíveis hoje em dia podem até causar o não-estabelecimento de contato por decisão do alocutário como no exemplo seguinte:

(16) Toque do telefone + identificação (do número) da pessoa que liga – destinatário prefere não atender porque não deseja falar com a pessoa que liga.

A inclusão de atos comunicativos não-verbais numa gramática comunicativa pode aparecer inusitado, no entanto se considerarmos línguas naturais como as línguas de sinais, podemos observar a gramaticalização de tais atos. Assim, na Língua de Sinais Ale-

mã (DGS), apagar e ascender a luz é o ato convencionalizado para o início oficial de uma reunião ou uma palestra. Tocar o ombro de alguém é um ato convencionalizando de estabelecimento de contato com um parceiro de comunicação com o foco de atenção em algo diferente[liii].

PERSPECTIVAS

Evidenciamos que para uma descrição linguística que objetiva elaborar uma gramática comunicativa do português especialmente com o foco das necessidades comunicativas de aprendentes de PLE, convém repensar as tipologias estabelecidas de atos de fala.

No caso dos atos de fala de estabelecimento de contato, mostramos que são muito específicos para diferentes tipos de situação. Urgiria analisar suas formas de realização em corpora específicos para cada situação e classificar as formas de realização destes atos de fala segundo as situações. Numa perspectiva pedagógica, seria útil pensar também numa hierarquia de urgências para o desenvolvimento da competência comunicativa em cada nível de aprendizagem.

Além disso, colocou-se a questão da inclusão de atos comunicativos não verbais. É interessante observar que Kummer (1984), no seu esboço de uma gramática comunicativa do tailandês, inclui de maneira sistemática atos comunicativos não verbais, incluindo até a mímica. Análises contrastivas com línguas de sinais poderiam ser frutíferas para descobrir atos comu-

nicativos não verbais que deveriam ser incluídos numa gramática comunicativa do português.

Apontamos também que na comunicação mediada por computadores e outros novos canais de comunicação influenciam também estes atos de fala, em parte por causa de procedimentos técnicos que exercem uma influência sobre os atos de fala verbais de estabelecimento de contato. Também esta inter-relação mereceria ser pesquisada.

REFERÊNCIAS

CAMPO, J. L. A. do. Kontaktive Kommunikationsverfahren und ihre Realisierung als kommunikative Formeln im Portugiesischen. *In*: SCHÖNBERGER, A.; SCOTTI-ROSIN, M. (Eds.). *Einzelfragen der portugiesischen Sprachwissenschaft*: Akten des 2. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik (Berlin, 10-12. September 1992); Lusitanistischer Teil, v. 2. Frankfurt am Main: TFM; DEE, 1993, p. 155-168.

CARREIRA, M. H. A.; BOUDOY, M. *Le portugais de A à Z*. Paris. Hatier, 1993.

ENGEL, U. *Deutsche Grammatik*. 2. ed. Heidelberg: Groos, 1991.

FREITAS, T. O Português ao telefone: sequência de abertura. *In*: FREITAS, T. *Estudos de corpora: da teoria à prática*. Lisboa: Colibri; ILTEC, 2010, p. 261-288.

JOHNEN, T. Zu Sprechakten der Kontaktaufnahme im Deutschen und Portugiesischen. *In:* SCHMIDT-RADEFELDT, J. (Ed.): *Portugiesisch kontrastiv gesehen und Anglizismen weltweit. Frankfurt am Main*: Lang 2006a (Rostocker Romanistische Arbeiten; 10), 2006a, p. 9-30.

JOHNEN, T. Zur Begrüßung im Deutschen und Portugiesischen. *In*: SCHMIDT-RADEFELDT, J. (Ed.). *Portugiesisch kontrastiv*

und Anglizismen weltweit. Frankfurt am Main: Lang (Rostocker Romanistische Arbeiten; 10), 2006b, p. 31-72.

JOHNEN, T. Zur Anrede im Deutschen und Portugiesischen. *In*: SCHMIDT-RADEFELDT J. (Ed.). *Portugiesisch kontrastiv und Anglizismen weltweit*. Frankfurt am Main: Lang (Rostocker Romanistische Arbeiten; 10), 2006c, p. 73-108.

JOHNEN, T. What can cross-cultural transcript analysis contribute to the development of intercultural competence? *In*: A. WITTE, A.; HARDEN, T. (Eds.): *Intercultural competence*: concepts – challenges – evaluations. Oxford; Bern; Bruxelles, Frankfurt am Main; New York; Wien: Lang (Intercultural Studies and Foreign Language Learning; 10), 2011, p. 341-357.

JOHNEN, T. Os atos de fala numa gramática comunicativa do português. *In*: SILVA, R. T.; YAN, Q.; ESPADINHA, M. A.; LEAL, A. V. (Eds.). *Anais do III SIMELP*: A formação de Novas Gerações de Falantes de Português no Mundo, Simpósio 14: Gramática comunicativa da língua portuguesa [CD-ROM] (p. 37-50). Macau: Universidade de Macau, 2012, p. 37-50.

JOHNEN, T. O ato de fala de alocução numa gramática comunicativa do Português. *In*: TEIXEIRA, M.; TAVARES, T. C.; GORGULHO, A. R.; MACÁRIO, M. J.; RODRIGUES, P.; SANTOS, L. (Eds.). *Anais do VI Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*: Da união à diversidade. Santarém: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, v. 2, 2021, p. 2089-2106. Disponível online: https://core.ac.uk/download/516510928.pdf (12/11/2022).

KUMMER, M. *Grundlagen einer kommunikativen Grammatik für das Thailändische*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1984.

MÁRQUEZ REITER, R.; PLACENCIA, M. E. *Spanish Pragmatics*. Houndmills; New York: Palgrave, 2005.

SEARLE, J. *Os actos de fala: um ensaio de filosofoa de linguagem, tradução coordenada por Carlos Vogt*. Coimbra: Almedina, ([1969] 1984).

SEARLE, J. *Expression and meaning*: studies in the theory of speech acts. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SIEBERG, B. Estou sim, Pois Pois, Pronto e Beijinhos: la comunicazione al telefono in portoghese. *In*: THÜNE, E. M.; LEONARDI, S. (Eds.). *Telefonare in diverse lingue*: organizzazione sequenziale, routine e rituali in telefonate di servizio, di emergenza e fàtiche. Milano: Francoangeli, 2003, p. 182-209.

SILVA, A. da. *A expressão da futuridade na língua falada*. Tese (Doutorado). UNICAMP, Campinas, 1997.

SILVA, W. A. G. P. M. *Uma contribuição para a etnografia da fala*: pregões nas feiras livres da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado). UNICAMP, Campinas, 1980.

WHITLAM, J. *Modern Brazilian Portuguese Grammar*: A Practical Guide. Abingdon; New York: Routledge, 2011.

Capítulo 14

ELABORAÇÃO DA DESCRIÇÃO GRAMATICAL: Construto de um gramático

Lúcia Helena FERREIRA
UFRJ-C. A. – *lhfer@yahoo.com*

RESUMO: Esta pesquisa pretende demonstrar que a descrição de uma língua resulta em diferentes produtos, denominados genericamente "gramática", quando analisados tanto pelo viés sincrônico quanto diacrônico. Quando comparados, tais produtos são diferentes não só pelo esforço em contemplar as incessantes alterações da língua, mas também por causa da ampliação de espectros teóricos pelos quais o gramático analisa e descreve a língua. Acrescente-se a essas razões, as finalidades desses compêndios que, em um primeiro momento, ora pretendem apenas fundamentar reflexões acadêmicas, ora atingir objetivos didáticos de divulgação do padrão normativo, ou seja, atender objetivos pedagógicos que polarizam o uso correto e incorreto da língua. Essa análise decorre de reflexões fundamentadas na História e na Historiografia Linguísticas, que se ocupam da análise da descrição de instrumentos linguísticos, patrimônio construído por aqueles que se empenharam em explicar e sistematizar a língua em diferentes momentos. A pesquisa é realizada por meio do resgate e comparação de obras produzidas no Brasil para fins de ensino a partir do século XX. Os estudos apontam que, dentro da diversidade, é necessário haver convergência de um mínimo de elementos, reunidos nas gramáticas de referência que subsidia-

rão a elaboração de gramáticas de circulação em âmbito geral, e não apenas nos ambientes acadêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: gramática; ensino; descrição linguística; historiografia linguística.

As descrições de uma língua costumam ser documentadas em compêndios utilizados tanto para estudo acadêmico quanto para o ensino de uma língua, em seus diferentes registros – ou não – denominados genericamente "gramática". Essas descrições apresentam variadas formas, pois têm objetivos diversos e são feitas a partir de uma dada teoria. Assim a descrição de uma língua, tanto pelo viés sincrônico quanto diacrônico, não é imparcial, nem neutra. Espera-se, portanto, que as gramáticas de referência ou normativa não apresente grandes diferenças entre si, uma vez que descrevem o mesmo objeto e têm a mesma finalidade: compilar as regras do que é considerado o "bom uso" da língua. Nosso objetivo aqui é demonstrar que tal a gramática de referência, muitas vezes denominada normativa, não possui descrição una. As "regras", pressupostos válidos para toda a língua, resultam da escolha e classificação do que o gramático entende como padrão ("certo" ou "errado", "adequado" ou "inadequado") ou variante (diastrática, diatópica ou diacrônica). Em outros termos, a gramática consiste em um objeto construído, e não apenas descrito, pelo gramático.

A História e a Historiografia Linguísticas ocuparse-ão da análise da elaboração da gramática, entre outros instrumentos linguísticos que constituem patrimônio

construído por aqueles que se empenharam em explicar e sistematizar a língua em diferentes momentos.

Destacamos dois autores que se ocuparam do tema: Baratin (1995, p. 186-206], que apresenta o percurso detalhado de como a gramática, inicialmente atividade filosófica torna-se atividade de ensino, é enriquecida com a filologia e se consolida, por fim, como prática pedagógica, e, no Brasil, Maria Helena Moura Neves, que se debruçou sobre o tema, trazendo importantes reflexões que orientam sobretudo a pesquisa e formação de professores de língua portuguesa no Brasil. Tratemos, pois, nesse primeiro momento, em linhas gerais, de justificar os desdobramentos da gramática.

QUEM DIVIDE MULTIPLICA

Apesar de tomar um mesmo objeto como referência, a descrição de uma língua, alterou-se ao longo do tempo. Lembrando Saussure (2005):

> Ainda que o objeto preceda o ponto de vista, poder-se-ia dizer que é o ponto de vista que cria o objeto, e que aliás nada confirma, antecipadamente, que uma dessas formas de considerar o fato em questão preceda ou seja mais importante que as demais. (SAUSSURE, 2005, p. 23)

A divisão e classificação dos componentes do sistema da língua bem como a organização deles variaram não só em virtude da incorporação das reflexões decorrentes das diversas teorias linguísticas o que ex-

plica gramáticas sincrônica e diacronicamente diversas mas também pela diferente concepção de língua e da função da gramática adotada pelos gramáticos aqueles que delimitam o objeto língua, dividem-no em partes e as organiza de acordo com os critérios que eles mesmos estabelecem em função de suas concepções teóricas e do público a que visam alcançar.

Mantendo os destaques do original, em tradução livre, podemos ver a síntese desse pensamento em Charaudeau (1992. p. 3):

> Sabe-se que não existe *uma* gramática, nem *a fortiori a* gramática de uma língua, mas tantas gramáticas quantas [forem] as teorias sobre a língua. Não se pode esquecer que é o ponto de vista teórico que determina a descrição do objeto, e não o inverso. (CHARAUDEAU, 1992, p. 3)

Não faltam exemplos que ratifiquem a concepção e escolhas do autor de uma gramática, como ilustrado no Quadro I.

Quadro I – Algumas tipologias de gramáticas que subsidiam estudos contemporâneos

Filosófica	inicia-se com os gregos que, a partir da perspectiva filosófica de conhecer o mundo, concluem que a língua possui uma estrutura.
Geral	defende que a linguagem seja reflexo do pensamento e que as diversas realizações nas línguas obedecem a esquemas universalmente lógicos. Por isso, visa depreender os elemen-

	tos e procedimentos comuns a todas as línguas. Foi desenvolvida nos séculos XVII e XVIII. Exemplo: *Grammaire générale et raisonnée* (Port Royal, Antoine Arnauld; Claude Lancelot [1660])
Comparada	compara os sistemas gramaticais de duas ou mais línguas, a fim de detectar parentesco ou afinidades entre elas.
Histórica	estuda as sucessivas variações do sistema gramatical de uma língua durante a sua história.
Estrutural	tenta depreender a estrutura, isso é, a entidade autônoma que compreende relações internas organizadas hierarquicamente, sem considerar o sujeito nem o contexto de produção.
Funcionalista	descreve a língua ancorada nos diversos fins para os quais os enunciados são produzidos (funções da linguagem) considerando os seguintes pontos de vista: o do emissor, do receptor, do objetivo da mensagem em si; do contexto e do código utilizado.
Gerativa ou transformacional	pressupõe a existência de universais linguísticos no campo da fonética, da sintaxe e da semântica e, assim, pretende explicar a possibilidade de criação do falante que, a partir de um conjunto de "regras finitas", cria uma quantidade infinita de frases gramaticais, ou seja, aceitáveis em uma língua.
Contrastiva	compara a descrição de duas ou mais línguas para verificar as estruturas correspondentes de uma língua para outra. Nasce com o objetivo de antecipar as dificuldades e a natureza delas para um aprendiz de uma língua como

	estrangeira.
Enunciativa	tem como objeto de análise a enunciação, ou seja, o ato individual de expressar um enunciado, ou seja, a materialização da enunciação a um determinado destinatário dentro de dada circunstância.
Formal	procura explicitar todas as possibilidades combinatórias de uma língua natural, servindo-se de combinatórias matemáticas.
Descritiva	propõe-se a descrever as regras de como uma língua é "realmente" falada, reunindo as formas aceitas por uma comunidade linguística, sem julgar estarem de acordo (ou não) com um padrão preestabelecido, nem ter a pretensão de classificar as realizações como corretas ou incorretas.
Normativa / Referência	ao contrário do modelo anterior, busca editar ou prescrever regras de uma língua, a partir de textos considerados modelares apoiando-se, sobremaneira na sociolinguística; descrevendo também a variante correta imposto pelo grupo social de dominante. Por isso, é utilizada como referência.
Pedagógica	elaborada a partir das gramáticas de referência, busca apresentar somente os elementos essenciais da língua, apresentando finalidade didática, fornecendo um quadro relativamente informal de definições, exercícios e regras que possam ajudar o aprendiz. Difere-se também das anteriores por estar comprometida essencialmente com o receptor (aprendiz), e não com uma determinada linha de descrição.

	Por consequência, não adota quadro teórico único.

Fonte: A Autora.

Observa-se, nessas diferentes abordagens, que a modificação ocorre na perspectiva de análise/enfoque sobre o objeto gramática e na unidade de análise (ora o texto, ora a frase, ora vocábulos). Assim, as diferentes descrições resultam de distintos pontos de vista, ou seja, da teoria adotada. Portanto, com os estudos da linguística moderna, a gramática torna-se, cada vez mais, múltipla, plural, quanto mais é investigada. Sujeita a reelaborações, "[...] toda gramática equivale a um corpus (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas." (AUROUX, 1994, p. 111). Isso nos permite constatar que existem tantas gramáticas quantas forem as teorias de análise. É justamente por causa dessas diversas maneiras de tratar o objeto que a Linguística avança à procura de explicações.

Tais descrições não podem ser julgadas em termos de "mérito", desde que intrinsecamente as partes e a relação entre elas se apresentem de forma coerente. Classificar variantes supõe a existência de um núcleo "neutro", a partir do qual as divergências são construídas, o que só pode funcionar sob um ponto de vista idealizado. Assim, se por natureza, a neutralidade é impossível à linguagem e a qualquer discurso, o texto da descrição gramatical é uma explanação da forma e dos usos das expressões de uma língua válidos apenas no âmbito do quadro teórico para o qual fora formulado.

A GRAMÁTICA NOSSA DE CADA DIA

Como está sendo demonstrado, a exemplo de outros inventos, a gramática também é criação, ainda que se proponha "apenas" estar a serviço da explicação de uma língua para seus falantes e/ou aprendizes, com vistas a uma finalidade. Pode-se generalizar que língua é meio social indispensável nas interações. Entretanto, na tradição, os princípios de bom uso da língua escrita balizaram os valores atribuídos aos registros orais.

Exceção feita aos amantes dos estudos de linguagem e aos acadêmicos, diante de um vasto leque de descrições possíveis, para o "indivíduo comum" a gramática de referência e a gramática pedagógica são suficientes para entender e utilizar a língua em contextos em que a "boa expressão" é valorizada. Para distinguirmos uma de outra, servimo-nos do quadro comparativo de John Robert Schmitz (2007, p. 156) que reproduzimos no Quadro II, com os grifos do autor.

Quadro II – Comparativo das características de uma gramática de referência e de uma gramática pedagógica.

Uma gramática de referência é...	Uma gramática pedagógica é...
Elaborada para ensinar alguém *acerca* de uma determinada língua e para propiciar para seus leitores uma ferramenta de consulta para buscar detalhes específicos de um idioma;	Elaborada para ensinar alguém a *usar um determinado idioma*;
Organizada de acordo com *categorias estruturais uni-*	Organizada de acordo com a *utilidade e facilidade* de

versais;	aprendizagem;
Contém capítulos que tendem a ser *mais longos* que aqueles de uma gramática pedagógica;	Contém capítulos que tendem a ser *curtos* com explicações gramaticais muito breves;
Contém capítulos que consistem principalmente *em explicações,* além de um ou dois exemplos de cada ponto gramatical citado;	Contém capítulos que consistem principalmente em *exercícios* que ajudam o leitor a praticar e internalizar as várias estruturas tão bem como o vocabulário e a pronúncia;
Destinada para indivíduos que possuem *algum entendimento da linguagem como fenômeno universal* e que querem aprender como um idioma específico se encaixa na concepção universal do que é a linguagem humana.	Destinada para qualquer indivíduo que tem interesse em *aprender* uma língua.

Fonte: A Autora.

A comparação apresentada pelo autor evidencia dois eixos. O primeiro, diz respeito ao gramático, que elabora o instrumento linguístico a partir da seleção, organização e apresentação do conteúdo; o segundo, refere-se ao destinatário e seus objetivos.

Analisando os aspectos destacados pelo autor, é possível afirmar que a gramática de referência e gramática pedagógica possuem mais convergências do que divergências. Em sala de aula, a gramática de referência torna-se o respaldo para a gramática pedagógica, subsidiando por extensão os livros didáticos e determinando parâmetros para a elaboração e correção

de diferentes instrumentos, tanto de avaliação e de seleção dos membros da sociedade para uma determinada função ou cargo, vagas e bolsas em variados tipos de instituições quanto de valoração da expressão em situações de formalidade. Além, é claro, ser o escopo para a elaboração de material didático disponibilizado para o estudo de uma língua como estrangeira.

Dessa forma, escolher uma gramática por qualquer que seja a finalidade significa remeter a modelos metalinguísticos diferentes, ou seja, as hipóteses diversas sobre o que é uma gramática, o seu objetivo e seus critérios de descrição. As divergências se dão quanto à apresentação do conteúdo global, isto é, as mesmas informações não se encontram necessariamente em diferentes gramáticas; quanto à unidade central de análise (nos elementos mórficos, na frase ou no enunciado); e quanto à apresentação de um conteúdo específico, ou seja, a forma de apresentação de um mesmo fato pode ser bem diferente de acordo com o modelo adotado.

Para fins de ilustração, escolhemos as seguintes gramáticas de referência contemporâneas como *corpora* para demonstrar como a gramática de referência, da qual se originam os materiais de divulgação de uma língua, traz mais traços de subjetividade de seus autores, ainda que estes pretendam "apenas" descrever a língua de forma objetiva.

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

- CUNHA, Celso Ferreira da. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2001.

COM A PALAVRA, O AUTOR

Besse e Porquier (1991, p. 11) definem, de forma prática, um livro de gramática:

> [...] é um manual que, frequentemente, trata das constantes de uma língua [...], a fim de propor-lhe uma descrição sistemática [...] apoiando-se em uma teoria gramatical atestada, em particular, pela terminologia escolhida [...]. (BESSE; PORQUIER, 1991, p. 11)

Partindo desse princípio, a comparação, ao contrário da descrição, foi a metodologia que nos pareceu mais eficiente para mostrar como os mesmos elementos podem ser organizados diferentemente, o que resulta em mais do que obras diversas, mas comprova como o autor e suas concepções teóricas estão por trás da concepção/criação de uma gramática.

O Quadro III, que apresenta a macroestrutura das gramáticas, isto é, como elas dividem e organizam suas partes e o Quadro IV, no qual mostramos apenas alguns elementos que os autores apresentam suas obras, permitem a visualização desses percursos. As palavras de Arrivé, Gadet e Galmiche (1986, p. 299), em tradução livre e com

grifos mantidos do original, só nos confirma que essas diferenças são legítimas e naturalmente justificáveis:

> Primeiramente, como todo produto cultural, a gramática não poderia se apresentar na forma de um modelo único: ela é objeto de abordagens, de concepções, de pontos de vista necessariamente variados, que se manifestam e se reagrupam na forma de tendências, de escolas e até mesmo de teorias. Depois, essas mesmas tendências dão origem a uma multiplicidade de discursos com intenção didática que ocupam o terreno de exploração pedagógica: os "livros (ou manuais) de gramática" (neste caso, o termo de gramática é fruto de adjetivos que evocam correntes de pensamento linguístico: gramática funcional, gramática estrutural etc.). (ARRIVÉ; GADET; GALMICHE, 1986, p. 299)

Entretanto, é preciso atentar que, apesar das diversas contribuições da linguística na tentativa de preencher lacunas que as diversas correntes identificaram na gramática tradicional, os termos não se equivalem de um produto para outro, como assinalam Besse e Porquier (*op. cit*, p. 22, em tradução livre):

> Um modelo metalinguístico remete a pontos de vista teóricos a partir dos quais são selecionadas, observadas, classificadas e relacionadas entre si as manifestações desta gramática interiorizada.
>
> Um modelo metalinguístico, como toda teoria científica, é em princípio uma construção intelectual, elaborada em continuidade ou em ruptura

> com as tradições culturais e metodicamente organizada para dar conta, de forma sistemática e parcialmente hipotética, de certos aspectos da atividade oral ou escrita. Em princípio, um modelo metalinguístico não está preso a uma língua em particular ainda que [...] dela retire algumas de suas categorizações. (BESSE; PORQUIER *op. cit*, p. 22, em *tradução livre*)

Por fim, é preciso considerar que modelos e regras reproduzem a concepção de língua de um dado momento – ao contrário do uso, que é dinâmico –, e, por isso, é necessário que sejam constantemente reformulados (Glatigny, 1989). A gramática deve harmonizá-los, a fim de assegurar o mínimo de estrutura e garantir, ao mesmo tempo, a revisão e a atualização do sistema. Porém, sendo um objeto cultural, a exemplo de outros inventos, a gramática também é criação, ainda que se proponha "apenas" estar a serviço da explicação de uma língua para seus falantes e/ou aprendizes. Admitir sua inserção em um contexto social e ideológico implica admitir subjetividade de construção, ainda que sua circulação se pretenda neutra, objetiva e servir como referência de práxis para usuários de uma língua.

Quadro III – Macroestrutura das Gramáticas

Moderna gramática Portuguesa	*Nova gramática do português contemporâneo*	*Gramática normativa da língua portuguesa.*	*Gramática metódica da língua portuguesa.*
• Introdução • Fonética e fonologia	• Conceitos gerais • Domínio	• Introdução • Fonética e fonologia	• Fonética • Morfologia

• Gramática descritiva e normativa • formas e funções • estrutura das unidades: análise mórfica • Pontuação • Noções elementares de estilística • Noções elementares de versificação	atual da língua portuguesa • Fonética e fonologia • Ortografia • Classe, estrutura e formação de palavras • Derivação e composição • Frase, oração e período • Substantivo • Artigo • Adjetivo • Pronomes • Numerais • Verbo • Advérbio • Preposição • Conjunção • Interjeição • Período simples e sua construção • Figuras de sintaxe	• Morfologia • Sintaxe • Rudimentos de estilística e poética. •	• Etimologia • Sintaxe

	• Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre • Pontuação • Noções de versificação		

Fonte: A Autora.

Quadro IV – Apresentação das gramáticas pelos próprios autores nos prefácios

	Moderna gramática portuguesa	*Nova gramática do português contemporâneo*	*Gramática normativa da língua portuguesa*	*Gramática metódica da língua portuguesa*
Objetivo	Ser livro de referência para especialistas Oferecer ao leitor o extraordinário universo da língua portuguesa em suas múltiplas manifestações	ser além de uma gramática, uma estilística do português contemporâneo. mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da natural di-	Não é explicitado	Não é explicitado

	Reunir a maior coletânea de assuntos gramaticais até agora estudos	versidade		
Abordagem	Não é explicitada	O português contemporâneo em sua forma culta	Não é explicitada	Não é explicitada
Corpus de exemplos	Não é explicitado	Escritores brasileiros, portugueses e africanos do Romantismo aos nossos dias, com ênfase aos autores contemporâneos	Não é explicitado	Não é explicitado
Público-alvo	Especialistas Professores, alunos e estudiosos	Não é explicitado	Não é explicitado	Não é explicitado

Fonte: A Autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se observar, nesta rápida demonstração, que nessas gramáticas contemporâneas, existem diferentes abordagens, devido à perspectiva de análise/enfoque sobre o objeto gramática e à unidade de análise (ora o texto, ora a frase, ora o vocábulo) adotada pelo gramático. Disso resultam diferentes descrições, de acordo com a teoria adotada, o que nos permite dizer existir tantas gramáticas de referência quantas forem os gramáticos que se propõem a fazê-lo. Essa conclusão é paradoxal, pois um construto de referência deveria ter o intuito de ser único, sem expressivas variações.

As gramáticas desse corpus têm como denominador comum o público-alvo. Todas fazem menção explícita ou implicitamente a professores e alunos. Isso demonstra que a escola continua sendo a principal instituição encarregada de transmitir o registro-padrão e que o público escolar foi, e continua sendo, o alvo dessas gramáticas. Além disso, justifica o grau de envolvimento normativo com o qual os autores tecem seus textos, ao contrário do que se espera de um linguista, cujo compromisso é descrever a língua a fim de tornar consciente o saber inconsciente que todo falante nativo possui, ainda que não tenha sido submetido à aprendizagem escolar sistematizada. Portanto, quando comparados, tais produtos são diferentes não só pelo esforço em contemplar as incessantes alterações da língua, mas também por causa da ampliação de espectros teóricos pelos quais o gramático analisa e descreve a língua. Acrescente-se a essas razões, as finalidades desses compêndios que, em um primeiro momento, ora pretendem apenas fundamentar reflexões

acadêmicas, ora atingir objetivos didáticos de divulgação do padrão normativo, ou seja, atender objetivos pedagógicos que polarizam o uso correto e incorreto da língua.

É preciso também reconhecer que as exceções não existem em si mesmas na língua, mas decorrem da teoria e da descrição gramatical adotadas por um gramático. Dessa forma, compreende-se por que as exceções variam de um livro de gramática para outro. Assim, se o uso da língua pode indicar as características e o lugar do falante dentro de uma sociedade, adotar uma ou outra gramática de referência é fator relevante para vários fins. Portanto, a consciência dessas perspectivas ultrapassa a opção teórica, pois junto com esta escolha há também um discurso, termos próprios para significá-los, ou metalinguagens, que são, na verdade, resultantes da escolha de concepções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ARRIVE, Michel; GADET Françoise; GALMICHE Michel. *La grammaire d'aujourd'hui*: guide alphabétique de linguistique française. Paris: Flammarion, 1986.

AUROUX, Sylvain. *La révolution technologique de la grammatisation*. Liège: Mardaga, 1994.

BARATIN, Marc. "La constitution de la grammaire et de la dialectique, *In*: AUROUX, Sylvain. *Histoire des Idées Linguistiques I*, Pierre Mardaga, Editeur: Liège-Bruxelles, 1995 p. 186-206.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BESSE, H.; PORQUIER, R. *Grammaire et didactique des langues*. Paris: Didier; Hatier, 1991.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GERMAIN, Claude; SEGUIN, Hubert. *Le point sur la grammaire*, Paris: CLE International, 1998.

GLATIGNY, M. Norme et usage dans le français du XVIe siècle. *In:* SWIGGERS, P.; HOECKE, W. van (Dir.). *La langue française au XVI e siècle*: usage, enseignement et approches descriptives. Louvain: Leuven University Press, 1989, p. 7-32.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 2005.

SCHMITZ, John Robert. Algumas reflexões sobre o ensino de gramática em língua estrangeira: um guia prático. *In*: KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.). *Linguística aplicada*: suas faces e interfaces. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

Capítulo 15

A CONSTRUÇÃO [*CHEGA DE*] NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: Uma análise baseada no uso

Letícia de Almeida BARBOSA[liv]
UNESP – *leticiaalmeidabarboza@gmail.com*

RESUMO: Este artigo analisa a construção [*chega de*], a partir dos pressupostos teóricos da abordagem construcional de Goldberg (2003; 2006) e Traugott e Trousdale (2013), e dos estudos cognitivos-funcionais de Bybee (2016). Nota-se, por meio de uma análise baseada no uso, essa construção, evidencia sentidos voltados à suficiência e esgotamento licenciados pelo esquema mais geral [V prep. X]$_{imper}$. Assim, com o objetivo de descrever o elo entre forma e significado que leva essa construção a um novo funcionamento, optou-se por recorte de ocorrências do século XXI no *Corpus Now*, disponível online. Com base nos dados encontrados, detectou-se que, ao ocorrer a construcionalização, a construção perde composicionalidade semântica, e torna-se bastante produtiva e esquemática, devido ao funcionamento mais abstrato.

PALAVRAS-CHAVE: gramática de construções; construcionalização; chegar.

INTRODUÇÃO

Os usos do verbo [*chegar*] no português brasileiro (daqui em diante, PB) têm revelado um campo fértil para análises construcionistas. Contextos inovadores evidenciam que, além de processos metafóricos,

como apontados em Ferreira (2018) e Rocha e Sousa (2019), constata-se um padrão de uso que permite a expressão de esgotamento/suficiência de um evento. Observe as ocorrências abaixo:

(1) Flamengo sempre conquistou títulos importantes com metade de os jogadores de a base. *Chega de* trazer laranja chupada, se o europeu não quer mais ficar com esses caras. (Coluna do Fl – *Corpus Now*)

(2) Que Deus conforte e que a justiça seja feita. Chega de assassinato. (G1 – *Corpus Now*)

Nas ocorrências (1) e (2), a construção chega de aparece em contextos distintos, porém expressando o mesmo funcionamento. Percebe-se que, além não ser possível recuperar nuances de trajeto/percurso em nenhum dos usos apresentados, em todos os contextos o predicado [*chegar*] é associado à preposição [*de*], fixando-se na língua como [chega de x]. Por meio das ocorrências acima, nota-se que o *slot* da construção [*chega de*] é passível de ser preenchido por substantivo (ex. chega de assassinato) e por verbo (ex. chega de trazer laranja chupada). Tais usos mostram a existência de dois subesquemas licenciados pelo esquema [[V] prep. N/V_{inf}], que se associa a outros usos do português, como exemplo: *já deu de discussão e deu de estudar por hoje.*

Considerando a emergência dessa construção no PB, e os estudos já desenvolvidos acerca do verbo [*chegar*], busca-se nesse trabalho: (i) descrever o pareamento forma e significado da construção, (ii) iden-

tificar quais elementos ocupam o *slot* e (iii) analisar o grau de produtividade, esquematicidade e composicionalidade da construção. Para tanto, organiza-se este artigo da seguinte maneira: primeiro são apresentados alguns estudos acerca do verbo [*chegar*] seguidos dos pressupostos teóricos adotados para esta análise. Posteriormente, apresenta-se a metodologia, evidenciando a organização e natureza da pesquisa e, em seguida, são apresentadas as análises e os resultados da investigação. Por fim são tecidas as considerações finais.

ESTUDOS DO VERBO *CHEGAR* NO PORTUGUÊS

Dentre os trabalhos que analisam o verbo chegar, encontra-se Ferreira (2018), que apresenta uma descrição seguindo os pressupostos da gramaticalização clássica (doravante GR). Segundo a autora, com base em processos metafóricos e metonímicos, os predicados [*chegar*], [*querer*] *e* [*resolver*] passam a atuar em novos contextos, devido a extensão de significados proporcionada pelo processo de GR. Ao analisar esses novos funcionamentos, Ferreira (2018) propõe uma escala de usos para o verbo chegar. Observe o quadro a seguir:

Quadro 1 – Escala de abstratização do verbo chegar no português

Deslocamento espacial (físico real deslocamento físico virtual)	José *chegou* ao Rio Grande do Sul. José *chegou* ao topo da carreira
Deslocamento temporal	José *chegou* cedo na festa

Indicação de limite numérico	José *chegou* aos trinta anos
Indicação de ideia	José discutiu e, simplesmente, *chegou* à mesma conclusão de Ana
Conjunção conclusiva	José comeu tanto chocolate que *chegou* dar dor de barriga

Fonte: adaptado de Ferreira (2018).

Percebe-se, por meio dos usos acima, que devido à metaforização, processo que permite a criação de novos usos e significados com base em itens ou expressões já existentes na língua, o verbo [*chegar*] generaliza-se e passa a atingir além de novos contextos semânticos, o comportamento sintático de conjunção conclusiva. A descrição feita em Ferreira (2018) dá a luz ao entendimento de que [*chegar*] não é exclusiva de contextos que indicam percursos, pois assume outros comportamentos que a distância dessa base, e a conduz para atuação em categoria distinta.

Outro estudo que focalizam o verbo [*chegar*] em perspectiva de GR pode ser encontrado em Rocha e Sousa (2019). Com o objetivo de mapear os funcionamentos desse predicado, as autoras partem da hipótese de que [*chegar*] desenvolve uma trajetória de [+ concreto] > [+ abstrato] em perífrases do tipo [V1 (e) + V2], em que V1 é o verbo [*chegar*] e V2 o verbo principal. Para as autoras, o verbo [*chegar*] passa por um

processo de mudança e atinge auxiliaridade funcional, como se vê no quadro abaixo:

Quadro 2 – Esquema de abstratização do verbo [*chegar*]

Chegar ao Porto	*Chega* assustou	*Chega*! Não fale mais!
+ concreto →	- concreto	+ abstrato

Fonte: Rocha e Sousa (2019, p. 134).

De acordo com os usos e significados analisados pelas autoras, foi constatada a adesão de preposições [*de*], [*para*], *e* [*em*] que favorecem a abstratização do predicado reforçando o processo de mudança por GR. Embora a análise tenha se pautado no processo de mudança do item e não da construção como um todo, alguns indícios de alterações na forma e significado permitem descrever a construção à luz da abordagem construcional.

Rocha e Sousa (2019), ao analisar as possíveis nuances do verbo [*chegar*] ao lado de diferentes preposições, indicam a possibilidade de associação aos significados de *[vir], [atingir], [alcançar], [alçar]* (uma posição), [*igualar] e [bastar].* Em conformidade com os estudos apontados acima, Santos (2019) investiga verbos em estruturas apresentacionais não-existenciais e caracteriza [*chega de*] como uma estrutura fixa cujo significado é a suficiência de um evento. Segundo o autor, verbos como [*bastar*] e [*chegar*], além de apresentarem sentido de suficiência, constituem predicados apresentacionais não-existenciais que se constroem com sintagma preposicionado e se caracterizam na lín-

gua como impessoais. O estudo de Santos (2019) descreve a construção [*chega de*] apontando caminhos para a compreensão da existência de um pareamento sintático-semântico possível de ser descrito em abordagem construcional.

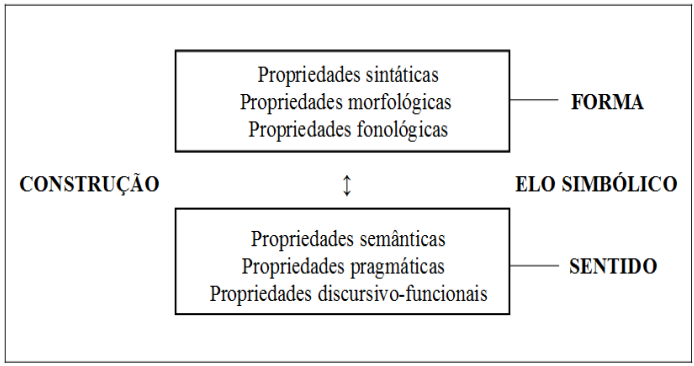
Com base nos estudos supracitados e considerando a possibilidade de reconhecer um esquema genérico [[V] prep N/V_{Inf}] que licencia essa e outras construções do PB, serão apresentados os pressupostos teóricos que fundamentam as análises realizadas neste artigo.

A ABORDAGEM CONSTRUCIONAL

Esta pesquisa encontra sustentação em estudos funcionais cognitivistas (CROFT, 2001; GOLDBERG, 1995; 2006; BYBEE, 2016) somados à abordagem construcional (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), para os quais toda a arquitetura da linguagem é composta por redes de construções interconectadas em diferentes níveis. Com base nesses autores, entende-se que toda construção é composta por um elo entre propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Goldberg (2006) afirma que há construções em todos os níveis de análise gramatical, desde pareamentos que envolvem forma e função mais simples até pareamentos complexos, considerados no âmbito frasal.

O conceito de construção, caro à abordagem construcional, pode ser retomado a partir de Croft (2001), que faz uma representação simbólica deste pareamento:

Quadro 3 – Arquitetura simbólica da construção



Fonte: Adaptado de Croft (2001, p. 18).

Bybee (2016) afirma que, em uma perspectiva baseada no uso, a gramática é diretamente baseada na experiência linguística e há processos cognitivos de domínio geral que atuam também no uso linguístico. O quadro abaixo apresenta os processos cognitivos e sua atuação no uso da língua:

Quadro 4 – Processos cognitivos de domínio geral

Processos cognitivos	*Atuação na língua*
Categorização	Associação das entidades linguísticas a exemplares já existentes.
Chunking	Sequencias linguísticas complexas que, por meio da frequência de uso, tornam-se unidades simples.
Memória enriquecida	Estocagem mental de detalhes da experiência com a língua, por meio de seu mapeamento em representações existentes.
Analogia	Criação de novas expressões a partir de expressões linguísticas já existentes.
Associação transmodal	Elo simbólico de associação entre forma e significado.

Fonte: adaptado de Bybee (2016).

Por *categorização*, entende-se a existência de um processo que permite agrupamentos a partir da similaridade. Na linguagem, esse processo permite que palavras e sintagmas sejam reconhecidos e correlacionados a partir de suas características comuns, assim, os exemplares considerados mais centrais a uma determinada categoria sempre serão aqueles que compartilham o maior número de traços presentes nela, e exemplares que não compartilham muitos traços que preenchem a categoria sempre serão marginais em relação ao núcleo.

Chunking, segundo processo mencionado em Bybee (2016), é um agrupamento de uma sequência de unidades simples que possibilitam o desenvolvimento de unidades complexas, por meio da repetição. Nota-se que a soma das partes adquire um novo significado, como observado na expressão do inglês *take a break* (dar um tempo), que devido a alta frequência de uso, deixou de ser processada separadamente, sendo compreendida apenas pelo todo.

A *memória enriquecida* é um processo cognitivo que permite ao indivíduo estocar conhecimentos já existentes e relacioná-los a novas representações linguísticas no uso efetivo da linguagem. Associada à categorização, por exercer o papel de mapeamento das formas já existentes, a memória enriquecida possibilita o armazenamento de características decorrentes da experiência com a língua na memória do indivíduo.

Por outro lado, a *analogia* é considerada em Bybee (2016) como o processo pelo qual formas lin-

guísticas são criadas a partir de usos previamente conhecidos. Para a autora, há padrões considerados mais gerais e mais específicos, devido às similaridades entre eles. Na análise dos processos de analogização existentes, mapeia-se o modo como um padrão específico pode dar origem a um padrão mais geral. Dentro desse conjunto de processos cognitivos, há a *associação transmodal*, processo que permite a relação entre o conteúdo e a forma dos usos da língua, caracterizado em Bybee (2016) como elo simbólico de associação entre forma e significado.

Além dos processos cognitivos de domínio geral, é possível descrever o perfil de uma construção a partir de três parâmetros: *esquematicidade, produtividade e composicionalidade*.

Consoante Traugott e Trousdale (2013, p. 13), esquematicidade é uma propriedade de categorização que envolve abstratização, ou seja, esquemas linguísticos podem ser mais ou menos abstratos a depender do grau de generalidade que apresentam.

Em relação à *produtividade*, os autores afirmam que se refere ao quanto os esquemas sancionam outras construções menos esquemáticas e o grau com que estes esquemas são restringidos. Os esquemas são caracterizados como *slots*, pois compõem espaços vazios que podem ou não ser preenchidos. Pelo fato de a *produtividade* constituir uma propriedade gradiente e relativa aos parâmetros de frequência *type* e *token*[lv], quanto maior a frequência de diferentes tipos em uma mesma construção, maior será o grau de produtividade.

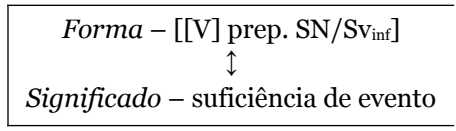
Quanto à *composicionalidade*, Traugott e Trousdale (2013, p. 19) afirmam que ela está intimamente ligada ao grau de transparência entre forma e significado. Nesse sentido, uma construção é menos composicional, na medida em que o significado das partes já não faz referência ao significado do todo. Ao lado da composicionalidade semântica, há a composicionalidade sintática, que pode ser constatada na medida em que a integridade morfossintática das subpartes de uma construção perde propriedades gramaticais da categoria fonte.

Com objetivo de descrever a construção [*chega de*] a partir da perspectiva construcional, optou-se por um recorte sincrônico que contemple o modo como o falante tem utilizado essa construção no PB. Para coleta de ocorrências, optou-se pelo *Corpus Now*, braço do *Corpus* do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006), disponível *online* em https://www.corpusdoportugues.org/. Esse *corpus* é a mais nova edição ao *Corpus* do Português e contém mais de 1,1 bilhão de palavras de quatro diferentes países de língua portuguesa. Com o objetivo de estabelecer um recorte, foram coletadas as primeiras 150 ocorrências da modalidade escrita do português brasileiro. Em relação ao gênero, as ocorrências provêm de textos escritos em revistas e jornais publicados *online* no Brasil.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O uso da microconstrução chega de na sincronia atual apresentou o seguinte pareamento de forma e significado:

Figura 1 – Pareamento forma e significado de chega de no PB



Fonte: elaboração da própria autora.

O padrão reconhecido da figura acima é recuperado a partir dos *tokens* encontrados na amostra. Ao utilizar o verbo [*chegar*] sem a marca de infinitivo e somado à preposição de, evidencia-se um novo funcionamento sintático-semântico, pois, além de não se recuperar nuances de percurso, novos contextos são associados à construção. Considerando que a análise da construção [*chega de*] é essencialmente de natureza qualitativa, embora sejam apresentados, na tabela que segue, totais de ocorrências e os respectivos percentuais referentes à construção investigada, não é realizada análise quantitativa de natureza estatística.

A seguir, apresentam-se os dados encontrados no *corpus*:

Tabela 1 – A construção chega de no córpus analisado

Construção	Quantidade
[[Chega de] N]	114 (76%)
[[Chega de] V$_{inf}$]	36 (24%)
Total	150 (100%)

Fonte: elaboração da própria autora.

Na tabela 1 é apresentada a frequência *token* da construção [*chega de*] no PB. Os dados encontrados indicam que a construção em análise se associa tanto a sintagmas verbais quanto nominais. Das 150 ocorrências encontradas, em 76%, o *slot* se apresenta preenchido por nome e apenas em 24% das ocorrências ele encontra-se preenchido por verbo. Como se pode constatar, a busca pela construção revelou dois subesquemas: o primeiro de base nominal [[*chega de*] N] e o segundo de base verbal [[chega de] V_{inf}], ambos apresentam com formas relativamente distintas, porém o mesmo significado. Abaixo, seguem algumas ocorrências encontradas:

(1) Que Deus conforte todos os corações. Que a justiça seja feita. *Chega de* assassinato. (19-06-10 BR – *Corpus Now*)

(2) Não cabe qualquer anistia contra esses inimigos do povo e do país. *Chega de* esqueletos da ditadura guardados no armário. (Causa Operária – *Corpus Now*)

(3) O momento turbulento da política venezuelana. # - Hoje não deu, mas *chega de* mimimi agora eu vou ligar para o Maduro e zoar ele. (globoesporte.com – *Corpus Now*)

(4) Flamengo sempre conquistou títulos importantes com a metade dos jogadores da base. *Chega de* trazer laranja chupada, se o europeu não quer mais ficar com esses caras... (Coluna do Fl – *Corpus Now*)

(5) Cuide do seu coração, cuide do seu corpo, cuide da saúde, *chega de* se encher com tanta porcaria que o mundo vem te oferecendo... (Criativa On Line – *Corpus Now*)

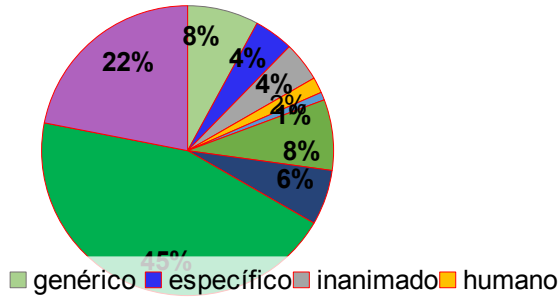
(6) Heróis são formatados no inconsciente coletivo, como Neymar se fez. # *Chega de* destruir os heróis de nosso tempo, principalmente em nosso solo... (19-06-08 BR – rondonotícias – *Corpus Now*)

Ao analisar a construção e os contextos em que ela ocorre, nota-se, com base nos *tokens* (1), (2) e (3), a tendência de ela recrutar sintagmas nominais, tais como *assassinato, esqueletos e mimimi,* e sintagmas verbais, como *trazer, encher e destruir* vistos em (4), (5) e (6) respectivamente.

Ao revisitar a semântica de do verbo [*chegar*], nota-se que inicialmente, o predicado associava-se a contextos concretos como [chegar em casa] e [chegar de ônibus]. Nos usos encontrados no corpus, ao anular a marca de infinitivo (chegar > chegaØ) e ser acrescido da preposição [*-de*], a construção ganha um novo valor que se distancia tanto de *trajeto* quanto de *meio*, passando a se vincular a ideia de suficiência. Segundo Borba (2011, p. 273) além das acepções *iniciar, começar, atingir determinado ponto, ir ou vir, estar no mesmo nível e aproximar-se,* o verbo [*chegar*] pode indicar tanto *ordem* quanto *desejo*, nuances que serão apresentadas a partir das análises a seguir. Para mapear semanticamente os substantivos que ocupam o *slot* de [*chega de*], tomou-se como base Neves (2011, p. 74), que atribui à categoria subclassificações semânticas que permitem agrupar os substantivos em concretos (genérico, específico, inanimado, humano, locativo e tempo-

ral) e abstratos (de estado, propriedade, qualidade, ação e processo). Observe os resultados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Classificação semântica dos substantivos licenciados pelo subesquema [[chega de] N]



Fonte: elaboração da própria autora.

A partir das subclassificações semânticas identificadas, nota-se que a maioria dos substantivos licenciados pelo subesquema [*chega de*] são aqueles que expressam nuances abstratas de *ação* e *processo*. Com base na análise, constata-se que a construção se encontra bastante generalizada, pois escopa substantivos que expressam diferentes nuances semânticas. Com esses resultados, observa-se o quanto a construção encontra-se generalizada, devido à variedade de subclasses sob as quais atua:

humano	específico	genérico	inanimado	locativo	qualidade	estado	processo	ação

(+ concreto) (+ abstrato)

Para melhor observação dos contextos semânticos que mais se associam ao subesquema [[chega de] N], serão

apresentadas algumas ocorrências encontradas no *corpus*. Nos dados (7) e (8) encontram-se exemplos de substantivos que expressam ações enquanto em (9) e (10) são apresentadas ocorrências que indicam processos:

(7) Não podemos mais postergar e minimizar tamanha barbárie desses covardes contra as mulheres. *Chega de violência* contra mulher. Obrigada, Nadja, pela coragem e confiança... (CARAS Brasil – *Corpus Now*)

(8) Não existe segurança 100%, quem torna o smartphone seguro é quem o utiliza. *Chega de choro de fanboy e haters*... # Não existe método infalível. (Tudocelular.com – *Corpus Now*)

(9) Agricultores precisam de um ajuste na aquisição de produtos para fazer a lavoura, *chega de aumento*, pois o custo já é exorbitante, e a produção não paga... (Canal Rural – *Corpus Now*)

(10) O aniversário é meu, mas o presente é pra vocês. *Chega de espera* e vamos matar a curiosidade dos fãs... (gshow – *Corpus Now*)

Em (7) e (8), o *slot* do subesquema [*chega de*] é ocupado por dois substantivos que indicam respectivamente a *violência* contra a mulher e a *reclamações* (choro) por parte dos *haters*. Além desses usos, em (9) e (10), [*chega de*] escopa substantivos que indicam dois processos distintos: *aumento* e *espera*.

Nos contextos encontrados, verifica-se que a construção se associa ao modo imperativo, evidenciando um novo padrão de uso a partir de uma nova forma e fun-

ção: [[chega de] N/V_{Inf}]. Para além dos usos preenchidos por substantivos, investigaram-se os tipos de verbos escopados pela construção. Por meio da investigação, verificou-se a seguinte distribuição dada na tabela 2:

Tabela 2 – Tipo de verbo escopado pela construção chega de

Tipos de verbos	Quantidade
Ação	25 (69%)
Processo	9 (25,5%)
Estado	2 (5,5%)
Total	36 (100%)

Fonte: elaboração da própria autora.

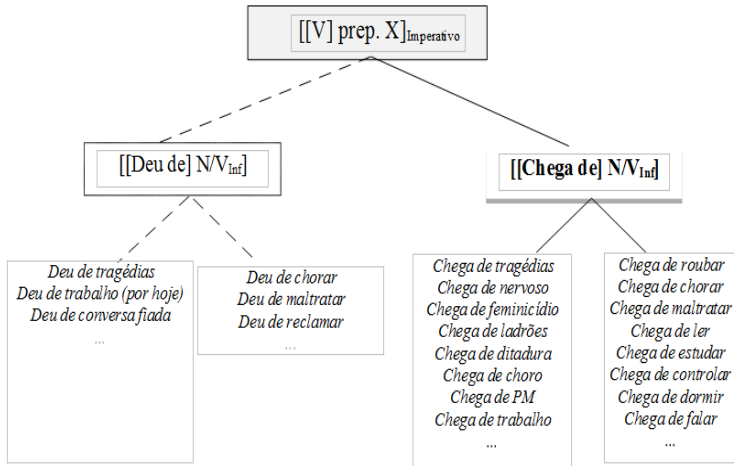
As ocorrências encontradas indicaram três tipos de verbos distintos: *ação, processo e estado*. Dentre os tipos de predicados escopados pela construção, os de ação aparecem em primeiro lugar, somando 69% dos dados levantados.

Os verbos de processo vêm em segundo lugar, totalizando 25,5% dos dados e em sequência seguem os verbos de estado, que representam somente 5,5% dos dados catalogados. Ao analisar os dois subesquemas da construção [*chega de*], constata-se alto grau de *produtividade* e *esquematicidade*, pois além de ter o *slot* ser preenchido por duas categorias distintas (verbo e substantivo), licenciam predicados nominais e verbais de diferentes subclasses semânticas.

Em relação à composicionalidade, há distanciamento das nuances de origem, o que confere ao padrão [[*chega de*] N/V_{Inf}] baixo grau de composicionali-

dade, uma vez que o modo imperativo ganha destaque no novo contexto de uso. Com base nos dados encontrados e nas análises realizadas, a seguir, apresenta-se a rede que comporta esses usos no PB:

Figura 1 – Rede das construções licenciadas por [[chega de] N/Vinf]



Fonte: elaboração da própria autora.

A rede apresentada acima apresenta relações de herança com o verbo [*parar*] devido às acepções que compartilham: ser suficiente, bastar que também são base de um uso paralelo à construção analisada, cujo núcleo é o verbo [*dar*] quando no pretérito perfeito do indicativo somado à preposição [*de*]. Embora nesta análise não sejam investigados os usos de [[Deu de] N/V_{Inf}], ressalta-se sua relação com o verbo [*chegar*], no sentido da suficiência de um evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste artigo além de ampliar o conhecimento acerca dos usos do verbo [*chegar*], evidenciaram relações de herança com outros verbos do português brasileiro. Como resultados, pode-se constatar que somado à preposição [*-de*] com indicação de modo imperativo, ocorre construcionalização gramatical, isto é, um novo nó na rede que comporta os usos de imperativo, cuja finalidade é interromper algum evento.

A partir da frequência *type* e *token*, nota-se que o padrão é pouco composicional, produtivo e altamente esquemático, pois escopa diferentes predicados que comportam nuances semânticas distintas. Considerando a natureza qualitativa desta análise, encaminhamentos futuros podem ser delineados, com vistas a descrição diacrônica da construção [*chegar de*], bem como o surgimento do padrão [[V] prep. X]$_{\text{Imperativo}}$ na história do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

BORBA, F. S. (Org.). *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar*: Syntactic Theory in Typological Perspective. Oxford: Oxford University Press. 2001.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus Now*: 1,1 bilhão de palavras, 2012-2019. Disponível online em http://www.corpusdoportugues.org.

FERREIRA, E. P. Gramática e cognição: uma análise dos verbos chegar, querer e resolver. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 8, n. esp., set. 2018, p. 63-78.

GOLDBERG, A. E. *Constructions*: A new theoretical approach to language. Trends in Cognitive Sciences, 2003.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press. 2006.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos de português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROCHA, N. C. B. B. F; SOUSA, V. V. S. Gramaticalização do item linguístico chegar: analisando um verbo de/em movimento no Português. *Revista Multidisciplinar de Psicologia*. v. 13, n. 44, 2019, p. 132-147.

SANTOS, S. S. *O estatuto morfossintático, semântico e pragmático dos verbos em estruturas apresentacionais não-existenciais*. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2019, 125p.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford Unversity Press, 2013.

Capítulo 16

USO E "ESTRANGULAMENTO" DO VERBO NA VARIEDADE DO PORTUGUÊS ANGOLANO

José Gabriel GANGA
UCAN – *jose.gangaimil@hotmail.com*

RESUMO: Neste estudo, pretendemos analisar pequenos textos extraídos das redes sociais, nomeadamente do *Facebook* e *WhatsApp*, já que estes representam a espontaneidade do discurso. Os indivíduos ao escreverem nas redes sociais, fazem-no sem coação, ou seja, de livre e espontânea vontade, daí que consideremos importante a análise destes enunciados. Assim, faremos, nesta abordagem, uma análise descritiva-interpretativa das formas verbais usadas por informantes angolanos, de modo a contribuirmos para esta área de estudo. Serão analisadas as formas verbais do presente do modo indicativo, futuro do indicativo, presente do conjuntivo e futuro do conjuntivo, para percebermos a diferença dos tempos e formas verbais usadas por estes falantes. O nosso enquadramento remete para autores como Barbosa (1979), Câmara Jr. (1997), Rio-Torto (1999) Castilho (2010), Oliveira (2013), Cunha e Cintra (2014) e Mota (2020). A pesquisa tem como propósito: a) analisar e descrever as formas verbais nos discursos de falantes; b) contribuir para o estudo do sistema verbal em Angola. O enfoque principal deste trabalho reside na variação morfológica de alguns verbos, existentes na VPA, face às desinências atribuídas a essas formas verbais. Para tal, apresentaremos

os conceitos de morfologia Barbosa (1979), de verbo Câmara Jr. (1997), de morfema Rio-Torto (1999), de flexão verbal Castilho (2010) e Mota (2020), de modo e tempo Oliveira (2013) e Cunha e Cintra (2014). O *corpus* do nosso estudo foi constituído por 114 falantes angolanos. Desses textos selecionaram-se 46 excertos, relativos a 46 falantes, para análise descritiva-interpretativa, já que os demais excertos, por uma questão de economia, ficaram de fora por se encontrarem com as formas verbais repetidas. Os desvios verificados na análise dos textos destes falantes demonstram, eventualmente, um desconhecimento da estrutura morfológica dos verbos, da identidade dos verbos e dos seus constituintes.

PALAVRAS-CHAVE: flexão verbal; variedade do português de Angola; redes sociais.

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa em Angola tem sido marcada por estudos variados no âmbito da linguística e da sociolinguística, sobretudo nos estudos sobre variedades do português, norma, lexicologia e lexicografia. Sendo o verbo renegado ao segundo plano, atrevemo-nos a fazer uma análise descritiva-interpretativa que contribua no estudo do verbo em Angola, por termos encontrado lacunas consideráveis no uso dos tempos verbais em Angola. Suelela (2019, p. 30) reconhece haver um volume considerável de trabalhos sobre o Português angolano, descrição feita "[...] com base em fatores linguísticos externos (contacto entre línguas).". Por esta razão, e por acharmos que o ensino em Angola, dada a complexidade do sistema verbal português,

não incide o suficiente no ensino do verbo, propomo-nos à descrição e análise destes enunciados com vista a alcançarmos os seguintes objetivos propostos neste estudo: a) analisar e descrever as formas verbais nos discursos de falantes; b) contribuir para o estudo do sistema verbal em Angola.

O enfoque principal deste trabalho reside na variação morfológica, de alguns verbos, existente na Variedade do Português Angolano (VPA), face às desinências atribuídas a essas formas verbais. Pretendemos aferir se as desinências modo-temporais e número-pessoais são influenciadas por outras formas e tempos verbais. Para tal, apresentaremos os conceitos de morfologia Borba (1979) e Barbosa (1994), de verbo Câmara Jr. (1997), de morfema (Rio-Torto, 1999), e de flexão verbal (Castilho, 2010) e Mota (2020).

METODOLOGIA

Pretendemos analisar pequenos textos extraídos das redes sociais, nomeadamente do *Facebook* e *WhatsApp*, já que estes representam a espontaneidade do discurso. Os indivíduos, ao escreverem nas redes sociais, fazem-no sem coação, ou seja, de livre e espontânea vontade, daí que consideremos importante a análise destes enunciados. Assim, faremos, nesta abordagem, uma análise descritiva-interpretativa das formas verbais usadas por informantes angolanos, de modo a contribuirmos para esta área de estudo. Serão analisadas as formas verbais do presente do modo indicativo, futuro do indicativo, presente do conjuntivo e futuro do conjuntivo, para percebermos a diferença no uso da

2ª pessoa do singular do presente do indicativo e a 2ª pessoa do singular do presente do conjuntivo; entre a 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito simples e a 3ª pessoa do plural do futuro, ambos do modo indicativo, bem como a mudança e/ou variação de paradigma nas formas verbais do futuro do conjuntivo.

A nossa amostra foi constituída por 114 falantes angolanos. Desses textos selecionaram-se 46 excertos, relativos a 46 falantes – desde falantes do nível médio e superior, professores de língua portuguesa e linguistas – para análise descritiva-interpretativa, já que os demais excertos, por uma questão de economia, ficaram de fora por se encontrarem com as formas verbais repetidas.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

De origem latina a palavra *verbu* pertence a uma classe gramatical que indica, primariamente, uma ação e apresenta marcas morfológicas de pessoa, número, modo, tempo, voz e aspeto, podendo constituir, sozinho ou combinado com outros constituintes, o predicado da frase. Na perspectiva de Câmara Jr. (1997, p. 239), o verbo é a "[...] classe de palavras que se opõe aos nomes pela natureza dos seus semantemas.".

O conceito de verbo foi amplamente discutido nas gramáticas de língua portuguesa. As definições aí contidas podem ser mais ou menos semelhantes, mas redundam nas características morfossintáticas do verbo. Vilela (1999, p. 60-61) apresenta uma síntese do que considera ser o mais relevante para o estudo do verbo. Desta forma o autor aponta esses traços como

genéricos para a maioria dos verbos portugueses, alertando, no entanto, para os casos dos verbos que não se enquadram, como é o caso dos verbos meteorológicos, dos verbos no uso impessoal, entre outros Vilela (1999, p. 61-62).

A gramática descritiva estuda os mecanismos referentes ao funcionamento de uma língua. A morfologia estuda os segmentos fónicos de uma palavra e as suas formas sistematizadas, as unidades mínimas, dotadas de significado. Segundo Borba (1979, p. 199), a morfologia "[...] tem base fonológica, pois preocupa-se com os sons individuais que se agrupam em complexos fónicos usados pelos falantes com significado convencionais.". Entender a estrutura morfológica do verbo é fundamental para se compreender a sua formação e funcionalidade, como defende Fonseca (1994).

O uso das formas verbais está intimamente ligado quer a operações de referenciação quer a operações de modalização quer a operações de textualização. A escolha dos tempos verbais, o seu emprego adequado, é, pois um fator determinante na estratégia discursiva, Fonseca (1994, p. 138).

Como é sabido, na morfologia verbal as unidades caracterizam-se por pertencerem a um determinado paradigma, no sentido que lhe atribui Mota (2020, p. 2936), apresentando este mesmo paradigma flexão em (i) tempo e modo (TM), (ii) pessoa e número (PN). Estes constituintes verbais, que são morfemas ou monemas, combinam-se, por esta ordem, ao tema (radical e vogal temática) ou, noutras perspetivas, ao se-

mantema radical (elemento significativo). Trata-se de um processo morfológico de flexão que, como em todas as classes de palavras variáveis, se caracteriza para referir as respetivas realidades.

A estrutura básica dos verbos é relativamente simples, se considerarmos os seguintes constituintes morfológicos: radical (R) e vogal temática (VT), por um lado, ou "tema"; e, por outro lado, os dois constituintes flexionais, isto é, desinência modo-temporal (DMT) e desinência número-pessoais (DNP). Claro que a identificação dos significantes desta estrutura linear de R+VT+DMT+DNP pode ser dificultada em termos de segmentação, devido a fenómenos frequentes de amálgama, que provocam o chamado morfema zero (ø), e devido também à natureza alomórfica de alguns sufixos modo-temporais e número-pessoais, por razões de tipo contextual.

No padrão geral da flexão verbal em língua portuguesa, os verbos pertencem a uma classe rica em flexão. Os verbos regulares caracterizam-se pela ausência de modificações na raiz e pela regularidade no uso das desinências modo-temporais e número-pessoais (vd. CASTILHO, 2010, p. 393).

O domínio das competências linguística e comunicativa, que resulta de um processo de aquisição, imprime no falante determinada dinâmica no uso da língua falada e escrita, que constituem registos diferentes. Segundo Rio-Torto (1999),

> [...] as crianças deveriam tomar consciência, se não explícitas, pelo menos implícita, de que as palavras são constituídas por morfemas e estes por unidades fónicas, mas para detectar e identificar com conhecimento pleno os elementos constituintes das palavras, a criança deve, no mínimo, compreender explicitamente que os morfemas se combinam para organizar palavras flexionadas e derivadas. (RIO-TORTO, 1999, p. 601)

Desta feita, torna-se crucial o conhecimento do modo e do tempo a que se encontra uma determinada forma verbal, de modo a perceber a estrutura básica dos verbos, considerando os constituintes morfológicos, ou seja, radical, vogal temática, desinência modo-temporal e desinência número pessoa.

O modo verbal – ligado intimamente aos tempos presente, passado e futuro – deverá ser entendido enquanto propriedade que tem o verbo como expressão de factos ou certezas (modo indicativo); desejos, possibilidades ou dúvidas (modo conjuntivo) e ordens ou pedidos (modo imperativo), da pessoa que fala em função do contexto em que se encontra e do facto que anuncia (cf. CUNHA E CINTRA, 2014, p. 473). Assim, conforme as pressuposições sobre os valores de verdade ou de incerteza, é a atitude do falante, expressa pela forma verbal (o predicado), que nos remete para o modo indicativo ou conjuntivo (cf. SANTOS, 2003, p. 144). Segundo Marques (2016), a distinção semântica destes modos está naquilo que chama de mundos possíveis e mundos não possíveis, ou seja:

> A análise do conjuntivo e do indicativo no quadro de uma semântica de mundos possíveis permite dizer que o que condiciona a ocorrência de um ou de outro modo é a questão de o contexto relativamente ao qual a frase é interpretada envolver a consideração apenas de mundos-p ou de pelo menos um mundo não-p. (MARQUES, 2016, p. 15)

O presente do indicativo descreve genericamente "[...] uma determinada situação cujo tempo se sobrepõe ao tempo da enunciação." e "[...] repetição regular e habitual de situações simples." (OLIVEIRA, 2013, p. 514); o futuro "[...] localiza as situações num tempo posterior ao da enunciação." (OLIVEIRA, 2013, p. 525); e os pretéritos são tempos verbais com valores semânticos de passado. Enquanto os tempos simples do conjuntivo são o presente, o imperfeito e o futuro. O presente do conjuntivo "[...] localiza a situação descrita na oração subordinada num tempo posterior ao da oração principal e portanto num tempo posterior à enunciação." (OLIVEIRA, 2013, p. 536). Tal como o presente, o imperfeito do conjuntivo é, também, um tempo que localiza a situação num tempo posterior ao ato da enunciação descrita na oração principal (cf. OLIVEIRA, 2013, p. 537). O futuro do conjuntivo descreve genericamente um tempo futuro em relação ao momento da enunciação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Sobre os usos dos tempos verbais, as gramáticas são claras, porém uma nota explicativa é necessária para se

perceber o fenômeno do uso do verbo no contexto angolano, como passaremos a exemplificar em cada tempo verbal. Desta feita, passamos a apresentar as formas verbais desviantes da norma-padrão, ou seja, do PE: 1) uso desviante do presente do indicativo; 2) uso desviante do futuro do indicativo; 3) uso desviante do presente do conjuntivo e 4) uso desviante do futuro do conjuntivo.

USO DESVIANTE DO PRESENTE DO INDICATIVO

O presente do indicativo como expressão de factos e certezas é usado para enunciar um acontecimento que ocorre no momento em que falamos, momento da fala. Como sabemos, a morfologia do presente do indicativo, e de outros tempos, obedece ao paradigma verbal, a qual poderá, eventualmente, não estar identificável nas frases a seguir.

(1) (...) está desaparecida desde sexta-feira. Não *soubemos* o paradeiro dela! (...) Quem souber, por favor, contactar os números de telemóvel (...). [F34]

(2) Eu *só* aquilo que *só*, não aquilo que os outros queriam que eu fosse. [F44]

(3) Dia do juízo final: vinde irmão, *vás* para o paraíso. [F57]

(4) (...) porque onde *á* chuva também *á* trovoada. [F63]

(5) (...) elas não procuram ajuda médica. Sabe como elas *controlão* este vírus? (...). Eles também *apanhão* vapor quantas vezes for possível ao dia! (...). Muitos morrem por causa da preocupação excessiva e *tentão* controlar este vírus, somente através da medicação (...). Vocês podem também tomar medicação que os médicos *receitão*, mas ao mesmo tempo tomem muita água quente, apanhem vapor o quanto possível, mais tarde *fação* teste Covid *virão* que será negativo! (...). [F69]

(6) Ainda vão gostar no que *vem*. *Tenhem* os olhos, mas fingem ser cego. [86]

(7) Quando andamos com os grandes, também tornamos grandes. É sinal de que também *eis* uma grande profissional. [F89]

(8) Com as precipitações não *sai* para caminhar. [F83]

Na frase (1), o falante entra em contradição ao usar a forma do verbo *saber* no pretérito perfeito simples do modo indicativo *soubemos*, em vez de sabemos como o faz na terceira oração *quem souber por favor contactar os números de telemóvel*.

Há em (2) duas ocorrências: a primeira tem a ver com desvio ortográfico, na segunda ocorrência, verificamos que o fenômeno da monotongação na oralidade se estende para a escrita, transformando a forma do verbo *ser* da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo sou para o advérbio *só*. Enquanto na frase (3), verificamos a confusão dos modos indicativo e conjuntivo. Há nesta frase o uso agramatical da 2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo

ir, na forma vais grafada como 2ª pessoa do singular do presente do conjuntivo *vás*. Já na frase (4), entendemos haver um desconhecimento ao nível de competências linguísticas ao confundir a forma verbal *há*, do verbo *haver* com a preposição a.

Na frase (5), o uso incorreto da 3ª pessoa do plural do presente do modo indicativo (**controlão, apanhão, tentão e receitão* em vez de *controlam, apanham, tentam e receitam*) demonstra as dificuldades destes falantes em distinguir os tempos verbais, não só no presente do indicativo, mas também as dificuldades ortográficas ao nível de formas verbais foneticamente próximas. É, habitualmente, comum, hoje, verificarmos a 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito simples do indicativo grafada em enunciados escritos como *controlarão, apanharão, tentarão e receitarão*, em vez de *controlaram, apanharam, tentaram e receitaram*, confundindo assim o leitor o tempo verbal com o futuro do indicativo. Veja-se a forma verbal *fação* em vez de *façam* presente do conjunto e a forma verbal *virão* (do verbo vir) em vez de *verão* (do verbo ver), futuro imperfeito do indicativo.

Verificamos nas frases (6) um desvio à norma, já que a forma verbal do verbo ver na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo é grafada *veem* e o verbo *ter* é conjugado na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo com a forma *têm*, nunca *tenhem*. Desvio semelhante ocorre na frase (7), onde o falante acrescenta um fonema vocálico no interior da palavra, ocorrendo assim o fenômeno de epêntese.

Tratando-se de uma ordem, a forma do verbo *sair* usada na frase (8) é aceitável, neste caso, no imperativo negativo. Porém, não sendo uma ordem, ou seja, se se tratar de uma frase informativa ou declarativa, estamos perante um desvio desta forma, pois, nesta frase, necessitaríamos de acentuar a última vogal da forma verbal com o acento agudo, *saí*, assim, estaria o falante a informar ao ouvinte que não saiu, devido as precipitações.

USO DESVIANTE DO FUTURO DO INDICATIVO

O futuro simples é utilizado para localizar as situações ou eventos num tempo posterior ao ato da enunciação que se encontra o falante. É também conhecido por futuro do imperfeito pelo facto de o amanhã ser imprevisível, ou seja, "o amanhã a Deus pertence". Deste modo, a forma verbal da 3ª pessoa do plural do futuro distingue-se da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito simples do indicativo, diferença marcada pelas formas arrizotônicas, aquelas formas verbais cujo acento tônico recai na terminação, como em *surtirão* (futuro) e rizotônicas, as formas verbais cujo acento tônico recai sobre o radical, como em *surtiram* (pretérito perfeito simples). As dificuldades em distinguir os tempos verbais do pretérito perfeito simples e do futuro imperfeito ambos do indicativo trazem consequências e interferências na comunicação entre os interlocutores. Os casos que passamos a apresentar são textos escritos, verificados no quotidiano angolano:

(9) (...) os agradecimentos *seram* infinitos (...). [F46]

(10) (...) se eu me perder não, me procurem, pois, uma vez perdida nunca mais me *encontraram*... [F95]

(11) (...) *haverão* muitos presos ressacados. [F67]

(12) (...) *haverão*, com certeza, outras oportunidades! [F96]

Nas frases (9) e (10), estamos perante um desvio de forma do futuro *seram e encontraram* em vez de *serão/encontrarão*. Não há nestas formas dos verbos ser e encontrar confusão com as formas da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, o que existe é falta de domínio das formas verbais deste tempo pelo falante, já que as formas destes tempos são f*oram e encontrarão*, porém, nada indica que estas seriam as intenções dos falantes, pois anunciam ações posteriores ao ato de enunciação. Na frase (9), contrário é aceitável, os *agradecimentos foram infinitos*.

A conjugação do verbo pode ser uma tarefa muito complicada para o aluno angolano. Nas frases (11) e (12), os falantes não sabem que o verbo "haver" sendo utilizado com o sentido de "existir" é um verbo impessoal, deve ser apenas conjugado na 3ª pessoa do singular. Corrigindo as duas frases, teríamos então *<u>haverá</u> muitos presos ressacados/<u>haverá</u> com certeza, outras oportunidades!*

USO DESVIANTE DO PRESENTE DO CONJUNTIVO

O uso do presente do conjuntivo como expressão de desejos, possibilidades ou dúvidas tem sido

problemático a julgar pelas suas especificidades, sendo que uma das formas mais seguras de ultrapassar este problema é a que as gramáticas normatizam, tendo como base o modelo de conjugação verbal do presente do conjuntivo das três conjugações. Nestes modelos, todos os verbos de primeira conjugação apresentam o morfema *e* como marca característica deste tempo. Todos os verbos de segunda e terceira conjugação apresentam o morfema *a* como marca característica, exceto o verbo *estar* que, sendo de primeira conjugação, apresenta o morfema característico dos verbos de segunda e terceira conjugação *a*, uma irregularidade única, entre outros verbos, eventualmente.

O imperativo apresenta algumas formas verbais com lacunas. Essas lacunas são completadas pelo conjuntivo e pela 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.

(13) (...) Que a terra lhe *seje* leve (...). [F01]

(14) (...) Que o nosso Deus te *proporciona* muitos anos de vida. Que *sejes* sempre a pessoa que *es* (...). [F08]

(15) (...) O senhor Padre pede para que *chegamos mas* cedo na paróquia (...). [F74]

(16) Vamos ter fé e rezar que *aparece* alguém deste grupo. [F27]

(17) (...) que a sua alma *descansa* em paz, amiga (...) [F13]

(18) Assim que falaram que é um caso, meus irmãos, é porque já morreram 100. Me *lembra* o surto da febre amarela. [F25]

(19) (...) que Deus vos *dei-a* mas sabedoria para que *aja* sempre inovação (...). [F23]

(20) Não esqueçam, todos são administradores, o nome do grupo não é definitivo, pode ser consensual, a foto também... Por favor *deam* opiniões neste quesito. [98]

(21) É com muita tristeza, que recebi a notícia a minutos da *perca* de um camarada (...). [37]

Nas frases (13) a (21), verificamos a substituição irregular do morfema característico do presente do conjuntivo nas formas verbais, quer de terminação em *a*, quer de terminação em *e*. Conforme as pressuposições sobre os valores de verdade ou de incerteza, é a atitude do falante, expressa pela forma verbal (o predicado), que nos remete para o modo indicativo ou conjuntivo (cf. SANTOS, 2003, p. 144). Ora, não nos parece haver nessas frases algum enunciado que nos remeta para uma expressão de factos e certezas (modo indicativo) ou alguma relação de hierarquia entre os interlocutores, ou seja, ordens ou pedidos (modo imperativo), da pessoa que fala em função do contexto em que se encontra e do facto que anuncia.

Desta feita, apresentamos uma proposta de correção, já que os enunciados nos remetem a probabilidades, desejos e dúvidas (modo conjuntivo): (13)

seja; (14) proporcione/*sejas/és*; (15) *cheguemos*; (16) *apareça*; (17) *descanse*; (18) Lembro-me. É habitualmente, hoje, ouvir dizer-se: *que eu me lembra*. *Lembra* é a forma do verbo *lembrar* conjugado na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, pelo que, a primeira pessoa do conjuntivo presente obedece a seguinte conjugação: *que eu (me) lembre*. Portanto, a expressão *que me lembra* é agramatical.

O verbo *dar* é um verbo irregular que apresenta alterações no seu radical quando conjugado. Ora, achamos que a intenção do falante na frase (19) era usar a forma verbal da 3ª pessoa do singular *dê*, a mesma forma para o imperativo afirmativo. A forma verbal correspondente a 3ª pessoa do plural do presente do conjuntivo é *deem*, a mesma forma corresponde ao imperativo afirmativo, sem o acento circunflexo, segundo as regras do novo Acordo ortográfico. A forma verbal pronominalizada *dei-a* corresponde a 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito simples do indicativo, estando, portanto, agramatical na frase do falante. A forma verbal *dei-a*, empregue pelo falante, eventualmente, poderá associar-se às formas verbais do verbo *ler* no presente do conjuntivo e algumas do imperativo afirmativo, ou seja, o falante "transporta" a pronúncia da forma verbal *leia* de ler da 1ª pessoa do singular do presente do conjuntivo para a pronúncia da forma verbal dar na 3ª pessoa do presente do conjuntivo. Tal confusão de uso das formas verbais ocorre também com a forma verbal *aja*, que corresponde a 1ª e 3ª pessoas do singular do presente do conjuntivo do verbo *agir*, sendo certo, porém que a intenção do fa-

lante no discurso era a forma do verbo *haver*, conjugado na 1ª e 3ª pessoas do singular do presente do conjuntivo. Porém, o verbo *haver* nesta frase apresenta-se como impessoal. Desta feita, a frase ficaria: *que Deus vos dê mais sabedoria, para que haja sempre inovação*.

Na frase (20), a ortografia apresentada não corresponde a nenhuma forma do verbo dar em todos os tempos. A forma correta seria *deem*, 3ª pessoas do plural do presente do conjuntivo e do imperativo afirmativo, sem acento circunflexo, como fizemos referência.

O verbo *perder* apresenta na 1ª e 3ª pessoas do singular do presente do conjuntivo a forma verbal *perca* (q*ue eu perca o peso*). Porém, o uso desta forma verbal na frase (21) para significar separação de alguém pela morte não é o mais correto, sendo correto usar-se *perda*. *Perda* é um substantivo feminino usado para indicar qualquer tipo de extravio, sumiço, morte, entre outros, como por exemplo: *perda de tempo, perda de um familiar* e tantos outros exemplos. Como podemos verificar, as duas palavras existem na língua portuguesa, no entanto, devem ser usadas em situações diferentes.

USO DESVIANTE DO FUTURO DO CONJUNTIVO

As formas verbais do futuro do conjuntivo usam-se, geralmente, para localizar um acontecimento futuro em relação ao momento da enunciação e ao momento de referência.

As ocorrências que passamos a descrever mostram as dificuldades desses falantes em identificar não só a distinção dos verbos, como também as dificuldades em distinguir o paradigma da flexão verbal em português, o que nos remete para uma mudança e/ou variação do paradigma verbal, sobretudo com o verbo *ver*.

(22) Se você *ver* a lua, verá a beleza de Deus; Se você ver o sol, verá o poder de Deus; Se você *ver* o espelho, verá a melhor criação de Deus. [F87]

(23) Quando *verdes* um dos nossos governantes a caminhar assim, é porque estás a delirar! Procure um psicólogo. [F38]

(24) (...) se não *dar* certo, certamente vai criar outro partido (...). [F43]

(25) 2ª leitura se *haver*. [F76]

(26) Quem *ter* que ficar em casa, fique em casa. [F48]

(27) Quando eu *ser* rica, vou exagerar mesmo. Gás acabou, deito a botija. [F84]

(28) Sempre que *poder* viver um momento feliz, não desperdice porque há aqueles dias que tu necessitas sorrir. [F94]

(29) (...) visitas à casa dos irmãos canceladas por força da pandemia, salvo quem fazer o convite. [F101]

O verbo *ver* é irregular e as suas formas no futuro do conjuntivo (*eu vir, tu vires, ele vir, nós virmos, vós virdes, eles virem*) não se encaixam nos modelos fixos de conjugação verbal. O verbo *ver* é habitualmente muito confundido com o verbo vir (irregular), apresentando várias alterações nas suas terminações.

A 2ª pessoa do singular do verbo *ver* no futuro do conjuntivo (quando tu vires) é geralmente confundida com a 3ª pessoa do singular do verbo *ver* no infinitivo pessoal (*para ele ver*) na frase (22), enquanto na frase (23), a 2ª pessoa do plural do verbo *ver* no futuro do conjuntivo (*quando vós virdes*) é, habitualmente, confundida com a 3ª pessoa do plural do verbo *ver* no infinitivo pessoal (para vós verdes). É sabido que no padrão geral da flexão verbal em língua portuguesa, os verbos pertencem a uma classe rica em flexão. Portanto, as frases (22) e (23) afastam-se do paradigma geral da flexão verbal do português para o verbo *ver* no futuro do conjuntivo. Ocorrências semelhantes verificam-se nas frases (24) a (29). Estas frases por localizarem acontecimentos futuros, em relação ao momento da enunciação, seria aceitável que fossem transcritas com as seguintes formas verbais: (24) *der*; (25) *houver*; (26) *tiver*; (27) *for*; (28) *puder;* (29) *fizer*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desvios verificados na análise dos textos destes falantes são de natureza morfológica e demons-

tram um claro desconhecimento da estrutura morfológica dos verbos, da identidade dos verbos e dos seus constituintes, ou seja, a identificação dos significantes desta estrutura linear de R+VT+DMT+DNP. As desinências modo-temporais e número-pessoais são influenciadas por outras formas e tempos verbais.

As dificuldades desses falantes em identificar não só a distinção dos tempos verbais, como também as dificuldades em distinguir o paradigma da flexão verbal em português, remete-nos para uma mudança e/ou variação do paradigma verbal, especificamente com o verbo ver, no futuro do conjuntivo.

Desta feita, achamos que o domínio de competências linguísticas do professor é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, por ser o fator primordial do sucesso educativo, mas também porque as suas atitudes e ações se refletirão no futuro dos alunos. Tem, por isso, razão Azevedo (2012, p. 118) quando aponta, como domínios indispensáveis na formação do professor de língua portuguesa, a formação linguística, a formação psicológica e a formação pedagógica, isto é, conhecimentos especializados em língua e a sua operacionalização didática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando J. Fraga de. *Metodologia da Língua Portuguesa*. Porto: Plural Editores, 2012.

BARBOSA, Jorge Morais. *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1970.

CAMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*: referente à língua portuguesa. 18. ed. Brasil: Vozes Petrópolis, 1997.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 21. ed. Lisboa: João de Sá da Costa, 2014.

FONSECA, Fernanda Irene. *Gramática e Pragmática*. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português. Porto: Porto Editora, 1994.

MARQUES, Rui (2016). O Modo Conjuntivo. *In*: MARTINS, Ana Maria; CASTILHO, Ernestina (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim/Boston: Walter de Gruyter, 2016, p. 610-635. Obtido em 10 de março de 2020, de http://hdl.handle.net/10451/32707.

MOTA, Maria Antónia (2020). Morfologia do Verbo. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (Orgs.). *Gramática do Português*. v. III. Maiadouro, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020, p. 2933-3009.

OLIVEIRA, Fátima. Tempo verbal. *In*: *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (Orgs.). *Gramática do Português*. v. I. Maiadouro, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 509-556.

RIO-TORTO, Graça. Para uma Pedagogia do erro. *In*: *Didáctica da língua e da literatura*, v. I. p. 595-618. Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura. Coimbra: Livraria Almedina/ILLP-FLUC, 1999.

SANTOS, Maria J. de A. Vieira dos. *Os Usos do Conjuntivo em Língua Portuguesa*: uma Proposta de Análise Sintática e Semântico-Pragmática. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

SUELELA, David J. Lopes. *Complementação Finita no Português de Angola, para uma Gramática da frase*. Tese (Doutoramento). Universidade de Évora, Évora, 2019.

VILELA, Mário. *Gramática da Língua Portuguesa, Gramática da palavra, Gramática da frase, Gramática do texto/discurso*. 2. ed.. Coimbra: Almedina, 1999.

Capítulo 17

RELAÇÕES COESIVAS E SEMÂNTICAS DA CONSTRUÇÃO CONECTORA [*FORA ISSO*] À LUZ DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO

Barbara Andréa Fontoura BITTENCOURT
UFF – *babittencourt@id.uff.br*

RESUMO: A gramática propõe classificações tendo por procedimento a orientação aristotélica. Tal procedimento prevê o enquadramento dos termos de maneira estanque, por categorias, como pertencentes apenas a um lugar, sem considerar as gradações que ocorrem na língua. A gramática organiza-se em um sistema de regras e seu uso é orientado por traços linguísticos, semânticos e pragmáticos (NEVES, 2021). Isso tem sido motivo de discussão entre linguistas e estudiosos ao se depararem com expressões que fazem parte do discurso, mas não constam dos compêndios gramaticais. Assim, a expressão conectora [*fora isso*] tornou-se objeto de interesse e resultou em produto de nossa pesquisa em andamento sobre a qual trazemos resultados parciais. Temos por objetivo geral: descrever as propriedades da forma e do conteúdo da expressão conectora [*fora isso*]. Nessa análise se aplica o método misto e a pesquisa é sincrônica. Assim sendo, chegamos aos seguintes resultados parciais: a expressão conectora é uma instanciação do subesquema [*fora X*], em que fora estabelece conexão entre unidades discursivas e o *isso* atua como encapsulador; veicula sentidos de adição ou contraste, apresenta características coesi-

vas híbridas e assume relação entre a posição que ocupa e o escopo remissivo do pronome demonstrativo.

PALAVRAS-CHAVE: linguística funcional centrada no uso; gramática de construções; expressões conectoras.

INTRODUÇÃO

A gramática normativa propõe classificações tendo por procedimento a orientação aristotélica. Tal procedimento prevê o enquadramento dos termos de maneira bastante estanque, por categorias, como pertencentes apenas a um lugar, sem considerar as possíveis gradações que ocorrem na língua portuguesa em uso. A visão escalar que se tem de alguns termos da língua não é normalmente reconhecida na literatura tradicional. Toda essa situação pode ser angustiante, principalmente, em situações do ensino. Nosso estudo propõe a pesquisa da expressão conectora [*fora isso*] em situações de uso, por isso procuraremos descrever as propriedades da forma e do conteúdo dessa expressão, recorrendo aos preceitos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), fazendo uso da representação de Croft (2001) e das noções de rede de Traugott e Trousdale (2021). O presente trabalho divide-se em cinco seções, sendo a primeira delas esta introdução, seguida da revisão da literatura, depois da fundamentação teórica e pressupostos metodológicos, dos resultados e, por fim, as considerações finais.

A construção em estudo pode veicular diferentes sentidos, considerando as situações discursivas e contextuais em que se encontram. A seguir apresenta-

mos uma ocorrência selecionada do Corpus do Português da construção [*fora isso*], a fim de observarmos seu uso:

> (1) Como o que predomina é a lógica de o consumo sem sentido, a Europa e os EUA juntos gastam, ao ano, US$ 17 bilhões em ração para animais de estimação. *Fora isso*, apenas em o Japão, os executivos se divertem em entretenimentos que "« alimentam os desejos de a carne "» torrando por ano US$ 35 bilhões.[lvi]

No dado (01), para evidenciar a lógica do consumo sem sentido, mostra-se o gasto de bilhões em ração para animais de estimação na Europa e nos Estados Unidos e, em seguida, acrescenta-se que, no Japão, o consumo em entretenimento é altíssimo. A expressão, desse modo, veicula noção de adição. O texto tanto progride, quanto encapsula ideias anteriores por meio da construção [*fora isso*]. Como veremos mais adiante, no português contemporâneo, a construção em estudo pode veicular diferentes sentidos, considerando que as situações discursivas e contextuais em que se encontra, além de ocupar diversas posições textuais.

REVISÃO DA LITERATURA

O termo *fora*, subparte do conector [*fora isso*], é identificado nas gramáticas ora como advérbio locativo, ora como preposição acidental ou palavra denotativa. Oiticica (1923), considera o advérbio como

modificador do verbo, do adjetivo e de outro advérbio exprimindo circunstância. Mais recentemente, Matheus (2003) apresenta a classificação tradicional dos advérbios, mas adverte que essa classificação nocional é insuficiente e que a proposta de outros critérios propicia um entendimento mais favorável.

Em relação ao pronome demonstrativo isso, Oiticica (1923, p. 23) afirma que o "[...] pronome é a palavra que evita o nome. Evita de dois modos: substituindo-o ou dispensando-o.". Azeredo (2008) faz uma abordagem mais aprofundada e afirma que os demonstrativos entram no conteúdo de nossos enunciados e que as pessoas do discurso passam a ser unidades referenciais. Castilho (2014) observa que esses pronomes trazem dois valores semântico-pragmáticos, são eles a foracidade e a dêixis. São assim tanto referenciais – anafóricos ou catafóricos – quanto indicativos de situações extralinguísticas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Construções "[...] são as unidades básicas da representação sintática." consistindo em pares de forma e significado, constituindo-se, portanto, unidades simbólicas, de acordo com Croft (2001, p. 4). Bybee (2016) acrescenta que no significado inclui também a pragmática e que as posições esquemáticas variam com relação à quantidade de itens lexicais. Croft (2001), propõe um modelo para a estrutura da construção e esclarece que as construções sintáticas têm

regras gerais correspondentes de interpretação semântica. Em relação à forma, podemos considerar os aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos; já, em relação ao conteúdo (significado) consideramos os aspectos semânticos, pragmáticos e discursivo-funcionais. O estudioso também informa que as construções são fundamentalmente simbólicas e nos apresenta, portanto, a seguinte figura:

Figura 1: A estrutura simbólica de uma construção

Fonte: Adaptado de Croft (2001, p. 18).

A partir da figura 1, compreendemos os dois planos – o da forma e o do sentido –, que atuam juntos por meio do elo de correspondência simbólica. De acordo com Traugott e Trousdale (2021, p. 34), o modelo de Croft ressalta "[...] a natureza taxonômica do conhecimento construcional, a relação de herança hierárquica entre construções mais gerais e mais específicas e a importância do uso da linguagem na determinação de aspectos da estrutura linguística." Para esses

autores, esse pareamento pode ser pensado em termos de dimensões, sendo todas elas gradientes.

Então, as construções podem ser quanto ao tamanho: atômica – monomorfêmica; complexa – palavra ou sintagma composto; ou intermediária – derivada por prefixação. Quanto à especificidade fonológica, podem ser substantiva – frases feitas e termos lexicais; esquemática – SV e SPrep; ou intermediária – como adjmente. Quanto à conceptualização podem ser: lexical – nomes e verbos; procedural – categorias gramaticais – desinências ou conectores; ou intermediária – como os sentidos de modalização ou eventualidade.

Para este trabalho, levantamos ocorrência da sequência fora + isso extraídos do site *O do Corpus do Português* (www.corpusdoportugues.org), o qual constitui-se de ocorrências linguísticas de uso do século XXI. Selecionamos 100 ocorrências do total de 4069 (frequência *token*) oferecidas pelo corpus à época do acesso que ocorreu em agosto de 2022.

Para essa pesquisa, empregamos o método misto – ou seja, equacionado entre as metodologias quantitativa e qualitativa, pois, de acordo com Lacerda (2016, p. 85), "[...] pode trazer importantes evidências empíricas no que se refere à ocorrência específica da construcionalização.".

Desta maneira, observaremos os seguintes aspectos:

1- As diferentes posições assumidas pela expressão conectora, sendo elas interoracional, interperíodo ou interparágrafo.

2- O valor semântico adquirido pela expressão, seja de adição ou contraste.

3- O escopo remissivo em virtude de o pronome demonstrativo isso exercer função encapsuladora, retomando partes anteriores do texto. Dessa maneira, achamos necessário observar se existe relação entre a posição assumida pelo conector e o escopo remissivo do referido pronome.

4- Coesão híbrida, entendida aqui como sequencial e referencial, simultaneamente, de acordo com o que foi observado por Lopes; Moura (2021); Lopes; Silva (2022).

RESULTADOS

A expressão conectora [fora isso], no português brasileiro, apresenta, de acordo com a nossa análise, as posições interoracional, interperíodo e interparágrafo; valores semânticos aditivo ou contrastivo; escopo remissivo do pronome isso de acordo com a posição que ocupa; coesão híbrida, conforme os exemplos abaixo:

> (2) más a percunta que não se fas calar é como o pastor de a igreja que eu frequento dis que se ouver o casamento com outro estaria em pecado e Deus dis em a palavra que não entrara em o ceu pois para Deus o divorcio so é valido se ou-

ver adultério *fora isso* Deus não aceita isso que eu quero entender é certo que eu não vou pegar essa palavra e guardar em o meu coração pois sei de o amor de Deus e ele conhece cada um de os seus. (Disponível em http://aconselhamento-paracasal .wordpress. com/ aconselhamento-2/. (Acesso em, 06/08/2022)

(3) A única coisa que eu acho positivo em a visibilidade é o fato de que outras pessoas sabendo o que é a assexualidade, podem se descobrir também sendo assexual. *Fora isso*, não acho que há tanta necessidade de virarmos os holofotes para nós. Uma distinção necessária: acho muito importante que exista investigação e divulgação científica / acadêmica e que ao menos os profissionais de saúde que lidam com esse tipo de coisa (psicólogos, psiquiatras, neurologistas, etc.). (Disponível em http://a2forum.forumeiros.com/t138p15-assexualidade-no-brasil-mas-pode-ooooh. Acesso em, 06/08/2022)

(4) São acordos abstratos, normalmente eles envolvem assuntos de cooperação em geral, troca de informação entre FBI e Polícia Federal e outras questões em a mesma linha ", afirmou Moro a jornalistas em o hotel em que está hospedado em a capital americana.

Fora isso existe essa ideia de plantar uma relação mais sólida para o futuro.

O governo assumiu há pouco tempo. É uma pauta ainda a ser construída com outros governos.[lvii] (Disponível em https://veja.abril.-com.br/politica/sergio-moro-ira-assinar-dois-

acordos-de-cooperacao-com-os-eua/. Acesso em, 06/08/2022)

Analisando a posição da expressão em questão, observamos que na ocorrência (02) ela é interoracional, visto que desempenha função conectora de ligar orações. O valor semântico assumido pela expressão é contrastivo, visto que há na primeira oração a ideia de que o divórcio só é permitido por Deus, havendo adultério; em contraposição a essa ideia, há a negação dessa aceitação por parte de Deus. Quanto ao escopo remissivo do pronome *isso*, observa-se que é referencial a uma parte menor do texto. Como se vê, o esse pronome refere-se ao trecho "só é válido se ouver adultério".

Na ocorrência (03), a expressão conectora ocupa posição interperíodo, visto que conecta os períodos, dentro do mesmo parágrafo e desempenha o papel de fazê-lo progredir, ao mesmo passo que faz referências anteriores. O valor semântico desempenhado neste dado é de contraste, considerando que a ideia nuclear do período que antecede à expressão conectora é convergente para as ideias que a seguem. Dito de outro modo, há um contraste ao aproximar a ideia de visibilidade à ideia de não haver necessidade em virar holofotes. Havendo, portanto, contraposição entre a visibilidade positiva e a não necessidade dela. Em relação ao escopo remissivo, analisamos que a expressão conectora tem como escopo toda o período anterior, que se localiza no mesmo parágrafo.

Na ocorrência (04), a expressão conectora inicia um novo parágrafo, logo é interparágrafo e proporciona a progressão textual entre parágrafos. Quanto ao valor semântico assumido pela construção [fora isso], é aditivo. No dado, Sérgio Moro irá assinar dois acordos de cooperação com os EUA, e argumenta acrescentando informações. A expressão conectora também poderia ser substituída por outra mais usual, como a expressão além disso e o sentido se manteria: "São acordos abstratos, normalmente eles envolvem assuntos de cooperação em geral, troca de informação entre FBI e Polícia Federal e outras questões em a mesma linha.", afirmou Moro a jornalistas em o hotel em que está hospedado em a capital americana. Além disso, existe essa ideia de plantar uma relação mais sólida para o futuro". Como é possível observar, a substituição da construção pela locução adverbial não afetou o sentido original do texto. Ademais, podemos observar que a construção recupera ideias do parágrafo anterior.

Uma das hipóteses para essa pesquisa é que o pronome isso encapsula porções do texto de acordo com a posição que ocupa, ou seja, há uma relação entre a posição do [*fora isso*] e o escopo remissivo do pronome demonstrativo. Nas ocorrências 02, 03 e 04, isso acontece como esperado. Conforme nos ensinam Lopes e Silva (2021), é possível compreender que uma expressão conectora é capaz de promover simultaneamente as coesões sequenciais e referenciais. Os autores justificam a utilização do termo ao observarem a construção complexa dos termos analisados e suas propriedades coesivas. Conforme nos ensina Lopes (inédito):

> Embora haja traços de sequenciação e de referenciação, a primeira se sobrepõe. Isso ocorre porque é a preposição – o elemento sequenciador – que promove o movimento prospectivo no texto. O pronome demonstrativo, embora seja um encapsulamento – isto é, um elemento de natureza retrospectiva e prospectiva –, apenas recupera informação precedente, já que não assume uma função de tópico discursivo dentro do conector. Logo, apresenta apenas um movimento retrospectivo. (LOPES, *inédito*)

Nos dados acima, podemos observar o pronome demonstrativo atuando como encapsulador, de acordo com a definição de Conte (2003):

> O encapsulamento anafórico pode ser definido no seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada – um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença. (CONTE, 2003, p. 178)

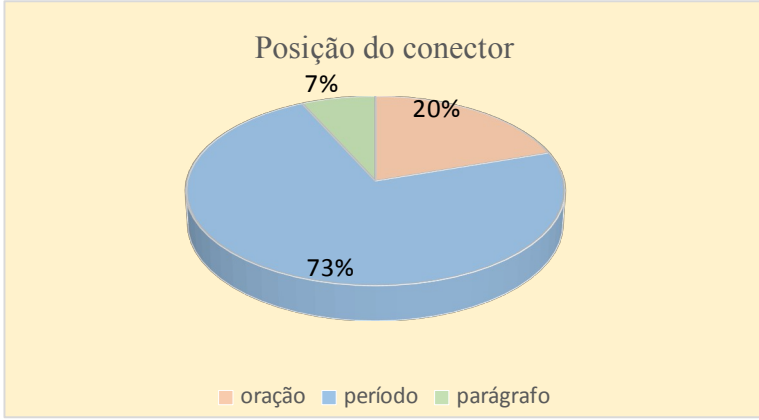
Assim, o pronome *isso* recupera informações, encapsulando-as, enquanto a preposição *fora* promove a sequenciação, que de acordo com Koch (2021, p. 53), são "[...] procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que faz o texto progredir.". Então, podemos

constatar que a expressão conectora [fora isso] atua na conexão híbrida nos dados 02, 03 e 04.

Em relação às propriedades sintáticas, como posição da construção e escopo remissivo, foram observadas e dispostas abaixo. No plano da função, observamos as funções semântico-pragmáticas e as propriedades discursivas conforme descritas a seguir.

Quadro 1: Posição assumida pelo conector e gráfico percentual

Total de ocorrências	Posição do conector		
	Oração	Período	Parágrafo
100	20	73	7



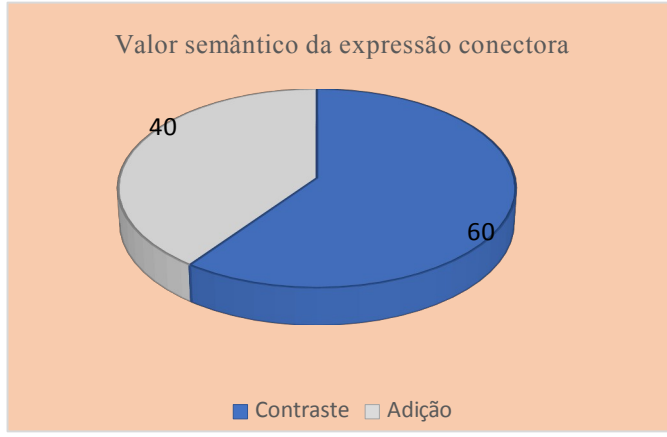
Fonte: A Autora.

A construção [*fora isso*], sendo uma instanciação do subesquema [Xprep + isso], estabelece conexão entre unidades discursivas – oração, período e parágrafo. Os dados quantitativos do 1º quadro (acima) sugerem que na categoria posicional, o termo é utilizado,

preferencialmente, para conectar períodos (73%), em seguida, conecta orações (20%) e, menos frequentemente, conecta parágrafos (7%). O gráfico percentual ilustra bem essa preferência, visto que a área ocupada para representar a conexão do construto ligando períodos é superior às outras juntas. Infere-se, portanto, que a representatividade da expressão conectora posicionada entre períodos é evidenciada em seu uso.

Quadro 2: Valor semântico assumido pelo conector e gráfico percentual:

Total de ocorrências	Valor semântico da expressão conectora	
	Adição	Contraste
100	40	60



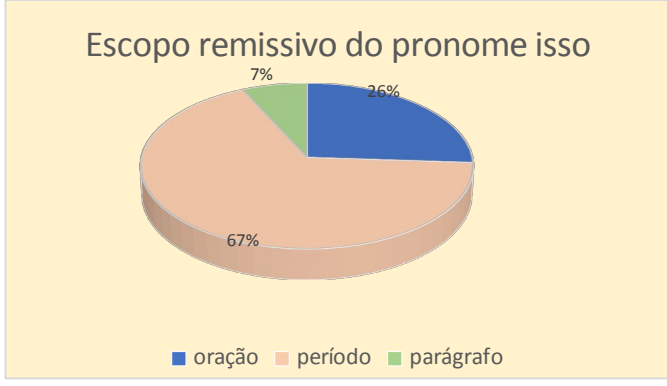
Fonte: A Autora.

O quadro 2 demonstra em termos quantitativos as ocorrências as quais a expressão conectora [*fora isso*] veicula noções de adição e contraste. O gráfico per-

centual mostra uma variação de 20% de diferença entre as ocorrências dessas noções, sendo o emprego contrastivo superior ao aditivo. Entretanto, entendemos que, tendo em vista a porção analisada, não podemos afirmar que o valor contrastivo supere o aditivo em termos de uso ou preferências dos falantes. Parece-nos que essas ocorrências estejam equilibradas quanto às noções que veiculam, levando em conta que, visualmente, a diferença percentual não apresenta relevância que justifique a superação de um uso sobre o outro.

Quadro 3: Escopo remissivo de 'isso' e gráfico percentual:

Total de ocorrências	Escopo remissivo do pronome isso		
	Oração	Período	Parágrafo
100	26	67	7



Fonte: A Autora.

Comparando os quadros 1 e 3, fica claro que o escopo remissivo e a posição do conector não ocorrem absolutamente da forma esperada, a dizer, espera-se que, ao iniciar uma oração, a retomada seja da oração antecedente (uma porção menor do texto); ao iniciar um período ou um parágrafo, espera-se que ocorra a retomada no período ou no parágrafo, respectivamente. No entanto, nas ocorrências analisadas, a posição do conector interperíodo não coincidiu com o escopo remissivo em sua totalidade. Isso significa que, embora a remissão da forma esperada seja uma tendência, ela não ocorre em 100% dos casos. De modo mais exato, das 73 orações dispostas nos períodos, 67 delas ocorreram em um escopo maior – o que corresponde a mais de 94,5% das situações aproximadamente – e em apenas 6 (5,5 %) situações, o escopo remissivo ocorreu na recuperação mais pontual, ou seja, um escopo remissivo menor. Vale lembrar que o fato de não haver ocorrido o mesmo com o conector em outras posições por ele ocupadas (oracionais ou interparágrafos), não significa que essas ocorrências não sejam possíveis. O fator posicional corrobora com a parcela recuperada pelo pronome demonstrativo *isso* na maioria dos casos, contudo pode ocorrer essa remissão por fatores semântico-pragmáticos e não posicionais, conforme já foi observado por Lopes (inédito):

> Vale ressaltar que, na delimitação do escopo, fatores semântico-pragmáticos também operam ao lado do fator posicional, de ordem estrutural. Na verdade, os dados revelam que são as propriedades semântico-pragmáticas

> que determinarão se esse escopo é um pouco maior ou menor, isto é, se um conector interoracional recupera uma ou mais orações de um mesmo período; se um conector interperíodo recupera só o período anterior de um mesmo parágrafo ou dois ou mais períodos; e assim sucessivamente. (LOPES, inédito)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos observar o emprego da expressão conectora [*fora isso*] no português brasileiro e para isso, recorremos a 100 ocorrências atuais da sequência de elementos *fora* + *isso*. Os dados foram interpretados à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e a hipótese que formulamos para esse conector, com base nas generalizações teóricas observáveis em diversos objetos em relação à direcionalidade da mudança, é que [*fora isso*] tenha sido reconceptualizado para uma nova função na língua, por meio de um processo de construcionalização, que envolveria o mecanismo da neoanálise semântico-pragmática e estrutural.

Nas ocorrências analisadas, a posição do conector interperíodo não coincidiu com o escopo remissivo em sua totalidade. Dessa maneira, constatamos os usos dessa construção é um *chunking*[lviii] constituído da preposição fora e o pronome demonstrativo isso, que veicula noções de adição ou contraste e seu emprego ocorre em diversas posições contextuais, tendo por escopo remissivo parcelas menores ou maiores do texto. Além disso, observamos também que o escopo remissivo do pronome demonstrativo isso tem relação com

o lugar ocupado pelo conector (se conectando orações, períodos ou parágrafos) e, por isso, pode retomar trechos maiores ou menores que o antecedem, no entanto, pode ser determinado por situações discursivo-funcionais. Observamos também a atuação do conector como expressão híbrida (LOPES; MOURA, 2021; LOPES; SILVA, 2022), em que fora é o elemento sequencial e isso tem natureza referencial, e atestamos esse tipo de conexão nas situações reais de uso do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos. *Ensino de português*: fundamentos e objetos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

BYBEE, Joan. Língua, uso e cognição. Trad. de Maria Angélica Furtado da Cunha; Rev. Técn. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTILHO, Ataliba. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed.; 3. Reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

CROFT, William. *Radical construction gramma*r: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CONTE, M. E. Encapsulamento Anafórico. *In*: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190. (Clássicos da Linguística. v. 1).

NEVES, M. H. M. *Gramática funcional*. São Paulo: Contexto, 2021.

OITICICA, J. *Enciclopédia didática brasileira*. Serie B: n. 1. Manual de análise léxica e sintática. Rio de Janeiro: Publicado por Baptista de Souza, 1923.

KOCH, I. V. *A coesão textual*. 22 ed. 7. Reimpr. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

LACERDA, P. F. A. C., O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume Especial, dez. 2016, p. 83-101.

LOPES, M. G. *Emergência do conector fora que no português*, inédito.

LOPES, M. G. *A construção [Xprep isso] no português*, inédito.

Lopes, M. G; SILVA S. J. Propriedades coesivas e semânticas da construção conectora [com isso] à luz da linguística funcional centrada no uso. *Revista Confluência*, n. 62, 2022, p. 240-269. Disponível em: https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/521/739. Acesso em 07. ago. 2022.

MATHEUS, M. H. M. *et al*. *Gramática da Língua Portuguesa*. *Lisboa*: Caminho Lisboa, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. Construcionalização e Mudanças Construcionais. Trad. Taísa Peres Oliveira e Angélica Furtada da Cunha. Petrópolis-RJ: Vozes, 2021.

Capítulo 18

ORAÇÕES ENTRELAÇADAS: Uma ilusão hipotática

Clóvis Luiz ALONSO JÚNIOR
USP – *alonso.junior@usp.br*

Marli Quadros LEITE[lix]
USP – *mq.leite@uol.com.br*

RESUMO: Pretendo, neste trabalho, desconstruir a ideia de que exista na Língua, desde seu aspecto latino, determinada relacionação de orações segundo a qual o pronome relativo se limitaria a atuar como nada mais do que elemento conectivo na oração que ele encabeça, sendo componente da oração dita "subordinada" a esta, o que configura a percepção de que haveria certo *entrelaçamento* entre as orações envolvidas, que se têm convencionalmente denominado *orações entrelaçadas*. Na tentativa de desconstrução dessa ideia, contraponho-me à Gramaticografia tradicional, então me apoiando, metodologicamente, na análise que proponho para o arranjamento daquelas orações, bem como pressupondo, teoricamente, a validade de (re)atribuir certa compleição semântica ao que a mesma tradição gramaticográfica entende como conjunção integrante (a "conjunção" que "integra" a oração "subordinada" à relativa) e ao próprio pronome relativo, elementos tradicionalmente considerados "palavras gramaticais", em si mesmas "vazias de sentido"; a negativa dessa consideração me aproveita como base do que proponho. Fundamentalmente, afasto da análise a dicotomia "subordinação *versus* coordenação", postulando a ancestralidade da ***parataxe*** como suficiente para a apre-

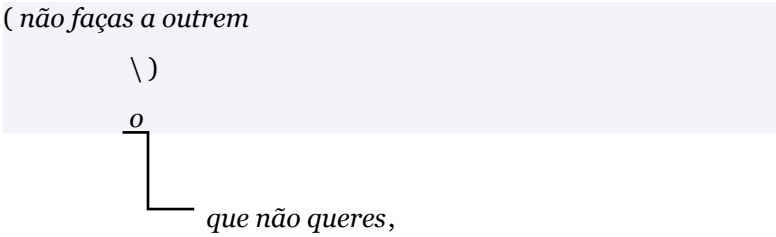
ciação da ontogênese da Língua e, nomeadamente aqui, para a revisão do que se percebe como entrelaçamento porque não se percebe como paratática aposição.

PALAVRAS-CHAVE: “orações entrelaçadas”; sintaxe; parataxe.

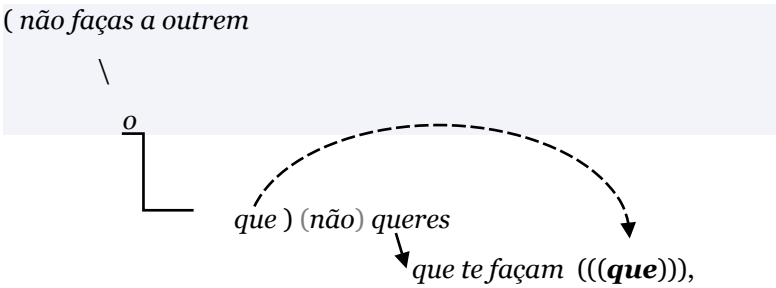
A suposta natureza relacional intricada do que se tem convencionalmente denominado *orações entrelaçadas* pode ser presumida já por seus modos de definição:

> […] uma construção particular do relativo latino [e do relativo português] como conectivo subordinativo: trata-se de caso de entrelaçamento sintático, em que o relativo serve de conectivo na oração que ele introduz e funciona como constituinte em uma oração subordinada à relativa […] (LOHNER, 2022, p. 120)

Em ambiente vernáculo, utilizo aqui exemplo extraído de Lohner (2022), também presente em Bechara (1983) e componente mesmo do conjunto de lexias frasais da língua portuguesa: “*Não faças a outrem o que não queres que te façam.”,* formulação para a qual se pretende reservar ao pronome relativo um papel unicamente conectivo na oração encabeçada por ele — *que não queres* —, a conectar-se essa oração ao nódulo sintático (sempre antecedente em línguas românicas) aqui representado pelo pronome demonstrativo *o*[lx],



conferindo-se ao pronome relativo o estatuto de "constituinte" apenas na oração que se entende "subordinada" à (também "subordinada") relativa, que aqui é a oração objetiva direta de *queres — que te façam —*,



na qual, aí sim, o relativo exerce função sintática, nomeadamente a função de objeto direto de *façam*. Então se teriam aí uma oração dita "subordinada" à oração dita "principal" e outra oração dita "subordinada", ora "subordinada" àquela "subordinada", ou seja, uma *"subordinada" relativa* ou *adjetiva restritiva* e uma *"subordinada" substantiva objetiva direta*, observado que a coincidência fonológica e fonética entre as duas ocorrências de *que* seria caso de homonímia, ora *pronome relativo*, ora "*conjunção integrante*"[lxi]. Teríamos assim uma entidade *que*, pronome relativo, esquizofrenicamente dividida entre uma atuação de todo assemântica, espécie de elo mecânico entre orações, e uma atuação em que essa entidade segmentalmente não reaparece mas cumpre papel sintático-semântico, e depois

teríamos outra entidade *que*, "conjunção integrante", também de todo assemântica, outra espécie de elo mecânico entre orações, ora "integrando" a seguinte à medida que a liga à anterior ou interligando as duas à medida que "integra" uma delas.

Pretendo desconstruir essa descrição, não para construir descrição mais econômica — entendo que a economia deva interessar aos economistas e aos acumuladores de capital mais do que aos linguistas —, mas para propor relativamente ao fenômeno uma intelecção que lhe restitua a natureza mesma de fenômeno, um fenômeno que possa de fato haver sido processado pela mente de um falante inaugural, um falante humano capaz de lidar com algoritmos exclusivamente inteligíveis, não o falante semideus que me parece forçoso conceber para que então se conceba uma entidade linguística que está segmentalmente presente numa *expressão de comportamento*, dita *oração*, a qual liga à anterior e na qual não signifique nada e que significará *in absentia* em expressão de comportamento seguinte.

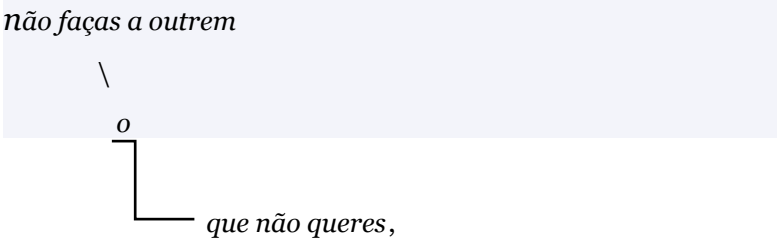
É bem verdade que nossa mente lida com alta complexidade de relações e parece não se incomodar com a complexidade que há, ou supostamente há, no que se considera entrelaçamento de orações, nada nos dando a impressão de que algo sobeje ali; ao contrário, fora do barroquismo do entendimento analítico que reportei acima, aquelas orações parecem fluir. Parecem fluir e fluem, talvez não porque tenhamos aprendido a suportar o caracol desenhado pelo suposto entrelaçamento, mas porque havemos de processar as partes segundo o peso semânti-

co que elas necessariamente comportam, ao arrepio da tradição gramaticográfica que postula a existência de "palavras gramaticais". Veja-se em Alonso Júnior (2002) minha tentativa esforçada de me posicionar contra essa tradição, esforço focalizado justamente na (re)atribuição de certa compleição semântica ao pronome relativo e na consequente proposição da relação ontogênica que se possa haver estabelecido entre o nódulo e a oração "adjetiva", uma relação satisfatória da ontogênese que teria encetado o que veio a ser categorizado como subordinação porque veio a ser percebido como tal, sobrepondo-se a hipotaxe a uma parataxe primeva.

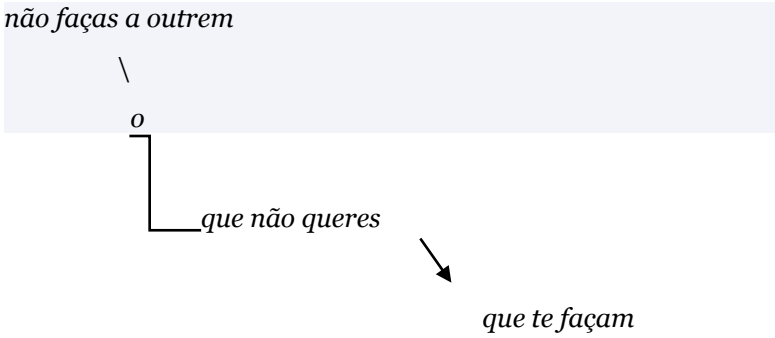
> [...] La syntaxe de ***subordination*** représente un état de la langue relativement récent, instituant, entre des propositions à l'origine autonomes, des rapports comparables à ceux qui se sont établis dans la syntaxe du nom au détriment de la construction appositionnelle.
>
> Le latin laisse entrevoir encore dans certains tours l'ancienne autonomie des propositions: des constructions comme *caue cadas* 'prends garde de tomber', *uolo facias* 'je veux que tu fasses' signifiaient proprement 'prends garde, tu pourrais tomber', 'fais-le, je le veux'. Les subjonctifs *cadas*, *facias* se justifiaient par eux-mêmes comme marquant la possibilité ou la volonté, et ils étaient simplement juxtaposés. De cet état, qui est celui de la *parataxe* (gr. παρατάσσειν 'placer auprès'), il subsiste des traces dans des formules; et la langue parlée ne s'en est jamais entièrement départie [...] (ERNOUT; THOMAS, 1972 [1951], p. 291)

Assim, quando ouvimos a formulação *não faças a outrem o que não queres que te façam*, proferida segundo prolação real de sua fonética sintática, ou quando empreendemos sua leitura, reproduzindo a mesma prolação, é bem certo que entendemos a mensagem veiculada e então captada em sua fluência; entendemos o que se nos aconselha a não fazer porque sabemos, ou julgamos saber, o que não queremos que nos façam; entendemos a semântica da formulação, porque apreendemos a substância dos elementos substanciais da mensagem — e porque sabemos algo da nossa própria interioridade —, mas não entenderíamos a sintaxe que ali possa estar e decerto não a teríamos podido formular se de fato fosse uma sintaxe em que os elementos se entrelaçassem à maneira de caracol, desenho incontornável se não se contorna a exigência da subordinação, se não se contorna a suposta imprescindibilidade do modelo hipotático.

Observe-se que não se tem aí a construção

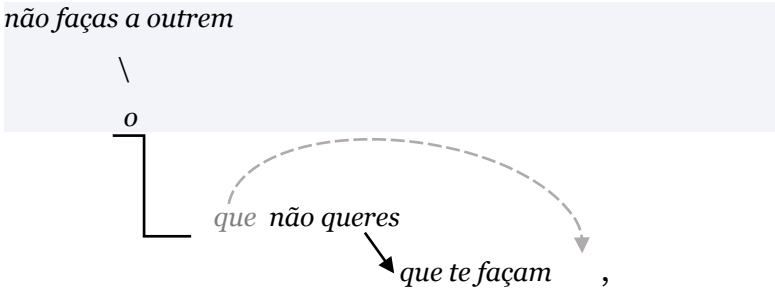


em que o pronome relativo desempenha a função sintática de objeto direto de *queres*, com solução de continuidade em relação à construção anterior e igual solução do suposto entrelaçamento. O que se tem em:



é *que te façam* ***que*** ∴ *fazerem-te* ***que*** como objeto direto de *queres*, sendo ***que*** o objeto direto de *façam* ∴ *fazerem*, no interior da oração, sem que precise constar "materialmente" ali.

Tomada como inescapável a dicotomia "subordinação *versus* coordenação" em seu fundamento hipotático, é também inescapável o desenho segundo o qual a oração *que não queres* se subordine à oração *não faças a outrem o* ("aquilo") e a oração *que te façam* se subordine à oração *que não queres*, configurado então o desenho em caracol, em que o pronome relativo parece saltar do lugar no qual atuou como elo assemântico e, à maneira de "atleta acéfalo" (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, p. 14), se precipita a outro lugar para lá dizer alguma coisa, ainda que lá não chegue:



um atletismo desconstruível na medida da (re)semantização que proponho para o pronome, bem como para a dita "conjunção", subsumindo ambos a uma carga semântica densa, e densa de um teor pronominal-demonstrativo, segundo o desenho

não faças a outrem o : *que* = "isso" *não queres que te façam*,

não faças a outrem o : *que* = "isso" *não queres que* = "isto" : *te façam*,

não faças a outrem "aquilo" : "isso" *não queres que* = "isto" : *te façam*,

não faças a outrem "aquilo" : "isso" *não queres* "isto" : *te façam*,

Não faças a outrem "aquilo" . "Isso" *não queres* "isto" : *te façam.*,

Não faças a outrem o = "aquilo" . *Que* = "Isso" *não queres que* = "isto" : *te façam.*,

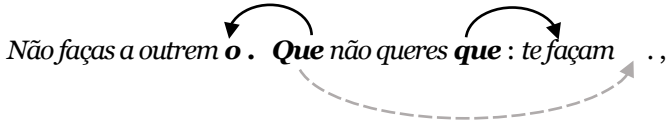
Não faças a outrem o . *Que não queres que* = "isto" : *te façam.*,

Não faças a outrem o . ***Que*** *não queres* ***que*** : *te façam.*,

Não faças a outrem "tal coisa" . "Qual coisa" *não queres* ***que*** : *te façam.*,

"Não faças a outrem 'aquilo'. Não queres 'isto': façam-te 'aquilo'.",

Não faças a outrem ***o*** **.** *Não queres* ***que*** **:** *te façam* ***que***.,



em que proponho uma ***aposição paratática*** entre o pronome reconhecidamente demonstrativo *o*, "aquilo", e o pronome que o *re-lata* na continuidade da formulação, ou seja, que o *re-laciona* a essa continuidade, (re)atribuindo-se a esse pronome *re-lator*, *re-laciona-*

dor, *re-lativo*, a natureza de sua atuação demonstrativa, tendo-se, pois, uma aposição paratática entre dois pronomes de teor demonstrativo; em pé de igualdade, proponho também uma *aposição paratática* entre a dita "conjunção integrante", *que*, e a continuidade da formulação, (re)atribuindo-se a essa "conjunção" a natureza de sua atuação então demonstrativa e por isso tida como "conjuncional". Note-se que postulo certa relação de espelhamento entre a atuação do pronome relativo e a atuação da chamada "conjunção integrante", como se um, em âmbito românico, olhasse anaforicamente para o "isso" já-dito e a outra olhasse cataforicamente para o "isto" ainda-a-dizer, ambos atuando como apontadores espaço-frasais, ambos atuando, pois, como ***demonstrativos***, e é essa (re)densificação semântica o que permite a aposição paratática, em que uma densidade se coaduna com a outra. Essa coadunação, que propugno em sentido ontogênico, primal, arqueológico, afasta a dicotomia "subordinação *versus* coordenação", depõe a pressuposição de hierarquia, desarticulando as então supostas relações em caracol das "orações entrelaçadas", francamente alheias a um processamento linguístico dotado de um mínimo de iconicidade que o faça verossímil.

O que denomino "sentido ontogênico, primal, arqueológico", que representei acima por meio de

"*o* **:**", "*que* = 'isso'", "*que* = 'isto' **:**",

talvez cause espécie a uma perspectiva que se insista contemporânea, como um olhar que não abre mão da sincronia em que estamos e de sincronias pretéritas

recentes. Em diferentes sincronias em que nossa língua se chamava Latim fartamente se atestam, porém, usos do pronome relativo dotado da "***certaine autonomie***" de que falam Ernout e Thomas (1972 [1951], p. 333; o negrito é deles) e que, mais do que uma autonomia relativa, bem parece aproximar aquele pronome ao pronome propriamente demonstrativo, verdadeiramente identificando esses "dois" pronomes quanto à atuação sintática que aponta elementos frasais mais do que os retoma:

"[...] minime probabili more turpe erat docere quod honestum erat discere." (SÉNÈQUE LE RHÉTEUR, 1932)",

em que não se tem:

(*docere*) ***quod honestum erat*** / (*docere*) ***quod erat honestum***,

"(ensinar o) ***que era honesto***",

assim como não se tinha

não faças a outrem o ***que não queres***;

tinha-se

não faças a outrem o que ***não queres que te façam***,

assim como aqui se tem

(*docere*) *quod* ***honestum erat discere*** / (*docere*) *quod* ***erat honestum discere***,

"(ensinar o) que ***era honesto aprender***",

para o que, entendidas as relações, não proponho então pressupor o entrelaçamento dado pela análise

[*minime probabili more*]

[*turpe erat*]

[*docere* (*id*)]

[*quod*

[*honestum erat*]

discere (((***quod***)))],

[*costume reprovável,*]

[*era torpe*]

[*ensinar o*]

[***que***

[*era honesto*]

aprender (((***que***)))],

mas proponho a intelecção sintático-ontogênica dada pela interpretação

[*minime probabili more*]

[*turpe erat*]

[*docere* ***quod***]

[(***quod***) *discere*]

[*honestum erat*],

[*costume reprovável,*]

[*era torpe*]

[*ensinar* ***aquilo***]

[(***aquilo***) *aprender*]

[*era honesto*],

Costume reprovável,

era torpe

ensinar ***aquilo***.

(***Que*** =) [***Aquilo***] *aprender*

era honesto.,

Costume reprovável,

era torpe

ensinar ***aquilo***.

Aquilo

era honesto aprender.

em que *quod* acumula as funções de um id reconhecidamente demonstrativo, que a mais vasta tradição aponta como "elíptico", e de um quod propriamente relativo que eu **(re)densifico** em seu poder igualmente demonstrativo, **densifico** como proposição minha e re-densifico no reconhecimento de uma **potência fórica** já presente em sua natureza. Ora, o sentido daquele estar "elíptico" é o sentido da parataxe, em que os elementos se aproximam na espacialidade da frase, segundo uma aproximação lateral, não vertical, em prescindência da ideia de "hierarquia", desnecessária para o estabelecimento das relações:

ensinar **aquilo**

/

aprender “**que**” = “aquilo”

era honesto ,

docere **quod**

/

discere **quod**

erat honestum ,

à equivalência de

ensinar o : que = “isso” *era honesto aprender*,

ensinar o : que = “isso” *era honesto que* = “isto” : *se aprendesse* ,

ensinar “aquilo” : “isso” *era honesto* que = “isto” : *se aprendesse* ,

ensinar “aquilo” : “isso” *era honesto* “isto” : se aprendesse ,

Era torpe ensinar “aquilo” . “Isso” era honesto “isto” : se aprendesse. ,

Era torpe ensinar o = “aquilo” . Que = “Isso” era honesto que = “isto” : se aprendesse. ,

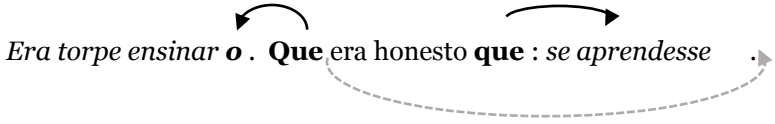
Era torpe ensinar o . Que era honesto que = “isto” : se aprendesse. ,

Era torpe ensinar o . Que era honesto que : se aprendesse. ,

Era torpe ensinar “tal coisa” . “Qual coisa” era honesto que : se aprendesse. ,

“Era torpe ensinar ‘aquilo’. Era honesto ‘isto’: aprender ‘aquilo’.”,

*Era torpe ensinar **o*** . Era honesto que : se aprendesse que. ,



Como outra face da mesma moeda, bem assim se resgata a densidade semântica originária do que veio a ser categorizado como “conjunção” porque pas-

sou a ser percebido como elemento conector, uma "conjunção" *integrante* de uma nova oração, a torná-la *íntegra*, *inteira*, assim como o *relator-relacionador-relativo*, como tal, passou a ser percebido como elemento *conector-conectador-conectivo*, de modo que também se poderia chamá-lo "*conjunção*" e "*conjunção integrante*" porque também ele torna *íntegra*, *inteira*, a nova oração.

Os dois apontadores frasais, pronome relativo e "conjunção integrante", partilham, então, o caráter ***demonstrativo*** que pretendo, bem como partilharam a percepção hipotaxizante que se lançou sobre eles, atribuindo-lhes certo deslizamento semântico-sintático que os faria passar de demonstradores textuais a conectores oracionais[ii]; veja-se que a demonstração fórica, justamente ao demonstrar elementos do texto, atua em prol da coesão textual na medida em que os demonstradores, ao apontar, articulam os apontados ao jogo textual e por isso produzem conexão. Ora, essa conexão, textual, parece ter propiciado a sensação de uma conexão frasal, e isso gramaticaliza os demonstradores em conectores conforme lhes retira a semântica demonstrativa, segundo o entendimento aí lançado, mas esse entendimento, que proponho advindo daquela sensação, não pode retirar da entidade linguística a totalidade do que a compusera. É assim que proponho mantida tanto no pronome relativo como na "conjunção integrante" sua natureza pronominal-demonstrativa, e a manutenção da densidade semântica presente nessa natureza é o que permite o alijamento da imposição hipotática: é, pois, na manuten-

ção daquele "isso" e daquele "isto" demonstrativos que proponho fundamentar-se a permanência da parataxe formativa. Veja-se Alonso Júnior (2002, p. 54), na esteira de Ernout e Thomas (1972 [1951]):

> A propósito específico do pronome relativo [Ernout e Thomas] asseveram (*idem*, 138):
>
> "[...] D'une manière générale, le relatif latin, par sa forme pleine et bien marquée, préservait, beaucoup mieux que celui du grec, son autonomie syntaxique vis-à-vis de l'antécédent.".
>
> "Forme pleine et bien marquée" e "autonomie syntaxique" do pronome relativo aqui se fazem funcionar como argumentos em favor do conteúdo pretendido para o pronome. Esse "conteúdo", por sua vez [...], "preenche" a proposta de não-subordinação da oração.
>
> Aqui, evocar a parataxe não é forçar anacronismo em análise; não é transplantar antigo "estágio" lingüístico para apreciação realizada hoje. É recuo àquele "estágio" como veículo para reencontrar linhas do aqui requerido "sentido sintático"; é observar o que "foi" para, com isso, tentar caracterizar melhor o que se acredita "ser" agora, pressupondo-se que valha essa relação, independentemente da ação do tempo, que [...] modifica, descora, mas não destrói aquele sentido. (ALONSO JÚNIOR; 2002, p. 54)

Insistir naquele "sentido sintático" é expediente argumentativo que bem me serve — por isto o replico aqui, evocando meu próprio discurso (ALONSO JÚNIOR, 2002) — para a defesa de uma parataxe fundamental e fundante,

porque é exigência que a parataxe se apoie em elementos essenciais, suficientes para a expressão mínima, necessariamente densos de "sentido"; esse sentido é essencialmente um "sentido sintático", propriamente um "sentido" no engendramento sintático, certa *ratio* que alija qualquer proposição de automatismo acéfalo: no peso semântico que ali se concentra é que se ancora aquele "sentido sintático", aquela "autonomie syntaxique" em que as relações se travam inteiras entre os elementos e não se espargem em entrelaçamento assemântico.

> [...] La proposition relative se trouvant dans une dépendance très faible par rapport à la principale, le mode y était à l'origine presque aussi libre que dans une phrase indépendante. [...] (ERNOUT; THOMAS, 1972 [1951], p. 334)

Esse caráter "quase livre" implica a densidade semântico-sintática que pretendo, correspondendo à "autonomie syntaxique" das relações integrais e rechaçando o entendimento geral de que a Língua seja regida pela parelha "subordinação-coordenação", segundo o modelo hierárquico tradicionalmente aceito. O que fundamenta a "quase liberdade" da autonomia é a liberdade ontogênica da parataxe.

REFERÊNCIAS

ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. *Reflexões sobre o Pronome Relativo e a Oração "Adjetiva" em Latim e Português*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Padrão, 1983.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe latine*. 2. éd., revue et augmentée. Paris: Klincksieck, 1972 [1951].

LOHNER, José Eduardo dos Santos. "Entrelaçamento sintático do pronome relativo latino". *In*: *Revista do GEL*, São Paulo, v. 19, n. 1, 2022, p. 119-45. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/rg.

MONTEIL, Pierre. *Éléments de phonétique et de morphologie du latin*. Paris: Nathan, 1970.

PINKSTER, Harm. *The Oxford latin syntax*. v. II: The complex sentence and discourse. Oxford: Oxford University Press, 2021.

SÉNÈQUE LE RHÉTEUR. Préface II. *In*: *Controverses et Suasoires*. v. I. Introduction et notes par H. Bornecque. Paris: Garnier, 1932.

Capítulo 19

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DE DIVERGÊNCIAS CONCEPTUAIS E SEMASIOLÓGICAS EM TRADUÇÕES DO CAPÍTULO 1 DO LIVRO *TRADURRE LA TRADIZIONE*, DE FRANCISCU SEDDA

Carmem Lucia Pereira PRAXEDES[lxiii]
UERJ/SELEPROT – *lclppraxedes@gmail.com*

Lethicia GONÇALVES[lxiv]
UERJ/CNPq – *lethicia-gtins@hotmail.com*

RESUMO: A tradução é uma prática de trabalho secular, haja vista saber que um dos primeiros livros a serem traduzidos foi a bíblia. No entanto, apesar do papel social que exerce, ela é extremamente mal reconhecida, no que se refere ao papel do tradutor nas sociedades ao longo do tempo. Somos todos dotados da faculdade da tradução? O pensamento é antes de tudo tradução? (PLAZA, 2010); O tradutor é um traidor?; Ou está a dizer quase a mesma coisa (ECO, 2003)?; Ele precisa escolher entre o autor e a obra a ser traduzida? Imbuídos dessas questões, e para demonstrar as tensões existentes nas escolhas de tradutores, analisamos oito traduções do primeiro capítulo do livro *Tradurre la Tradizione – Sardegna, su ballu, i corpi, la cultura*, de Franciscu Sedda. Objetivo: Diagnosticar o percurso do fazer tradutório do capítulo acima citado realizado por estudantes da Pós-Graduação Lato sensu em Italiano, demonstrando as escolhas lexicais e semânticas pertinentes

dos tradutores. Metodologia: O método foi indutivo, pois partiu da realização linguística das possíveis compreensões e recortes culturais da realidade; entendendo-se a língua natural como um modelizante primário e a cultura como um secundário do pensamento humano (MACHADO, 2003). Resultados: Foram organizados oito mapas conceptuais a partir da leitura dos diários de cada tradutor e, com isso, notamos as variedades nos percursos feitos, de acordo com a maior ou menor experiência de cada tradutor, da leitura do texto a ser traduzido e de sua tradução em nível frástico entre outras posturas em relação ao texto fonte. Conclusão: Toda a tradução é um desafio singular para o tradutor que precisa acessar, resgatar e ressignificar informações muito específicas de cada cultura. Essas ressignificações extrapolam a estrutura de superfície e buscam em estruturas profundas as conceptualizações dos mundos a serem traduzidos.

PALAVRAS-CHAVE: tradução; franciscu sedda; italiano-português; sardenha; semiótica das culturas.

INTRODUÇÃO

O tradutor é um ser que vive o seu cotidiano em fraturas expostas, sujeito às imperfeições e ao peso da língua escrita, escravo do tempo, de suas escolhas lexicais, sintático-semânticas, de línguas vivas em constante processo de transformação e mudança. Além disso, embora possa ser considerado como coautor, ele não é o detentor da ideia original e, por isso, vive à sombra e será condenado por qualquer deslize, até mesmo por aqueles que nada entendem de tradução e que, justamente por isso, julgam-se capazes de

traduzir e criticar as práticas e regras do tradutor. Tradução é trabalho e muito sério, dependente de dedicação e isolamento, de bons dicionários, inclusive os terminológicos, de domínio e capacidade de levantamento de dados culturais muito deles ainda não organizados. Línguas não são etiquetas (HJELMSLEV, 2009) e as culturas nelas inerentes fazem delas uma singularidade plural. Em *Número Zero* (ECO, 2015, p. 12), o narrador-personagem afirma: "De fato, traduzir significa estar em casa, no calor ou no frio e trabalhar com chinelos, além de tudo aprendendo um monte de coisas." (*Tradução nossa*)[lxv]. A consciência do fazer tradutório com seus ônus e bônus é perfeitamente exposta nessa citação, sem o peso das teorias, mas com a leveza do narrador e de seu mundo narrativo. No entanto, no chamado mundo real quase tudo é peso (CALVINO, 1988) e a dúvida é o quanto de peso poderemos subtrair do fazer tradutório.

O FAZER TRADUTÓRIO

Todo o fazer existe em si mesmo como algo oriundo de uma necessidade. O Homem, diferentemente dos outros animais – que se assentam no tempo presente de suas existências, vivendo um dia após o outro, usando o passado apenas como uma experiência prática para o manejo do mundo e a satisfação das suas necessidades básicas, i. é; o comer, o dormir, o marcar territórios, o procriar e o contemplar –; criou ao longo de sua história, expectativas de intervenção e manipulação do meio ao seu bel prazer. Dessa forma, ele não só criou facilidades para a sua vida; como o

congelamento artificial de alimentos, o que lhe permitiu armazená-los, mas também dificuldades oriundas da problematização do uso descuidado e abusivo dos espaços físicos; as queimadas e os contingenciamentos, por exemplo.

A análise do fazer tem em vista rever métodos e técnicas, de modo que possa otimizar as relações do homem com as suas práticas de trabalho, bem como apontar possibilidades mais eficazes de sua realização. Para tanto, precisamos considerar quais são os nossos materiais de trabalho e quais são os instrumentos com os quais podemos trabalhar, urge contar o processo.

> O autor não deve interpretar. Mas pode contar como e por que escreveu. Os assim chamados tratados de poética nem sempre servem para compreender a obra que os inspirou, mas servem para compreender de que modo se resolve o problema técnico que é a produção da obra. (ECO, 1985, p. 13)

A citação acima nos veio à mente, ao considerarmos a aproximação necessária entre autor e tradutor, cujo meio privilegiado para tanto é a obra a ser traduzida. A tradução, nesse sentido, é um processo de decodificação[lxvi] e recodificação, não apenas de signos, mas de símbolos, ícones e inferências que ocorre da língua de partida para a língua de chegada e é extremamente dependente da percepção do tradutor, que funciona como um filtro de palavras repletas de significação, ele (o tradutor) é um intérprete.

Ao pactuar com o ato tradutório, o tradutor assina um contrato de competência que é o compromisso do dever-fazer; uma articulação entre o deôntico e o factivo, o que será atualizado no saber-fazer – cognitivo e factivo – e finalizará com o desempenho, ou seja; o fazer-ser, factivo e alético. Em suma, obrigação, cognição e realização se articulam dinamicamente em torno do factivo. Em meio a essas práticas coexistem para o bem e para o mal os implicadores sociais, delimitadores do tempo e espaço do tradutor; além do seu sistema de valores. Tradutor, texto, autor e tradução permanecem tensionados durante todo o processo.

A tradução é produto da praga da Babel e ainda da busca pela reaproximação de povos que se distanciaram, pois não mais falavam a mesma língua. Ela é uma necessidade que se pauta e se sustenta na preguiça e na ignorância que possuímos em relação ao outro.

Inicialmente a serviço da Igreja e em busca da catequização de outros povos, ela se expandiu do mercado do crer-poder para aquele do ter-poder, porém, ela se libertou, como liberta é toda linguagem, por mais que tenhamos tentado amordaçá-la. E assim, o próprio mercado a impulsionou de carona na guerra silenciosa da globalização, pois para vendermos e fazermos circular coisas e ideias precisamos das palavras e não ingenuamente alguns perceberam que a palavra não deveria ser única, mas plural, visto que as culturas são plurais.

Há de se sinalizar que o quanto mais venhamos a nos aproximar das outras línguas e culturas e de todo o cabedal que cada uma engendra[lxvii], menos pre-

cisaremos do tradutor e do intérprete. O tradutor é uma lente a filtrar os dados de realidades a nós desconhecidos, mesmo que seja na nossa própria língua. E ao ser ele lente, pode exercer critérios diferenciados em seu filtro.

Muito se fala de e sobre os tradutores, desde o célebre *Traduttori tradittori* até mesmo o *Dire quasi la stessa cosa*, esse último de Eco. No entanto, pouco se valoriza esse profissional no seu trabalho de garimpo do léxico ou do *conceptus* em busca da reconstrução do percurso semasiológico ou conceptual, em meio a uma gama de possibilidades que uma dada cultura nos oferece em suas fronteiras (LOTMAN, 1999), o que se torna ainda mais desafiador se considerarmos todas as semióticas envolvidas no ato tradutório.

Quer seja numa perspectiva global, quer seja numa local, urge que as faculdades e institutos de Letras e Linguística repensem os seus currículos tendo em vista a excelência na formação de seus estudantes, de maneira geral, é claro, e ainda muito especialmente daqueles que optem pela prática de tradução. E dizemos prática de tradução, pois entendemos que até mesmo aquele que venha a se dedicar aos estudos de tradução tenha de pôr-se horas e horas no desenvolvimento da tradução de textos, considerando, até mesmo, se delimitarmos apenas os escritos, nos depararemos com imagens e situações as quais o tradutor nunca havia confrontado. E é para isso que uma formação aprofundada nos diversos níveis da descrição linguística (LOPES, 1986), de modo a fornecer ao estudante instrumentos de busca, seleção e escolhas lhes propiciará o

menor desvio possível daquilo que o autor quis dizer e aquilo que o tradutor disse, compreendendo também ser esse último um mediador entre culturas nem sempre afins, o que lhe conduz a fazer escolhas ora de domesticação ora de estrangeirização, tanto no que se refere ao léxico, quanto às relações sintáxicos-semânticas.

Ainda mais complexas são as tomadas de decisão ao se dedicar ao nível pré-linguístico, especialmente o da conceptualização, pois o tradutor deve se reportar à realidade do mundo da língua que traduz, sem, necessariamente, ter a vivência suficiente para tanto, em outras palavras; não basta saber a língua, urge reconstruir a sua episteme, projetando o próprio espírito sobre a sua realidade. Mas isso demanda do tradutor a postura de um pesquisador e viajante, por todos os meios e formas possíveis, com o auxílio de ferramentas tradicionais – livros, dicionários – e atuais – *Internet*, avião. Além disso, o estudo e a pesquisa, numa concepção dialética, não se ressemiotiza fora da dialética, i. é; precisamos pôr em discussão os recortes culturais das visões de mundo que construímos, ainda mais quando tratamos de língua estrangeira – LE.

Em *Número Zero* (ECO, 2015, s. p.), o narrador-personagem afirma:

> Nunca me graduei por conta de saber alemão. Minha avó era altoatesina[lxviii] e me o fez falar desde pequeno. Desde o primeiro ano na universidade, para me manter nos estudos, tinha aceitado traduzir livros do Alemão. Naquela época saber o Alemão já era uma profissão. Liam-se e se traduziam livros que os outros não

> entendiam (e que então eram considerados importantes), e se pagavam melhor do que para aqueles em francês ou até mesmo em inglês. Hoje penso que acontece a mesma coisa com quem ensina chinês ou russo. De qualquer modo, ou se traduz do Alemão ou se forma, as duas coisas ao mesmo tempo não podem ser feitas. (ECO, 2015, s. p., *tradução nossa*)[lxix].

A consciência do fazer tradutório com seus ônus e bônus é perfeitamente exposta na citação acima, sem o peso das teorias, mas com a leveza do narrador e de seu mundo narrativo. No entanto, no chamado mundo real quase tudo é peso (CALVINO, 1988) e a dúvida é o quanto de peso poderemos subtrair do fazer tradutório e os limites de divergência entre as escolhas feitas por tradutores da mesma obra, sem perder de vista a fidelidade ao texto de partida, pois; o tradutor deve fidelidade à obra, mas o grau dessa fidelidade dependerá de sua formação, da sua maturação, da sua prática, da sua visão de mundo, da sua percepção desse mundo e dos mundos, cujas variáveis são dependentes também do tipo de texto a ser traduzido, uma vez que traduzir um manual de medicina e muito diferente de traduzir uma obra narrativa ficcional.

Entendemos, juntamente, com Sedda (2011), que toda tradução é fruto de um processo e produto imperfeitos – processo enquanto técnica de trabalho sobre os textos e produto enquanto texto de chegada, i. é; a tradução propriamente dita. Se a distância entre o original e a tradução pode ser grande, mesmo para um texto do cotidiano, o quanto também o será para um texto em

que tenhamos de tornar claro para o leitor práticas e costumes próprios da cultura de um determinado povo?

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Ao iniciarmos o presente estudo, adotamos a concepção de semiótica científica, conforme a definição proposta por Pais (1993), i. é;

> [...] uma das ciências humanas e sociais, define-se, preliminarmente, como a ciência da significação. Propõe-se a estudar os processos semióticos, ou seja, os sistemas de significação – entendida como relação de dependência entre o plano do conteúdo e o plano da expressão –, de produção de informação – recortes culturais –, de produção e sustentação de ideologia – sistema de valores -; examina sua estrutura e funcionamento, no seio da vida social, como mecanismos dotados de auto-alimentação e auto-regulagem, sua mudança no eixo da história, suas relações com a cultura e a sociedade. (PAIS, 1993, s. p.)

Dando ênfase a um de seus ramos, o da Semiótica das Culturas que, ainda segundo Pais (*op. cit.*), está centrado na visão de mundo, na delimitação espacial, nos sistemas de valores e nas relações multidisciplinares especialmente com a Antropologia, Sociologia e História. Para Machado (2003, p. 57), a Semiótica das Culturas herdou da Teoria Geral dos Signos a "[...] compreensão da significação como semiosis e propriedade do signo que só pode ser compreendido à luz de outro signo [...]".

Da Semiótica das Culturas trouxemos os conceitos de semiosfera e fronteira, o primeiro é entendido como o espaço semiótico, onde ocorre a semiose, o segundo, cf. Machado (2003, p. 159) zona de liminaridade e espaço de trânsito, de fluidez, de contato entre sistemas semióticos. E o de modelizante primário e secundário, ou seja; aquilo que confere estrutura de linguagem a sistemas de signos (MACHADO, 2003, p. 163).

Devido à proposta de nosso trabalho se centrar no percurso do fazer tradutório a partir das escolhas de tradutores, por meio da análise das recorrências ou omissões de uma dada lexia ou sintagma em situação discursiva para que tínhamos de relacionar o texto de partida e o texto de chegada, buscamos também em Babini (2006) e Barbosa (2000) o embasamento teórico para tanto.

Na nossa análise adotamos os termos conceptualização, onomasiologização e semasiologização, conforme o exposto em Babini (2006). É importante considerar que apesar de ser por muitos desvalorizado, no trabalho do tradutor implicam percursos que vão da percepção do ser, coisa ou objetos do mundo até a formação da ideia; o da conceptualização. Da ideia até a sua realização em palavra; o da onomasiologização e da palavra até a sua instauração em discurso; o da semasiologização. E esses são motivos que justificam uma tradução não ser igual à outra, mesmo sem serem erradas, uma vez que cada ser percebe os dados da realidade de forma diferenciada e irá realizá-los em palavras lançando mão do manejo que tenha de cada língua; ou seja o seu vocabulário pessoal e a sua capacidade de estruturá-la e reestruturá-la.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisamos oito traduções do primeiro capítulo do livro *Tradurre la tradizione*, de Franciscu Sedda, cujo texto de partida, o capítulo primeiro, possuía 21 páginas – p. 21-42 – intitulado *La dimensione delle rappresentazioni discorsive*. Cabe dizer que o livro foi produto da monografia de graduação do autor italiano, natural da ilha da Sardenha, que recebeu o prêmio Sandra Cavicchioli. Configura-se, pois, como um texto teórico, escrito na variedade *standard* (exemplar) da língua italiana, marcado, porém, de ocorrências em língua sarda.

As características do texto de partida, de per si, foram desafiadoras aos tradutores com relativa experiência nesse trabalho. Por outro lado, dos oito participantes do estudo, seis eram graduados em Letras e apenas dois não o eram.

Após a leitura de todas as traduções devidamente desidentificadas – codificadas de T1, T2, T3... até o T8 – e organizadas em colunas, de modo que pudéssemos visualizar as escolhas o mais linearmente possível, arbitramos cores para marcar o texto, quais sejam:

X

Pontos nodais: p. ex.; alguns vocábulos, palavras ou sintagmas que estão inter-relacionados pragmática e culturalmente, o que implica para o tradutor maior esforço na seleção da forma de expressão da ideia que melhor represente o dito no texto de partida, mas que ao mesmo tempo seja significativo e compreendido na língua de chegada. Em geral termos nodais são expressões

idiomáticas e demais sintagmas com uma forte carga cultural ou, até mesmo, um uso morfossintático ocorrente em apenas umas das línguas. (Su Ballu);

X Relação morfossintática. (gere-se);

X Relação semântica (poesie/poema, rito/ritual);

X Relação sintático-semântica (Se si considera/se considerarmos);

X Ingenuidade/limitação do tradutor (del Settecento/setecentos);

X Violar a referência (dall'organetto diatonico/pelo acordeon de botões).

No decorrer da pesquisa notamos que mais uma cor deveria ter sido incluída para destacarmos as perdas dos tradutores, cf. Eco (2015, p. 95).

X Perdas

EXEMPLO DE TEXTO COLUNADO COM AS CATEGORIAS DESTACADAS

Capitolo primo	*Primeiro Capítulo*
Su ballu: storia di rappresentazioni, gioco di identificazioni	*Su ballu*: história de representações, jogo de identificações
Al di là della scissione fra pratiche e rappresentazioni	*Para além da cisão entre práticas e representações*
Il ballo sardo è stato ed è tuttora, in molte occasioni, accompagnato dal canto.	A dança sarda foi e ainda é, em muitas ocasiões, acompanhada pelo canto. Claro, co-

Certo, come vedremo nella *Parte Seconda* del volume, la dimensione ritmico-musicale gioca un ruolo preponderante nelle trasformazioni che il corpo e i corpi dei danzatori subiscono durante il rito tanto da far pensare che la parte verbale e cantata sia più che altro da considerare nella sua dimensione "sonora". E forse così è in molti casi, un po' come quando ci si accende e ci si lascia trascinare da canzoni di cui non si capisce il testo ma nondimeno *lo si sente*: *v*ale a dire lo si sente *giusto*, *appropriato* al momento individuale e rituale che si sta vivendo, alla trasformazione emotiva e valoriale in cui si è coinvolti.

A volte basta il riconoscimento, il sentore, del legame profondo – tanto storico quanto naturalizzato – fra peculiari sonorità di una data lingua e forme musiche di quella data cultura, perché si generi un sentimento.

mo veremos na Segunda Parte deste volume, a dimensão rítmico-musical tem um papel preponderante nas transformações que o corpo e os corpos dos dançarinos assumem durante o ritual, a ponto de se pensar que a parte verbal e cantada seja para ser considerada,

principalmente, na sua dimensão "sonora". E talvez assim seja em muitos casos, um pouco como nos ligamos e nos deixamos levar pelas canções das quais não se compreende a letra, mas, mesmo assim, a sentimos: cabe dizer, a sentimos *justa, apropriada* ao momento individual e ritual em que se vive, à transformação emotiva e valorativa na qual estamos envolvidos.

Às vezes basta o reconhecimento, a intuição da profunda ligação – tanto histórica quanto naturalizada – entre a sonoridade peculiar de uma determinada língua e formas musicais daquela determinada cultura, para que gere-se um sentimento.

Fonte: Os autores.

EXEMPLO DE QUADRO DE CONCEPÇÃO TRADUTÓRIA

Fonte: Os Autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos diferenças naturais conforme a habilidade linguística de cada tradutor que não só precisa saber a língua, mas precisa saber-fazer com ela, manejá-la e aproximar mundos cujas fronteiras nem sempre são tão próximas. Além disso a percepção de mundo e a enciclopédia de cada profissional faz com que o tradutor tenha escolhas mais ou menos próximas da realidade de uma ou outra língua. Para os estudos da tradução, necessitamos de pesquisas que venham a ouvir os tradutores sobre como realizam o fazer tradutório e os percursos de conceptualização, onomasiolização e semasiologização.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. O conceito de fronteira na semiótica de Iúri Lotman. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso* [online]. 2017, v. 12, n. 1 [Acessado 4 outubro 2022], pp. 5-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457326361>. ISSN 2176-4573. https://doi.org/10.1590/2176-457326361.

BABINI, Maurizio. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 38-41, June 2006. Available from: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200015&lng=en&nrm=iso. access on 04 Oct. 2022.

BARBOSA, Maria Aparecida. Conceptualização e estruturação semântica lexical: relações. *Língua e Literatura*, n. 26, 2000, p. 45-70.

CALVINO, Italo. *Lezioni americane*. Sei proposte per il prossimomillennio, Milano: Garzanti, 1988.

ECO, Umberto. *Dire Quasi la Stessa Cosa*: esperienze di traduzione. Milano: Bompiani, 2015.

ECO, Umberto. *Numero Zero*. Milano: Bompiani, 2015.

ECO, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LOTMAN, I. *Cultura y explosión*. Barcelona: Gedisa, 1999.

MACHADO, Irene. *Escola de Semiótica* – A experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

PAIS, Cidmar Tedoro. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'Etat des-Lettres et Sciences Humaines. 2 tomes. Directeur de Recherche: M. Bernard Pottier. Paris/Lille, Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV), Atelier National de Reproduction des Thèses – Université de Lille III, 1993.

PLAZA, Julio. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SEDDA, Franciscu. *Tradurre la tradizione* – sardegna, su ballu, i corpi, la cultura. Roma: Meltemi, 2003.

SEDDA, Franciscu. Traduções imperfeitas. Notas para uma semiótica das culturas. Tradução de Carmem Praxedes. In: SIMÕES, Darcilia (Org.). *Diálogos intersemióticos II*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011, p. 239-54. Disponível em www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_tfc_lingua/coloquio_dialogos_intersemioticos_1.pdf

Capítulo 20

ADAPTAÇÕES BILÍNGUES DAS BIBLIOTECAS DA UFG PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE AOS DISCENTES SURDOS

Andréa dos Guimarães de CARVALHO
UFG – *andrea.cenaudio@gmail.com*

RESUMO: A leitura e familiaridade com questões que envolvem a linguística, base de estudos dos cursos para a formação de estudantes surdos via acesso às bibliotecas institucionais. O objetivo desta pesquisa foi observar e descrever as ações desenvolvidas nas bibliotecas do SIBI, na Universidade Federal de Goiás-UFG, o processo de acessibilidade e como esses alunos utilizam as informações disponíveis nesses ambientes, os tipos de ações colaborativas dos profissionais desses lugares com esses alunos nesses espaços. Para tanto, autores como Grossi (2008), Cosson (2014), Lacerda (2006) dentre outros discutem questões da acessibilidade e adaptações bilíngues e linguísticas, uma vez que os acervos se constituem a partir de uma língua, ou sistema linguístico. Os questionários aplicados aos bibliotecários e a observação funcional desses ambientes no atendimento de usuários surdos mostraram que: as bibliotecas e seus servidores desejam ser mais acessíveis, mas alegaram falta de motivação e planejamento de ações bilíngues, as ações afirmativas que ocorrem são abordadas externamente em eventos de extensão fora do SIBI, e a importância tanto da adaptação bilíngue do acervo SIBI na instituição, como

estudos sobre línguas e as áreas diversificadas da linguística para a formação desses ambientes.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; surdos; literatura; bibliotecas universitárias.

INTRODUÇÃO

Em vários ambientes acadêmicos, a acessibilidade ainda é um grande desafio. As dificuldades estão nas salas de aulas, em congressos e em bibliotecas. No ambiente das bibliotecas observa-se as tentativas de renovação e busca de espaço no mundo digital. É louvável a atitude de se buscar sempre a renovação. Entretanto o que esses profissionais estão desenvolvendo, e o que já é feito no cotidiano para melhorarem o atendimento e o melhor reconhecimento dos alunos surdos dentro das bibliotecas da Universidade Federal de Goiás-UFG?

O intuito desse trabalho e observar e entender como funciona o SIBI em relação acessibilidade e como busca se desenvolver em relação a inclusão, sendo ele com projetos, divulgação e até mesmo qualificação para os servidores. Autores como GROSSI (2008), COSSON (2014) mostram também a importância da Leitura e este trabalho tem o intuito de mostrar como as bibliotecas são uma parte importante para que a comunidade surda tenha mais acesso à leitura.

Este trabalho está organizado em três partes: na primeira seção, intitulada “Bibliotecas, Literatura e Surdez”, procura-se estabelecer a relação entre a importância da literatura, o espaço das bibliotecas e a educação de surdos; na segunda parte, o tema desenvolvido versa sobre a

"Acessibilidades nas bibliotecas" e, na terceira, se descreve uma metodologia atrelada na apresentação dos resultados adquiridos nesta pesquisa.

BIBLIOTECAS, LEITURA E SURDEZ

O termo "biblioteca", segundo Houaiss (2001), vem da junção de dois termos gregos: βιβλίον (lbiblion) e θήκη (teca). O primeiro termo com o significado de "livro" e o segundo, "caixa" ou "depósito". De forma geral, a biblioteca é um local onde são guardados livros, publicações diversas e documentos, mas as bibliotecas são mais do que um local de reunião de acervo literário e documental. De acordo com Silva (2015, p. 39), é possível perceber o espaço da biblioteca como um repositório de memória da sociedade:

> [...] uma memória coletiva, originada das memórias individuais; depositária da história objetiva e ideológica da sociedade. Poeticamente, pode-se dizer que a biblioteca é toda memória do mundo, um lugar que se apresenta com mecanismos complexos de armazenamento e acesso à informação, mas que traz a possibilidade de dispor dos conhecimentos passados disponíveis. (SILVA, 2015, p. 39)

A importância das bibliotecas como "memória coletiva" da humanidade, justifica a necessidade de estudos sobre a história desses espaços de conhecimento. A história das bibliotecas pode ser iniciada com a Biblioteca de Alexandria,

> [...] a primeira com aspirações universais e, com sua comunidade de estudiosos, tornou-se o protótipo das universidades da era moderna. O grande estoque de livros reunido em Alexandria definiu uma nova concepção a respeito do valor do conhecimento. O objetivo era reunir tudo que estivesse disponível. (BATTLES, 2003, p. 36)

Na Antiguidade, academias e bibliotecas eram frequentadas pela aristocracia. As demais classes sociais, formadas por pequenos comerciantes, camponeses e escravos, não tinham amplo acesso aos livros guardados nas bibliotecas. A leitura é um processo cultural, do qual participa o indivíduo alfabetizado que tem contato com livros, jornais e revistas. O ato de ler, no entanto, não consiste apenas em decodificar letras e símbolos. A leitura individual amplia a capacidade cognitiva e transforma o leitor em uma pessoa questionadora e curiosa diante dos fatos do mundo. O hábito da leitura torna o leitor mais apto para resolver seus problemas cotidianos, relacionar-se com pessoas e crescer em sua vida profissional.

> Pessoas que não são leitoras têm a vida restrita à comunicação oral e dificilmente ampliam seus horizontes, por ter contato com ideias próximas das suas, nas conversas com amigos. [...] é nos livros que temos a chance de entrar em contato com o desconhecido, conhecer outras épocas e outros lugares – e, com eles abrir a cabeça. Por isso, incentivar a formação de leitores é não apenas fundamental no mundo

> globalizado em que vivemos. É trabalhar pela sustentabilidade do planeta, ao garantir a convivência pacífica entre todos e o respeito à diversidade. (GROSSI, 2008, p.3)

A prática da leitura para pessoas ouvintes é, em geral, um processo que se inicia na infância e se desenvolve ao longo da vida, visto que a ampliação dos conhecimentos de cada indivíduo depende de sua interação com diferentes tipos de leitura. O mesmo ocorre com as pessoas surdas, no entanto, de forma mais complexa. Para o surdo a sua língua materna, Libras, é visuo-espacial, enquanto a leitura de textos tem base oral, o que torna o processo mais difícil, uma vez que precisa transformar os símbolos impressos em imagens significativas.

O hábito da leitura amplia no leitor a capacidade de questionar o senso comum e posicionar-se diante de novas ideias, aceitando-as ou recusando-as, a partir de sua própria reflexão. De acordo com Cosson (2014, p.37), no processo de leitura o que interessa é o texto, tanto em suas linhas como em suas entrelinhas:

> [...] por isso ler começa na compreensão do que diz o texto e tem como ápice a identificação da estrutura ou o reconhecimento dos mecanismos retóricos do texto. Dessa forma, em sua visão mais básica, a leitura é, antes de qualquer coisa, um processo de decifração do texto, de decodificação daquilo que o texto diz. Nos casos mais elaborados, ler é desvelar o texto em sua estrutura, tal como se observa na proposta hoje co-

> mum nos manuais de literatura de se analisar um texto poético a partir das camadas sonoras, lexical e imagística com que é constituído. Ler é analisar o texto. (COSSON, 2014, p. 37)

De acordo com Cosson (2014), portanto, ler é "decifrar", "decodificar" o texto, desvendando a sua estrutura a partir das suas muitas "camadas". Sob esse ponto de vista, a alfabetização, de forma geral, é falha em relação ao ato de ler já que, na maioria das vezes, não se observa verdadeiro empenho da escola para iniciar seus alunos ao hábito da leitura.

As escolas e as bibliotecas são espaços fundamentais para que uma comunidade tenha um número expressivo de leitores e, por isso, vale questionar como as bibliotecas têm desempenhado o seu papel de formar leitores e, também, como está ocorrendo a inclusão nesses espaços.

Quando se trata de leitura, o desenvolvimento de crianças surdas e ouvintes é bem diferente. Nos primeiros anos de vida, porém, o potencial de desenvolvimento de surdos e ouvintes é semelhante, considerando que, segundo Piaget, todos nascem com inata capacidade de desenvolvimento intelectual. É desejável, portanto, a exposição de crianças a diferentes estímulos, para que se desenvolvam plenamente.

ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DA UFG

O decreto Nº 5.626 publicado em 22 de dezembro de 2005 regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira

de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O decreto Nº 5.626 torna obrigatório às instituições federais de ensino e educação, de acordo com o artigo 23, proporcionar os serviços de tradutor/intérprete de Libras – Língua Portuguesa em salas de aulas e em outros espaços educacionais, como exposto em seus parágrafos 1º e 2º:

> § 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.
>
> § 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005, s. p.)

Com a promulgação das leis Nº 10.098 e Nº 10.436, esperava-se que os surdos tivessem acesso à comunicação, à informação e à educação. Anos depois de editado, o decreto Nº 5.626 mostra-se algumas vezes sem efeito no cotidiano das escolas, pois os alunos não conseguem ter um ensino bilíngue.

Apesar dos avanços, as leis não conseguiram incluir verdadeiramente o surdo no ambiente escolar, colocando-o como um aluno que necessitava de educação especial. No inciso III, do artigo 4º, da LDB- Lei de Diretrizes e bases, lê-se que será garantido "[...]

atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.".

Crianças surdas que têm a Libras como L1 e crianças ouvintes, cuja L1 é a língua portuguesa, não conseguem se comunicar entre si. Como poderia haver inclusão em uma sala de aula que apresente essa realidade? A falta de uma lei que apoie o ensino de Libras no ensino fundamental ou médio, torna difícil a comunicação entre dois alunos com línguas diferentes em uma única sala. O que se observa é que os Intérpretes se tornam professores dos alunos surdos. As exigências para inclusão da Libras como disciplina curricular não estão sendo cumpridas, como disposto no Art. 9º do Decreto Nº 5.626 22 de dezembro de 2005:

> A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais;
>
> I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
>
> II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
>
> III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
>
> IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

> *Parágrafo único.* O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas. (BRASIL, 2005, s. p.)

O que tem acontecido, contudo, é que a carga horária oferecida por essas instituições, tem se mostrado ineficaz. Não qualifica os professores ao domínio da língua, nem lhes permite a fluência necessária para esclarecer as dúvidas de um discente sem a ajuda do Intérprete. Segundo Lacerda (2006, p. 176):

> a) A escola não se preocupa mais com a questão, porque se preocupar significaria buscar outras ajudas profissionais (intérprete, educador surdo, professor de apoio etc.) e a escola pública brasileira, em geral, não conta nem com a equipe básica de educadores para atender as necessidades dos alunos ouvintes;
>
> b) os professores, que percebem que o aluno não evolui, mas não sabem o que devem fazer, por falta de conhecimento e preparo;
>
> c) os alunos ouvintes, que acolhem, como podem a criança surda sem saber bem como se relacionar com ela;
>
> d) o aluno surdo, que, apesar de não conseguir seguir a maior parte daquilo que é apresentado em aula, simula estar acompanhando as atividades escolares, pois afinal todas aquelas pessoas parecem acreditar que ele é capaz; e) a família, que sem ter outros recursos precisa achar que seu filho está bem naquela escola.

Lacerda (2006) observa o que acontece em várias escolas que, mesmo após a promulgação dessas leis, continuam a oferecer aos alunos uma educação bem distante de ser inclusiva e acessível. Outro local onde encontramos dificuldades no acesso e na inclusão da comunidade surda é nas bibliotecas. Segundo a Revista; "Biblioteca Pública: princípios e diretrizes", da FNB (2010 p. 23), a biblioteca pública é definida como:

> A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões. (FNB, 2010 p. 23)

Portanto, a diretriz das bibliotecas se mostra aberta para acessibilidade, não importando qual a condição do usuário. Sendo assim a partir das declarações, surgem perguntas sobre a acessibilidade dos surdos às bibliotecas e sobre a competência dos servidores desses locais, no que diz respeito ao uso da Libras. Na Universidade Federal de Goiás-UFG, a necessidade

da acessibilidade dentro da Faculdade de Letras é de extrema importância, pois esse curso foi uma grande conquista para a comunidade surda, principalmente do Estado de Goiás.

A UFG oferece aos surdos um processo seletivo criado pela UFG inclui no qual 15 vagas do curso Letras: Libras são destinadas para surdos, que são submetidos a um processo especial como informa o Art.1º III pelo CONSUNI Nº 31/2012. Por conta disso podemos pensar se a UFG e principalmente a FL se mostra acessível para esses alunos que ingressam na faculdade desde 2013 a necessidade de contato com as bibliotecas são de extrema importância em qualquer curso universitário.

Apontamos então as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas- UFG. No ano de 1973 a Biblioteca central/BC foi criada com a junção do acervo de 13 bibliotecas departamentais e começou a funcionar no prédio da Faculdade de direito. Nos anos 80 o Ministério da Educação concedeu um local próprio para a biblioteca localizada no Campus Samambaia. Nesse momento ocorreu a divisão do acervo entre a Biblioteca Central e a Biblioteca Campus Colemar Natal e Silva/BSCAMI, com o tempo outras bibliotecas foram sendo criadas para comportar os outros Campus da UFG em outros estados de Goiás.

No momento o SIBI/UFG é composto por nove bibliotecas voltada para o público universitário e uma escolar que são totalmente livres para a comunidade em geral, porém apenas alunos da Instituição ou

pessoas que tem vínculo direto com a UFG como: professores e técnicos administrativos efetivos podem fazer o empréstimo e a devolução de livros. Essas bibliotecas são: a Biblioteca Central Prof. Alpheu da Veiga Jardim, localizada no Campus 2, com funcionamento de segunda a sexta-feira; Biblioteca Seccional Campus 1 (BSCAMI) – Campus Colemar Natal e Silva, localizada no Setor Universitário; Biblioteca Seccional Campus Aparecida de Goiânia (BSCAP), situada no Bairro Conde dos Arcos, Ap. de Goiânia; Biblioteca Seccional Cepae Prof. Geraldo Faria Campos (BSCEPAE) localizado também no Campus 2, única biblioteca escolar dentro do SIBI/UFG; Biblioteca Seccional Letras e Linguística (BSLL), também localizada no Campus 2, na Faculdade de Letras, com um acervo mais voltado para os alunos dessa unidade. A Faculdade de Letras é a única com cursos no período noturno que tem uma biblioteca do Sistema de Bibliotecas/UFG. Isso facilita o acesso dos estudantes surdos, pois não precisam se deslocar até a Biblioteca Central-BC.

As bibliotecas são importantes para crianças, jovens e adultos surdos conhecerem a sua própria língua, desenvolverem melhor escrita em português e também uma boa sinalização. No site da BC-UFG conseguimos perceber a grandiosidade de seu acervo. Segundo informações retiradas desse site, as bibliotecas da UFG são informatizadas e, como outras bibliotecas universitárias, participam do Portal Capes. No Histórico do Site do Sistema de Bibliotecas SIBI/UFG, descreve que:

> [...] há mais de 12 mil títulos de periódicos eletrônicos com textos completos e mais 80 bases de dados com resumos de documentos científicos. Também mantém convênios com o IBICT e com a Bireme para o serviço de Comutação Bibliográfica (Comut). Oferece diversos serviços, alguns deles restritos à comunidade da UFG – que é composta por estudantes de graduação e de pós-graduação com matrícula atualizada na instituição, servidores docentes e técnico-administrativos ativos e inativo. (SIBI/UFG, s. d., s. p.)

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) tem também sob sua responsabilidade o Portal de Periódicos da UFG, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Repositório Institucional, coordenados pela Gerência de Recursos Tecnológicos (GRT). No Laboratório LAI – Laboratório de Acessibilidade Informacional, desenvolvido por uma parceria com o Núcleo de Acessibilidade UFG e o SIBI/UFG-Sistemas de Bibliotecas/UFG, há equipamentos de tecnologia assistiva e serviços para pessoas com deficiência.

Até a última atualização no site da biblioteca, no dia 13 de março de 2022, às 8h e 11min, encontravam-se disponíveis para alunos com deficiência os seguintes equipamentos: Lupa Digital Portátil utilizada para pessoas com baixa visão que amplia as palavras dando mais comodidade para os usuários; ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais facilitando também a leitura para usuários com baixa visão; assinadores para auxilio no preenchimento de assina-

tura para pessoas com alguma dificuldade; computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela para pessoas com deficiência visual e até mesmo deficiência motora; dentre outros.

As informações disponíveis no site do SIBI/UFG (www.bc.ufg.br) têm tradução para libras, o VLibras. Nesse site, não é informado se há pessoas capacitadas em Libras para atender, nas bibliotecas, usuários surdos que possam necessitar de acompanhamento para acessar o acervo e se informar sobre o funcionamento da biblioteca. Normalmente há treinamento *online* para alunos e servidores, visando a emissão das carteirinhas da biblioteca.

Um marco para a comunidade surda foi a criação da Bibliolibras: Biblioteca Bilíngue de Literatura Infantil e Juvenil, em Libras e Português, no Curso de Letras Libras da Universidade Federal de Goiás. Essa biblioteca foi criada com o intuito de contribuir para a acessibilidade de crianças surdas e deficientes visuais.

A Bibliolibras é um site que conta em seu acervo com 12 livros audiovisuais bilíngues, apresentados oralmente por um narrador, em português; em libras, por intérpretes e, também, em português escrito. Os textos são adaptações de contos tradicionais, recolhidos pelos Irmãos Grimm.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

No desenvolver da pesquisa qualitativa foram criados dois questionários, um para servidores e outro

para 3 alunos surdos que frequentavam uma das bilbiotecas. Além dos questionários, foi observado como os ambientes funcionavam nos momentos de atendimento desses alunos. No processo de avaliação desses questionários conseguimos obter alguns dados sobre a atuação dos servidores e a percepção dos alunos surdos que frequentam as bibliotecas do SIBI, em especial a biblioteca setorial da Faculdade de Letras. Os três alunos que responderam à pesquisa, não se consideram deficientes auditivos, mas como surdos, pois se comunicam por Libras e uma vez adaptadas recursos materiais, e servidores fluentes em Libras a deficiência não era vista como uma limitação ou doença. Na resposta a uma das perguntas do questionário, um aluno surdo informa que não sentia dificuldade antes da pandemia. Provavelmente esta pessoa era oralizada e sabia ler lábios por conta das máscaras fica impossível a leitura de lábios. Neste caso a solução seria um atendente saber Libras.

Os alunos foram questionados em relação a projetos feitos pelas bibliotecas e dois discentes responderam que participaram de algum projeto na biblioteca setorial. Outro aluno comentou sobre a Bibliolibras e a hora do conto, um projeto de extensão da Faculdade de Letras, UFG, aberto para a comunidade em geral. As histórias são contadas em Libras e em português.

Uma das questões mais importantes foi sobre a comunicação dos surdos com os servidores. Na visão dos usuários surdos, apenas um se sente seguro para conversar e ser compreendido. Os outros dois têm al-

guma dificuldade e se sentem mal por não conseguirem se comunicar. Precisam escrever ou levar algum colega ouvinte para ajudá-lo. Há usuários surdos que já deixaram de ir à biblioteca por não se sentirem confortáveis ao pedir informação.

Outra questão aborda a opinião dos surdos sobre o que deveria ser mudado em relação à acessibilidade e um depoimento refere-se à organização dos livros e a como é feita a catalogação. Segundo os entrevistados, se os livros não estiverem no lugar, não conseguem encontrá-lo e isso os leva a procurar a ajuda de algum servidor. Outro questionamento foi feito em relação à necessidade de material em Libras ou Elis-Escrita da Línguas de sinais. Se houvesse mais disponibilidade de material em libras, teríamos mais surdos dentro de uma biblioteca.

A necessidade de que a Universidade se mostre mais aberta para a inclusão e a diversidade é fundamental para os surdos na UFG. No documento que trata da Política de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás, de 2017, no eixo 4 (2017, p. 13-14) encontramos na Meta 1, que tem como objetivo "Garantir a acessibilidade informacional com a implantação e implementação do Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) nas Regionais" (2017, p. 13), as seguintes ações:

> - Criar metodologia de implantação do trabalho no LAI e nas bibliotecas das Regionais.

> Buscar recurso financeiro e estrutural para funcionamento adequado do LAI e das bibliotecas das Regionais para atendimento das especificidades das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades (ex. impressora 3D, tela grande para computador).
>
> - Elaborar material de divulgação impresso e em canais de comunicação dos serviços prestados pelo LAI.
>
> - Oferecer serviços de digitalização, conversão e ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais, computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela, dentre outros.
>
> - Buscar a aquisição, desenvolvimento e disponibilização de materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis (ex. gravações em libras e audiodescrição), conforme demanda identificada e/ou solicitada.
>
> - Buscar recursos para implementar o projeto Biblioteca Acessível, em parceria com as Bibliotecas Setoriais da UFG (sinalização interna e externa; realocação de espaços individuais e para pesquisa, banco de dados, repositório nacional de material digital – livros, apostilas, aplicativos diversos, entre outros) (UFG, 2013, p. 13-14)

Algumas dessas metas se consolidaram com o avanço dos anos e outras ainda precisam ser desenvolvidas, em relação acessibilidade e inclusão dentro da UFG.

Quanto ao questionário oferecido aos servidores das bibliotecas, todos têm mais de quatro anos de prestação de serviço no SIBI. Dos quatro servidores que responderam ao questionário apenas um se sentiu seguro ao atender um surdo, pois teve o auxílio de um intérprete. Os outros se mostraram inseguros e incapazes por não conseguirem ter uma comunicação plena como acontece com os ouvintes.

A partir da leitura desses depoimentos, percebemos que alunos surdos procuram menos as bibliotecas e que, infelizmente, não há um programa de capacitação que vise uma boa fluência para que os bibliotecários possam ter uma plena comunicação com o usuário surdo. Três servidores informam que conhecem a libras, mas o contato que tiveram não possibilita o uso da língua profissionalmente e que não se considera uma pessoa que saiba Libras.

Tivemos o entendimento que até mesmo os servidores consideram as bibliotecas pouco acessíveis para o usuário surdo. Inclusive três relataram que não havia acessibilidade. No quesito projetos que já foram desenvolvidos pelas bibliotecas temos uma diversidade de experiências que nos faz pensar sobre como esses servidores se sentem em relação à falta de domínio para se comunicar com usuários que fazem parte da UFG. Há o núcleo de acessibilidade e outros projetos de contação de história e acessibilidade dentro dessas bibliotecas.

Conseguimos observar que esses servidores sentiram a necessidade que têm as bibliotecas de ser

acessíveis, com afirmativas de que esses locais são públicos ou simplesmente por ser a acessibilidade algo que precisa ser abordado e discutido.

Observa-se, portanto, a necessidade de mudanças que não poderíamos ver se uma pessoa surda que convive e passa por esses acontecimentos nos faz pensar e abrir os olhos para tantas coisas que precisar ser mais observadas e tratadas de uma melhor forma e com tudo isso conseguimos chegar no propósito do nosso trabalho; mostrar as duas vertentes de surdos e servidores do SIBI/ UFG eles entendem que acessibilidade é algo que precisar ser tratado e estudado, fazendo projetos que consigam chegar no público que realmente precisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos abordar a amplitude das bibliotecas da UFG e percebemos como a acessibilidade precisa estar presente na universidade. A biblioteca é um local de informação e comunicação sendo assim podemos entender que os servidores realmente tem o interesse em buscar acessibilidade dentro desses locais, pois a universidade busca sempre ser inclusiva e acessível para todos e todos os projetos e qualquer outra coisa desenvolvida pela UFG é voltada para a comunidade em geral.

Podemos ver que os servidores realmente têm interesse em tornar a biblioteca acessível para os surdos. O LAI foca em acessibilidade, mas sentimentos que falta muito acesso aos usuários surdos, materiais em Li-

bras e em ELIS isso faria com que eles tivessem mais interesse em frequentarem a biblioteca em busca de informação e não apenas por "obrigação" em alguns casos apenas por conta da faculdade de Letras: Libras por exemplo, já que existem muitos surdos nesse curso.

Os questionários e os levantamentos bibliográficos nos deixaram entender essa situação que infelizmente abrange a faculdade de Letras e o curso de Letras: Libras. Contudo entendemos que oficinas externas e internas na universidade deveriam ser realizadas, com uma boa divulgação, fazendo que os surdos se sintam confortáveis em relação a irem nas bibliotecas da UFG e que quando chegarem no local encontrem pessoas capacitadas para conversarem e resolverem o problema através da Libras, mesmo que a UFG disponibiliza intérpretes eles não têm a liberdade de irem a hora que querem pois precisam marcar horários.

Com os servidores fluentes isso abriria a porta do preconceito existente aos surdos irem apenas por quererem procurar um livro por diversão ou por necessidade, mas contemplarem ações bilíngues como "A hora do conto" para escutar histórias em Libras. Dessa forma, divulgando ainda mais a Bibliolibras e, com isso, melhorando até mesmo a aceitação desses pais em relação a surdez, trazendo isso como algo normal e sem complicações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasilei-

ra de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BATTLES, M.. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução: João Virgilio Gallerani Cutter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. 239 p.

COSSON, R.. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014.

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento. *Revista Polyphonía*, 2016.

FNB- Fundação Biblioteca Nacional. Biblioteca Pública: princípios e diretrizes. Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. - 2. ed. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes> Acesso em 13 de abr. 2021.

GROSSI, G.P.. Leitura e sustentabilidade. *Nova Escola*, São Paulo, SP, nº 18, abr. 2008.

LACERDA, C. B.F.; SILVA, D.N.H.. Apresentação. *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, Campinas, v. 26, n. 69, 2006, p. 117-119. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0101-326220060002&script=sci_issuetoc. Acesso em 21 de Fevereiro de 2021.

SILVA, R. M.. *Comunicação, cultura e biblioteca: uma reflexão sobre o modelo de comunicação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás-UFG. Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4719/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20%20Rose%20Mendes%20da%20Silva%20-%202015.pdf > Acesso em: 14 de abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1574. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português, grau acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial, da Faculdade de Letras, para os alunos ingressos a partir de 2014. UFG, 1918. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/461/o/Resolucao_CEPEC_2018_1574.pdf > Acesso em: 20 mai 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUNI nº 31/2012. Altera a Resolução CONSUNI Nº 29/2008, modificada pelas Resoluções 20/2010 e 18/2011, que dispõem sobre o Programa UFGInclui na UFG. Goiânia: 2012. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/p/7657-resolucoes-do-programa-ufginclui>. Acesso em: 20 mar 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. SIBI/ UFG. Site do Sistema de Bibliotecas da UFG. Disponível em:< https://www.ufg.br/p/6386-sistema-de-bibliotecas > Acesso em: mar 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade. 2017. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/POLITICA_ACESSIBILIDADE_UFG_04_2017_ultimo.pdf >Acesso em: 25 mai 2021.

Capítulo 21

A ALTERNÂNCIA DE PERSPECTIVA NO EAC COMO HABILIDADE PRÉVIA PARA A INTERLOCUÇÃO VERBAL

Anna Karolina Miranda OLIVEIRA
USP – *anna.oliveira@usp.br*

RESUMO: A linguagem é uma habilidade extremamente complexa que o bebê adquire naturalmente ao longo de seu primeiro ano de vida. O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no engajamento de atenção compartilhada de um bebê até os 3 anos de idade, considerando suas estratégias comunicativas durante o período em que deveria amadurecer o compartilhamento de atenção, habilidade precursora da linguagem verbal. O TEA é um transtorno do desenvolvimento bastante amplo que se caracteriza por alterações em três áreas do comportamento, dentre elas a socialização e a linguagem (DSM-V). Sob uma ótica cognitivista, o comportamento verbal seria o resultado da combinação de diferentes habilidades cognitivas que, uma vez amadurecidas, culminariam na situação ótima para sua manifestação. No espectro autista, porém, algumas dessas habilidades, como o compartilhamento de atenção no EAC (TOMASELLO, 1999), não amadurecem automaticamente e em todos os níveis de abstração, como ocorre em crianças neurotípicas, precisando ser ensinadas. Para analisar o comportamento social e comunicativo do bebê, foram analisados longitudinalmente um diário de desenvolvimento e vídeos de registro de interação so-

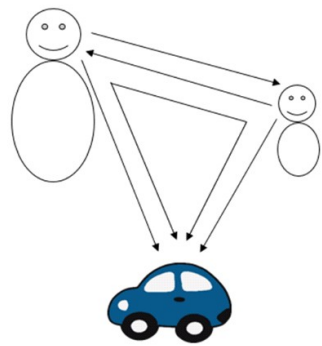
cial entre o bebê e seus cuidadores. Os dados obtidos sugerem que, mesmo no período pré-linguístico, é possível constatar o déficit de socialização que impactará consideravelmente o alcance da interlocução verbal, ou seja, a fase sintática na aquisição da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: aquisição da linguagem; TEA; espaço de atenção conjunta; interlocução verbal; corporeidade.

INTRODUÇÃO

Segundo Tomasello (2003), o bebê humano, em sua ontogênese, passa por importantes etapas de aquisição da linguagem, as quais dependem da maturação de determinadas habilidades cognitivas, tais como a percepção de padrões e a leitura de intenções. Por volta dos 9 meses, ao começar a amadurecer essa última habilidade, a criança passa a ser capaz de estabelecer atenção conjunta com seus cuidadores a respeito de um objeto ou evento externo a ambos.

Figura 1 – Representação do espaço de atenção conjunta (EAC)



Fonte: Adaptada de TOMASELLO, 2003, p. 29

A habilidade de leitura de intenções, que possibilita a atenção conjunta, vinculada à habilidade de encontrar padrões, que emerge um pouco antes na ontogenia, permitem à criança, aos poucos, tornar-se capaz de compreender e produzir língua. A percepção de padrões, especialmente, é essencial para a compreensão e produção da gramática e, consequentemente, de suas abstrações, mas logo no começo, quando ela surge, sua função é incentivar o bebê a estar absolutamente atento aos padrões sonoros que ele ouve. Apesar de se mostrar imprescindível para aquisição de linguagem verbal, é importante destacar que não se trata de uma habilidade unicamente humana, o que quer dizer que tampouco pode, sozinha, fazer emergir a linguagem verbal.

O bebê humano, ao adquirir uma língua materna, está também adquirindo todo um pacote de mudanças e adaptações linguísticas que ocorreram ao longo de séculos na história dessa língua, muitas delas via gramaticalização, mas ele não precisa aprender a forma original, icônica, já que seu aparato cognitivo permite que, com o tempo, ele faça as abstrações necessárias. Ele aprende a língua corrente e suas interações sociais com seus cuidadores o fazem adquirir e armazenar a memória semântica de sua cultura, assim como suas experiências vão construindo sua memória episódica, representação mental também essencial para a compreensão e produção da linguagem verbal. Ao longo de seu desenvolvimento, o bebê será capaz de compreender os contextos em que está inserido, por

isso é tão importante o momento em que inicia a estabelecer o espaço de atenção conjunta.

Desta maneira, a aquisição da linguagem ocorre na medida em que os adultos usam essa língua e interagem com as crianças ao longo de anos, e seu início se assemelha, provavelmente, ao início filogenético da língua: primeiro o mais simples, depois o mais complexo; primeiro o mais concreto, depois o mais abstrato. A ontogênese, portanto, reflete a filogênese. Tomasello (2003) vai ao encontro do que postula Givón (2009) sobre a emersão da gramática a partir das pressões do ambiente na comunicação entre os hominídeos (na filogênese) e bebês humanos (na ontogênese). Com o surgimento da necessidade de se referir a objetos e eventos deslocados no espaço e no tempo, nossos ancestrais precisaram lançar mão de outros recursos que não o apontamento dêitico na comunicação. Muito provavelmente, a partir daí a comunicação simbólica, gênese da gramática, teve seu início. Nesse sentido, podemos entender que a habilidade humana de encontrar padrões permitiu que a gramática, mais abstrata, emergisse, num processo de gramaticização (ou gramaticalização), a partir dos símbolos iniciais, mais concretos, a fim de tornar a comunicação mais efetiva, com eventos organizados e hierarquizados. Somos capazes de criar gramática porque podemos descobrir padrões, mas a gramática em si não é biológica. Ela emerge filogeneticamente, se entendemos que todas as mudanças linguísticas pelas quais a língua passou ao longo de sua história seguem sendo transmitidas de geração em geração, num verdadeiro efeito ca-

traca (TOMASELLO, 1999). Por outro lado, ela também se altera na emersão ontogenética, se entendemos que, na medida em que a criança vai adquirindo a língua (construção da memória semântica), de certa maneira ela também a está tornando um pouco subjetiva, já que suas próprias experiências (construção da memória episódica) a fazem enxergá-la de modo particular e único, o que de certa forma colabora para as constantes mudanças a que a língua está sujeita. A seguir, trataremos mais detidamente de cada um desses pontos aqui levantados.

A cognição faz parte da constituição humana e exterioriza-se por meio do corpo, já que é através dele que se experiencia o mundo. Nesse sentido, a experiência concreta por que passa o bebê humano de apreender o mundo a partir de si mesmo, primeiro reconhecendo partes do seu corpo, como mãos, pés e boca, passando, em seguida, aos objetos ao seu alcance, se repete ao longo de sua vida, abrangendo todas as suas experiências que vão se tornando cada vez mais abstratas (LIMA-HERNANDES, 2021). Na medida em que esse pequeno ser humano se desenvolve, adquire a habilidade de compreender e usar artefatos culturais simbólicos, como a língua, por exemplo. E a emersão dessa habilidade depende desse pequeno ser humano reconhecer os demais seres humanos como seres intencionais como ele mesmo.

METODOLOGIA

Dois são os objetos de investigação no projeto original da tese de onde se recorta este trabalho, um

teórico e um analítico. O objeto teórico é o processo de aquisição da linguagem por um bebê, o Guga, uma criança diagnosticada no espectro autista, desde seu nascimento até seu terceiro ano de vida. O objeto analítico, ou seja, aquele sobre o qual me debrucei nesse grande campo da aquisição, é a corporeidade da aquisição da linguagem por meio da identificação de evidências num estudo longitudinal.

Os dados gerais foram recolhidos por meio de observação e anotações em formato de diário desde a primeira hora de vida do bebê, o que significa que o *corpus* conta com qualquer evento social e comunicativo protagonizado por ele a partir de seu nascimento, desde manifestações emotivas, passando pela instância pragmática e culminando com a materialização da comunicação linguística propriamente dita.

As fases ou etapas de aquisição de linguagem foram organizadas numa gradiência de complexidade associada ao marcador temporal de desenvolvimento de bebês neurotípicos, de acordo com a escala de Denver II (FRANKENBURG *et alii,* 1992), material formalmente utilizado nos consultórios de neurologia infantil para avaliar o percentil de desenvolvimento e possíveis atrasos nos marcos de desenvolvimento. Nessa lógica de desenvolvimento, pude segmentar cinco fases, amplamente referendadas pelos estudos sobre aquisição de linguagem (TOMASELLO, 2007; GIVÓN, 2009 etc.). No quadro seguinte, sintetizei essas fases associadas ao fazer científico em três colunas: na primeira, apresento o numeral sequencial dessas complexidades de interação; na segunda, discrimino o marcador de bebês com desenvolvi-

mento neurotípico em processo de aquisição de linguagem; e, na terceira, apresento os encaminhamentos metodológicos que guiaram minha observação. Dessa forma, os dados recolhidos puderam ser organizados em cinco grupos, a saber:

Quadro 1: Organização dos dados coletados

Complexidade	Marcador	Encaminhamento metodológico
1	Período pré-EAC: 0 a 9 meses	• Anotações em diário de manifestações motoras, sociais e de linguagem
2	Período pós-EAC: 9 a 15 meses	• Anotações em diário de manifestações motoras, sociais e de linguagem • 5 minutos de gravações mensais com interações triádicas
3	Período holofrásico: 15 a 18 meses	• Anotações em diário de manifestações sociais e de linguagem • 5 minutos de gravações mensais com interações triádicas
4	Período esquemático: 18 a 30 meses	• Anotações em diário de manifestações sociais e de linguagem • 5 minutos de gravações mensais com interações triádicas
5	Período sintático: 30 a 36 meses	5.1. Anotações em diário de ocorrências de interlocução verbal

Fonte: A autora.

Em cada fase identificada por marcadores da diferença atitudinal esperada para o avanço na aquisição de linguagem pelo Guga, foram registrados vídeos de interações diádicas e triádicas entre o bebê, um cuidador e seu ambiente a fim de tornar possível a observação das expressões corporais e faciais dos interlocutores no espaço de interação e, após os 9 meses, no espaço de atenção compartilhada. Esses passos permitiram que o método científico neutralizasse o envolvimento da pesquisadora em situações que, porventura, pudessem tornar a participação enviesada.

O ESPAÇO DE ATENÇÃO CONJUNTA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMUNICAÇÃO HUMANA

O compartilhamento de atenção é uma habilidade aparentemente inocente que as crianças começam a apresentar em torno dos 9 meses de vida. Em dado momento do desenvolvimento após essa fase, é comum que as "gracinhas" se intensifiquem para chamar a atenção do adulto, que comecem a imitar as situações cotidianas (como dar comida para as bonecas), solicitem a atenção do adulto na brincadeira com diferentes brinquedos. Trata-se, porém, de uma verdadeira revolução cognitiva (TOMASELLO, 2003, 2007). Na figura a seguir, é possível observar esse tipo de interação ocorrendo entre Guga e o pai aos 15 meses de idade. No vídeo, o pai olha para ele e tenta engajar uma conversa, ao mesmo tempo em que gira a bola, uma atividade em que Guga demonstrava muito interesse. Na primeira imagem, é possível visualizar que os olhos do bebê estão no brinquedo, enquanto, na se-

gunda imagem, alguns segundos depois, seus olhos são voltados ao pai. Nesse período de sua vida, no entanto, ainda não era possível mensurar o quanto essa atenção era sustentada na interação, uma vez que não havia, ainda, um padrão estabelecido, pois dependia do seu grau de interesse e engajamento na brincadeira. Esse momento em específico é o da chegada do pai à casa após passar o dia fora, logo o bebê está bastante engajado e disposto a compartilhar atenção com o pai.

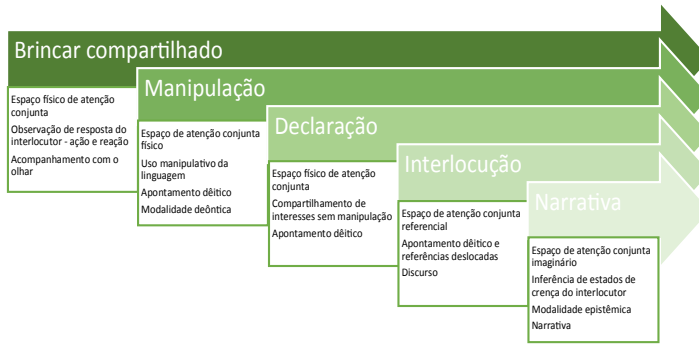
Imagem 1: Guga, 1a3m17d – Espaço de Atenção Conjunta[lxxvi]

Fonte: A Autora.

A habilidade que se inicia através do começo do amadurecimento da intersubjetividade, ou seja, a percepção dos outros como seres intencionais, desencadeará habilidades de compartilhamento de atenção cada vez mais complexas que resultarão, em torno dos 12 meses, no início da produção linguística do bebê. Com discursos em modalidade deôntica, inicialmente manipulativos (GIVÓN, 2009), o bebê perceberá que é capaz de mapear as intenções de seus interlocutores e dar a eles pistas sobre suas intenções. Aos poucos, perceberá a função social das perguntas e das respostas e, também, do compartilhamento de interesses com declarações para a ob-

tenção de atenção do adulto. Mais tarde, quando desenvolvida sua teoria da mente, será capaz de inferir estados de crença e estados informacionais de seus interlocutores, iniciando o desenvolvimento da modalidade epistêmica da linguagem (GIVÓN, 2009). Esse é o caminho cognitivo traçado pela criança em um desenvolvimento típico. O *continuum* a seguir ilustra a evolução da habilidade de estabelecer atenção compartilhada no desenvolvimento de uma criança neurotípica:

Figura 2: Continuum de abstratização no compartilhamento de atenção

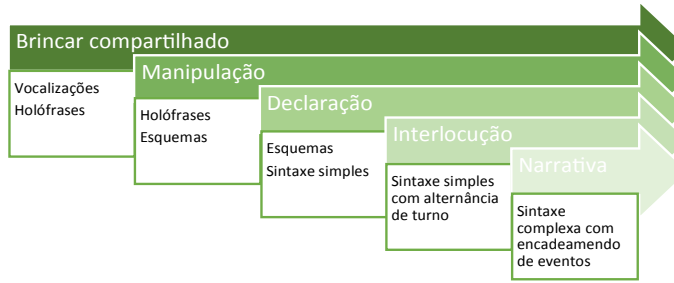


Fonte: Autora.

Como se pode observar, a aquisição da habilidade social de estabelecer a atenção conjunta ou compartilhada também pode ser posta em um *continuum* que revela a abstração do processo ao longo do tempo. Assim, as habilidades posteriores abrangem as anteriores, registradas em experiências que servirão como base para a inferência de estados de crença do interlocutor no futuro. Esse é um *continuum* proposto para o desenvolvimento social neurotípico de uma criança até a idade em torno de 4 anos. A habilidade de engajar

atenção compartilhada no âmbito social, como se pode ver, mostra-se imprescindível para a consolidação da intersubjetividade e, consequentemente, para a emersão da gramática, como demonstrado no *continuum* que se segue.

Figura 3: Continuum de analogia entre EAC e a emersão da sintaxe



Fonte: Autora.

No caso de Guga, porém, nem todas as habilidades emergiram automaticamente após a consolidação da anterior. Embora suas habilidades sociais não despertassem preocupação no começo, mais tarde ficou evidente que apenas ser capaz de compartilhar atenção não seria suficiente: seria necessário sustentar essa atenção, algo extremamente custoso para ele. Por volta dos 10 meses, as brincadeiras com a mãe envolvendo uma bola começaram a revelar o claro estabelecimento da forma mais concreta do espaço de atenção conjunta (EAC), no qual o bebê demonstrava interagir com ambos ao mesmo tempo, mãe e objeto (interação triádica). Com essa idade, também sugiram as primeiras holófrases: mamá e papá, que eram usadas especialmente quando Guga queria ser segurado por um dos pais com a clara intenção de conseguir se deslocar. Na imagem a seguir, é possível acompanhar um momento

de compartilhamento de atenção de Guga com sua mãe antes de completar o primeiro ano de vida. No vídeo, a mãe lhe solicita que traga a bola e o bebê vai até ela. Ao alcançá-la, a mãe o encoraja: *Chuta a bola, Guga*! Ele ainda estava aprendendo a andar, mas ajeitou o brinquedo e, a passos trôpegos, chutou-a na direção da mãe. Ao ver que ela "fazia festinha" para o feito (reforço positivo de comportamento), andou para junto dela sorrindo. A sustentação da atenção, no entanto, durava poucos minutos, algo que, até aquele momento, não havia sido considerado pelos pais como preocupante.

Imagem 2: Guga, 0a11m12d – Brincadeira compartilhada com a mãe usando uma bola[lxxvii]

Esse espaço de atenção conjunta se consolidou aos 12 meses, quando Guga demonstrava claramente compreender as intenções imediatas dos adultos com quem interagia durante a brincadeira compartilhada. Aos 13 meses, por fim, Guga começou a usar holófrases para se comunicar, o que, em sintonia com a situação pragmática da

interação com seus interlocutores, favoreceu um salto comunicativo (comunicação manipulativa), embora já sinalizasse um atraso na etapa de compartilhamento declarativo de atenção. Essa etapa, que deveria emergir em torno dos 15 meses junto com os primeiros esquemas manipulativos, deu sinais apenas aos 27 meses, um real descompasso na socialização, que, por sua vez, representou um impacto significativo na aquisição de linguagem do bebê.

Aos 15 meses, porém, Guga já apresentava a habilidade de imitar, como é possível observar na imagem a seguir. No vídeo, ele brinca em torno da mãe e da tia no pátio do condomínio em que vive, e observa atentamente uma vizinha fazendo atividades físicas. Aproxima-se dela, observa, depois corre para longe, de onde continua observando. De repente, começa a agachar-se e a levantar-se, imitando os movimentos que a mulher fazia, demonstrando um engajamento em atividade de interesse.

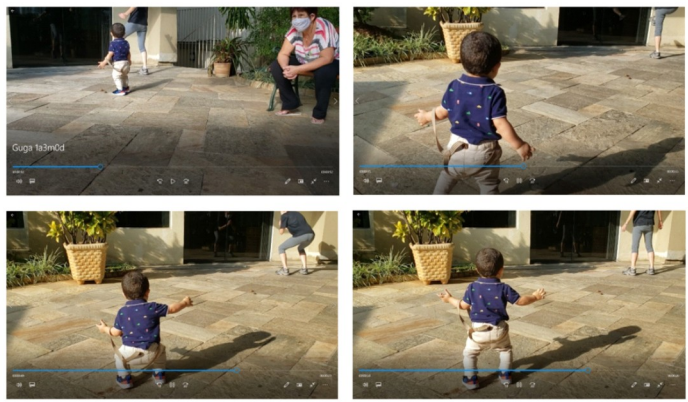


Imagem 3: Guga, 1a3m0d – Imitação de uma pessoa desconhecida[lxxviii]

O desenvolvimento adequado de Guga, de acordo com a escala de Denver II, começou a apresentar descompasso na área social a partir desse mesmo período, em torno de 11 meses, ou seja, no mesmo período em que se iniciou a Pandemia de Covid-19. Esse foi o exato momento em que foi deflagrado um período de isolamento social intenso, no qual o mundo manteve-se em total restrição de contato social por aproximadamente dois anos, logo no primeiro ano em que Guga dependeria mais ainda da ampliação dos estímulos diversificados pelos contatos interativos. O descompasso no âmbito social, por si só, já seria capaz de desencadear um efeito cascata na aquisição da linguagem da criança, mas mais tarde se tornariam conhecidos outros dois fatores determinantes para uma aquisição de linguagem atípica quanto à velocidade e mais complexa quanto aos *scaffoldings* lacunares decorrentes: o diagnóstico do transtorno do espectro autista (TEA) e otites de repetição. Guga, que aos 10 meses já demonstrava engajar atenção compartilhada durante uma brincadeira com o interlocutor envolvendo uma bola e aos 13 meses expressava seus desejos manipulativamente através de holófrases, tardaria a apresentar a habilidade seguinte, que é a motivação para compartilhar interesses declarativamente, emergida apenas em torno dos 2 anos e meio de idade. Sua dificuldade em sustentar atenção compartilhada, agora mais evidente e sinalizada nos atrasos sociais, especialmente em atividades para ele pouco interessantes, seriam fator decisivo para esse descompasso. A habili-

dade de engajar uma interlocução, portanto, revela-se um desafio aos 3 anos de idade.

Como mencionamos anteriormente, o gesto de apontar com o dedo com frequência surgiu tardiamente na comunicação de Guga, apenas após os 2 anos. Na escala de Denver II, é esperado que a criança, aos 18 meses, aponte duas figuras no papel, mas Guga não apontava em resposta a uma pergunta, nem mesmo para fazer seus pedidos. Antes dos 25 meses, não compartilhava a atenção declarativamente, mas apenas com função manipulativa ou em resposta a um pedido quando era de seu interesse. Essas habilidades eram apresentadas, incialmente, mediante lançar-se para o objeto desejado (fez isso entre os 6 e os 8 meses, quando ainda não fazia a interação triádica), depois usando o corpo do seu interlocutor como ferramenta (após compreender o espaço de atenção conjunta) e, em seguida, usando holófrases (a partir dos 15 meses). Ademais, conhecia menos coisas pelo nome a essa idade do que era esperado, mas, por outro lado, já era capaz de combinar palavras aos 17 meses: esquematizou o uso do verbo *pegar*. Aos 2 anos e 3 meses, passou a usar mais o indicador para compartilhar interesses, dizendo: *mira, mira!*

O compartilhamento do interesse vai além da manipulação do outro para se conseguir o que quer. Apenas podemos afirmar que uma criança alcançou a etapa crucial de compartilhamento de atenção precursora da gramática quando ela compartilha a atenção do interlocutor apontando algo declarativamente, com a intenção única de compartilhar seu interesse. Isso

indica que esse bebê está atento ao contexto pragmático a sua volta, ao interesse do outro, e, portanto, encontra sentido em usar gramática, um instrumento social tão abstrato. O pequeno gesto de apontamento dêitico, porém, embora seja tão comum entre as crianças neurotípicas, ávidas pela atenção do adulto e por descobrir o mundo a sua volta, revela-se um desafio para uma criança atípica, que não compreende a razão por trás de uma comunicação que não envolva suprir uma necessidade sua.

A criança neurotípica nasce geneticamente programada para isso. As habilidades cognitivas que serão recrutadas para a linguagem verbal amadurecerão gradativamente ao longo de seu desenvolvimento e funcionarão em sintonia para que essa criança cative o cuidado dos adultos a sua volta e aprenda, através das interações pragmáticas, as regras sociais que a farão se tornar membro do grupo. Somos seres sociais, afinal. É assim que sobrevivemos ao longo dos milênios. O cérebro com TEA, contudo, não funciona assim.

Não se pode afirmar que existam duas crianças com TEA exatamente iguais[lxxix], mas é possível, sim, reunir traços do espectro que, em maior ou menor escala, afetam as pessoas que nasceram com o transtorno. Segundo o DSM IV[lxxx] (2000), essas características se revelam nos três seguintes eixos: a) déficit de socialização, b) prejuízo na comunicação/brincar e c) interesses restritos e estereotipias. Apesar de estarem aqui listados como eixos independentes, eles, na verdade, se relacionam. Por isso, no DSM-V[lxxxi] (2013), os três eixos foram resumidos a apenas dois: a) prejuí-

zos sociais e de comunicação e b) padrão de interesses restritos e repetitivos.

Uma vez que necessita como habilidade prévia a atenção compartilhada (eixo social), a linguagem não se desenvolverá tipicamente a menos que a criança com autismo aprenda a engajar o compartilhamento de atenção em todos os âmbitos, do mais concreto ao mais abstrato. Como essa habilidade não é desenvolvida automaticamente, para frear o efeito cascata desse déficit sobre a linguagem, a criança precisará ser ensinada a compartilhar atenção durante suas brincadeiras.

CONCLUSÃO

A emersão da gramática na espécie humana é um dos grandes eventos evolutivos na filogênese cuja necessidade se fez presente para tornar possível a alternância de estados mentais deônticos e epistêmicas entre os interlocutores numa interação, já que a expansão social e territorial da espécie tornou necessária a habilidade de fazer referência com deslocamento espaço-temporal (GIVÓN, 2009). Essa habilidade de representar outras mentes tem origem no amadurecimento da habilidade de atenção compartilhada no primeiro ano de vida, mas só se consolida na espécie ontogeneticamente, por sua vez, em torno dos 4 anos de idade, quando a criança começa a ser capaz de representar os estados de crença de outras pessoas, ou seja, inferir sobre o que as pessoas pensam, sabem e o que elas não sabem sobre determinados contextos.

Se, em torno do primeiro ano de vida, a criança está descobrindo que os outros são seres intencionais como ela, em torno dos 4 anos passará a inferir a respeito de seus estados mentais. Essa habilidade específica, no entanto, não se manifesta em crianças com TEA no mesmo período em que se manifesta nas neurotípicas, nem da mesma maneira, conforme experimentos realizados por Baron-Cohen *et alii*. (1985). Os autores, nesse primeiro artigo, realizaram um teste relativamente simples com crianças neurotípicas e crianças com TEA, o agora famoso Teste de Sally e Anne. O experimento consiste em contar uma história às crianças usando duas bonecas, duas caixinhas e uma bolinha, e as crianças deveriam deduzir que, quando ausente da cena, uma das bonecas voltaria sem saber o que havia passado na sua ausência. As crianças com autismo não passaram no teste. Embora esses dados sejam questionados por autores como Whiten (1993), por exemplo, que sugere que, inclusive, chimpanzés apresentam uma espécie de teoria da mente, é evidente que a cognição de uma criança com autismo apresenta particularidades que ainda precisam ser desvendadas. Fato é que amadurecer a habilidade de representar outras mentes depende de algo que exige muito esforço da criança com TEA e demandará muito trabalho nas terapias do Guga: é necessário aprender a se colocar no lugar do outro.

REFERÊNCIAS

American Psychiatry Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5*. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

BARON-COHEN, Simon; LESLIE, Alan M.; FRITH, Uta. Does the autistic child have a "theory of mind"? *Cognition,* 21 (1985) 37-46.

CELERI, E.H.R.V. Diagnóstico. *In:* MONTENEGRO, M.A.; CELERI, E.H.R.V.; CASELLA, E. B. *Transtorno do Espectro Autista – TEA: Manual prático de Diagnóstico e Tratamento*. Rio de Janeiro: Thiami Revinter, 2018.

DSM-IV-TR™ - *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. trad. Cláudia Dornelles; - 4. ed. rev. - Porto Alegre: Artmed,2002.

FRANKENBURG, WK, DODDS, J, ARCHER, P, SHAPIRO, H, BRESNICK, B. The Denver II: a major revision and restandardization of the Denver Developmental Screening Test. *Pediatrics*. 1992 Jan;89(1):91-7. PMID: 1370185.

GIVÓN, T. *The Genesis of Syntactic Complexity: diachrony, ontogeny, neuro-cognition, evolution*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009.

TOMASELLO, M. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

TOMASELLO, M. *Constructing a language*: A usage-based theory of language acquisition. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, M. Cognitive linguistics and first language acquisition. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Eds.). *Cognitive linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 1092–1112.

WHITEN, A. Evolving a theory of mind: the nature of non-verbal mentalism in other primates. *In Understanding other minds: perspectives from autism,* Baron-Cohen, S.; Tager-Flusberg, H. & Cohen, D. J (Eds). Nova York: Oxford University Press, 367-396, 1993.

Capítulo 22

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM TÉCNICO-CIENTÍFICA USUAL NA ODONTOLOGIA (EM LÍNGUA PORTUGUESA) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA APINAYÉ E KHAHÔ: Um estudo na perspectiva da etnossociolinguística

Ângela Maria SILVA
UFNT – *angela_ortoface@hotmail.com*

Francisco Edviges ALBUQUERQUE
UFNT – *fedviges@uol.com.br*

Severina Alves de Sissi ALMEIDA
FACIT – sissi@faculdadefacit.edu.br

RESUMO: O trabalho traz resultados parciais de uma pesquisa de Doutorado que está sendo realizada com os indígenas Apinayé aldeias São José e Mariazinha, e Krahô Manoel Alves Pequeno, grupos indígenas do norte do estado do Tocantins, Brasil, pertencentes ao Tronco Linguístico Macro-Jê e Família Linguística Jê. O Objetivo geral é evidenciar, demonstrar e comprovar que a aquisição da Linguagem Técnico-Científica usual na Odontologia, em Língua Portuguesa, tem notáveis contribuições a dar à Educação Encolar Indígena. Dentre os objetivos específicos destacamos: Realizar um levantamento, o mais completo possível, dos termos técnicos, científicos e expressões usuais em Odontologia; Identificar a evidência de um "Vocabulário Inglês usado na Medicina Odontológica" e fazer uma tradução para as Línguas Portuguesa, Apinayé e Krahô; Identificar e descre-

ver as contribuições da Linguagem Técnico-Científica usual na Odontologia para e Educação Encolar Indígena Bilíngue e Intercultural. Para alcançar os objetivos, estamos realizando um estudo etnográfico e etnolinguístico. O corpus da pesquisa inclui o repertório da Linguagem Técnico-Científica Usual na Odontologia (Em Língua Portuguesa), e sua tradução para as línguas indígenas Apinayé e Krahô. O Instrumento para coleta dos dados será questionários aplicados in loco. Além desse, estamos realizando oficinas linguísticas nas escolas das aldeias, quando os termos em Língua Portuguesa são discutidos entre os professores de Língua Indígena, criando, assim, novas palavras nessa língua, gerando um novo léxico para os vocabulários dos Apinayé e Krahô. Os resultados serão analisados a partir do constructo teórico da Etnossciolinguística, e será publicado em forma de glossário impresso e digital em forma de"E-Book".

PALAVRAS-CHAVE: linguagem técnico-científica da odontologia; língua portuguesa; língua apinayé; língua khahô; etnossociolinguística.

INTRODUÇÃO

Nas aldeias indígenas dos mais de 300 povos que habitam o território nacional (IBGE, 2010), falantes de aproximadamente 199 línguas (RODRIGUES, 2013), vivendo principalmente no Amazonas, Pará, Mato Grosso, Amapá, Roraima, Goiás e Tocantins (ALMEIDA, 2015), enfrentam uma situação problemática em relação à efetivação de seus direitos, notadamente à Saúde e à Educação. Com os indígenas Apinayé do norte do Tocantins não é diferente. São mais de 2.780 indígenas (DSEI-TO/2021), distribuídos por

51 aldeias, a maioria em situação de vulnerabilidade, que buscam a efetivação do direito à Educação e à Saúde, conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

A Educação em Saúde Bucal é uma lacuna nas escolas das aldeias indígenas do Tocantins. Crianças, jovens e adultos se ressentem, quando não têm uma orientação efetiva, e não sabem que a escola pode intervir melhorando a situação que envolve ausência de qualidade de vida e baixa autoestima, principalmente entre os jovens. Trabalhos nessa área também são escassos ou inexistentes, ampliando um problema que já é grande.

Em nossa jornada diária, não somente na cidade de Araguaína, mas em nossas andanças, somos acossados em nosso empírico cotidiano a conviver com indígenas que nos afetam de vários modos. Naquilo que diz respeito ao exercício de nossa profissão – Educação e Odontologia – a problemática se amplia, pois percebemos que podemos intervir visando a aperfeiçoar a qualidade de vida dessas pessoas, melhorando sua autoestima.

Para enfrentar a problemática descrita, apresentamos uma proposta de trabalho nas aldeias indígenas Apinayé São José e Mariazinha, município de Tocantinópolis e Krahô Manoel Alves Pequeno, Itacajá, estado do Tocantins. A Pesquisa aborda a Educação em Saúde Bucal aliada à Educação Escolar Indígena, tendo como aporte a convergência com a linha de pesquisa (LP1), a partir do suporte epistemológico de três

frentes teóricas: 1) Educação Indígena; 2) Aquisição da Linguagem: 3) Educação escolar Indígena Bilíngue e Intercultural.

O Bilinguismo e a Interculturalidade se efetivarão a partir da proposta e realização de um glossário ou minidicionário Bilíngue em Apinayé-Português e Krahô-Português, dos termos da Linguagem Tecnico-Científica Usual na Odontologia que será produzido junto com a Tese. O intuito é que o produto seja utilizado pelos Professores na sala de aula, e também seja entregue aos indígenas em suas residências, para intervir na saúde bucal, melhorando a qualidade de vida dessas pessoas. O tipo de publicação, se impresso ou digital (E-Book) será decidido ao final da pesquisa.

A Saúde, assim como a Educação, é um direito reservado aos povos indígenas brasileiros presentes na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). É, pois, função da sociedade não indígena fazer valer esses direitos, e uma das formas é produzir pesquisas que não somente discutam essa temática, mas que, de várias formas, façam prevalecer esses direitos, promovendo um retorno imediato do resultado dessas pesquisas, numa atitude ética por parte do pesquisador, respeitando sempre a identidade êmica (descrição e estudo de unidades linguísticas em termos da função da cada um dentro do sistema ao qual pertencem) da população pesquisada.

Considerando que língua e cultura se inter-relacionam nas comunidades tradicionais, tal qual os Apinayé que serão participantes de nossa pesquisa, te-

mos, na Etnolinguística, um aliado efetivo para o sucesso de nossa pesquisa. Ao estudarmos os termos técnicos e científicos da linguagem usual na Odontologia, identificando suas contribuições para a Educação Encolar Indígena, traduzindo para as Línguas Apinayé e Krahô, estaremos contribuindo para uma efetiva Educação Bilíngue e Intercultural, e auxiliando os professores na saudável tarefa de ensinar pautados nos avanços científicos da linguagem.

Com efeito, é muito importante entender acerca das especialidades, isto é, de conhecer os termos técnicos e científicos específicos da odontologia, que existem na Língua Portuguesa – e também em inglês – realizando sua transposição linguística para as Línguas Apinayé e Krahô, a partir do que estabelece a Etnolinguística, relação entre Língua e Cultura nos domínios linguísticos desses povos.

OBJETIVO GERAL

Evidenciar, demonstrar e comprovar que a aquisição da Linguagem Técnico-Científica usual na Odontologia tem notáveis contribuições a dar à Educação Encolar Indígena.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1) Realizar um levantamento, o mais completo possível, dos termos técnicos, científicos e expressões usuais em Odontologia;

2) Identificar a evidência de um "Vocabulário Inglês usado na Medicina Odontológica" e fazer uma tradução para as Línguas Portuguesa, Apinayé e Krahô;

3) Identificar e descrever as contribuições da Linguagem Técnico-Científica usual na Odontologia para e Educação Encolar Indígena Bilíngue e Intercultural;

4) Discutir, à luz das teorias da Linguística que a Etnolinguística, relação entre Língua e Cultura, aliada à Linguagem Técnico-Científica usual na Odontologia, é um importante construto para a efetivação de uma Educação em Saúde Bucal para as comunidades Apinayé (São José e Mariazinha) e Krahô (Manoel Alves Pequeno);

5) Propor, editar e publicar um Glossário ou Minidicionário Bilíngue em Apinayé-Português e Krahô-Português, ilustrado, dos termos da Linguagem técnico-Científica Usual na Odontologia, que será constituído como produto da Tese, a partir do Sistema de Indexação Precis[lxxxii];

METODOLOGIA

Pesquisa Etnográfica e Participante: A etnografia tem suas raízes na Antropologia social e uma de suas características é a descrição de povos isolados em contextos culturais específicos, tais quais as comunidades Apinayé. Com efeito, ainda nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX os pesquisadores, antes de iniciarem estudos mais sistemáticos sobre uma determinada sociedade, descreviam ou-

tros povos por eles desconhecidos, conforme Ezpeleta e Rockwell (1989). A etnografia é, portanto, uma atividade oriunda da Antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, educação, cultura, enfim, suas formas de ser e de viver (ALBUQUERQUE, 2007; ALMEIDA, 2015).

Segundo Geertz (1989) praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário. O que a define é o tipo de esforço intelectual que ela representa: um risco elaborado para uma "descrição densa". Para esse autor, a maior preocupação da etnografia é obter uma descrição, o mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm e de como eles agem.

Essa descrição é sempre realizada com a comparação etnológica em mente. O objeto da etnografia é, portanto, esse conjunto de significantes em função dos quais os eventos, fatos, ações e contextos são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existe como categoria cultural. Para Erickson (1988), a etnografia, de uma forma geral, como aquela encontrada na típica monografia etnográfica, é a sistemática tentativa em descrever e relatar analiticamente toda forma de vida do grupo humano estudado: sua economia, leis, sistemas familiares, religião, tecnologia, cosmologia, ciência, ritual, artes, linguagem e educação.

Pesquisa qualitativa: Estudos como os de Ezpeleta e Rockwell (1989) sustentam que a etnografia tem sua procedência na abordagem qualitativa em pesquisa, e sua aplicabilidade na educação se justifica pela constatação de que os métodos de investigação próprios das ciências naturais, não atendiam às complexas subjetividades em que o cenário pesquisado está envolto. Surge, então, o interesse pelo desenvolvimento de metodologias mais adequadas ao entendimento do implexo e dinâmico fenômeno humano, considerado não como uma relação de causa/efeito, mas, sobretudo, como ação que enseja a atividade interpretativa dos contextos nos quais se concretiza. Segundo Santos Filho e Gamboa (2001), a pesquisa qualitativa é aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de dados estatísticos, regras e outras generalizações, a pesquisa qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

Revisão Bibliográfica: Direitos Indígenas - Educação: Constituição Cidadã (BRASIL, 1988); Indígenas do Brasil: Povos Indígenas do Estado do Tocantins: Francisco Edviges Albuquerque (no conjunto de sua obra); Severina Alves de Almeida Sissi (no conjunto de sua obra). Odair Giraldim (no conjunto de sua obra). Povos Indígenas Apinayé: Francisco Edviges Albuquerque (no conjunto de sua obra); Severina Alves de Almeida Sissi (no conjunto de sua obra). Nimuendaju (1983); Da Matta (1976); Giraldim (no conjunto de sua obra). Antropologia (GEERTZ, 1989). Etnografia: Erickson (1988); Ezpeleta e Rockwell (1989); Al-

meida (2015); Etnolinguística: Aryon Dall'Igna RODRIGUES (2013), dentre outros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados que comporá a população e amostra será realizada por meio de questionários (instrumentos de análise) aplicados aos alunos, professores, Caciques e demais anciões das aldeias Apinayé de São José e Mariazinha e Krahô Manoel Alves Pequeno, locais onde se realizarão a pesquisa. Serão aplicados questionários semiestruturados para coletar informações com perguntas abertas e fechadas para alunos e professores, Caciques e demais anciões das aldeias Apinayé de São José e Mariazinha e Krahô Manoel Alves Pequeno.

Dessa forma, serão levantados dados qualitativos e quantitativos com o intuito de responder ao problema proposto. Esses elementos serão tabulados eletronicamente através do programa Microsoft Excel, apresentando os resultados através de tabelas, gráficos e transcrições, e seus respectivos comentários comparativos com a teoria utilizada. Os resultados qualitativos da pesquisa serão apresentados de maneira descritiva, fazendo referência com os objetivos propostos que se confrontarão com as referências bibliográficas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A frente teórica que fundamenta nossa pesquisa em suas análises e discussão é ampla e se desdobra em linhas gerais: 1) Indígenas do Brasil e do Tocantins; 2) Os Apinayé; 3) Os Krahô; 4) Linguagem Téc-

nico-Científica usual na Odontologia; 5) Etnolinguística; 6) Educação Encolar Indígena; 7) Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL E DO TOCANTINS

Dados do Censo do IBGE (BRASIL, 2010), informam que no Brasil são 305 povos indígenas somando 896.917 pessoas. Desse total, 324.834 vivem em cidades e 572.083 habitam em áreas rurais, correspondendo a aproximadamente a 0,47% da população total do Brasil. A população que vive em terras indígenas é de 517.383 pessoas, dentre os quais 491.420 vivem em área rural e 25.963 em área urbana. O total de indígenas que vive fora de suas terras é de 379.534, com 298.871 morando as cidades e 80.663 no campo (ALMEIDA, 2015).

Como podemos perceber, a população indígena que vive fora de suas terras corresponde a 42% de toda população indígena do País. No Tocantins são sete povos: Apinayé, Krahô, Xerente, Karajá, Javaé, Karajá-Xambioá e Krahô Kanela totalizando aproximadamente 11.739 indígenas, computando não somente os que habitam nas aldeias, mas também aqueles considerados urbanos e desaldeados (ALMEIDA, 2015).

OS APINAYÉ

Os Apinajé, segundo Albuquerque (2008) e Almeida (2015) são um povo indígena remanescente dos Timbira Orientais (DA MATTA, 1976), falante da Língua Apinayé, pertencente ao Tronco Linguístico Macro-Jê e Família Linguística Jê (RODRIGUES,

2013). A população Apinajé é de 2.782 indígenas distribuídos em 51 aldeias, conforme o (DSEI-TO, 2021), habitando na região do Bico do Papagaio, na fronteira do estado do Tocantins com o Maranhão e o Pará. Falam sua Língua Materna, o Apinayé e também o Português, sendo, pois, comunidades bilíngues.

Os indígenas Apinayé mantém um contato permanente com a sociedade não indígena desde o século XVII. Segundo Nimuendajú (1983, p. 1) apud Almeida (2015, p. 103) "[...] os primeiros civilizados a alcançar essas alturas foram os Jesuítas PP Antônio Vieira, Francisco Veloso, Antônio Riveiro e Manoel Nunes, que, entre 1633 e 1658 empreenderam quatro entradas, Tocantins acima, a fim de descerem índios para as aldeias do Pará". A entrada do Padre Manoel Nunes nas terras Apinayé foi realizada com a colaboração de 450 indígenas das missões e 45 soldados, e no ano de 1658, chegaram ao território onde habitavam os Apinayé (ALBUQUERQUE, 2007; ALMEIDA, 2015).

Os Apinayé estão em contato com a sociedade não indígena, mantendo relação amistosa e cordial, sempre que possível. Segundo Albuquerque (2007) esse grupo indígena começou a ser integrado à história do Brasil com a ocupação do sertão nordestino e também com a intensificação da navegação do rio Tocantins. Para esses autores, a ocupação do sertão do Maranhão, da Bahia e do Piauí é consequência da criação extensiva de gado que, ainda no período Colonial, servia para alimentar as populações dos engenhos litorâneos, de modo que esse gado avançou pelos sertões até chegar ao sertão goiano, atual estado do Tocantins.

Essa integração logo se transformou em dependência dos Apinayé pelo modo de vida da sociedade não indígena, resultado, dentre outros fatores, pela (da) investida dos fazendeiros e madeireiros, e também pela construção de hidrelétricas, por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), construída na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão, no rio Tocantins em 2009, interferindo de várias formas na vida dos indígenas (ALBUQUERQUE, 2007; ALMEIDA, 2015).

OS KRAHÔ

Estudos como os de Melatti (1970, 1977), informam que aa história do povo Krahõ começa quando estes entram em contato pacífico com os não indígenas, na região de fronteira interestadual entre o Maranhão e o Tocantins, nas áreas adjacentes que abrangem os aos rios Tocantins, Farinha, Alto-Itapecuru, Parnaíba, Perdido e Sono. Neste território, durante 200 anos os Indígenas Krahõ têm, compulsoriamente, se submetido a um processo de desterritorialização e reterritorialização constante. A exploração econômica tendo como base investimentos a agricultura e a pecuária, historicamente tem trazido consequências dramáticas para este povo. Melatti (1970) relata ainda que em 1755 foi criada a "Companhia Geral do Comércio do Maranhão e do Grão-Pará" com o objetivo de estimular a agricultura através da oferta de crédito, escravos africanos e ferramentas. Para esse autor, tal incentivo fomentou o plantio do algodão e arroz branco na região de Carolina (MA), intensificando ainda mais os

investimentos nos territórios do povo indígena Krahõ, atraindo grupos populacionais para as cidades adjacentes à região.

Os indígenas Krahô convivem com a sociedade não indígena há mais de dois séculos, porém essa convivência não se efetiva desprovida de reviravoltas e inversões de situação, ora os indígenas atuando como aliados dos fazendeiros, ora por estes massacrados, como ocorreu em 1940. Nos anos 1950 os Krahô seguiram um profeta que prometia transformá-los em civilizados, e em 1986 empenharam-se em uma reivindicação que implicava justamente no oposto, ou seja, na sua afirmação étnica como povo tradicionalmente indígena. Em 1986 deslocaram-se até o Museu do Ipiranga (ALBUQUERQUE E ALMEIDA, 2020).

LINGUAGEM TÉCNICO-CIENTÍFICA USUAL NA ODONTOLOGIA

A Odontologia tem especialidades diversas, cada qual com sua nomenclatura específica dedicada, dentre outras, à extração de dentes, especializada na instalação e no acompanhamento do tratamento ortodôntico, e também aquela especializada em Educação e Odontopediatria (acompanhamento infantil), dentre outras.

Ramiro Murad (2021, s/p) afirma que "[...] Quando vamos fazer uma visita ao profissional da área da odontologia, é normal ouvir algumas palavras que, na maioria das vezes, não entendemos. Essas palavras são chamadas de termos técnicos". Para esse especialista na área odontológica "[...] Os profissionais apren-

dem os termos técnicos durante o curso de graduação e carreira. Por isso, é normal que os pacientes tenham dúvidas ou não saibam o que eles significam". Se isso ocorre em nossa sociedade, o que dizer das populações indígenas que em sua maioria falam sua língua materna e têm a Língua Portuguesa como segunda língua, como é o caso dos Apinayé?

Os termos técnicos são uma linguagem específica de uma determinada área. Nesse sentido, os dentistas constroem e estudam termos relativos à odontologia, os quais são reportados também aos indígenas Apinayé. Estes, por sua vez, ao consultar um dentista, por exemplo, ficam sem saber o significado de muitos termos usados pelo profissional que os atendem. Além disso, existem muitos termos grafados em Inglês, o que dificulta ainda mais a percepção de seus significados. Uma apreensão desses termos contribuirá não somente para uma efetiva educação em saúde bucal, mas também para saúde em geral.

ETNOLINGUÍSTICA

A Etnolinguística pode ser definida como a relação entre língua, cultura e as pessoas envolvidas. Segundo Aragão (1999) apud Almeida (2015, p. 167),"[...] as relações entre língua, sociedade e cultura são tão íntimas que por vezes torna-se difícil separar uma da outra, ou mesmo estabelecer uma fronteira entre elas". Além dessas relações, as autoras identificam outro aspecto relevante quando se têm dúvidas acerca da linguagem utilizada por um determinado grupo sociocultural, que é o fator geográfico.

Segundo Almeida (2015), determinadas variações de ordem regional podem ser também sociais, estendendo-se aos falantes que têm uma específica marca diageracional, diagenérica ou diafásica. Afinal, seriam todas essas variações próprias da língua e condicionadas pela sociedade ou teriam marcas de determinada cultura? De acordo com Aragão (1999) *apud* Almeida (2015), dúvidas e questionamentos dessa natureza são frequentes quando se trabalha com a interrelação entre língua, cultura e sociedade, pois, esses ambientes ecologicamente se cruzam, reproduzindo uma linguística situada num campo de tensão, envolvendo língua e etnicidades (etnicidade, condição ou consciência de pertencer a um grupo étnico), dando origem à Etnolinguística.

Com efeito, o léxico (reunião dos vocábulos de uma língua), a sociedade e a cultura estão diretamente relacionados à Etnolinguística, pois, ao se estudar uma língua nos contextos socioculturais em que ela se materializa, o contexto se configura como um elemento básico, explicando fatos que apenas linguisticamente seriam difíceis ou mesmo impossíveis de serem verificados. No caso do léxico, Aragão (1999) *apud* Almeida (2015, p. 167), argumenta que "[...] tal afirmação é ainda mais verdadeira, uma vez que toda a visão de mundo, a ideologia e o sistema de valores, aliados às práticas socioculturais das comunidades humanas, refletem-se em seu léxico". Ademais, "[...] o léxico representa um espaço privilegiado nesse processo de produção, acumulando, transformando e diferenciando to-

dos esses sistemas de valores" (ARAGÃO, 1999 apud ALMEIDA, 2015, p. 167).

Dick (2003, p. 282) *apud* Almeida (2015, p. 167), afirma que, "[...] na perspectiva sincrônica dos estudos contrastivos, a Etnolinguística firmou-se em decorrência da necessidade de se entender as variantes e as invariantes sociais", e também os coeficientes de linguagem que modelam os pensamentos e o modo de ser e de viver da população que se pretende analisar. Sendo assim, podemos argumentar que Etnolinguística é um ramo da Linguística que estuda as relações entre uma língua e a visão de mundo daqueles que a falam. "É, nesse sentido, o estudo do próprio código linguístico, de sua função e de suas mensagens, mantendo relação com a cultura a partir o código identitáiro de uma comunidade de fala" (ALMEIDA, 2015, p. 167).

EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA BILÍNGUE E INTERCULTURAL

A Educação Indígena tem duas formas de se efetivar: 1) Educação Indígena; 2) Educação Escolar Indígena. A primeira é aquela que as crianças recebem da família e da comunidade; a segunda é a que chega às Escolas das aldeias, regida pelo sistema de ensino nacional (ALBUQUERQUE, 2008; ALMEIDA, 2015). Dentre os instrumentos que os professores indígenas têm para realizar seu trabalho na sala de aula destaca-se o Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena RCNEI (BRASIL, 1998).

Segundo Almeida (2015) a educação intercultural é, essencialmente, a redução ao núcleo mais ínti-

mo de uma pedagogia crítica inerente à interculturalidade e cita Carneiro (2008), argumentando que essa é uma educação que nos convida para o exercício do diálogo, sem imposição de condições, sem fronteiras e sem preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, nesse trabalho, resultados parciais de uma pesquisa em andamento que se realiza com os indígenas Apinayé aldeias São José e Mariazinha, e Krahô Manoel Alves Pequeno, grupos indígenas do norte do Tocantins, Brasil, pertencentes ao Tronco Linguístico Macro-Jê e Família Linguística Jê. A pesquisa, uma etnografia crítica, se realiza nas aldeias Apinayé São José e Mariazinha, e Krahô Manoel Alves Pequeno. O Objetivo geral é evidenciar, demonstrar e comprovar que a aquisição da Linguagem Técnico-Científica usual na Odontologia, em Língua Portuguesa, tem notáveis contribuições a dar à Educação Encolar Indígena.

O *corpus* inclui o repertório da Linguagem Técnico-Científica Usual na Odontologia, em português e inglês, e sua tradução para as línguas indígenas Apinayé e Krahô. Além de questionártios aplicados in loco, estamos realizando oficinas linguísticas nas escolas das aldeias, quando os termos em Língua Portuguesa são discutidos entre os professores de Língua Indígena, criando, assim, novas palavras nessa língua, gerando um novo léxico para os vocabulários dos Apinayé e Krahô. O intuito é contribuir com a educação

ofertada nas escolas das aldeias, valorizando o repertório em língua materna.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. *Contribuição da Fonologia ao Processo de Educação Indígena Apinayé*. Tese (Doutorado). UFF – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Aspectos do Processo de Educação Escolar Bilíngue dos Apinayé. *In*: JANUÁRIO, Elias; SILVA, Fernando Selleri. (Org.). *Cadernos de Educação Escolar Indígena – PROESI*. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 6, n. 1. 2008. Disponível: indigena.unemat.br/.../cadernos. Acesso: 06-set-2015.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). Saberes Tradicionais Indígenas nos Processos de Ensino em Escolas Apinajé e Krahô. *In*: *EDIPE. Em Defesa do Direito à Educação Escolar*: Didática, Currículo e Políticas Educacionais em Debate. 2020.

ALMEIDA, Severina Alves de. *Etnossociolinguística e Letramentos: Contribuições Para Um Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena Apinajé* / Severina Alves De Almeida; Orientador Rosineide Magalhães De Sousa. -- Brasília, 2015. 358 p. Disponível: www.unb.br. Acesso: 12-jan-2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Versão on-line. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil.../Acesso: 03- abr-2011. 12:20h.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena RCNEI. 1998. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf. Acesso em: 08-nov-2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Versão on-line. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil.../ Acesso: 03- out-2021.

DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido*: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

DSEI. Distrito Sanitário Especial Indígena. Relatório 2021. Disponível: https://saudeindigena1.websiteseguro.com/ coronavirus/ dsei. Acesso em: 08-nov-2011.

ERICKSON, Frederick. What makes school ethnography ethnographic? *Anthropology & Education Quarterly*, v. 15, 1988.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. 2. ed. Tradução: Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada, 1970.

MELATTI, J. C. Quatro séculos de política indigenista: de Nóbrega a Rondon. *Revista de atualidade Indígena*. Brasília, v.1, n. 3, 1977, p. 39-45.

MURAD, Ramiro. *Termos técnicos da área da odontologia. Conheça todos!* Fonte: Simpatio em <a href="https://simpatio.com.-br/termos-tecnicos/">Termos Técnicos da Área da Odontologia. Conheça Todos!. Acesso em: 18-fev-2021.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os Apinayé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi,* Belém: 1983.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Indígenas Brasileiras*. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB. 2013. 29p. Disponível em: www.laliunb.br. Acesso: 10-fev-2021.

i“Pollyanna” de Eleanor H. Porter, publicado em 1913, é tido como um clássico da literatura infantojuvenil. O livro conta a história de Pollyanna, uma menina de 11 anos que fica órfã e passa a morar com uma tia muito severa. Nessa nova casa, ensina às pessoas o "jogo do contente" que havia aprendido com o seu pai. O jogo consistia em procurar extrair algo de bom e positivo em tudo, mesmo nas coisas ruins. O sucesso da obra foi tão grande que uma pessoa “poliana” passou a ser sinônimo de pessoa boa e ingênua. Por vermos que o discurso gratiluz retoma esse jogo, adotamos o verbo “polianar” para que essa relação ficasse evidente.

ii Christopher Gardner - autor do best-seller autobiográfico que deu origem ao filme “À procura da felicidade”.

iii https://pt-br.facebook.com/oberom.aum/photos/voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9-gratitude-%C3%A9-uma-palavra-em-ingl%C3%AAs-e-franc%C3%AAs-que-significa-ato-/1007637986020018/, acesso em 25/11/2022.

ivUm seguidor comenta a postagem, corrigindo o significado e a explicação proposta. O autor responde que apagaria a mensagem. Tendo chegado a nós em 2022, é autoexplicativo.

v “O sentimento de ser grato e querer expressar*”, https://www.oed.-com/,* acesso 02/12/2022.

vi“O sentimento ou qualidade de ser grato”, https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/gratitude, acesso em 02/12/2022.

vii Talvez se aproximando do “Om” ou “Aum”, o mais poderoso mantra do hinduísmo.

viii https://clubeceticismo.com.br/viewtopic.php?t=88, acesso em 02/10/2022

ix Denominada de “Substituição Sublexical”, em Gonçalves (2016).

x Página criada por Nic e Chris, https://m.facebook.com/reikando/posts/1301854556643536/ acesso em 30/10/22.

xi Nota-se que no primeiro post a palavra prevista era “gratimor”, já a formação usada na segunda publicação é “gratiamor”.

xii Palavra de origem no Sânscrito que significa saudação, realizada com gestos específicos. Atestada em 1967, de acordo com o Dicionário Etimológico - https://www.etymonline.com/, acesso em 02/12/2022.

xiiihttps://mobile.twitter.com/gabsoaresrr/status/1052966338652721152 acesso em 31/10/2022.

xiv A partir de sertanejo – pagonejo, quintaneja (Gonçalves, 2016)

xv A partir de panetone – sorvetone, chocotone. (Gonçalves, 2016)
xvi Mentoring.

xvii Usa-se "elemento formativo", por não haver um consenso sobre sua classificação entre gramáticos e pesquisadores, sendo indicado como radical grego, por Bechara (2009 pg. 374), pseudoprefixo, por Cunha & Cintra (2008, pg. 127), prefixo por Sandmann (1988, pg.16) e afixóide por Gonçalves (2016, pg. 95)
xviii (@drarosangelaterapeuta)
xix (@coachdefracassos)

xx A seleção dos alimentos foi feita com base em seu valor calórico e nas informações de preferência identificadas em vários estudos, com adaptação para o contexto brasileiro.

xxi Para mais informações sobre cada letra da sigla: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/sigla-lgbtq-cresce-para-ecoar-amplidao-do-espectro-de-genero-e-sexo.shtml (Acesso em: 29 de outubro 2021)

xxii AULETE, C. Aulete Digital. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, online. Lexikon Editora digital. Disponível em: http://www.aulete.com.br/. (Acesso em 24 de novembro de 2022)

xxiii PNLD-Dicionários 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12059-dicionario-em-sala-de-aula-pnld-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. (Acesso em: 24 de novembro de 2022)
xxiv Sugerimos conferir a propaganda na íntegra, uma vez que se trata de um gif: www.instagram.com/p/Bzx6a_jgdYG/ (Acesso em 01 de julho de 2021)

xxv Docente orientadora do trabalho: Profª. Drª. Marília Silva Vieira .

xxvi Sobre a cidade e o campo – 14 perguntas; sobre a família e amigos – 9 perguntas; sobre a escola e o trabalho – 8 perguntas; sobre hobbies e esportes – 5 perguntas; sobre religião e crenças – 7 perguntas; sobre acontecimentos e opiniões – 19 perguntas; e questões de fundo metalinguístico – 9 perguntas.

xxvii Durante um período de aproximadamente um mês, o pesquisador frequentou, na condição de visitante, uma CP religiosa formada por haitianos, conhecendo e sendo conhecido pelos membros de tal comunidade. Dessa forma, foi possível se socializar e ser aceito pelos imigrantes depois em situações de conversas descontraídas, lembrando

que a maioria dos imigrantes pertencentes a essa CP falam razoavelmente o PB.

xxviii A lateral palatal pode ser realizada como uma variante da lateral dento-alveolar geralmente diante de vogal anterior alta [i], ocupando tanto a margem inicial de sílaba interna à palavra quanto a posição inicial absoluta (posição menos comum), como em *família* [faˈmiʎɐ] e *litro* [ˈʎitɾu], respectivamente. Esse fenômeno de palatalização da lateral dento-alveolar, que é observado em alguns dialetos do PB, também aconteceu durante o processo de formação da língua portuguesa, através da fusão entre a consoante e a semivogal (filiu > filju> filho), como aponta Coutinho (1970).

xxixhttp://2001video.empresarial.ws/blog/?p=6620

xxx Há, em casos como "Usar outras pessoas para curar uma ferida é em o mínimo desleal...*vai saber* se justo aquela pessoa poderia ser seu amor" a hipótese de qu*e vai saber* atua como conectivo, o que vem sendo investigado em outra pesquisa da autora 1.

xxxi www.50anosdetextos.com.br/1981/no-tempo-em-que-o-rumo-era-um-grupo-novo

xxxii www.bolsademulher.com

xxxiii http://agregario.com/arqueologos-lamentam-falta-acesso-brasileiros-bens-arqueologicos

xxxivhttp://abr-casa.com.br/blog/te-indico-um-livro/

xxxv www. casalsemvergonha.com.br

xxxvi http://www.baixarfilmesgratis.org/baixar-filme-um-homem-de-sorte-dublado

xxxviiwww.forte.jor.br

xxxviii www.asdeliciasdodudu.com.br

xxxix Estudos apontam que essa construção também é produtiva nas variedades do português em África. (cf. MELO, 2014, 2015)

xl O dado foi retirado de Melo (2015) e é oriundo do português moçambicano.

xli O original é assim escrito: "The middle tiers represents the "arena" where features associated with the same or similar grammatical functions came to compete with each other.It is also the locus of "blending inheritance," in that features which are similar but not necessarily identical came to reinforce each other, regardless of their sources, and produced modified variants of the originals in the emergent varieties." (MUFWENE, 2003, p. 4-5)

xlii O original está assim redigido: "(...) este principio supone trasladar la variación, como característica inherente del lenguaje, desde el presente al pasado y entender que, del mismo modo que las distintas lenguas muestran esta cualidad hoy en día, se puede asumir que estaban sometidas a variabilidad en su devenir histórico" (Milroy, 1992, p. 1-2 apud Conde-Silvestre, 2007, p. 41)

xliii Disponível em: https://www.slavevoyages.org/voyage/database.

xlivMuitas viagens não apresentavam dados exatos da quantidade de cativos que embarcavam nos navios. Assim, seguindo Carvalho (2010, p.134), tomamos a quantidade de 350 pessoas como lotação média.

xlvAgradecemos a gentileza do professor Afrânio Barbosa por disponibilizar o nosso acesso ao corpus.

xlvi Problematizamos este ato de fala em Johnen (2006b) e Johnen (2021).

xlvii Sem apresentar uma tipologia sistemática dos atos de fala, Carreira e Boudoy (1993: 71-73; 123; 231-232; 279-280) na sua gramática alfabética da língua portuguesa trata alguns dos atos delimitadores de contato. Whitlam (2011: 213-242) na sua gramática do Português do Brasil denominada de "gramática prática" considera alguns destes atos de fala de estabelecimento de contato no capítulo intitulado "Social contact and communicative strategies".

xlviii Para a abertura de telefonemas no Português Europeu cf. Sieberg (2003) e Freitas (2010).

xlix Em Johnen (2011) analisamos este telefonema de maneira mais detalhada do que é possível aqui.

l Cf. também Johnen (2006b).

li Cf. também Johnen (2006c) e Johnen (2021).

liiPor razões de espaço não podemos sistematizar aqui os atos reativos. Para uma primeira tentativa de algumas situações, cf. Johnen (2006a: 11-12).

liii Agradeço a Rachel Rosenstock para as informações sobre a Língua Alemã de Sinais (DGS).

liv Integrante do Grupo de Estudos Sociofuncionalistas – GESF/CNPq.

lv Frequência type está relacionada a variabilidade de tipos que uma construção licencia, enquanto frequência token é a quantidade de vezes que esses diferentes tipos ocorrem dentro de uma construção em usos efetivos.

lvi Fonte: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/ noticia/ noticia.asp?cod_noticia=13624&cod_canal=42 – (Acesso em, 06/08/2022)

lvii No Corpus de Português, utiliza-se o símbolo da cerquilha (#) para indicar o parágrafo, neste trabalho, portanto, optamos por demonstrá-lo da maneira tradicional.

lviii De acordo com Bybee (2016), c*hunking* é o processo pelo qual sequências de unidades que são usadas juntas se combinam para formar unidades mais complexas. Como um processamento de domínio geral, *chunking* ajuda a explicar por que as pessoas se aprimoram em tarefas cognitivas e neuromotoras com a prática. Na linguagem, *chunking* é básico para formação de unidades sequenciais expressas como construções, constituintes e expressões formulaicas.

lix Docente Orientadora do trabalho.

lx Contraponho-me à análise proposta por Pinkster (2021, p. 515), segundo seu modelo de "relativa autônoma", atentamente explicado por Lohner (2022; vejam-se ali as notas 9 e 13).

lxi Note-se o uso de aspas a indiciar que discordo da metalinguagem ali acionada porque discordo da concepção que se consagrou sobre o fenômeno então nomeado, conforme se verá abaixo.

lxii"(...) L'indo-européen ne parait pas avoir possédé un pronom strictement affecté à la fonction relative, et les langues historiques se sont procuré cet outil syntaxique en affectant à la fonction relative des pronoms le plus souvent anaphoriques (gr. ὅς, ἥ [sic: ἥ], ὅ (...)) (...)" (MONTEIL, 1970, p. 226)

lxiii Professora Titular (2019) do Instituto de Letras da UERJ. Doutora em Linguística (USP) 2002. Pós-doutora em Letras (USP) 2012

lxiv Bacharel e Licenciada em Letras (UERJ) 2021-22. Mestranda em Linguística (UERJ) 2022. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC UERJ e CNPq (2018-2020 e 2021-2022)

lxv Infatti tradurre vuole dire starsene a casa, al caldo o al fresco, e lavorare in pantofole, oltretutto imparando un sacco di cose.

lxvi DUBOIS: 1978, p. 175.

lxvii Gerou em sua produção. Vide opera anteriormente citada à página 206.

lxviii Localidade de um borgo em Bolzano em que se situou uma fortaleza alemã.

lxix Non mi sono mai laureato per via che sapevo il tedesco. Mia nonna era altesina e me lo faceva parlare da piccolo. Sin dal primo anno di università, per mantenermo agli studi, avevo accettato di tradurre libri

dal tedesco. A quell'epoca sapere il tedesco era già una professione. Si leggevano e traducevano libri che gli altri non capivano (e che allora erano ritenuti importanti), e si era pagati meglio che per il francese e persino per l'inglese. Oggi penso che succedo la stessa cosa a chi sa il cinese o russo. In ogni caso o traduci dal tedesco o ti laurei, le due cose insieme non si possono fare.

lxxvi Trecho analisado do vídeo disponível em
https://youtu.be/HgkImGYy_Y0

lxxvii Trecho analisado do vídeo disponível em
https://youtu.be/gs7RiKp87ZE

lxxviii Trecho analisado do vídeo disponível em
https://youtu.be/d9nhscLGWGk

lxxix Conforme Celeri, 2018.

lxxx American Psychiatric Association, 2000.

lxxxi American Psychiatric Association, 2013.

lxxxii O sistema de indexação alfabética de assunto PRECIS ou PREserved Context Indexing System, criado especialmente, por Derek Austin em 1968, para construir automaticamente os índices de assunto da British National Bibliography (BNBl), compreende uma metodologia própria de indexação que merece ser analisada e aplicada em língua portuguesa, mesmo que experimentalmente com a finalidade de extrair subsídios teórico/práticos fundamentais para o desenvolvimento dos estudos de indexação no Brasil.

Estige Editorial
2023